



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NA RETINA DAS AGENTES PENITENCIÁRIAS, OS REFLEXOS
DO ESPELHO: HISTÓRIAS DA REVISTA ÍNTIMA NA
PENITENCIÁRIA DO SERROTÃO (2009-2014)**

MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA

**NA RETINA DAS AGENTES PENITENCIÁRIAS, OS REFLEXOS
DO ESPELHO: HISTÓRIAS DA REVISTA ÍNTIMA NA
PENITENCIÁRIA DO SERROTÃO (2009-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas

Orientador: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

P436n

Pereira, Maria Aparecida Figueiredo.

Na retina das agentes penitenciárias, os reflexos do espelho: histórias da revista íntima na Penitenciária do Serrotão (2009-2014) / Maria Aparecida Figueiredo Pereira. – Campina Grande, 2019.

202 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior".

Referências.

1. História Cultural. 2. Mulher – Revista Intima – Presídios.
3. Práticas Educativas. 4. Agente Penitenciária – Revista Íntima.
5. Masculinidades. I. Soares Júnior, Azemar dos Santos. II. Título.

CDU 930.85(043)

MARIA APARECIDA FIGUEIRÊDO PEREIRA

**NA RETINA DAS AGENTES PENITENCIÁRIAS, OS
REFLEXOS DO ESPELHO: HISTÓRIAS DA REVISTA ÍNTIMA
NA PENITENCIÁRIA DO SERROTÃO (2009-2014)**

BANCA EXAMINADORA

Azemar dos Santos Soares Júnior

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior - UFCG/UFRN
Orientador

Maria do Socorro Cipriano

Prof. Dr. Maria do Socorro Cipriano - UEPB
Examinadora Externa

Iranilson Buriti

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira - UFCG
Examinador Interno

Prof. Dr. Joedna Reis de Meneses - UEPB/UFCG
Suplente Interna

Prof. Dr. Vandiner Ribeiro - UFRN
Suplente Externa

Dedicatória

À minha estrela

Quis Deus que tu viesses ao mundo em uma noite de Natal. Ele sabia que serias a minha estrela guia, e em cada linha que escrevo se encontra o teu traçado. Porém, não aprendi a fazer rimas como tu, mas em versos livres posso revelar, que ao teu lado ainda vivo a infância, ainda nos vejo como aquelas duas meninhas que brincavam ao fundo de um quintal até o anoitecer. Momento que olhávamos para o céu, e me contavas a história das estrelas, tarefa que ainda hoje, cumpres tão bem. Falavas do Cruzeiro do sul, da Ursa maior e das Três Marias. Recordo que dizias ser a estrela D'alva a mais reluzente, sem saber que em meu coração eras tu a que mais brilhava, e ainda és. Tu és para mim o que foi Macabéa para Clarice, tu és para mim a estrela mais resplandecente, que brilha, cintila, fulgura e onde quer que despontes, nenhuma sombra é capaz de te ofuscar. Minha irmã, minha querida Verônica. Eu te amo infinitamente...

Agradecimentos

A Deus, por sentir com plenitude sua luz protetora regendo a minha vida.

À UFCG e aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em História, pela excepcional qualidade de incentivo à pesquisa e a educação que nos presenteiam.

À direção prisional da *Penitenciária do Serrotão*, pela receptividade e principalmente ao setor de inteligência e cadastro da unidade, pela presteza acerca da concessão de informações solicitadas, que foram caras à pesquisa.

As Agentes de Segurança Penitenciária, sujeitos e razões dessa pesquisa. Minha gratidão por se disponibilizarem em reservar tempo e espaço para responderem minhas indagações e tornarem palpáveis os meus objetivos.

À professora *Dra. Eronides Câmara de Araújo*, por estimular minhas produções textuais, os memoriais, as escritas de “mim”, desde a graduação, e acima de tudo, por fitá-la com o embevecimento que uma criança reserva a sua primeira professora. Assim és para mim Nilda; não fui tua orientanda, a despeito disso, teus ensinamentos me são perenes. Orienta-me a tua divina e iluminada trajetória. És a minha Clio. Te serei sempre grata!

Ao professor PhD, *Iranilson Burity*, por ser minha referência, por saber tratar seus alunos de forma equânime, sem qualquer distinção. Recordo de suas aulas tão verdadeiras de afeto e simplicidade. Leio seus escritos e com eles me identifico, me emociono, choro e me alegro ao saber que com perseverança alcançou seus sonhos. Lembro-me de suas palavras na defesa de meu trabalho monográfico, e nunca perdi de vista que um dia voltaria a ser sua discípula. A ti professor Iranilson, todas as homenagens!

À Professora *Dra. Maria do Socorro Cipriano*, tão suave e delicada quanto uma flor do campo, e assim como um girassol volta-se para a luz solar, suas críticas e sugestões direcionaram essa dissertação. Uma Maria como eu, sonho ser uma Maria como ela. Querida professora, tens meu respeito, admiração e gratidão!

Ao professor *Dr. Gervácio Batista Aranha*, uma das mais gratas lembranças da graduação e agora do mestrado, por saber aquilatar seu enorme conhecimento com uma visceral humildade. Suas aulas são declamações e são declarações de amor à História.

Ao professor PhD, *Matheus da Cruz e Zica*, por apresentar-se sempre tão gentil e lisonjeiro, um verdadeiro gentleman, acalentando-me à alma com palavras elogiosas a minha escrita, indicando-me leituras e caminhos, colaborando sobremaneira, com seu inestimável talento para a confecção dessa dissertação.

Ao professor *Dr. Ramsés Nunes e Silva*, pela cordialidade e atenção que me concedeu, e, sobretudo por sua postura ética e competente, um exemplo a ser seguido.

Ao professor *Dr. Giuseppe Roncale Ponce Leon de Oliveira*, por suas preciosas indicações de pesquisa e debates que me encaminhou. Um mestre e amigo.

A professora PhD, *Marinalva Vilar de Lima*, por ser sinônimo de inteligência, senso crítico e irreverência, qualidades que combinadas tornavam suas aulas inesquecíveis.

Ao professor Dr. *Azemar dos Santos Soares Júnior*, por assumir a orientação dessa pesquisa.

Ao meu pai, *Lourenço Lopes Pereira*, hoje portador do mal de Alzheimer, mas que embora enfermo consegue alimentar meu coração de poesia, recitando-me trechos de Literatura de cordel e cantarolando músicas de Luiz Gonzaga, as mesmas que sonorizaram minha infância pelas cordas de seu violão. Obrigada meu pai amado, por sua sensibilidade.

A minha mãe *Dalvanira Figueirêdo Pereira*, pelo seu amor ao conhecimento, e por seu fervoroso desejo de me ver trilhando o sucesso acadêmico, mas, principalmente, por ser ela quem mais sente minhas dores e as tenta convertê-las em alegrias. A minha mãe e ao brilho dos seus olhos cada vez que lhe narro uma conquista. A minha mãe, por ser ela quem reza por mim todos os dias e noites.

A minha irmã, *Carmen Lúcia* pelo empenho em me ajudar, pela generosidade, e presença tão importante na escrita dessa dissertação.

A minha irmã Verônica, por sermos uma.

Aos queridos sobrinhos *Matheus e Arthur*, dádivas em minha vida.

À meiga e inesquecível *Tatinha*, a minha Hooney Baby *Bibi*, a meu *Panguinha* que durante 17 anos esteve comigo, afastando os meus dias mais cinzentos. E a serelepe *Joana* cujas travessuras me fazem “voar fora da asa” cunhando a metáfora do poeta Manoel de Barros.

Aos colegas da turma de mestrado 2017, pela amabilidade e companheirismo. Nunca esquecerei os dias alegres em que saboreávamos o delicioso pão doce trazido pelo colega Arthur, e os cafezinhos com leite da praça da alimentação. Nossos encontros tinham esse sabor e aroma, e ficarão guardados nos sentidos da minha memória. Vocês seguirão comigo, pois já habitam meu coração.

Aos amigos *Solange Araújo dos Santos* e *Claudielhi Araújo dos Santos*, por torcerem por mim desde os momentos iniciais da seleção e me apoiarem durante todo o processo. A vocês meus queridos, minha gratidão e afeto.

A todos que torceram e acreditaram em mim, reservo os melhores sentimentos.

Resumo

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo analisar o procedimento de *revista íntima* como pedagogização do corpo feminino na *Penitenciária do Serroão*, na cidade de Campina Grande-PB, de 2009 a 2014. A referida revista consistia no desnudamento das visitantes dos apenados, seguindo um ritual que contemplava agachamentos sobre um espelho. Sua instituição em unidades prisionais brasileiras teve o fim de garantir que substâncias entorpecentes, aparelhos de telefonia celular, armas e demais objetos proibidos, nesses espaços, não os adentrassem camuflados nos corpos daquelas mulheres. Na pesquisa investigo as razões pelas quais a *vistoria* era reservada exclusivamente ao corpo feminino. Enquanto agente de segurança penitenciária que vivenciei *in loco* os disciplinamentos impostos na sala de *revista íntima*, viço descortinar o seu cotidiano. Para tanto, reivindico também o ofício de historiadora, e tomo por metodologias a Ego-história e a História Oral. A primeira no sentido de perscrutar as lembranças que me constituíram enquanto sujeito, a segunda, no propósito de ouvir, contar e analisar os discursos e histórias tecidos com base nas memórias das profissionais que ali atuaram. Além disso, apresento fontes documentais, e prossigo na esteira de Foucault, discutindo os conceitos de disciplina, corpos dóceis e poder, trazendo Butler com gênero, Pesavento mediante às sensibilidades, Certeau com lugar praticado, táticas e estratégias, entre outros autores e teóricos. Trato das sociabilidades, abordando as masculinidades que inebriam o ambiente prisional, evidenciando que o corpo feminino, apesar das resistências e fugas, ainda se encontra encarcerado.

Palavras-chave: Revista íntima. Agente Penitenciária. Masculinidades.

Abstract

This master's dissertation aims to analyze *the intimate search* as a pedagogization of the female body in Serrotão Penitentiary, located in the city of Campina Grande-PB, in the period from 2009 to 2014. The inspection consisted of the undressing of the visitors, following a ritual that contemplated squats above a mirror as a means to constitute evidence that they were or not, carrying the mentioned materials. The research investigated the reasons why the body search was destined exclusively to the female body with the preservation of the male. This procedure was instituted in Brazilian prison units in order to ensure that narcotic substances, cell phone appliances, weapons and other forbidden objects entered those spaces hidden in the female bodies of visitors. As a penitentiary agent who has experienced *in loco*, I take Ego-history and Oral History as a methodology. The first is to analyze the memories that constituted me as a subject, the second, in the intention of listening, telling and analyzing the stories woven from the memories of the other penitentiary agents, as well as documentary sources. For this, I follow in the wake of Foucault discussing the concepts of power, docile bodies and discipline, Butler starting from gender, Pesavento sensibilities, as well as Certeau with place practiced tactics and strategies, among other authors and theorists. In addition, I present daily activities of visiting days and their sociabilities, perceiving how masculinities still handle the prison environment, evidencing that in spite of scape and resistances the female body is still incarcerated.

Keywords: Intimate search. Penitentiary Agent. Masculinities.

Lista de figuras

Figura I: Espelho utilizado na revista íntima73

Figura II : Lanterna utilizada na revista íntima74

Lista de Quadros

Quadro I: Estrutura física da penitenciária (Portão 1).....	32
Quadro II: Estrutura física da penitenciaria (Portão 2).....	32
Quadro III: Estrutura física da penitenciaria (Portão 3).....	33
Quadro IV: Atribuições de trabalhos na Penitenciária do Serrotão (Unidade Prisional Masculina).....	151
Quadro V: Atribuições de trabalho na Penitenciária Feminina de Campina Grande.....	153

Lista de siglas

AIDS Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária

CEDH-PB – Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba

DST - Doença Sexualmente Transmissível

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GESIPE – Gerência Executiva do Sistema Penitenciário

MPPB – Ministério Público da Paraíba

PM – Polícia Militar

POP – Projeto Operacional Padrão

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SEAP – Secretaria do Estado da Administração Penitenciária

Sumário

Introdução	14
Na busca por Mnemosine, o reencontro com Clio no mundo de Hades	16
Inspecionando conceitos	18
Modos de fazer:	23
Capítulo I	29
“Em que espelho ficou perdida a minha face?”: memórias da <i>revista íntima</i> na <i>Penitenciária do Serrotão</i>	29
1.1 A travessia pelos umbrais do cárcere	30
1.2 Eu que senti o horror dos espelhos	36
1.3 Para além dos reflexos do espelho: as insensibilidades presentes no dia de visitas ...	48
1.4 Os gritos da (in)sensibilidade masculina	55
1.5 Vistoriando sociabilidades e enxergando sentidos: a fila de visitantes	60
1.6 À luz de leis: as luzes de espelhos e lanternas em paredes cor de rosa	70
Capítulo II	78
O íntimo da revista: o corpo feminino disciplinado	78
2.1 Os códigos disciplinares do olhar: os reflexos no espelho da amizade	78
2.2 “Vai, faz força! Contraí! Tosse! Respira! Fica de pé! Desce! Vira de costas! O que é que tu tens aí?!”: a <i>revista íntima!</i>	87
2.3 “A sensação que eu tinha, era de que eu tava no inferno”: o sentir e o resistir das agentes penitenciárias	106
2.4 A caixa de Pandora: o avesso da disciplina, as burlas e as resistências das visitantes	112
Capítulo III	123
No espaço de confinamento masculino: a busca feminina pela liberdade	123
3.1 “Ninguém nasce agente, torna-se agente penitenciária”: uma agente- aguerrida....	123
3.2 “Aqui a gente também manda”: espaços de poder	130
3.3 “Eita! num vai dá certo pra tu aqui não!”: Acentuam-se os binarismos de gênero	143
3.5 Artimanhas do fazer e do poder no cotidiano prisional	160
3.6 O Tom vermelho, os olhares, os gestos: os corpos assediados	166
Considerações Finais	177
Referências	184
Anexos	192

Introdução

Era uma sala cor de rosa choque¹...

Era a manhã de uma quarta-feira, dia 08 de fevereiro do ano de 2012, quando fui apresentada à revista íntima. Era também, o meu primeiro dia de trabalho na *Penitenciária do Serrotão*, data em que assumiria após uma longa espera, meu posto como agente de segurança penitenciária concursada. A ansiedade, a expectativa e também o nervosismo característico daqueles que rumam ao desconhecido, me eram patentes. Sentimento que se tornava ainda mais compreensível, por ser o meu novo espaço laboral, uma penitenciária, ambiente perigoso, lúgubre e repleto de negatividade, para onde eram mandados os condenados ao regime fechado. Um local estigmatizado pelo grande histórico de violência registrado nos muitos motins e rebeliões, que de forma corriqueira estremeciam as estruturas prisionais e faziam crescer a audiência dos noticiários.

Recordo-me da enorme fila de visitantes, ainda na parte externa do estabelecimento prisional, composta unicamente por mulheres, pois aquele dia da semana costumava ser reservado ao encontro íntimo, e com isso ficava vedada a presença de outros parentes. Na fila, as esposas e namoradas dos apenados aguardavam avidamente, pela abertura dos portões e por terem seus nomes confirmados na lista de visitantes cadastrados, caso contrário, a entrada era negada. Contudo, tendo atestadas suas identificações, as mulheres eram encaminhadas para uma sequência de filas, agora no interior da unidade carcerária. A primeira fila reservada à revista dos alimentos, pois era prática comum, os parentes levarem guloseimas para os sentenciados. Em seguida enfrentariam a fila para a entrada na sala de *revista íntima*, e nela estando, aguardariam ainda enfileiradas, o procedimento. E foi nesse dia, que tive o primeiro de muitos encontros com o ambiente da *revista íntima* e com as personagens que a compunham: as mulheres visitantes dos apenados e as mulheres executoras da revista, as agentes de segurança penitenciária, razões dessa pesquisa.

A sensação de receio e insegurança, por ser meu primeiro dia de trabalho, logo foi convertida em perplexidade, já que testemunhei dezenas de mulheres em fila indiana, muitas

¹ Alusão a letra, *É cor de rosa choque*, pertencente a oitava faixa do disco Rita Lee e Roberto de Carvalho, lançado em 1982, pela gravadora Som livre.

delas sexagenárias, ou ainda mais idosas, despidas de suas vestes e de suas dignidades. Tendo que exibir a boca totalmente aberta, os cabelos, as cavidades dos seios, axilas, barrigas, mãos, pés e todas as extremidades corpóreas, para finalmente se agacharem acima de um espelho, diante de uma agente penitenciária, com intuito de terem a vagina e o ânus refletidos naquele objeto e, dessa maneira, vistoriados. Somado a isso, visitantes eram compelidas a agachar por mais de três vezes, de frente e de trás, algumas vezes chegavam a urinar, defecar, expelir secreções vaginais. Tudo isso, para que houvesse a certificação de que não estariam “cheias”²

Ademais, o espaço destinado para a revista era exíguo, e pouco arejado, tendo como auxílio para a circulação de ar, um único ventilador de parede, com isso o propósito de tornar a sala mais ventilada, resultava inútil, e o calor excessivo permanecia extenuante no cubículo com portas e janelas cerradas. Aliado a isso, o local era extremamente insalubre, nele circulavam diversos tipos de doenças, como a tuberculose, a sífilis, a AIDS, a Hanseníase, dentre outras mazelas que assombravam pelo iminente contágio. No ambiente desolador, se amontoavam em torno de dezoito, vinte mulheres. Na época, oito agentes penitenciárias eram responsáveis pelo trabalho. Com o passar dos dias, o número de profissionais foi ficando mais reduzido.

As paredes impregnadas de bolor denunciavam um corrompido rosa choque, cor historicamente atribuída à feminilidade e, anunciavam a delimitação de espaços promovida pelo binarismo de gênero ou talvez pela tentativa inconsciente de oferecer certo toque eufemístico ao local deveras estratificado, sendo aquele um lugar de invasão, de agressão, da privacidade rompida, do corpo desnudo, da intimidade violada, do despudor. Dessa maneira, naquela sala o que menos chocava era a cor de rosa.

Foi observando os corpos femininos violados na sala cor de rosa choque, que delimito o **objetivo** dessa dissertação: analisar a pedagogização das visitantes, percebida durante o procedimento de *revista íntima* na *Penitenciária do Serrotão* de 2009 a 2014. Para tanto, parti das memórias das agentes de segurança penitenciárias, que naquele ambiente e período realizavam seus trabalhos. Pretendi problematizar os discursos masculinistas propagados em relação ao feminino no interior da *Penitenciária do Serrotão*. Nesse sentido, recorri também às minhas memórias e sensibilidades do vivido naquele recinto, procurando em mesma proporção me distanciar, inspecionando a sala ora por dentro, ora por fora, visto que História e Memória são portadoras de discursos distintos, que não se intercambiam em inteireza, mas

² Jargão utilizado pelas agentes penitenciárias que significava dizer que a visitante carregava drogas ou outros materiais ilícitos no interior de seu corpo.

se auxiliam, se aproximam, e dialogam. É sobretudo, com base nesse diálogo, que essa escrita se constitui.

Na busca por Mnemosine³, o reencontro com Clio⁴ no mundo de Hades⁵

Presente em minhas lembranças, a *Penitenciária Regional de Campina Grande Raymundo Asfora*, o *Serrotão* como é popularmente conhecida em todo o estado da Paraíba, é também *locus* da matéria que abriga essa pesquisa historiográfica. Inaugurada em 1990, pelo o então governador Tarcísio de Miranda Burity, o nome oficial de Raymundo Asfora foi escolhido em homenagem póstuma ao jurista, poeta e político cearense, radicado na Paraíba. A intenção das autoridades em homenageá-lo, oferecendo seu nome para a unidade prisional, não surtiu o efeito que se esperava, pois até mesmo pela imprensa local, a unidade prisional é chamada de *Serrotão*, nome do bairro onde está situada. Em razão disso, resolvi trazer em meus escritos, o nome não oficial.

Entrementes, mais do que abordar a *Penitenciária do Serrotão*, o tema a que me dedico nessas linhas, é o procedimento de *revista íntima* pelo viés narrativo das agentes de segurança penitenciária, tendo em vista que a História também se (des)constrói a partir de narrativas, sobretudo daquelas que ficaram registradas na memória e que afetaram sensibilidades, isto é, a História também se faz mediada por sentidos, e estes são educados e moldados, disciplinados enquanto tomamos lugar em um contexto social.

Exorto, dessa maneira, a (des)construção de uma história que contempla o procedimento de inspeção corporal, e que atravessou seus sujeitos por meio de linguagens, enunciados e conceitos. Práticas educativas que situavam o corpo, o olhar, a fala, a postura, os gestos e mesmo, o silêncio em seu expressar. (In)sensibilidades masculinas que ajudavam a adestrar e a fabricar posicionamentos em face do que se praticava e testemunhava na sala de revistas. Oportuno registrar que o fato de ser também, egressa do curso de Direito, fomentou meu interesse pela temática da *revista íntima*. Situação que *a priori* me deixou aflita diante daquele contexto contaminado por violações e arbitrariedades, uma vez que elas se revelaram enraizadas, intrínsecas ao sistema penitenciário.

Eram mulheres sendo violadas, porém isso parecia não ter importância nenhuma naquele espaço demasiadamente habitado e visitado por (in)sensibilidades masculinas. Qual a

³ Conforme a mitologia grega, Mnemosine é a deusa da memória.

⁴ Deusa da mitologia grega, para os historiadores é proclamada a musa, a Deusa da História.

⁵ Hades, Deus que possuía os domínios do mundo dos mortos, segundo a mitologia grega.

razão de não perceber aquelas mulheres enquanto seres humanos? Foi então, que veio à baila, todos os princípios, leis, parágrafos e incisos inclusos nas leis pátrias e internacionais que evidenciavam infrações às garantias e direitos da pessoa humana testemunhados na prática da *revista íntima*.

Nestas circunstâncias, ponderei no papel que ocupava naquele ambiente, pois o fato de estar ali enquanto representante do Estado, no exercício de sua função policial, não me tornava alheia a minha condição feminina. Refleti acerca das demais profissionais do sistema, a respeito de como elas subjetivavam o local destinado à mulher; as diferenças de abordagem entre o masculino e o feminino, a vigilância ao corpo feminino; a disciplina a ele imposta e a condenação a ele sentenciada. Será que as agentes penitenciárias tinham como eu, as mesmas inquietações? Onde encontrar repostas para tais questionamentos?

Motivada por essas observações, na ocasião parti para os primeiros passos da pesquisa que doravante apresentei em atendimento às exigências para a obtenção do título de especialista em Direito Penal promovido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em convênio com a Secretaria de Estado e da Defesa Social, cujo tema foi: *Revista íntima nos presídios: reflexões acerca da ilegalidade*. O curso teve início em 2012 e término em 2014. Nesta perspectiva, realizei uma análise acerca da prática da *revista íntima*, com ênfase ao tratamento que na época era dispensado às principais personagens envolvidas, mães, esposas, companheiras, filhas e irmãs. Para tanto, entrevistei parte dessas visitantes e em seguida com base em dados das entrevistas, apresentei o perfil sócio educacional e etário das mulheres visitantes da *Penitenciária do Serrotão*, e de como as mesmas se sentiam diante da abordagem imposta na *revista íntima*.

No entanto, mesmo tendo sugerido a análise da *pedagogização* do corpo feminino como um todo, incluindo nesse contexto, as próprias funcionárias prisionais, não houve uma inserção nessa seara. Isto posto, o trabalho da especialização não me satisfez, pois muitas das minhas inquietações não foram abarcadas ou problematizadas. Carecia de abordagens que perpassassem pela afirmação de uma História, que nos trouxesse vozes que precisavam ser ouvidas, como a das próprias executoras da *revista íntima*, entretanto, na ocasião para as ciências jurídicas com seu universo frio de leis, assim como foi para História durante muito tempo, deter-se em sensibilidades ou questões de gênero, não se configurava no fator mais importante para a análise, e sim as informações contidas nos dados estatísticos.

Cumprе esclarecer que o recorte temporal adotado nesta pesquisa, deu-se em virtude de ter sido em 2009, o ano em que foi nomeada uma turma de agentes penitenciários concursados, após trinta e dois anos sem que houvesse concurso público para o cargo no

estado da Paraíba, a turma era composta por agentes masculinos e femininos. Eu me encontrava dentre eles. Quanto ao término do recorte está situado em 2014, deveu-se ao fato de ser esse o ano em que houve a suspensão da *revista íntima* na *Penitenciária do Serrotão*, tendo sido abolida por força de determinações judiciais, uma vez que sua prática vinha causando protestos não somente na Paraíba, como em todos os Estados que a tiveram como condição primeira, para o ingresso de visitantes em suas unidades carcerárias, a exemplo de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco dentre outros. O *Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária* tornou pública uma resolução recomendando o fim da *revista vexatória*. Houve assim, a instalação scanners corporais nos principais presídios do Estado da Paraíba, o que além de ter otimizado o andamento dos trabalhos, garantiu o término da vistoria constrangedora e arbitrária, vindo também a melhorar a segurança naquela enxovia. Mas, em casos de fundada suspeita, a inspeção íntima continuou sendo aplicada com os mesmos rigores e arbitrariedades.

Devo ainda acrescentar que, a experiência profissional na *Penitenciária do Serrotão*, aos poucos havia me afastado do meu interesse pela pesquisa historiográfica, embora ele tenha estado imanente, as disciplinas e os discursos manifestos na sala de revista, o tornavam em franca letargia, porém na busca por Mnemosine, reencontrei Clio, e ela pareceu me despertar daquele sono profundo da penumbra representada pelos braços de Morfeu⁶, encaminhando-me novamente rumo às tessituras da História.

Inspecionando conceitos

Para corroborar com minha pesquisa intitulada “Na retina das agentes penitenciárias, os reflexos do espelho: histórias da *revista íntima* na *Penitenciária do Serrotão* (2009-2014), abracei como norte o pensamento pós-estruturalista, e, nesse contexto, recorri a Michel Foucault (2008) e suas considerações em face do *poder* e seus dispositivos de controle sobre os corpos, porém ao tratar das resistências ao poder instituído, aproprio-me também dos conceitos de *estratégia, tática e lugar praticado* de Michel de Certeau (1994).

Além disso, adoto análises de Erving Goffman (1987) no que tange ao funcionamento das instituições totais. Locais em que indivíduos permanecem fechados por muros. Visito o conceito de *sensibilidades* na companhia de Sandra Jatahy Pesavento (2007); *Memória*, de mãos dadas a Ecléa Bosi (2003) e Durval Muniz de Albuquerque Jr (2007); *Gênero*, em parceria com Judith Butler (2010); o *eu e a diferença*, no olhar de Tomaz Tadeu da Silva

⁶ Deus dos sonhos, conforme a mitologia grega, popularmente conhecida como Deus do sono profundo.

(2000); *experiência*, através dos sentidos de Jorge Larrosa (2016), dentre outros conceitos e autores responsáveis por traduzir nessa escrita traçados que orientaram as narrativas concernentes ao cotidiano na *Penitenciária do Serrotão*, sobretudo no que tange a sua sala de *revista íntima*.

Nesse sentido, sobreveio o conceito de *revista íntima* prática apontada por Maria Aparecida Figueirêdo Pereira (2014), como o procedimento cuja finalidade para o Estado seria de garantir a segurança no ambiente prisional, buscando impedir que visitantes do sexo feminino adentrassem o interior dos presídios portando objetos ilícitos e, em consequência gestassem a insegurança em toda sociedade. Ainda de acordo com os estudos da autora em tela, a *revista íntima* constituiu-se em um meio vexatório, em que para visitar seus entes confinados, as mulheres deviam se despir e exibir suas partes íntimas para as agentes penitenciárias, que de posse de um espelho determinavam que as visitantes agachassem acima do referido objeto, no mínimo três vezes, para terem suas cavidades vaginal e anal refletidas. Isso no intuito de se obter, caso existisse, o flagrante de objetos ilícitos que elas por ventura, estivessem carregando em seus corpos.

O conceito acima exposto representa mais que uma violação a diversos princípios constitucionais preconizados em nossa carta magna de 1988, tais como o princípio da igualdade, quando este afirma que todos são iguais perante a lei, incluindo homens e mulheres, o princípio da inviolabilidade da intimidade, sendo, pois inconcebível desnudar as visitantes, e, o princípio da individualização da pena, pois nenhuma pena poderia passar da pessoa do condenado, embora as visitantes ao serem intimamente vistoriadas, estivessem também sendo condenadas e castigadas como condição para visitarem seus entes.

Destarte, em *Vigiar e Punir*, Michael Foucault (2008), aponta que cada época criou métodos punitivos, com intento do exercício do poder sobre os corpos. Desta forma, relações de poder são impostas sobre os corpos, conforme cada período, sob a regência de discursos, que nos apresentam os corpos supliciados, torturados, disciplinados e dóceis. Enfim, a análise do conceito de *revista íntima* abriga uma série de violações às leis pelas quais somos regidos. Ainda assim, durante décadas os corpos femininos foram violados, vigiados e punidos reiteradas vezes, sob a égide do Estado, com a anuência da sociedade, e incansáveis vezes, com a aprovação das próprias visitantes femininas que em sua maioria havia se transmutado, no dizer de Michael Foucault em *corpos dóceis*. Existia também a concordância das agentes femininas subjetivadas pelo discurso de que a instituição estava desempenhando a sua tarefa de profilaxia. Não importava se eram somente mulheres inspecionadas.

Assim, parto do conceito de *revista íntima*, para enveredar na seara de outras conceituações que nela estão imbricadas. Transito entre o pós-estruturalismo e uma história de sensibilidades. Busquei recordar o período dedicado aquele trabalho na *Penitenciária do Serrotão*. Sendo assim, concordo com Silêde Leila Cavalcanti (2013), ao afirmar que os elos entre memória e sentidos estão ainda por ser efetivamente tecidos e explorados em meio a tradições historiográficas. Fiz o exercício de emprestar minhas memórias dotadas de sentidos, ofertando-lhes um caráter social, uma vez que “[...] a memória valoriza a palavra dos velhos, das mulheres, dos trabalhadores, dos excluídos da história ensinada nas escolas [...]” (BOSI, 2003, p. 23).

Neste contexto, recordo-me que os dispositivos disciplinares visavam tornar as visitantes dóceis, institucionalizadas e policiadas no seu vestir, não sendo aceitos o uso de chapelaria, roupas pretas ou com tons escuros, não podiam usar roupas sumárias⁷, Não era permitido o uso de sapatos com salto. As visitantes tinham de usar sandálias rasteiras e de cor branca. A entrada de joias ou bijuterias e maquiagens não era consentida. Deste modo, uma rígida disciplina era imposta pelas agentes penitenciárias na sala de *revista íntima*. No espaço eram decretadas as práticas educativas relativas ao corpo feminino, mediante a imposição imperiosa de regras de conduta e maneiras de portar-se bem como de punição para aquelas que as descumprissem. Remetendo a uma *pedagogização do corpo*, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2017, p. 2) considera que “visando elaborar subjetividades, produzir identidades, adestrar e dirigir corpos e gestos, interditar, permitir e incitar ou ensinar hábitos, costumes e habilidades, traçar interditos, marcar diferenças entre o admitido e o excluído”.

Contudo, existiam também as burlas. Era comum situação do tipo: esconder o sangue menstrual através da introdução de algodão na vagina. Ação que se configurava como forma de resistência. Eram incansáveis as tentativas de adentrar à penitenciária com roupas não permitidas. Todavia, sempre que essas mulheres eram pegas em suas formas de resistir, tinham penalidades impostas, como a suspensão das visitas por um período situado entre trinta dias, seis meses ou até com a peremptória proibição da visita. Neste último exemplo, a visitante teria de estar praticando algum tipo de ilícito penal, como o transporte de substâncias entorpecentes. Em situações assim, apenas mediante decisões judiciais é que elas poderiam retornar à penitenciária para a realização de visitas.

Para Michael Foucault (2008), houve a necessidade de mudança na estratégia de alcance do poder, porém a punição permaneceu como forma de domínio sobre os corpos.

⁷ São roupas consideradas indecorosas, inapropriadas para o uso no ambiente prisional por exibirem partes do corpo desnudo, ou por serem coladas ao corpo.

Cabe destacar, que esse domínio doravante se faria sutilmente, sem que fosse preciso o emprego de força física. Nessa altura, os procedimentos de controle se dariam pelo treinamento e controle dos corpos. Enfim, quanto mais adestrados e obedientes eram os corpos melhor para as instituições. Desse modo, na sala destinada à *revista íntima* as visitantes eram institucionalizadas, através da observação meticulosa das agentes penitenciárias. Todo o ritual para ingresso na unidade carcerária deveria ser rigorosamente cumprido. Nos dias de visita íntima, não importava se havia Marias, Anas, Severinas. A identidade de “mulher de preso” anulava as demais. No discurso das agentes era comum ouvir-se que em mulher de preso não se podia confiar, pois muitas vezes elas revelavam-se ainda mais bandidas do que seus companheiros.

Nesta direção, historicizar o corpo feminino, a partir de deslocamentos conceituais emprestados por Michael Foucault (2008), é desconsiderar questões macro para entender as relações micro, pois são os discursos e as práticas cotidianas que atingiam o corpo. Neste interstício, outro exemplo emblemático, se refere ao jargão bastante em uso no presídio, o qual nomeia de “mulas” as visitantes que usavam o corpo com fins de carregar materiais ilícitos para o interior da unidade. Tal termo não se tratava de uma simples nomenclatura presente na fala da comunidade carcerária. Mas, um enunciado que desqualificava o corpo feminino, que o desvalorizava e diminuía. Era visível a propagação de tais enunciados pelas próprias mulheres, provavelmente por ser a *Penitenciária do Serrotão*, um local eminentemente masculino, onde desfilavam inúmeras masculinidades, arautos de linguagens fálicas, já que a mula é um animal, desprovido de inteligência, cuja utilidade é servir a seu proprietário.

Destarte, os discursos em torno das visitantes eram variados, existindo mães, irmãs e esposas, cujo extremado apoio solidário ao recluso poderia ser entendido como servilismo, “as mulas”, que atendiam ao temerário arranjo de conduzir drogas em seu próprio corpo. E havia em mesma medida, as interesseiras, as mercenárias, aquelas que procuravam os presos, à cata de dinheiro, de vantagens pecuniárias, porém não apresentavam nenhuma característica que denotasse subserviência ou sentimento para com o visitado.

Outra questão que carece de análise desloca-se para a crença na virilidade masculina. Era corriqueiro ouvir-se por entre as muralhas do presídio, que homem não sobrevive sem sexo. Esse argumento ultrapassava aqueles muros, pois era utilizado também pelo Estado, para justificar a manutenção de visitas conjugais. Defendia-se piamente que a mulher ia ao presídio, enfrentando uma série de constrangimentos, em uma demonstração de servilismo ou interesse financeiro, pois na visita íntima, não residia uma necessidade sexual sua, mas de seu

parceiro, que teria na relação sexual, seu combustível. Da forma que defendeu Eronides Câmara de Araújo (2016, p. 216) relatando a “concepção de masculinidade, proveniente das teorias do século XX, em particular as teses médicas, as quais afirmavam que o homem é um ser instintivo sexualmente”.

Foi pensando em desconstruir essas ideias fálicas, portadoras de determinismo biológico, que Joan Scott (1989), passou a defender a emergência da categoria gênero no campo de pesquisa das ciências humanas. Para essa autora, “o gênero tanto é construído através do parentesco, como também na economia, na organização política” (SCOTT, 1989, p. 15). Com efeito, falar em *revista íntima* no Brasil, especificamente no presídio do Serrotão, implica a *priori*, remeter ao conceito de gênero, que no entender de Judith Butler (2010, p. 134) se constituiu como uma fantasia instituída e inscrita na superfície de nossos corpos, ou seja, os gêneros seguiam receituários e prescrições de conduta. Situação que Butler nomeou de *performatividade*. Nela o indivíduo é levado a assumir performances que o identificam, por meio de todo um processo que o faz enquadrar-se dentro de uma categoria de gênero masculino ou feminino.

Já Simone Beauvoir (2014, p. 361) ganhou grande notoriedade em suas afirmações ao lançar a famosa frase “Ninguém nasce, mas torna-se mulher”. Nesse momento, a autora remeteu aos constructos sociais, que legitimavam locais determinados para mulheres, e que dessa maneira definiriam a construção de identidades. Haja vista que existiam as resistências, as chamadas burlas. E assim, com a leitura de Guacira Lopes Louro (2001), o gênero está relacionado à constituição da identidade dos sujeitos. Ou seja, o conceito de gênero não abriga somente questões referentes a mulheres, ou mesmo a homens. O conceito de gênero define-se por uma abordagem mais plural, pois as representações a respeito de homens e mulheres também são múltiplas. Assim, “tanto homens como mulheres transitam por atalhos identitários que são inimagináveis de ser encaixados em qualquer modelo” (ARAÚJO, 2011). A ação discriminatória e demarcatória vislumbradas no local da revista condicionavam mulheres ao posto de suspeitas ou culpadas, ao passo que excluía homens de procedimento semelhante, pois na perspectiva masculina, o corpo do homem é território que não se deve explorar, nem mesmo tocar.

A presente pesquisa, porém, não pretendeu vitimizar mulheres, muito menos arregimentar um discurso maniqueísta, mas sim analisar práticas educativas impostas na *revista íntima*, com cerne no corpo feminino. Portanto, tomo de empréstimo a análise a respeito das apenas da *Penitenciária feminina do Serrotão*, feita por Vanuza Souza Silva (2014) existem subjetividades, processos de interiorização, que se movimentam, que fazem

perder o próprio rosto imposto socialmente, as subjetividades dobram toda identidade. Assim, ao realizar uma análise minuciosa dos sujeitos formadores do cotidiano no Serrotão, sejam eles mulheres vistoriadas, mulheres que vistoriam, ou mesmo homens privados de liberdade e toda comunidade carcerária em suas complexidades, veremos que ocorre a confluência de subjetividades, e os mais variados sujeitos, em transformação, em ebulição. É o presídio do Serrotão, local de muitas sociabilidades diversas. Todavia, por entre seus muros, ainda se percebe o corpo feminino encarcerado.

Modos de fazer:

Essa pesquisa como dito nos parágrafos introdutórios, tem como espaço de concretização a *Penitenciária do Serrotão*, localizada no município de Campina Grande. Nesse propósito, sirvo-me, sobretudo, no primeiro capítulo da *Ego-história*, enquanto método que me permitiu narrar a experiência pessoal durante o trabalho como agente de segurança penitenciária, executora da *revista íntima*, na perspectiva de quem a vivenciou *vis-à-vis*, mas que mirava além dos espelhos, das lanternas e detectores de metais, amplamente utilizados como materiais de trabalho naquele espaço. O que passei a narrar foi mais que isso, subjaz a realização da *revista íntima* e seus pormenores aflitivos. O que expus ultrapassa as memórias, são experiências, e portanto, sensibilidades sentidas como historiadora que naquele ambiente tendo à mão o espelho, nele viu refletida a História. Diante dela, esqueci tantas vezes o uso da farda, abri mão de suas significações e acolhi a lupa investigativa dos historiadores. Foi neste âmbito que encontrei a *Ego-história*,

[...] um gênero novo, para uma nova idade de consciência histórica, que nasce do cruzamento de dois grandes movimentos: por um lado, o abalo das referências clássicas da objetividade histórica, por outro a investigação do presente pelo olhar do historiador [...]” (NORA, 1989, p. 6).

Ao debruçar-me sobre essa narrativa, despi-me da farda e, em mesma proporção, dos métodos mais antigos e tradicionais de se construir o saber historiográfico. Pretendi analisar, observar, investigar meu próprio eu, tão estilhaçado como gostaria que tivessem sido os espelhos da revista, numa gana de remetê-los contra as paredes cor de rosa que me fechavam, me aprisionavam enquanto corpo feminino. E ao dizer isso, confundo a historiadora com o gênero feminino, e esqueço por completo a funcionária prisional, mas o que procuro mesmo, é

diluir-me, partir-me em mil pedaços, ver-me, dizer-me, e escrever-me “sem identidade, em constante experimentação e transmutação de mim mesmo, uma autoria que não se fixa e nem se limita a um si mesmo” (ALBUQUERQUE JR, 2013, p. 09). Uma escrita nas palavras desse mesmo autor “em crise” que mostre minha exterioridade.”

De forma análoga, outras agentes penitenciárias, no interior da sala de revista, vivenciaram as mesmas situações por mim experimentadas. Procuraram enxergar com o auxílio do espelho, comunicar-se por meio do silêncio, do olhar e das poucas palavras de ordem pronunciadas diante das visitantes. Foram também disciplinadas, educadas por uma (in)sensibilidade masculina institucionalizada. Por isso, no segundo capítulo revelei seus discursos examinando a intangibilidade do passado que às vezes se faz palpável.

Com esse fim, ancorei-me na metodologia da *História Oral*, objetivando também saber o que espelho apresentava para as demais agentes de segurança penitenciária. Se acaso, as mensagens que me foram cristalinas, surtiram para elas efeitos semelhantes. Aproprio-me então, da análise dos discursos das demais colegas de trabalho, procedendo a realização de entrevistas, que à luz do que apregoa Verena Alberti, (2004, p. 23) “uma entrevista em História Oral permite reconstituir decursos que geralmente não estão registrados em outros tipos de fonte” e no dizer de Wilson Xavier (2010, p.13) seria um elemento privilegiado, capaz de recuperar as virtualidades inibidas “os registros de derrotas” e os testemunhos e frustrações do passado.”

Eu diria, parafraseando Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2013, p. 100) que a descoberta prazerosa do ofício de historiador não está no encontro com a verdade derradeira, mas na sua procura. Nisso consiste, a história oral, na medida em que promove possibilidades para que o pesquisador escale muralhas que serram o fazer historiográfico em frios calabouços. Apontando na direção de possíveis rotas de fugas, por meio de inéditas problematizações, das quais as fontes tradicionais se ressentem,

[...] o uso da história oral, portanto deveria ser aplicado onde os documentos convencionais não atuam revelando segredos, detalhes, ângulos pouco ou nada prezados pelos documentos formalizados [...] Aspectos subjetivos, deformações dos fatos, mentiras, fantasias, ilusões, seriam, pois elementos consideráveis para quem procura mais do que a “verdade” os motivos das inverdades (MEIHY, 2006, p. 197).

A história oral somente é viável, defende o referido autor, levando em consideração as ausências, o oculto, as subjetividades. Ciente disso, esta investigação se materializou mediante à prática de entrevistas semiestruturadas, envolvendo as profissionais que

compunham os quadros da *revista íntima*, durante os anos de 2009 a 2014. Desse modo, realizei seis entrevistas, entre agentes concursadas que atuam no sistema penitenciário da Paraíba a partir de 2009 e agentes penitenciárias que estão desempenhando suas funções desde a inauguração da unidade prisional em 1990. Estas últimas, em desvio de função, pois laboravam como agentes de segurança penitenciárias, no entanto, possuíam registro funcional de auxiliares de serviços gerais.

Após apresentar ao leitor as escolhas metodológicas que viabilizaram a pesquisa e produção desse texto, revelo a organização a ele atribuída: a dissertação está composta em três capítulos. No **primeiro capítulo** intitulado “Em que espelho ficou perdida a minha face: Memórias da *revista íntima* na *Penitenciária do Serrotão*”. Refleti a respeito da travessia que concretizei pelos portais da *Penitenciária do Serrotão*, durante os anos de 2009 a 2014. Aceitando o desafio da construção de uma *Ego-história*, ou seja, de uma história em que me lancei como narradora e personagem de situações vivenciadas ao exercer a função de agente de segurança penitenciária, sem perder de vista o ofício de historiadora. Minha relação com o espelho, objeto que refletia além de corpos femininos, minhas transformações e angústias. Testemunhei dessa forma, o degredo sombrio, sinistro, violento, não tão diverso das prisões do século XIX, pois “depois do asilo, eis que a prisão gêmea sua, torna-se objeto de uma história cada vez mais assombrada” (PERROT, 2006, p. 235).

A *Penitenciária do Serrotão* se desvelou para mim em um universo à parte, dotado de sombras, observadas deste o seu limiar até o seu interior situado entre seus nove pavilhões. Sinistro e à margem. Nele seus postulados prevaleciam, inevitavelmente o associei ao Tártaro⁸, só que ao contrário do mundo inferior de Hades, ao sair dele, talvez ninguém se sentisse tentado a olhar para trás. Comparação também realizada pelo talentoso escritor Fiódor Dostoiévski ao narrar sua experiência de prisioneiro na Sibéria e suas impressões acerca daquela prisão e seus personagens. Dostoiévski nomeia a prisão como “a casa dos mortos” e dessa experiência escreve o livro “Recordações da casa dos mortos”. Analogicamente em minhas recordações era assim que a *Penitenciária do Serrotão* reaparecia. Pensando nisso, escolhi como pseudônimos para a maioria de minhas entrevistadas, o nome personagens vinculadas ao Tártaro, como: Perséfone, Proserpina, Menta, Cora, Eurídice e Macária; mulheres que estavam circunscritas no mundo subterrâneo.

Além disso, analisei o ideário masculinista o qual defendia que somente visitantes do sexo feminino premeditariam a utilização de seu próprio corpo para esconder objetos

⁸ Tártaro, segundo a mitologia grega era o mundo dos mortos, local de muita tristeza, também chamado de mundo inferior ou reino de Hades.

proibidos, e a segurança despontava como justificativa para a inspeção do corpo feminino. Inspeção, que se fazia valer através de uma linguagem repleta de enunciados depreciativos conjugados com uma série de práticas disciplinares que findavam por controlar e institucionalizar as mulheres que se encontravam naquela enxovia, fosse como visitantes, para quem a inspeção se destinava ou como profissionais realizadoras do sinistro trabalho. Noutro plano, o que aparentemente figurava como uma antítese, passou a ser corriqueiro em meu cotidiano, sentia-me segura no interior da unidade prisional e insegura, ameaçada fora dela. O local que reservava medo, terror para grande parte da sociedade, de chofre tornou-se meu porto seguro, mesmo sendo ele um barril de pólvora.

No que concerne ao ato da *revista íntima* em si, além de disciplinar, e institucionalizar, possuía um viés misógino, pois sujeitava o corpo feminino a toda sorte de humilhações, resvalando-o ao cadafalso das arbitrariedades, subjetivando-o enquanto gênero astucioso e dissimulado. Direciono o olhar para o dia de visitas, para a fila em que se encontravam os visitantes, enfim para a rotina que encaminhava aquelas mulheres à *revista íntima* que as colocava sob o véu da suspeição, submetendo-as a uma condenação antecipada e precipitada. Para Michele Perrot (2006, p. 258) a mulher continuava simbolizando o gênio maligno do homem e a literatura criminal participava do mito da Eterna Eva. Nesta perspectiva o “ser mulher”, já denotava necessidade de desconfiança”.

Impossível não incluir nesse rol todas elas, de sorte que os efeitos da *revista íntima*, com seus expedientes de abordagem, sua disciplina, seu chamado para ordem, obediência e as consequentes punições, submetiam mulheres a uma pedagogização que de forma irrestrita encontrou ressonância em todo o corpo feminino, embora também houvesse as burlas, licenciosidades e resistências. Neste capítulo apresento também trechos do *regulamento* existente na penitenciária, documento que disciplinava a conduta das agentes penitenciárias no que tange a *revista íntima* bem como de todo o quadro funcional em exercício na instituição.

No **segundo capítulo o qual nomeei** de: “*O íntimo da revista: o corpo feminino disciplinado*”, além de memórias pessoais, trouxe à cena, entrevistas com as demais agentes de segurança penitenciárias que compuseram os quadros da *revista íntima* na Penitenciária do Serrotão, durante os anos de 2009 a 2014. Profissionais que realizaram a vistoria vexatória em centenas de mulheres, que a cada dia de visita encontravam-se ocupando seus postos à fila, desde a parte externa da unidade prisional, até a finalização da revista na sua sala específica. O objetivo desse capítulo foi de analisar os discursos das agentes penitenciárias, sem deixar de me lançar e entrelaçar junto às suas falas. Discuto as percepções das agentes enquanto

corpo feminino que também apresenta-se violado, a adoção das disciplinas e as resistências, tanto por parte das agentes quanto das visitantes. Neste sentido, tenho a História Oral por norte, pois (ALBERTI, 2004, p.19) “as entrevistas tem valor de documento, e sua interpretação tem função de descobrir o que documentam.” Neste percurso, me ateno às memórias, relatos, discursos acerca do trabalho no sistema penitenciário, enfatizando o dia a dia na sala de revistas da *Penitenciária do Serrotão*.

Diante disso, discuti o controle estatal sobre todos os corpos que da *revista íntima* participavam, seja como visitantes ou profissionais, isto é a disciplinarização, no dizer de Michael Foucault (2008), sua *docilização*. Pretendeu-se a constituição de visitantes dóceis, ordeiras. Para tanto, era preciso obedecer às ordens impostas na sala de revista. Não pondo obstáculos a realização dos procedimentos exigidos, mesmo que isso agredisse o pudor e a intimidade das visitantes. Devia-se cooperar com o que se pretendia sem quaisquer questionamentos, respeitando as operadoras da lei, posto que obediência e respeito à disciplina eram condição primordial para que a visita familiar ou íntima, pudessem ser realizadas e para que o trabalho das agentes penitenciárias obtivesse o fim almejado. O alcance das ordens disciplinares, era determinante para a atuação das funcionárias prisionais, uma vez que elas, através dos imperativos das regras existentes no cárcere, também eram disciplinadas e pedagogizadas, mesmo que nem todas disso demonstrasse consciência.

Com efeito, a agente penitenciária feminina, deveria viabilizar meios considerados fundamentais para que a inspeção íntima ficasse a contento da direção prisional e, por conseguinte, do Estado. Ou seja, a vistoria quanto mais invasiva, quanto mais adentrasse as entranhas do corpo feminino, melhor seria para a obtenção de flagrantes, de resultados. Assim, a maneira como se procedia a inspeção corporal determinava a profissional que era eficiente, que era apta a trabalhar no sistema, e por essa razão elogiadas e bem vistas, bem como, aquelas que não se enquadravam, que não serviam para o universo prisional. Logo, as agentes, eram profissionais que dentro da unidade carcerária, exerciam o poder policial, estavam ali para vigiar, para punir, proteger, prevenir, todavia também eram vigiadas e passíveis de punição.

Diante do exposto, o **terceiro capítulo**, cujo título é “No espaço de confinamento masculino: a busca feminina pela liberdade”, tem-se a proposta de analisar o lugar destinado ao corpo feminino na *Penitenciária do Serrotão*, sobretudo no que toca à atuação de suas profissionais: como elas subjetivaram o ambiente prisional em face das masculinidades, sexualidade, e misoginia. Era permitido às mulheres percorrer os mesmos espaços desbravados pelos homens? Para discutir essas questões, pretendo me dedicar com maior

profundidade, aos postulados foucaultianos no que tange ao conceito de poder. Do poder que oprime e encarcera sensibilidades, não reservando-se apenas aos dispositivos oficiais. Mas, aos outros minúsculos poderes que pululam nas relações travadas na rotina carcerária, isto é, entre agentes femininas e visitantes, apenados e agentes, homens e mulheres. Busco amparo nas teorias referentes ao conceito de gênero com base principalmente em Judith Butler, além de historiadores e pesquisadores que vislumbram na cultura, o esteio para as performances comportamentais exibidas pelos indivíduos, em seu estar e sentir-se no mundo.

O capítulo em questão, se tornou concreto por meio da construção de uma história que enfoca personagens da cena cotidiana e suas sociabilidades intramuros, ou seja uma história voltada para as sensibilidades, mediada através das subjetividades anunciadas nas vozes das agentes de segurança penitenciárias que procediam à realização da *revista íntima* e viveram múltiplas experiências no cárcere. Vivências que adquirem à minha pena: uma possibilidade de escrita, de leitura e de interpretação, porém não a única ou derradeira. É também nesse capítulo que discuto com mais inteireza, a importância feminina para a rotina prisional, e principalmente para o masculino aprisionado, homens que daquelas mulheres passam a depender. Ou seja, tem-se o âmago da *Penitenciária do Serrotão*, que mesmo sendo masculino por excelência, carece da figura feminina como nos lembra Fernanda Bassani (2011) enfatizando a responsabilidade atribuída às mulheres, que levavam à prisão amor, afeto, escuta e amparo.

Neste capítulo deixamos a sala de revista e circulamos pelos recônditos da unidade prisional, indo até o interior de seus pavilhões, por tudo isso, conclamo o leitor a me acompanhar nessa sensível aventura historiográfica.

Capítulo I

“Em que espelho ficou perdida a minha face?”⁹: memórias da *revista íntima* na *Penitenciária do Serrotão*

“As memórias nascem de uma relação consigo mesmo, a história nasce de uma relação com o outro, com alteridade. As memórias, portanto constroem identidades, a História violenta identidades para descobri-las diferentes internamente”.
(Durval M. Albuquerque Jr.)

⁹ Verso final do poema *Retrato*, escrito por Cecília Meireles, publicado em *Viagem*, de 1939. No poema o eu lírico nos fala da fugacidade do tempo, da certeza de nossa finitude por meio do processo de envelhecimento, da morte física que se dá lentamente. Peço a licença poética da autora, a pretexto de dar ênfase a procura por meu próprio “eu”, que também se mostra transitório, fugaz, perdido no procedimento de vistoria íntima, portanto, estilhaçado em algum espelho. Assim, na busca por meu “eu” sobrevêm à constatação de que ele não é estático, é mutável, assim como somos diante da transitoriedade do tempo.

1.1 A travessia pelos umbrais do cárcere

Enfim chegou o dia em que nós, pela primeira vez nos encontraríamos, mas para chegar até ele, havia a Alça Sudoeste, estrada sinuosa, estreita, perigosa. Com veículos dividindo-se em acesso duplo, muitos em manobras arriscadas, caminhões de carga que iam e voltavam do Sertão, e de outras localidades do Estado, causando convulsões em veículos menores; deixando pelo ar uma fumaça espessa, escura, que condensava-se à paisagem, espalhando-se por entre os arbustos de árvores ressequidas que margeavam a rodovia. Naquele início de ano, não se via verde, somente uma vegetação árida e embrutecida. Adiante, um odor nauseabundo emanava de um animal de grande porte, cujo cadáver fora abandonado à beira da estrada. Perto dele, urubus volteavam sôfregos, enquanto outros jaziam atropelados em meio ao tráfego. Não os via pelo céu, somente pelo chão.

Tal fato me trouxe à lembrança um conto de Aníbal Machado (1986)¹⁰, cujo personagem principal se aventura numa viagem de retorno para sua terra no intento de reencontrar seu amor antigo. Pelo caminho encontrou ruína e degradação. Deparou-se com urubus que caminhavam sobre o solo. Metáforas da decadência do lugar para onde seguia, o qual chamava-se “Pouso Triste”. Nele, viu sua amada resvalar como uma sombra melancólica. A narrativa de Machado, intitulada de *Viagem aos seios de Duília*, é uma ode às sensibilidades e a maneira como experimentamos o espaço e os sentimentos, ou seja, nossas subjetividades.

Ao tratar de espaços e os sentidos que eles podem abrigar, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006, p. 108) observa que

[...] um espaço é um reticulado de ações, de deslocamentos, de trajetórias, é uma rede de relações de toda ordem, é uma trama de sentidos, é a projeção de imagens, sonhos, desejos, projetos, utopias. Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso.

Diante daquela atmosfera, que se mostrava para minha sensibilidade, mal pressagiosa, acreditei como o personagem do conto acima mencionado, que também estaria rumando para um “pouso triste”, entretanto, em sentido literal. Deste modo, o espaço entorpecia meus sentidos e ampliava a ansiedade. Em todo o percurso divisava meu destino. Mas, agora já o via, à minha frente, campeado por espectros que vagavam naquele momento libertos de

¹⁰ Escritor brasileiro, ligado ao movimento modernista, nascido em Minas Gerais no ano de 1894, e falecido em 1964.

grades e algemas, porém aprisionados por muros¹¹. Era uma manhã ensolarada de fevereiro, um vento desértico soprava uivos tristonhos, acontecia o banho de sol. E, no entanto, eu contemplava somente penumbra.

Edificado em um lugar longínquo, às margens da rodovia¹², apartado do restante da cidade, ao pé de uma ribanceira. O terreno irregular estendendo-se por catorze hectares, e a montanhosa topografia em que se encontra erigido, o permitia ver e ser visto, em boa parte de Campina Grande e regiões próximas. Suas muralhas lembravam-me tentáculos gananciosos, alongando-se pelos quatro pontos cardeais. Aquela notória dimensão territorial mais que conferir-lhe visibilidade, causava-lhe uma imponência arrogante, ameaçadora, sombria. Parecia mesmo querer afirmar sua existência palpável, seu estado de vigília incessante, num horizonte que se fazia obscuro. De certo, não desejava ser esquecido, quicá temido.

O leitor/a não se equivoca acaso presumir que neste breve preâmbulo, refira-me à *Penitenciária do Serrotão*, local cuja finalidade repousa em recolher homens sentenciados ao cumprimento de pena em regime fechado. Com efeito, é a ela que me reporto. Pensada inicialmente como uma colônia agrícola, a área acomoda hoje o maior complexo penitenciário do estado, em extensão territorial conforme atesta Omar Barbosa Pereira (2014). Nele envoltos em elevados muros, cercas eletrificadas de altíssima voltagem, dividem-se três estabelecimentos prisionais, a *Penitenciária feminina*, o *Presídio de segurança máxima* destinado para onde acorriam os presos em regime provisório, e abarcando uma maior extensão espacial, a *Penitenciária do Serrotão*, onde eu passaria a desempenhar o ofício de Agente de Segurança Penitenciária¹³.

Assim, na manhã supramencionada se deu meu primeiro contato com o Serrotão, dois dias antes de minha chegada aos quadros da *revista íntima*, já que era necessário apresentar-me com antecedência ao setor administrativo para a realização das tramitações burocráticas. Nem por isso, nesse dia estava menos ansiosa, submersa em temores e expectativas, uma vez que [...] “ a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos. [...]” (PESAVENTO, 2007, p.10)

Lembro-me que ao chegar ao portão principal da penitenciária, também chamado na unidade penal de portão um, do outro lado, sentado em um banco de cimento, um homem de

¹¹ Como a Penitenciária se encontrava em uma área montanhosa, já da estrada era possível visualizar a movimentação de apenados em seu pátio.

¹² Referência à rodovia Alça Sudoeste, no quilômetro 162 da BR 230, está situado o complexo penitenciário do Serrotão.

¹³ Entenda-se por Agente de Segurança Penitenciária, o profissional responsável pela segurança dentro das muralhas prisionais, mas também pela custódia de apenados e escolta destes em eventos externos, como saída para tratamentos de saúde e audiências judiciais. No Serrotão, as agentes femininas lidavam exclusivamente com a revista de visitantes, já que se trata de um estabelecimento prisional de custódia masculina.

meia idade, cabelos grisalhos e bigode encorpado controlava a entrada e saída de pessoas que diariamente¹⁴ por lá transitavam, mesmo não sendo um dia de visita. Ele portava um distintivo em volta do pescoço, o que ofertava-lhe certa respeitabilidade, pois como assevera Peter Stallybrass (2008) as roupas carregam suas simbologias. E o distintivo, assim como uma roupa é um adereço que emite informações a respeito de quem o utiliza, ele substituiu a farda e incorpora o sentido de poder, de autoridade. Mostrei minha identificação, antes mesmo que ele tivesse tido tempo para me interpelar.

Disse que era uma agente concursada, fora convocada para trabalhar na unidade. Sem dizer qualquer palavra, o homem abriu o portão, me indicou brevemente o caminho para se chegar à direção da penitenciária e me apresentar ao dirigente.

**Quadro I:
Estrutura Física da Penitenciária**

	PORTÃO 1	QUANTIDADES
01	Corpo da Guarda da Polícia Militar	01
02	Sala da Revista Feminina	01
03	Sala da Revista Masculina	01
04	Setor de Revista de Alimento e Pertences	01
05	Alojamento dos Agentes	01
TOTAL 05		

Fonte: Penitenciária Regional de Campina Grande Raymundo Asfora, Fevereiro de 2012.

À direita do primeiro portão, havia uma dependência onde reuniam-se alguns policiais militares e do lado oposto, o setor de revista de alimentos e a sala de *revista íntima*, ou seja a sala cor de rosa. Existia no percurso, um segundo portão, antes de passar por ele, uma pequena ladeira. Ouvi minha presença sendo anunciada por uma voz que ecoou pelos rádios transmissores¹⁵. Segue o quadro do Portão 2:

**Quadro II:
Estrutura Física da Penitenciária**

	PORTÃO 2	QUANTIDADES
01	Horta	01

¹⁴ Durante os dias da semana a movimentação de pessoas no Serrotão também era intensa, havia os advogados, oficiais de justiça, delegados, pesquisadores, funcionários, familiares de apenados novatos que precisavam cadastrar-se para confecção da carteira de visitante, e ocasionalmente representantes dos Direitos Humanos, Ministério Público e o juiz das Execuções Penais. Pessoas que reservavam os dias em que não ocorria a visita familiar para resolver seus assuntos na unidade prisional. Ademais, caminhões carregados por gêneros alimentícios, gás de cozinha, e a coleta do lixo também adentravam a unidade.

¹⁵ Fazia parte das regras de segurança, identificar e anunciar todas as pessoas estranhas à unidade, mas que, no entanto necessitassem adentrar à suas dependências.

02	Posto Médico	01
03	Escola	01
04	Padaria	01
05	Sala da Defensoria Pública	01
06	Sala de Assistência Social	01
07	Sala da Diretoria	01
08	Sala do Setor de Inteligência	01
09	Sala de Arquivo	01
10	Refeitório	02
11	Cela de Reconhecimento	01
12	Cela de Isolamento	01
13	Cela dos apenados dos Serviços Gerais	02
14	Almoxarifado	01
TOTAL		16

Fonte: Penitenciária Regional de Campina Grande Raymundo Asfora, Fevereiro de 2012.

O segundo portão dava acesso ao coração da penitenciária, seu setor administrativo; bem mais adiante um terceiro portão cuja finalidade seria isolar os nove pavilhões, dos demais setores, era lá que se encontrava a terceira maior população carcerária da Paraíba, ficando atrás apenas dos presídios do Roger e Silvio Porto, na capital paraibana (PEREIRA, 2014, p. 33). Contudo, a unidade prisional foi construída com capacidade para recolher apenas 320 reclusos, e já apresentava o dobro dessa capacidade, fechando o ano de 2012 com 604 apenados (SILVA, 2014, p.25). Vale salientar que a quantidade de reclusos oscila diariamente, em razão das concessões de liberdade, progressões de regime, transferências, bem como as entradas por sentenças condenatórias e recebimento de apenados de outras localidades, ou seja, das frequentes entradas e saídas. Vejamos o quadro do Portão 3:

Quadro III: Estrutura Física da Penitenciária

	PORTÃO 3	QUANTIDADES
01	Pavilhão coletivo	06
02	Pavilhão individual	03
03	Guarita de monitoramento (Guaritão)	01
04	Pátio	01
	Total	11

Fonte: Penitenciária Regional de Campina Grande Raymundo Asfora, Fevereiro de 2012.

Ladeando os pavilhões, situava-se o pátio, e nele, parte dos apenados perambulava aproveitando o banho de sol que “[...] é feito diariamente apenas no turno da manhã das (8h às 11h) no restante do dia, os presos tem acesso ao sol apenas pelas janelas dos pavilhões”

(SILVA, 2014, p. 27). Foram eles que visualizei em minha chegada. Um tanto atordoada pela tensão, segui para o local indicado pelo funcionário que me recebeu, e percebi que alguns homens, bastante sujos e vestidos em farrapos, me olhavam demonstrando indiscreta curiosidade.

Todavia, estavam ocupados em serviços de jardinagem e capinagem, empurrando carrinhos de mão e outras ferramentas, eles transitavam de um lado a outro. Do lado esquerdo, uma pequena casa, que mais tarde fiquei sabendo se tratar da padaria, onde apenas fabricavam todo o pão consumido dentro do complexo penitenciário bem como no *Presídio do Monte Santo*, à sua porta atentos aos meus movimentos, mais três ou quatro homens. Era como se presenciassem uma colonizadora invadindo o seu território. Mas, logo ouvi um deles advertir aos demais, o que escutou pelas ondas dos rádios transmissores: “É a agente novata!” Eles perceberam minha desorientação e indicaram o meu destino. O setor jurídico e administrativo funcionava a poucos metros da padaria. Na mesma edificação a sala de assistência social, o setor de inteligência da unidade, um arquivo e, ocupando a parte central do prédio, a sala onde despachavam os diretores.

Entre apreensiva, depressa um homem se identificou como diretor adjunto. O diretor principal, não estava presente. O adjunto me ofereceu as boas vindas e me saudou com um breve aperto de mão, pediu que eu sentasse em uma cadeira, rente ao seu birô; entregou-me uma ficha para preenchimento de dados pessoais. Enquanto eu escrevia; ele respondeu algumas das minhas dúvidas acerca do trabalho e, mostrou-se solícito. Na quarta-feira, eu já poderia iniciar as atividades na sala de revista. Era somente chegar e falar com as agentes femininas que lá já atuavam. O horário de oito até dezesseis horas da tarde representava o tempo de duração das visitas, que ocorriam nas quartas, sextas e domingos. Na ocasião, os sábados não eram liberados para visitação aos apenados.

Com a audiência encerrada, após ilusoriamente acreditar que todas as minhas indagações tinham sido respondidas, mas ainda sentada e com semblante contendo um razoável espanto, perguntei pelos homens que encontrei em minha chegada circulando pelo pátio livremente. Eram presos? Com um meio sorriso, o adjunto respondeu que sim, logo acrescentando que eram de confiança, em seguida corrigindo sua afirmação, sentenciou: “Na verdade, não existem presos de confiança!”. Uma frase digna de Césare Lombroso¹⁶, para quem os criminosos nasciam criminosos, não existindo qualquer chance de recuperação, pois

¹⁶ Famoso representante da Antropologia criminal, nascido em 1835 e falecido em 1909. Sua teoria postulava que os criminosos além de serem natos, apresentavam características físicas que revelavam sua predisposição para o cometimento de crimes.

“predispostos ao crime, se configuram como um tipo inferior, atrasado” (PESAVENTO, 2009, p. 59). Provavelmente para não me assustar, meu anfitrião omitiu a justificativa para o tratamento diferenciado oferecido aqueles apenados, o motivo de não estarem encarcerados junto aos outros, nos pavilhões segregados pelo terceiro portão.

Os homens que vi trabalhando, não possuíam fardamento que os identificasse como presos, e em sua maioria eram acusados da prática de crimes sexuais, estupro e pedofilia. A direção prisional tinha de preservá-los dos demais apenados, reservando a eles uma cela chamada de “seguro”. Normalmente, eram mantidos em serviços domésticos, como na cozinha, horta, padaria ou limpeza. Existiam também aqueles que por rixas pessoais, tinham de ser mantidos separados dos demais reclusos. Nenhum deles obtinha o perdão dos outros, mas contra estupradores, havia a sentença de morte, justaposta a um ritual macabro de tortura.

Helmano de Andrade Ramos (2012) em sua pesquisa junto aos apenados da *Penitenciária do Serrotão* constatou que a população carcerária destinava a fúria em especial aos acusados de estupro, alegando solidariedade com as mulheres vitimadas por violência sexual. Estas poderiam ser, conforme depoimentos prestados pelos apenados, a esposa, a mãe, a irmã de qualquer um que ali se encontrava em cumprimento de pena. Por esses termos, penso ser questionável tal justificativa, talvez o que se pretendesse com o medonho ritual de morte aos estupradores, fosse em realidade, preservar e ser solidários não às mulheres precisamente, e sim aos códigos das masculinidades que ali coexistiam.

Portanto, a figura do estuprador é, principalmente a daquele que viola os referidos códigos, exatamente por invadir territórios alheios, e ao se supor que a vítima poderia ser uma mulher vinculada à família de qualquer um que ali se encontrava, tem-se implícito o sentido de posse do masculino em relação ao feminino, ou seja, de um masculino que manda e deve proteção.

Isto traz à evidência que o emprego de uma morte sob extrema crueldade aplicada aos “tarados”, uma morte lenta, bárbara e espetacular, à vista de todos, funciona no sentido de servir de exemplo e aviso: não se deve mexer com a mulher dos outros.

Retomando minhas lembranças do primeiro contato com a unidade prisional, recordo que ao sair da sala da direção, apressei meu passo, agora com o caminhar confiante de quem já conhece o caminho e deseja deixar o quanto antes uma situação embaraçosa. Senti que olhares inquiridores dos entes confinados me seguiam e, a vontade de sair daquele lugar, transparecia em um turbilhão de sensações que afogueavam-me a epiderme; estava feliz, de fato, mas temerosa pelos dias vindouros.

Retomando minhas lembranças do primeiro contato com a unidade prisional, recordo que ao sair da sala da direção, apressei meu passo, agora com o caminhar confiante de quem já conhece o caminho e deseja deixar o quanto antes uma situação embaraçosa. Senti que olhares inquiridores dos entes confinados me seguiam e, a vontade de sair daquele lugar, transparecia em um turbilhão de sensações que afogueavam-me a epiderme; estava feliz, de fato, mas temerosa pelos dias vindouros. O primeiro contato com o cárcere costuma provocar perturbação, estranhamento, assombro. Talvez fosse importante, um rito de passagem. Compreendi a penitenciária como um tipo de cadafalso montado à distância da praça pública, exibindo suplícios diários e desinteressantes, cárcere de entes vilipendiados, ou como asseverou Sandra Jatahy Pesavento (2009),

[...] o cárcere é tanto uma espécie de manifestação do horror e recuo dos cidadãos diante da exibição do castigo público, quanto se torna o lado negro da urbs, o espaço e o reduto de ocultamento dos não cidadãos. Lugar do não visto, mas do imaginado, esquecido pelas administrações” (PESAVENTO, 2009, p. 38).

Procurei deixar depressa o ambiente inóspito, hostil, despedindo-me do homem que me recepcionou com um agradecimento, como resposta, um menear de cabeça. Alcancei a rua. Já na estrada, ao longe, olhei para trás e lá estavam os tentáculos ameaçadores abraçando os pontos cardeais. Tempos depois, já nos quadros da penitenciária, como uma de suas agentes, costumava ouvir de pessoas que a visitavam, as mesmas inquietações que tive em meu primeiro contato com aquele espaço. Eram normalmente estudantes e pesquisadores, visitantes que não eram ligados aos apenados por vínculos familiares e para quem o universo prisional era totalmente desconhecido. Ouvia deles a mesma indagação, sendo feita com ar estupefato, ao depararem-se com apenados que trabalhavam na casa: São presos? E eu, fornecia a mesma resposta, dada pelo diretor adjunto. Nessa altura, eu já conhecia o horror dos espelhos, a sala cor de rosa, foi meu rito de passagem.

1.2 Eu que senti o horror dos espelhos¹⁷

O complexo penitenciário do Serrotão, poderia talvez transgredir as noções do tempo, anunciando uma idade centenária, dada a sua incisiva presença nas pautas dos noticiários locais, figurando nas manchetes principais das mídias, o que subjetivamente o vincula a uma longa história, registrada por fugas, rebeliões e situações do gênero. Também tornou-se pauta a divulgação de projetos sociais destinados a população carcerária, desenvolvidos pelo

¹⁷ Verso inicial, extraído do poema “OS ESPELHOS”, do poeta argentino Jorge Luís Borges (1899-1986).

próprio Estado, em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) por meio da instalação em 2013 do Campus Avançado do Serrotão¹⁸, assim como por instituições civis que almejam garantir a ressocialização ou reinserção dos apenados ao convívio social, tendo a educação e a profissionalização daqueles como meta para se galgar baixos índices de reincidência na prática de crimes, e conseqüente retorno ao cárcere.

Em junho de 2013 a penitenciária recebeu a visita surpresa do *Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba (CEDH-PB)*, na ocasião foram detectadas irregularidades no tratamento dispensado aos apenados e seus visitantes. Recordo-me bem dessa época, pois eu auxiliava nos trabalhos desenvolvidos no setor jurídico da unidade, e na manhã do dia 27 de junho de 2013, fomos cientificados de que o estabelecimento prisional ocupava a primeira página dos portais de informação, por meio de uma notícia nenhum um pouco alvissareira, o (CEDH/PB) havia encaminhando um relatório ao governo do Estado, denunciando e cobrando providências a respeito de irregularidades verificadas no trato com os apenados. Com isso o portal de notícias G1, Paraíba¹⁹, trazia os principais pontos mencionados no relatório, inclusive o que tocava à *revista íntima*, o documento reproduzia a revolta dos apenados em relação à inspeção praticada nos corpos das visitantes, muitas delas, segundo eles, chegavam a sangrar em virtude dos agachamentos.

O relatório era extenso, tratava de diversas questões que permeavam as condições de vida naquele espaço, citava a grande quantidade de pessoas à espera na fila em dias de visitação, o impedimento de mulheres em período menstrual de realizarem a visita, questionava a precariedade na estrutura física da unidade, a má alimentação, a falta de higiene e a superlotação, entre outras questões que faziam do local, metaforicamente o submundo de Hades. Diante disso, com base nas denúncias oferecidas, em 21 de fevereiro do ano subsequente o mesmo portal de notícias²⁰ divulgava a informação de que o *Ministério Público Estadual*, pedia a interdição de todo o complexo penitenciário, em razão das muitas denúncias oferecidas em inspeções realizadas no ano anterior.

A interdição jamais ocorreu, no entanto, pequenas melhorias foram constatadas como a concessão de fardamento aos apenados, que passaram a usar calça cor mostarda e camiseta branca, já não se via mais homens vestidos em trajes andrajosos, imagem que guardei na

¹⁸ Construído no interior do complexo do Serrotão, na altura da Penitenciária feminina, o Campus do Serrotão visa no futuro ofertar cursos de nível superior para a população carcerária, por enquanto oferece preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, além do fomento do ensino, pesquisa e extensão junto aos apenados.

¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/06/direitos-humanos-visita-o-presidio-serrotao-e-faz-recomendacoes-na-pb.html>

²⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/02/mp-pede-interdicao-de-presidio-do-serrotao-em-campina-grande.html>

lembração de meu primeiro contato com a unidade prisional. Ademais, houve a pintura, a implantação do monitoramento eletrônico, pequenas reformas em sua estrutura física. Porém, a grande mudança ficou mesmo a cargo do fim do emprego da *revista íntima* em março de 2014, e com a instalação do Scanner corporal, o tempo de espera à fila tornou-se menor. E questão mais importante: a revista deixava de ser íntima, sem a necessidade de desnudamento dos corpos.

Mulheres em período menstrual tiveram a visitação liberada, com a implantação do Scanner corporal, beneficiando visitantes advindas de outras localidades, que viajavam horas para prestar solidariedade a seu ente, e acabavam sendo mandadas embora. Ficava claro, a negação ao corpo feminino, já que a menstruação, configurava-se em fator impeditivo para a realização da visita, em virtude da impossibilidade de se proceder a inspeção íntima.

No entanto, minha história na *Penitenciária do Serrotão*, é anterior a esses acontecimentos, como dito anteriormente, a penitenciária tornou-se marcante em meu cotidiano ainda no ano de 2012, em virtude da investidura no cargo de agente de segurança penitenciária, e do trabalho nela desenvolvido, especificamente no interior da sala cor de rosa. Dependência reservada exclusivamente para a *revista íntima* em visitantes do sexo feminino, no estabelecimento dedicado ao encarceramento de apenados do sexo masculino. Sendo assim, pude perceber que a prisão também era reservada a mulheres e não apenas a seus entes visitados. Neste capítulo, atenho-me a uma discussão concernente ao procedimento de *revista íntima* e as disciplinas nela empregadas, enquanto dispositivos de controle e educação dos corpos femininos, para tanto lanço mão de minhas experiências pessoais, memórias e relatos do encontro do meu *eu* com a até então, considerada *diferença*, enquanto agente que disciplina e ao mesmo tempo é disciplinada, aprisiona e também é aprisionada, observa e é observada.

Assim, fez-se *mister*, uma abordagem em torno dos discursos masculinistas que naquele ambiente circulavam, o que também classifico por (in)sensibilidades masculinas, tendo seu ponto de culminância na vigilância dos espelhos, emoldurados em paredes cor de rosa. Não obstante, apresento a *Penitenciária do Serrotão*, e as subjetividades e sensibilidades por mim traduzidas em seu cotidiano tenso, nebuloso, assustador. O intento de vistoriar um passado, ainda tão vívido e presente, não adquire *animus* apenas à escritura de um diário pessoal, de uma narrativa autobiográfica, de uma escrita de si, embora muito se discuta hoje acerca das ressignificações desses depoimentos memorialísticos, enquanto *corpus documentais*, e fontes preciosas para historiadores que dedicam também atenção às escritas

ordinárias²¹ a exemplo dos diários íntimos, considerados alicerces empíricos inequívocos para a pesquisa e produção historiográfica. Nessa sintonia cabe mencionar que:

[...] é cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos - uma escrita de si -, que abarca diários, correspondências, biografias, autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida (GOMES, 2004, p. 03).

As escritas de si funcionam no sentido de registrar as sensibilidades e subjetividades emanadas da experiência do vivido. Por esse meio, discutir a *revista íntima* na Penitenciária Serrotão, é, pois remeter a reconstrução do meu eu – na atividade de agente Penitenciária - da minha identidade, de situações observadas e compartilhadas com a equipe de agentes que faziam parte do labor no Serrotão e que se fixam como arautos de distintas narrativas acerca do procedimento de *revista íntima*.

Em sendo assim, reservo para os capítulos que se seguem outras presenças e experiências, por acreditar que para se falar do eu, urge contemplar o outro, ouvir sua voz, seus discursos, sua história, suas memórias. Neste sentido, lanço-me a essa pesquisa afirmando que o trabalho no Serrotão, representou para mim um grande divisor de águas, que a princípio pensei figurar tão somente no campo profissional, hoje avalio porém, que assumir a referida profissão significou uma mudança maior e inadvertida, uma vez que a rotina no espaço prisional desaguou na abdicação de velhas certezas e no desabrochar de novas subjetividades, questão que se sobrepunha ao aspecto meramente laboral.

Além disso, integrar a segurança pública estadual foi um fato que jamais havia almejado para meu futuro, para os projetos de historiadora formada pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e recém bacharela em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Portanto, acionar as lembranças de minha experiência no Serrotão é notadamente constatar a dissonância entre minha formação e a função desempenhada numa casa de custódia penal. Mais, do que isso, é pôr em revista meus próprios dilemas durante o percurso enquanto agente de segurança penitenciária, em mesmo instante discutir as pedagogias que foram instituídas dentro do ambiente da prisão, e de como por eles fui afetada. Pedagogias levadas a efeito desde a fila de visitantes, na soleira de entrada no estabelecimento penal e no local onde se procedia a *revista íntima*, e onde todos os pertences trazidos pelos visitantes eram vistoriados, até o interior dos pavilhões e de suas celas.

²¹ Para a historiadora, Maria Teresa Santos Cunha (2007), as escritas ordinárias são realizadas sem prévia elaboração, resultando numa escrita que registra o efêmero, o descontínuo. Os diários íntimos assim podem ser percebidos.

Todo o estabelecimento prisional investido em práticas pedagogizantes, gestoras de novas sensibilidades, crenças, identidades, maneiras de se portar, subjetividades e sujeitos. Práticas educativas que disciplinavam a conduta daqueles que faziam parte da população carcerária, mas também daqueles que por alguma razão eram levados a adentrar aos portões da unidade prisional, como visitantes, advogados, religiosos, pesquisadores. No caso da *revista íntima*, cerne dessa pesquisa, presenciava-se uma condenação antecipada contra suas visitantes, em outras palavras, contra o feminino.

Enquanto personagem diretamente envolvida, na execução da *revista íntima*, percebi na sequência das filas, no barulho das sirenes de viaturas, das visitas, das revistas, dos flagrantes, no labor sufocante do Serrotão, e finalmente no clímax do drama da *revista íntima* - o instante em que as visitantes com seus corpos despidos, realizam agachamentos acima de um espelho, que restou também potencializado o momento em que diante de mim o famigerado objeto, se punha a refletir meus conflitos psíquicos, a desafiar minhas crenças, a dizer de minha identidade, que não era única, havia outra em algum lugar do meu inconsciente que necessitava ser capturada, a identidade de agente penitenciária, que doravante estaria cada vez mais impressa em minhas atitudes e posicionamentos, não existindo lugar para um “eu” feminino, que se percebesse de modo semelhante, vistoriado, esquadrihado na medida em que conduzia corpos femininos rumo a aviltantes incursões.

Enfim, o espelho com sua luz a me perscrutar, a me segredar de marcas que não simbolizavam ainda a passagem do tempo, mas que diziam muito das minhas mudanças, da identidade que emergia em minha face, pregando em minha retina não somente a figura da violência, mas de um novo eu, afirmando sensibilidades e subjetividades. Metaforicamente eu era a criança que se vê diante do espelho e nele reconhece uma imagem que não é mais a de sua mãe, porém sua própria imagem. Seria o que Lacan (1998) chamou de fase do espelho²², assim como o infante descrito por ele, julgava-me conhecedora de uma identidade inabalável, e o espelho vinha apontar a formação de uma nova, estranha, oposta à que antes pensava irretocável. Estava agora frente a frente com a *diferença*, assim como expõe Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 82):

[...] a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles.” Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e

²² Para Lacan, a criança toma consciência de si, da existência de seu “eu, dissociando-se da figura de sua genitora, ao ver sua própria imagem refletida no espelho”. O que seria a primeira compreensão da subjetividade, onde a mãe ocupa um lugar diferente, do “outro”. Contudo, a visão dessa identidade pelo infante, apenas é possível em virtude desse outro, do reflexo no espelho que lhe é exterior. A identidade, dessa maneira seria ilusória, uma vez que dependeria do “outro” para sua própria afirmação.

ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles”, não são, neste caso simples distinções gramaticais.

A violência testemunhada na sala cor de rosa concretizava-se como um jogo de poder, em que demarcava-se o lugar do “eu” a serviço da segurança; e, do “outro” que servia ao crime. Em termos diferentes, o lugar de agentes e de visitantes. Ao discutir a relação que se tem com o *outro*, com a *diferença*, Carlos Skiliar (2003, p. 44) pondera que:

[...] o outro irrompe, e nessa irrupção, nossa mesmice vê-se desamparada, destituída de sua corporeidade homogênea, de seu egoísmo; e, ainda que busque desesperadamente as máscaras com as quais inventou o outro, o acontecimento de irrupção deixa esse corpo em carne viva, torna-o humano.

Essa discussão entre o *eu* e a *diferença*, evocava e embasava binarismos que a princípio me incomodavam, sobretudo, os de gênero, pois em mim prevalecia a visão da misoginia, os sentimentos humanitários, a consciência da predominância de uma (in)sensibilidade masculina, dominadora, fundamentada na demonização e inferiorização do feminino, numa sala cujos únicos personagens eram mulheres a serem partícipes da concretização da *revista íntima*. Não havia revista com os mesmos parâmetros para homens, deles não se suspeitava, como se a virilidade masculina pudesse ser afetada, caso carregassem objetos em suas entranhas, e tivessem de ser submetidos a uma inspeção íntima por homens. Na atmosfera repleta de masculinidades, um discurso era convergente, o corpo masculino não deveria ser tocado.

No exercício do trabalho, criava-se um maniqueísmo, onde o mal estava em meio aos apenados e seus visitantes. Com isso, uma espessa cortina imaginária separa as agentes de segurança penitenciária das mulheres que visitam a prisão. Em face dessa cortina não se vislumbrava a prática de uma revista humilhante, vexatória, violenta, mas operadoras da lei cumprindo seu honroso papel contra potenciais criminosos que se misturavam “a mulheres de presos”, “parentes de presos”, pessoas em quem não se podia ter confiança. Ou seja, demarcava-se o lugar da identidade e da diferença, do “eu” e do “elas”, e em minhas mãos portava uma outra identidade. Nessa direção, Stuart Hall (2000, p.109) defende que

[...] é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora dos discursos que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações específicas e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder.

Nessas circunstâncias, os primeiros dias de trabalho foram, portanto, angustiantes, opressores. Sentia-me vigiada, não apenas pelos discursos masculinos, mas do mesmo modo pelo olhar hierárquico²³ das demais agentes, uma vez que tacitamente elas me cobravam, reclamavam de mim atitudes, teciam-me críticas, violavam minha subjetividade. Assaltava-me por vezes, a certeza de estar fora do meu lugar. Em que pese em pouco tempo não apresentasse o descontentamento e revolta dos primeiros momentos de trabalho na Penitenciária, quando assumia a condição de agente novata, e uma lenta transformação lançou seus sinais. Nesse sentido Erving Goffman (1987, p. 24) descreve o recém-chegado em internatos:

[...] o novato quando chega ao estabelecimento, traz consigo uma cultura (uma forma de vida e um conjunto de atividades, de direitos, deveres, costumes e hábitos) que era aceita sem discussão, até aquele momento, em sua situação normal e cotidiana. Esse pano de fundo sociocultural deriva geralmente do mundo e ambiente familiar do indivíduo, dando-lhe uma organização pessoal mais ou menos estável, uma certa identidade.

O aparente choque de realidades narrado por Erving Goffman é segundo ele, sentido principalmente pelos internos, sendo as instituições totais classificadas por ele como as prisões, os hospitais, os conventos, os asilos, os manicômios, os quartéis entre outros espaços onde os indivíduos permaneciam fechados por muros, segregados do meio social externo, gerando uma tensão entre o mundo doméstico e o institucional. Apesar disso, ele não chega a excluir totalmente seus dirigentes e funcionários, pessoas que paulatinamente são institucionalizadas, abandonando em grande medida seus modos de ser, pensar, agir e dizer o mundo em decorrência das tensões e disciplinamentos a que são submetidas em uma instituição total que:

[...] pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso (GOFFMAN, 1987, p. 11).

Ainda conforme Erving Goffman (1987), diferente do mundo externo, em uma instituição total existe a regulação de uma única autoridade, e todas as atividades da vida são realizadas no mesmo lugar, sob a companhia de muitas pessoas, os horários são controlados,

²³ Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (2008) considera que no acampamento militar perfeito, o poder é exercido pelo jogo de uma vigilância exata, em que cada olhar teria fundamental importância.

regras formais explícitas são impostas, havendo poucos funcionários a dirigir o comportamento de grande número de pessoas. Essas devem tratar a minoria composta pelo corpo funcional, com muita deferência, sendo obrigatório o uso do tratamento “senhor” e “senhora”. Cria-se na instituição total, um ambiente sobremaneira tenso e regrado. A respeito disso, Michel Foucault (2008) apresentou um primoroso estudo. Contudo, ele foi além dos ambientes da clausura ou da cerca²⁴ como assim denominou o exército, as escolas, as fábricas, os hospitais, as instituições fechadas em sua natureza. Nele a gênese do poder disciplinar dava-se por meio de detalhes, astúcias, minuciosamente, a saber:

Forma-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula, o recompõe (FOUCAULT, 2008, p. 119).

Neste âmbito, na *Penitenciária do Serrotão*, é bastante ilustrativa, haja vista que trabalhar os corpos das visitantes, mantendo-os submissos, obedientes e ordeiros e, portanto, coagidos à disciplina imposta era necessário. E era essa uma das prerrogativas mais importantes no trabalho das agentes penitenciárias que atuavam naquela enxovia, além da destreza para com o manuseio do espelho, já que ele era o objeto mais eficaz na vigilância da *revista íntima*. Os dispositivos disciplinares, entretanto, partiam de dirigentes masculinos, eram eles quem decidiam a abordagem a ser sentenciada para quase todos os visitantes²⁵, obviamente que seguindo as prescrições do Estado.

Por via diversa, creio que um outro método de controle disciplinar vivenciado pelos indivíduos na instituição penitenciária, eram as próprias tensões existentes a cada dia de trabalho. De sorte que o estado emocional era determinante na postura de cada funcionário. A *Penitenciária do Serrotão* é, pois apanágio de tensionamentos, semelhante ao que descreve Goffman (1987) ao narrar às instituições totais, um barril de pólvora na iminência de uma explosão, como parece ser próprio do Sistema prisional, o que leva os servidores a estarem pressionados e atentos para a ocorrência de fugas, rebeliões, motins, mortes, destruição, gestando um clima de apreensão, medo, desconfiança em meio ao pequeno número de profissionais que cuidam da segurança e buscam disciplinar a crescente população carcerária.

²⁴ Michel Foucault (2008) em sua obra *Vigiar e Punir*, afirma que as disciplinas funcionam como técnicas que fabricam indivíduos úteis, instalando-se em todos os setores sociais, nos mais produtivos, não somente naqueles cercados por muralhas.

²⁵ Alguns profissionais, como os advogados tinham garantidos em lei o direito de frequentar a unidade prisional em qualquer horário que lhes aprouvesse, conforme preceitua o art. 7º do Estatuto da ordem dos advogados do Brasil. Nesse caso, assinavam apenas o livro de registros com o número da carteira funcional.

Em tal contexto ocorria um processo de internalização dos códigos e linguagens utilizados no presídio, recolhida numa sala com dezenas de mulheres a fim de serem vistoriadas, tantas vezes apenas uma ou duas agentes conduziam a inspeção íntima. A tensão, a carga exaustiva de trabalho, a insalubridade, e o sacrifício de domingos²⁶ inteiros dentro da unidade penitenciária, causava uma evasão sistemática de profissionais femininas. De minha parte, sem notar inseria-me ao contexto da sala cor de rosa, absorvia os diálogos com o espelho, aquilo que Goffman entende por mortificação, já que:

[...] o indivíduo precisa participar de atividade cujas consequências simbólicas são incompatíveis com sua concepção do eu. Um exemplo mais difuso desse tipo de mortificação ocorre quando é obrigado a executar uma rotina diária de vida que considera estranha a ele – aceitar um papel com o qual não se identifica (GOFFMAN, 1987, p. 23).

Na sala da *revista íntima*, em pouco tempo já não sabia o que pensar, em que acreditar, meus ideais se aturdiavam nos reflexos advindos do espelho utilizado no procedimento de vistoria íntima, cerravam-se minhas convicções e verdades, enquadradas pelas paredes cor de rosa, em meio à sucessão de olhares, de mulheres enfileiradas, de corpos desnudos, de corpos fardados, de excrementos espalhados pelo chão, odores, vozes, tilintar insistentes de detectores de metais, sussurros e silêncios, nos dias fervilhantes de visita aos apenados. Com efeito, parecia vital ajustar-me. Cabia a agente penitenciária, mediante a vistoria ginecológica, invasiva, identificar entre as visitantes, aquelas que levavam objetos proibidos. Uma violência de largos reflexos, em que o direito a privacidade e a intimidade eram cassados. Sendo as mulheres inspecionadas coletivamente.

Nos campos de concentração, de acordo com Annette Becker (2011), seus internos passavam pelo processo de perda da identidade, tornando-se números, ao passo que na *Penitenciária do Serrotão* as visitantes tinham todas, uma identidade em comum, eram parentes ou mulheres de presos, o que lhes conferia uma importância negativa, mais do que isso, uma anulação do eu, que remetia de certa forma para além da criminalização, para a desumanização. Impossível, entretanto, não vislumbrar aproximações entre a rotina da *revista*

²⁶ As visitas aos apenados na *Penitenciária do Serrotão* ocorriam durante quatro dias semanais, sendo: quartas, sextas, sábados e domingos. Às quartas-feiras ficavam reservadas para a visita íntima, nesses dias permitia-se apenas a entrada de esposas ou companheiras. Nas sextas e domingos aconteciam as visitas familiares, tinha-se a entrada das mães, pais, irmãos e filhos, netos e demais familiares que desejassem solidarizar-se com seu parente recluso. Não se excluía, porém a visita da esposa ou companheira. Já aos sábados à visitação tinha a finalidade de promover a assistência familiar aos presos isolados dos demais, por razão de segurança, exclusivamente nesse dia, o início era às 12 (doze) horas e findava às 16 (dezesseis) horas. Às quartas, sextas e domingos, o tempo de permanência para as visitas era de oito horas, não podendo exceder-se esse limite. Às 08(oito) horas os portões eram abertos e dezesseis horas todas as visitas deveriam deixar a unidade prisional sem qualquer ínfimo atraso.

íntima e determinadas cenas dos campos de concentração descritos por Becker, de sorte que tornar-se um número ou um familiar de preso e acima de tudo, uma mulher de preso, excluía qualquer outra identificação. Fagulhas de um campo de concentração. Senão vejamos:

[...] no campo de concentração tudo é coletivo, impossível estar só, nem para dormir, nem para trabalhar, nem para satisfazer a menor necessidade corporal: todos estão sempre juntos, sempre sob o olhar dos outros, promiscuidade e ultraje ao pudor, nos odores e nos gritos (BECKER, 2011, p. 424).

No local reservado a *revista íntima*, também não se sabia o que era pudor, as mulheres juntas, corpos femininos desnudos, preenchendo toda a extensão da sala, idosas e jovens, seguiam o mesmo ritual todas as semanas, quando se despunham a visitar seus entes condenados. A maioria não questionava o procedimento nem se lamuriava, sabia que a negativa implicava na proibição da visita, e estava sempre ansiosa demais para ver seu familiar. As mulheres que chegavam pela primeira vez, estranhavam, mostravam indignação, certa revolta, mas logo entendiam que o cárcere tinha suas leis, que nada exibiam de semelhante com as normas constitucionais apregoadas no mundo exterior. Em nome do interesse de todos, ou seja, da segurança o sacrifício para as centenas de visitantes era justificado.

Por outro lado, os discursos masculinistas²⁷ de caça as “mulas” fomentavam-me o desejo de ser a profissional ideal, corajosa como aparentavam serem algumas de minhas colegas. Era necessário provar para o Sistema e para mim mesma, a minha capacidade, obtendo o reconhecimento por meus feitos, o respeito de meus pares e das visitantes, bem como a competência na execução do trabalho e na imposição da disciplina. O sistema penitenciário não admitia servidores covardes, e atribuições da função competiam exatamente em preservar a ordem e a disciplina. Em se tratando das agentes da *Penitenciária do Serroton* era necessário exercer tais prerrogativas na sala de *revista íntima*.

Nesta perspectiva, o espelho me mostrava como corpo da penitenciária, a farda era agora a minha pele, um invólucro que não conseguia romper, ela era também território que marcava e demarcava os meus sentidos. Percebia-me superior, pessoas bem mais idosas me tratando por “senhora” e uma sensação de poder a me atravessar, pela primeira vez na vida, chamava a atenção das pessoas ao invés de pedir-lhes atenção, ameaçava-as com sanções por

²⁷ Discurso masculino que coloca o feminino num lugar de inferioridade, que lhe empresta um viés negativo, termo extraído do livro *Homens traídos e práticas de masculinidade* (2016) da autoria de Eronides Câmara de Araújo.

eventuais quebras de disciplina, impunha-lhes a nudez causadora da vergonha, da humilhação, tida como necessária à preservação da segurança “[...] o uniforme era importante, o salário era bom e a perspectiva de exercer o poder era sedutora [...]” (LOWER, 2014, p.24) A farda ressignificava o meu modo de agir perante as visitantes era meu simulacro de autoridade, o que em certo sentido coaduna-se com o que expõe Peter Stallybrass (2008), ao vislumbrar que as coisas vão adquirindo vida própria, tornando-se materiais com significados simbólicos, por isso as memórias e as relações sociais seriam amplamente corporificadas. A farda me ajudava a forjar um comportamento altivo, disciplinador, que despida dela, talvez eu jamais conquistasse.

Com o passar dos dias, não via abusos na prática daquele ofício, mas tão somente a necessidade de se promover a segurança combatendo as condutas criminosas. Nesta sorte, Michel Foucault (2008) descreveu a postura do soldado, do homem máquina, o homem enquanto objeto fabricado e corrigido pelo poder. Dessa forma, o ser e o agir do “bom” agente penitenciário apresentava suas regras de abordagem e atuação, visto que a fala tornava-se impositiva, o corpo ereto, a cabeça erguida, o olhar fixo e fulminante, os dedos muitas vezes em riste, o timbre de voz elevado. Condutas próprias de uma autoridade que devia se fazer ver, valer e temer. Como nos diz Michel Foucault (2008, p. 117),

[...] fez-se a máquina de que se precisa; corrigiam-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos [...]

Adotar tais posturas era condição indissociável para a realização do trabalho de modo satisfatório, sempre com destemor. Impor o medo, sem nunca dele experimentar. No local da revista íntima, escamotear as fragilidades, mostrar-se combativa contra as práticas criminosas no interior da instituição. Ledo engano, por conseguinte, imaginar que *o poder disciplinar* restringia-se aos reclusos e suas visitas. Ele também perpassava os corpos e mentes dos servidores públicos que diuturnamente ali atuavam, mudava seus gestos, posturas, posicionamentos, permitindo existir, um antes e um depois da realidade prisional.

Para Julita Lemgruber (1999), as prisões funcionam aviltando e lançando estigmas, marcando a todos que por ela tiveram algum tipo de passagem, sendo assim impossível passar por uma prisão e dela sair ileso, sem cicatrizes, questão que abrangeria a todos indistintamente, inclusive funcionários, visitantes e pesquisadores. A mercê disso, sentia declinar minha humanidade e tornando-me peça na engrenagem que dava movimento ao sistema penitenciário. Em contrapartida, ao encontrar visitantes à rua, tomava consciência de

ser impotente, na maioria das ocasiões, desnecessário era o encontro, pois pressentia erguer-se a minha volta um *panóptico*²⁸ que “[...] graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 169) entendia-me aprisionada mesmo em liberdade”.

A sensação de estar sendo observada, sem perceber por quem, de ter meus passos controlados, exposta aos olhares e possíveis emboscadas, faziam transparecer minha humanidade tornando-a tão desnuda quanto as mulheres no interior da sala cor de rosa choque. No espaço público eram elas quem me inspecionavam e que estavam atentas para minhas condutas. Despida da autoridade que os muros do presídio me asseguravam e que a farda me fazia ostentar, era no meu cotidiano, na rua, na feira livre, no centro da cidade, nos consultórios médicos, no shopping, supermercados, nos shows, e em todos os lugares destinados ao público, que minha força sedia lugar a uma fragilidade aterradora. Evidenciava que a onipotência da autoridade era falseada, tênue, algo parecido com uma deusa que lançada a terra dos humanos se torna também mortal.

O panóptico a desvendar meus segredos, minha intimidade, a afirmar que eu tinha família, mãe, irmãos, endereço, uma vida fora do presídio, uma vida que podia facilmente ser desfeita. Numa dimensão subjetiva a privação de liberdade me era imputada, não no encarceramento, na perda do direito de ir e vir propriamente dita, no fechamento em muros e celas, mas no receio de certos locais públicos, sentia então parte dos meus movimentos ceifados. Com isso, a farda que dentro da Penitenciária usava enquanto símbolo de autoridade e deferência, na rua me expunha a situações de perigo, me constrangia, preferia mantê-la guardada, escondida. O Serrotão como um cárcere que se estendia também para seus carcereiros, no entanto perpétuo, pois mesmo para quem havia deixado o sistema, a identidade de agente era um carimbo, uma marca, estigma tatuado no corpo, impossível de ser apagado.

Em síntese fora da *Penitenciária do Serrotão* desvanecia meu viés de autoridade, de máquina e, em vão procurava fugir do labirinto que me tomava a liberdade. Derretiam-se minhas asas de cera²⁹. O sol da liberdade não podia ser alcançado. Ser agente penitenciária,

²⁸ Michel Foucault, no livro *Vigiar e Punir* (2008) apresenta o *Panóptico*, um modelo de prisão criada por Bentham em 1787, que a princípio implicou em um modo disciplinar levado a efeito em diversas instituições. Sua singularidade estava na estrutura física que tornava possível uma vigilância total dos internos, facilitando o alcance das disciplinas. O nível de observação era tão invasivo, que desnecessário se fazia a força, para impor obrigações aos condenados. Estes findavam por internalizar a disciplina, tornando-se submissos a ela. Os mecanismos de observação do *Panóptico* penetram e orientam o comportamento humano. Ninguém dele pode escapar, nem mesmo seus vigias, pois eles também são vigiados. Nessa altura o Panóptico é uma estrutura que cerca os indivíduos onde quer que eles estejam, não restringindo-se meramente a uma estrutura física.

²⁹ Segundo a mitologia grega, Dédalo foi um inventor de grande talento, que construiu para si e para seu filho Ícaro, asas que lhes dariam a capacidade de voar semelhante aos pássaros. O objetivo de Dédalo era fugir do labirinto onde ele e Ícaro por ordem do rei, estavam aprisionados. Todavia as asas eram unidas ao corpo por

significava pois, o convívio entre dois mundos, por entre os muros agenciava a revista e com isso, a segurança da unidade penitenciária. Fora deles, sentia-me insegura, desprotegida, aprisionada. Vivia o paradoxo, a antítese, no espaço medonho do sistema, temido e rejeitado pela sociedade esquecia meu lado precívil, estava entre meus pares, os profissionais da segurança pública. O ambiente prisional, então revigorava-me. Armada contra inimigos, contra os olhares que me esquadriavam de maneira microscópica. Não sentia-me mais humana, nem via humanidade nas visitas que ali se encontravam com religiosidade. Voltava ao meu caráter maquinal. Em muitos espelhos restaria estilhaçada a minha face.

Entretanto, ocupar a função de agente de segurança penitenciária feminina, era mais que confrontar-se com a luz cristalina e por vezes embaçada dos espelhos. Nessa perspectiva direcionei o olhar, para nuances sentidas no dia de visitas em sua plenitude, em espaços que o espelho não reproduzia, e que as paredes cor de rosa da sala de *revista* não podiam trancafiar; um olhar de historiadora contemplando as sensibilidades dos dias de visitas na *Penitenciária do Serrotão*, é o tema que doravante convido o leitor a visitar.

1.3 Para além dos reflexos do espelho: as insensibilidades presentes no dia de visitas

A aurora mal promovia o espetáculo cotidiano de seu romper, sombras da noite ainda circundavam a madrugada, era quase tudo calma e silêncio, não fosse o piar de corujas³⁰ que na ausência de campanários encontravam por sobre as eletrificações implantadas nos muros da *Penitenciária do Serrotão*, no pátio vazio avizinado por nove sinistros pavilhões, o local perfeito para seus mantras noturnos³¹. Além dessas aves, na parte exterior da Penitenciária, dezenas de pessoas já ladeavam suas muralhas, seguidas apenas pelo olhar de sentinelas insones, abrigadas em guaritas solitárias.

cera, esquecendo-se desse fato, Ícaro se aproxima do sol, tendo as asas derretidas, o que rapidamente o lança a morte.

³⁰ Era corriqueira a presença de corujas pousadas nos muros, no pátio, em meio aos pavilhões da penitenciária no decorrer da madrugada, provavelmente por se tratar de uma área cercada por matas. Muitas vezes, os agentes plantonistas chegavam a fotografá-las em seus passeios noturnos.

³¹ Empiricamente se relata que as corujas costumam procurar as torres das igrejas para pouso, ou morada. Nesses locais piam durante a noite, há uma crendice popular que atribui ao cantar dessas aves, o mau agouro. Em meus escritos o denomino por mantras, ou seja, canto religioso que tem a finalidade de atrair positividade, o que venho a dizer com o uso dessa metáfora é que a negatividade estava na própria Penitenciária e não no pio desses pássaros de hábitos noturnos.

A movimentação fora de hora, acontecia todas as sextas e domingos, motivada pela visita familiar³² aos apenados, o que ensejava um quantitativo de visitantes bem superior ao existente nas quartas-feiras, quando promovia-se o encontro íntimo³³. Durante a visita familiar, percebia-se a presença contumaz de idosos, adolescentes, jovens, homens, mulheres conduzindo crianças, e até recém-nascidos, enfim, pessoas de todas as idades e sexos ocupavam lugar na imensa fila que crescia a cada minuto como se planejasse precipitar o amanhecer. Por isso, muitas famílias preferiam sair tão cedo de casa, a maioria dizia nem dormir nas noites que antecediam a visita, tomadas pela ansiedade e pelo medo de não conseguirem chegar a tempo de concretizar a visitação de seu familiar recluso. Algumas pessoas pagavam para que outros visitantes guardassem seus lugares na fila, dado o imenso contingente e a distância de suas moradas em relação à penitenciária.

Situada no bairro do Serrotão, o estabelecimento prisional foi construído distante das urbes como estratégia adotada pelo Estado para a manutenção da segurança da população em face dos iminentes motins, rebeliões³⁴ e fugas, comuns a conturbada e violenta realidade do sistema carcerário no Brasil. Campina Grande, não fugiria a essa regra, embora a preocupação em manter os presídios afastados da área central da cidade já existisse, conforme assinala Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (2003) ao destacar a promulgação do Decreto municipal nº 51 em 1934, com vistas a embelezar e sanear Campina Grande, atendendo ao projeto urbanista da cidade, com isso a cadeia pública antes localizada no diâmetro central, foi demolida, e para substituí-la teve-se a inauguração da Penitenciária Jurista Agnello Amorim, o presídio do Monte Santo, no bairro de mesmo nome, nas proximidades do cemitério. A nova localização da unidade carcerária mostra que “[...] não basta punir, mas ocultar os criminosos das áreas centrais em períodos concomitantes a recepção dos ideais modernos, sanitários e punitivos” (RAMOS, 2012, p. 15).

³² Conforme a Lei de Execução Penal, os presos só tem direito a visita de parentes em até 2º grau, tais como: pais, filhos, avós, netos, irmãos bem como do cônjuge.

³³ Apenas as esposas e companheiras dos reclusos tinham permissão para adentrar a unidade nos dias da visita íntima, entretanto elas também podiam visitá-los nas sextas ou domingos, desde que não se excedesse o número de visitantes permitido para cada apenado. No que tange à visita familiar, cada apenado tinha autorização para receber o número limite de dois visitantes por dia de visita, não sendo permitido exceder esse número. Não existia limites para a quantidade de filhos que podiam realizar a visita ao pai recluso, desde que comprovada a filiação.

³⁴ Há uma diferença entre o que se compreende por motim e rebelião. Quando se fala em motim remete-se aos atos de insubordinação e vandalismo de pequena monta. Os presos protestando contra a qualidade da comida servida no estabelecimento prisional, contra as condições de sobrevivência dentro do presídio. Já as rebeliões, embora muitas vezes também traga as mesmas reivindicações, demonstra um poder de destruição bem maior, havendo incêndios, mortes, reféns, total demolição de partes dos pavilhões, fugas. A semelhança é que ambas partem de descontentamentos.

Apesar disso, o crescimento da cidade possibilitou que o presídio do Monte Santo ocupasse hoje, uma vértice do coração citadino, com edificações que o alcançaram e circundaram. Em 2010 o presídio do Monte Santo, passou à condição de “[...] Albergue onde os presos se recolhem apenas durante à noite, e no dia ficam apenas aqueles que estão cumprindo pena disciplinar ou de pensão alimentícia” (OLIVEIRA, 2015, p. 34). No que concerne a *Penitenciária do Serrotão*, com o passar dos anos, também adquiriram visibilidade construções de habitações desordenadas e muitas plantações em seu entorno, questão que não era vista com bons olhos pela administração prisional da época³⁵, já que era concebido como certo, o risco para a segurança de moradores próximos, durante as tensões vivenciadas naquele espaço. Atesta Sandra Jatahy Pesavento (2009, p. 35) que,

A questão urbana é, sobretudo, uma questão social, que coloca em cena não só os excluídos como também a forma de enfrentar a existência desses não-cidadãos, suas práticas e seus espaços de ocupação. Este foi, realmente, um desafio crucial a ser enfrentado, não só por aqueles encarregados de gerir o espaço urbano, como para o conjunto dos cidadãos incorporados à ordem instituída.

A preocupação com a questão urbana notabilizou-se na atenção com os arredores da *Penitenciária do Serrotão*, e tornou-se constante para as direções do período em estudo, muitas estratégias foram organizadas no sentido de barrar a entrada de objetos ilícitos lançados sobre suas muralhas. Durante o horário de visitas determinava-se que policiais militares atuantes nas guaritas e agentes de segurança penitenciária estivessem alertas para comportamentos estranhos, quebras de rotina, e, sobretudo pessoas que nas imediações perambulasse de modo considerado suspeito, pois os arremessos de drogas e celulares sobre os muros vinham se tornando cada vez mais frequentes. Era, pois, nos dias dedicados às visitas íntima e familiar, que a tensão se ampliava, já que a multidão formada em torno das muralhas do Serrotão propiciava o alto índice de materiais não permitidos jogados em seu pátio, em sendo assim:

[...] “O dia de visitas” merece atenção específica pelo fato de criar uma situação distinta na rotina carcerária, colocando os apenados em contato com o mundo externo. Esse articula todo um conjunto de relações no interior da Instituição, sendo estrategicamente “planejado” por parte dos sujeitos com interesses e expectativas variadas (RAMOS, 2012, p. 79).

A atipicidade percebida nos dias de visita definia os métodos pelos quais as agentes penitenciárias femininas deveriam conduzir a inspeção íntima, porquanto, o contato com a

³⁵ Refiro-me ao período em estudo, de 2009 a 2014, porém as edificações em torno de unidades prisionais ainda hoje não são bem recomendadas em razão da garantia de segurança dos moradores.

família representasse uma maneira que os apenados possuíam para reabastecer suas reservas de materiais ilícitos no interior de seus pavilhões e celas, embora esse não fosse o único meio para fazê-lo, pois havia variadas formas de entrada de objetos proibidos que incluíam desde arremessos pelas muralhas, intermédio de visitantes, até os casos de corrupção³⁶ de agentes públicos.

Diante disso, o dia de visita era um dia de expectativas, tanto por parte da direção prisional, quanto para a população carcerária, havia, com efeito, planos e interesses em torno desse dia. Do lado dos apenados existiam aqueles desejosos que os objetos ilícitos adentrassem junto com as visitas. Já no que tange à direção, cumpria elaborar meios para coibir e barrar essas atitudes criminosas, como forma de preservação da segurança, o que ensejava planejamentos e estratégias. Em se tratando de alguns apenados a sanha para a obtenção de drogas, celulares e outros materiais ilícitos, era evidente, porém nem todos eram parte nesses arranjos; existiam os apenados que aguardavam ansiosamente apenas pelo alento de uma calorosa visita familiar, de vozes que os fizessem esquecer os grilhões do cárcere, bálsamos para a tristeza e solidão a que estavam submetidos.

Em contraposição à tensão verificada nesses dias, a penitenciária ganhava ares de festa, resultante de sociabilidades as mais variadas, em que pessoas oriundas de diversos bairros, distritos, cidades da Paraíba e até de outros estados, acorriam ao Serrotão em tese, imbuídas pelo mesmo desejo: visitar seus parentes privados de liberdade. Unidas por sentimentos que se assemelhavam, e teciam subjetividades, vivências e trocas de experiências. Tudo isso, a partir do lugar na enorme fila. Nela era possível constatar as muitas sacolas levadas, constando principalmente gêneros alimentícios, roupas³⁷, sandálias, cosméticos, remédios e cobertores.

Para os visitantes, e mais ainda para os apenados, o dia de visita constituía-se em um dia de lazer, de conagração, brincadeiras com os filhos, momento de sentirem o apoio familiar e de manterem comunicação com o mundo extramuros. Para o quadro de agentes penitenciários de um modo geral, era um dia de excessivo trabalho. Na entrada principal da

³⁶ O fantasma da corrupção ainda assombrava a rotina no Serrotão, casos de suspeitas e flagrantes de corrupção funcional não eram raros. Agentes públicos que em troca de dinheiro, entravam em acordo com apenados para facilitação de entrada de celulares, chips, drogas, bebidas alcoólicas entre outros objetos proibidos e ilícitos. Situações que davam vazão a abertura de sindicâncias administrativas e que restando provada a culpabilidade incidiam em demissão sumária e até processo criminal.

³⁷ Para o recebimento de roupas e calçados havia todo um regramento, não sendo permitida a entrada em todas as visitas recebidas pelo apenado. Para ter uma sandália nova, por exemplo, o apenado teria que entregar a sandália velha, uma espécie de troca, com o fito de impedir o acúmulo excessivo de objetos e a consequente dificuldade para a realização de revistas. Além disso, com a frequente entrada de objetos, era comum acontecer a camuflagem de ilícitos nos mesmos, fato que punha em risco a segurança prisional.

penitenciária, crianças corriam de um lado para o outro, agitavam-se em seus folguedos infantis, acreditavam estar visitando os pais em um tipo de colônia de férias, ouviam-se gargalhadas, alegria no rosto de mulheres que abusavam da maquiagem, se enfeitando na medida em que podiam, tendo em vista que as muitas proibições impossibilitavam a assunção da vaidade. Pleiteavam entretanto, imprimir uma marca pessoal na aparência, minando um pouco da austeridade das vestimentas permitidas. Para essas mulheres, a *revista íntima* já fazia parte da rotina semanal, havendo apreensão, tristeza e lágrimas na face daquelas que ainda engatinhavam na condição de visitante, principalmente mães inconformadas com a perda de liberdade dos filhos.

Como colaboradora para os dias de visita na *Penitenciária do Serrotão*, existia a barraca de Dona Macária³⁸ um tipo de fiteiro ambulante, montado numa carrocinha, fixada diante do portão principal. Era o ponto de encontro e de conversas animadas. Quando chegava fazia a alegria da fila, pois trazia consigo quase tudo o que as visitantes precisassem, desde cigarros, café, refrigerantes, tapioca, bolos, bombons, água. Ela servia também aos próprios Agentes penitenciários que desejassem consumir produtos que não encontrariam na penitenciária e tampouco nas proximidades. A barraca era praticamente uma extensão da *Penitenciária do Serrotão*.

E, assim se fazia prestigiada, a barraquinha de Dona Macária, era a exemplo da fila, um ponto de circulação de informações e observações. Dona Macária, era conhecedora de muitos acontecimentos, presenciava situações de flagrante. Sabia quem era quem, à fila. Frequentar a barraca da vendedora era também investigar o que se passava com as visitas enfileiradas. Ela gostava de ouvir e contar histórias; mantinha uma relação de amizade com algumas agentes; em festas de final de ano, trazia-lhes mimos. Já os Agentes masculinos, em suas horas vagas, iam fumar seu cigarro e apreciar seu café, trazidos pela ambulante.

Era amiga de quase todos, transitava num espaço em que se moviam representantes do crime e da lei. Conseguia manter uma política de boa convivência com as pessoas vinculadas aquele espaço de tensões. Sua barraca era de utilidade pública, quando mulheres eram proibidas de adentrar à unidade, por não estarem vestidas em conformidade com regulamento prisional, o qual exigia roupas claras, e sem decotes, Dona Macária as fornecia,

³⁸ Nome fictício inspirado na mitologia grega. Conforme o mito, Macária é filha de Hades e Perséfone, deuses que governavam o mundo dos mortos. É também conhecida como a deusa da boa morte. A escolha pelo nome da deusa em questão reflete-se no apoio e alento que a barraquinha e sua proprietária forneciam para os visitantes da penitenciária e até para seus funcionários. Ou seja, aquelas pessoas mesmo estando prestes a entrar no mundo subterrâneo, tinham com dona Macária, os produtos que precisavam, a acolhida, o aconchego das conversas, dos favores, da sociabilidade. Se de acordo com a narrativa mítica a filha de Hades e Perséfone ajudava as pessoas a fazer uma travessia tranquila para o mundo dos mortos, metaforicamente a função desempenhada por dona Macária com seu comércio situado às portas da unidade prisional, era semelhante.

pois disponibilizava também de vestimentas adequadas para aluguel. Não raro reconhecíamos a mesma roupa em diferentes visitantes.

A barraquinha de Dona Macária, funcionava também como cabide, já que guardava sacolas, bolsas e outros objetos que de mesmo modo tinha entrada não permitida na penitenciária. Já era próprio do nosso vocabulário referindo-nos as visitantes, a frase: “Vá deixar isso lá em Dona Macária”! Contudo, ela tinha também seus códigos de conduta para quem contratasse seus serviços ou precisasse de seus favores, exigia que se mostrasse o que as bolsas e sacolas continham antes de guarda-las consigo. Certa vez, surrou uma mulher por ter tentado deixar em sua barraca uma bolsa contendo drogas. Fazia-se assim, respeitada.

Nos raríssimos dias em que ela não vinha, normalmente por se tratar de doença, era um *ai Jesus!* Um verdadeiro caos, um pandemônio nos setores de revista. Visitantes desesperadas não sabiam onde deixar os pertences que não tinham entrada liberada e que, costumavam deixar aos cuidados da vendedora. Sem querer de modo algum, deixar de visitar seus maridos ou filhos, muitas mulheres saíam errantes pelas redondezas em busca de roupas que condissessem com os padrões exigidos na penitenciária, outras tantas enterravam o dinheiro trazido em um matagal próximo, pois era proibida a circulação de valores na prisão. Grande parte das visitantes vislumbrava na figura de Dona Macária, a solução de seus problemas.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006) os espaços não dizem respeito somente a sua dimensão física, dizem respeito também às relações humanas, seus códigos sociais e culturais ali presenciados. O dia de visitas assim se constituía, já que tantas relações eram travadas, dando a tônica, a cor, os aromas, as vozes e silêncios, traduzindo aquele dia, em um amálgama de sonhos, esperanças e solidariedade. Amizades que brotavam da lama, tal qual uma flor de Lótus que assim também desabrocha demonstrando encanto e beleza. A barraca de dona Macária, deixou de ser somente uma extensão do Serrotão, um fragmento de sua rotina, passou a conotar os desejos, as expectativas, os medos e todas as emoções que da unidade prisional são propagadas. Temas que eram tratados de diversas formas, por meio de diferentes sujeitos.

Sendo assim, aos domingos e feriados, representantes de igrejas cristãs demonstravam uma atenção maior para os apenados e seus familiares, acorriam à penitenciária para a atividade de evangelização, montavam tendas no pátio da unidade, em torno delas apenados se agrupavam para ouvir suas pregações. Grupos evangélicos levavam bíblias, instrumentos musicais, entoavam cânticos de suas igrejas, e proferiam palavras de conforto e oração. Em datas comemorativas como Semana Santa, Dia dos Pais, festas de final de ano, ofertavam

presentes, realizavam dinâmicas de grupo, numa conjugação de trabalho social e religioso, porém todos os objetos como bíblias e instrumentos musicais passavam por uma triagem que seguia os critérios do que se permitia ou não, adentrar à unidade prisional.

Apesar de propósitos semelhantes, quais fossem, precipuamente, arregimentar e avolumar seus rebanhos de fiéis era notória a diferença na atuação da Igreja Católica em relação aos representantes de igrejas evangélicas em suas visitas à *Penitenciária do Serrotão*, uma vez que existia uma atuação mais perspicaz de grupos evangélicos. Questão também aquilatada por Tatiana de Melo Viana (2016) ao afiançar que na *Penitenciária do Serrotão*, os evangélicos realizavam trabalhos de evangelização diariamente, sendo essa ação concretizada pelos próprios apenados convertidos. Nas quartas e domingos havia os cultos com a presença de pastores. O trabalho religioso da Igreja Católica mostrava-se mais tímido,

As ações realizadas pela Pastoral Carcerária resumem-se a visitas para a evangelização, celebração de missas nas segundas feiras no período da tarde e assistências aos apenados através de eventuais doações de artigos básicos de higiene e vestimentas (VIANA, 2016, p. 46).

Cabe salientar que missas às segundas feiras não tinham o mesmo alcance dos cultos às quartas e domingos. Nestes dias, além dos apenados havia seus familiares, já que era dia de visitas, existindo um número maior de pessoas para a eventual conversão. Além disso, às tardes de sábado, o grupo evangélico, *Resgate de Vidas*, promovia pregações para os apenados, que por razões de segurança não podiam estar em contato com os demais, e contavam também nessas tardes com a visita familiar. Cumpre ainda considerar que, os grupos de evangélicos pertenciam a denominações diferentes, a Igrejas diversas, enquanto a representação católica resumia-se à *Pastoral Carcerária*.

Recordo-me que o procedimento de revista aplicado a essas pessoas era uma questão polêmica, se procedia a uma breve averiguação nas roupas das mulheres evangelizadoras, apenas com detectores de metais, e eram feitas a vistoria de suas vestes, celulares, relógios, joias ou bijuterias que portassem. Esses objetos ficavam aos cuidados das funcionárias, já que no ambiente prisional, mesmo não constituindo ilícitos eles eram proibidos por servirem como moeda de troca entre os apenados. A *revista íntima*, com seu viés ginecológico, não era imposta às religiosas que adentrassem à Penitenciária, para fins de pregação, mas isso variava ao sabor dos tempos e estabelecimentos prisionais, havia decisões judiciais tramitando, e a direção prisional optava por uma revista não vexatória. Era como se o vínculo à pregação religiosa, afastasse de certo modo a suspeição, lhes concedendo privilégios.

Existiam muitas discussões no tocante a forma de abordagem para com religiosos, denúncias de abusos eram comuns em unidades prisionais do Estado. Desse modo, a direção prisional sugeriu que ela passasse a ser feita uma revista mais branda, sem desnudamento. Lembro-me que a princípio grupos de jovens evangélicas eram revistadas, enquanto a Pastoral carcerária, grupo da igreja católica composto em sua maioria por idosas, acabava sendo poupada. Era como se o fator idade, para aquele grupo funcionasse, bem como o fato de estarem ali representando a instituição católica, de importância secular. Ademais sempre que a pastoral carcerária chegava à unidade, era concedida a prioridade na fila. Em verdade, o grupo não enfrentava filas, assomava à porta da sala de revista, e logo eram brevemente revistadas e liberadas. Situações assim me incomodavam, achava que a regra deveria ser aplicada a todos e todas. Uma exibição de que o Espaço prisional tinha seus disciplinamentos, porém também havia suas quebras, suas relatividades.

1.4 Os gritos da (in)sensibilidade masculina

A noção de que a *revista íntima* era destinada somente aos familiares dos reclusos, acima de tudo suas esposas ou companheiras prevalecia. No que se refere a elas mesmo tendo assegurado o dia de quarta-feira para o encontro íntimo, também podiam se fazer presentes nas ocasiões de visita familiar, desde que não fosse ultrapassado o número de visitantes por apenado, poderiam então junto com outro parente dele, adentrar à unidade prisional, uma vez que em muitos casos os visitados já não possuíam pais ou outros membros da família que os viesse dar atenção, ficando o encargo nessas situações apenas por parte das mulheres.

[...] as relações de socialização, a exemplo da visita familiar e as visitas íntimas, podem ser compreendidas como rupturas do isolamento e partilha de instantes do privado. Mesmo acontecendo num espaço compartilhado por outros indivíduos (VICTOR, 2017, p. 290).

Neste contexto, muitas mulheres tinham de passar pela sala de *revista íntima*, pelo menos duas vezes por semana. Para os representantes dos Direitos Humanos ou “direito dos manos”³⁹ como se afirmava na gíria policial, a *revista íntima* era abusiva e vexatória, exatamente por responsabilizar apenas visitantes de apenados pela presença de materiais proibidos no interior do cárcere, quando flagrantes envolvendo outros sujeitos comprovavam que não eram apenas pelas mãos de visitantes que aqueles materiais eram ali inseridos.

³⁹ Para boa parte dos funcionários da segurança, em especial aqueles que compunham o Serrotão, prevalecia o pensamento de que os representantes dos Direitos Humanos protegiam de forma exagerada criminosos, colocando-os sempre no papel de vítimas ou como se somente eles necessitassem de garantias. Daí adotou-se a expressão “direito dos manos”.

Conquanto, o propósito de se ter mulheres trabalhando como agentes penitenciárias, em uma unidade prisional masculina, consistia exatamente em revistar as companheiras dos apenados, em inquiri-las procurando interceptar a entrada daquelas que colaboravam com o tráfico de drogas, as chamadas “mulas”, responsáveis pelo transporte de drogas e demais ilícitos para o cárcere.

Somente em casos excepcionais ou de fundada suspeita ocorria a revista em objetos pessoais de funcionários ou de demais pessoas que por motivos diversos procuravam a penitenciária, porém, nelas jamais a *revista íntima* fora praticada. Nos dias de visitação familiar, o alvo da direção prisional era de fato as companheiras dos apenados. Mulheres que utilizavam o corpo como transporte de droga ou celulares. E quando flagradas alegavam a indução pelos companheiros que estando em dívida com os líderes da cadeia, precisavam saná-las, ou teriam declarada a sentença de morte. Ao serem questionadas pelas agentes penitenciárias, antes do percurso à delegacia para o registro da ocorrência, as mulheres portavam outras tantas justificativas, alegavam ter agido sob pressão e ameaça dos próprios maridos, que delas exigiam a prática criminosa como prova de amor.

Para Fernanda Bassani (2011), as mulheres tem participação orgânica no ambiente prisional masculino, operando em uma realidade que apesar de corriqueira, ainda não se faz conhecida do restante da sociedade. Bassani elenca uma vitimização por parte de muitas mulheres que frequentam as prisões,

Em algum caso a relação produz consequências criminalizantes para a mulher, seja pelo envolvimento nas atividades deixadas pelo companheiro na rua ou pela atuação como “mula” transportando drogas e outros objetos ilegais (BASSANI, 2011, p. 263).

No ponto de vista da pesquisadora, ao procurar atender as reivindicações de seus companheiros, as circunstâncias criavam condições para a iniciação no crime, exercendo o papel de “mulas” não diferente do que víamos acontecer na *Penitenciária do Serrotão*, onde a (in)sensibilidade masculina gritava a todo instante, invadia a sala de revista, e em todos os recôncavos, era como se proferissem os seguintes veredictos condenatórios: “não bastassem serem mulheres, associavam-se ao crime; não fosse suficiente serem mulheres, estavam ali expondo a reputação e imagem por bandidos, enfrentando a fila de um presídio desde a madrugada para visitar ladrões; se fosse por homens honestos e trabalhadores, elas não fariam qualquer sacrifício, se fossem mulheres honradas, não se permitiriam àquela situação vergonhosa de fidelidade a marginais, de humilharem-se em função de homens presos. Muitos

só estavam presos por causa delas”. Essas eram frases que ecoavam durante os dias de trabalho na revista da penitenciária, eram falas pronunciadas não apenas por homens, mas também por mulheres, que discriminavam as companheiras dos apenados e educavam as sensibilidades.

De modo que era corriqueiro ouvir os discursos supramencionados. A (in) sensibilidade masculina volatizava-se por entre grande parte dos funcionários do sistema penitenciário. Retóricas também proferida pelas agentes penitenciárias femininas, ficava claro que elas bebiam da fonte do mesmo discurso masculino, reproduzindo a misoginia entre si. Certamente para uma historiadora cuja proposta se assenta também em abordar as sensibilidades no ambiente prisional, as condenações voltadas para as companheiras dos apenados iam além de suas supostas condutas criminosas, da convivência com os maridos em suas práticas delituosas.

Tratavam-se de enunciados que disfarçavam uma tentativa de castração da sexualidade feminina, de encarceramento de seu corpo, condenando seus desejos, por estarem ali desafiando convenções sociais, expostas aos olhares, aos panoptismos. Tais posturas representavam um rebelar-se e resistir aos enunciados castradores. Discursos masculinistas que para aprisionar o feminino, ancorava-se numa moral que o condenava. Amiúde, a resistência das mulheres, era associada a uma fraca conduta moral. Seguindo o pensamento foucaultiano, Carlos André Martins e Matheus da Cruz e Zica (2017, p. 9), assim compreendem:

[...] os “desvios morais” são vistos assim como resistência, como o exercício de poder do mais fraco, não mais como atitudes de alguém que está em falha com dado sistema de valor ou que estaria em um pólo esvaziado de poder. Antes, são atitudes de pessoas que se recusam a participar de determinado sistema que para ele não faz sentido.

A moral nesse contexto, inspirando-se na leitura realizada por Michel Foucault (1984) é o esforço em seguir prescrições, normas, valores que sendo desviados por determinados indivíduos - nesse caso por mulheres a quem se cobra uma dada conduta, pode adquirir um feitiço de resistência, de burla, tarefa nada fácil no espaço da cadeia. Em concordância com a reflexão de Neusa de Almeida Victor (2017) ser “Mulher de bandido” era também sinônimo de resistência, fazendo uso das estratégias para driblar as disciplinas impostas, pois ninguém obtinha a titularidade de dono do poder. E onde há poder, encontram-se resistências.

Por outro lado, enfrentar esses discursos masculinistas tão amplamente difundidos e alimentadas no interior da penitenciária era quase um trabalho sisífico⁴⁰ ainda mais por se tratarem de textos escritos pela pena das masculinidades. Por outro lado, para os apenados havia outros discursos masculinistas, onde as mulheres tinham a obrigação de estarem fielmente naquela fila, de passarem pela sala cor de rosa, pois era essa a demonstração de amor, companheirismo e submissão que deveria estar visível no comportamento feminino. Abandonar o marido ou filho no cárcere seria sim, motivo para execração moral ou planejamento de vinganças. Os discursos masculinistas variavam de acordo com cada olhar, mas na *Penitenciária do Serrotão* condessavam-se em um convergir: reservar ao feminino a submissão e inferioridade. A esse respeito Neusa de Almeida Vitor (2017, p. 39) também discorre:

[...] a naturalização por parte do homem, sustentava a vulnerabilidade da mulher em relação ao descaso do companheiro com relação a exposição de seu corpo a *revista íntima*. Elas eram induzidas por seus companheiros a aceitar o procedimento como algo “normal”, a vergonha a qual eram submetidas não era levada em conta.

No que tange às agentes de segurança penitenciária, no afã de flagrar, prender, censurar, as visitantes que atentassem contra a disciplina, findavam também por naturalizar o tratamento que lhes era reservado durante a *revista íntima*, não obstante, para as servidoras do Estado, nem sempre havia naquela fila, mulheres sensibilizadas com a situação de perda de liberdade do ente querido, ou que se sentissem maculadas com a inspeção invasiva, havia acima de tudo mulheres prostituídas, colaboradoras do crime, mulheres que faziam da visita à prisão um meio para abastecê-lo com materiais proibidos. Reacendiam-se os julgamentos em torno dessas mulheres, repudiadas, silenciadas, mal vistas, malditas, corpos femininos encarcerados, que de acordo com Vanuza Souza Silva (2014, p. 191), tem-se que:

[...] o corpo é, por isso, uma realidade biopolítica, e é através do corpo que o controle do sistema funciona, é na tentativa de reeducar esses corpos, de dar-lhes um organismo que se fundamentam as disciplinas na prisão.

Corpos encarcerados não pelas grades propriamente ditas, a justiça não as havia sentenciado, e sim, o seu familiar, porém indiretamente eram condenadas a cumprir a pena

⁴⁰ Palavra que alude a Sísifo, homem que segundo a Mitologia grega ficou conhecido pela esperteza, atributo que o fez enganar os deuses, culminando em seu castigo eterno: Rolar uma enorme pedra até o alto de um morro, de onde a pedra despencaria, obrigando-o a conduzi-la novamente até o topo; trabalho que resultaria inútil, não podendo jamais ser finalizado. Do mito de Sísifo, deriva a expressão “trabalho sisífico” para expressar a dificuldade ou mesmo, impossibilidade de realizar algum projeto.

junto a ele, deslocando-se todas as semanas para o cárcere durante todo o tempo de cumprimento a sentença de seus filhos, pais, irmãos ou maridos. Corpos encarcerados pelas (in)sensibilidades masculinas que naquele ambiente tinham forte predominância.

Não obstante, vislumbrei corpos felizes, principalmente nos dias de encontro íntimo, mulheres mais jovens perfumavam-se, embelezavam-se, vestiam *lingeries* sensuais de cor vermelha, calcinhas comestíveis, dados de posição sexual e uma série de apetrechos de cunho erótico, pois não encontravam proibição na entrada desses objetos. Na saída da unidade hematomas pelo pescoço, uma nova pintura lhes marcava a pele, tal qual uma demarcação de posse. Não raro deixavam a unidade antes do término da visita no final da tarde, chorosas, descabeladas, de pés descalços, prometiam não mais voltar, reclamavam da ingratidão dos companheiros, dos ciúmes, das exigências descabidas, dos reclames por terem se atrasado.

Outras traziam hematomas não pelo pescoço, mas pelo rosto, ao redor dos olhos, pelos braços, indícios de violência física. Nesses momentos o ambiente da *revista íntima*, tornava-se uma espécie de consultório sentimental, as agentes mais experientes sabiam o que havia se passado, solidarizavam-se com as mulheres, davam-lhe conselhos, pediam que não mais voltassem aquele lugar. Esses pareciam momentos em que algumas agentes penitenciárias se enxergavam também enquanto mulheres, e um vínculo mesmo tênue, naquele instante se formavam. A esse respeito Erving Goffman (1987) afirma que a equipe dirigente de instituições totais enxerga em certo internos objeto de afetividade, entretanto esses sentimentos devem ser dissipados, para que não haja comprometimento da imagem daqueles funcionários. O espaço prisional costuma ser um local emblemático para essas situações.

Na *Penitenciária do Serrotão*, entretanto, a amizade entre funcionários, apenados e seus familiares, era combatida com veemência, pois dela também havia histórico de casos de corrupção e favorecimento ilícito. Em se tratando das agentes penitenciárias, as aproximações com certas visitantes, ocorriam com frequência, uma vez que existia no Serrotão mulheres que durante décadas cumpriam pena junto a seus companheiros, essa rotina de visitas semanais durante tanto tempo, estreitava laços e por jamais terem sido flagradas em condutas delituosas, despertavam a confiança e simpatia das funcionárias, que já não as viam como mulheres ou mães de presos, mas como vítimas de um evento que poderia contemplar a vida de qualquer pessoa e do qual elas não tiveram participação, porém o distanciamento era sempre recomendado, sob pena do trabalho na *revista íntima* perder a credibilidade desejada.

E não foram poucas as agentes que por meio dessas relações de amizade ou solidariedade, passavam a ter a credibilidade maculada, com a inobservância das normas que

implicou muitas vezes na instauração de sindicâncias administrativas, transferências para outros presídios e até exonerações. Nesse diapasão, os disciplinamentos, as práticas educativas, a pedagogização e, finalmente a institucionalização, demarcaram o lugar de fala das mulheres, indistintamente. Mas, a penitenciária, não era somente um espaço de assujeitamentos, por mais autômatos que as disciplinas nos tornassem, restava também os sentimentos, desejos, vontades, restavam as sociabilidades. Em se tratando disso, nada mais emblemático do que a fila de visitantes, local onde pessoas se reuniam e se preparavam para experimentar emoções semelhantes. No próximo tópico tomaremos lugar nessa fila, percebendo um pouco de seus múltiplos sentidos.

1.5 Vistoriando sociabilidades e enxergando sentidos: a fila de visitantes

Cenário demarcado por contradições, sociabilidades e subjetividades diversificadas, a *Penitenciária do Serrotão* tinha em sua fila de visitantes uma amostragem da atmosfera na instituição prisional. Desta forma, junto ao viés festivo e as agitações para a prática da visita íntima ou familiar, existiam também as brigas, os acertos de contas, os furtos de sacolas, a comercialização de objetos, as crises por ciúmes, a prostituição, os casos esdrúxulos de adultério, as fofocas. Tudo poderia se esperar da fila, ordenada em sua desordem, estar perto da fila era estar informado.

Flagrantes os mais variados ocorriam na fila, o que me faz lembrar o caso de uma mulher que durante meses e meses, a fio, nela reservava seu lugar. As centenas de documentações pessoais⁴¹ de visitantes, que manuseávamos em cada dia de visitas, não me faz lembrar com exatidão de sua idade, mas aparentava ter entre 45 e 47 anos, e um bom comportamento. Na *Penitenciária do Serrotão* ter um bom comportamento implicava na observância às leis, às regras postas a cumprir como condição para realização da visita, não portar objetos ilícitos, estar vestida de acordo com o regulamento, não desacatar os funcionários prisionais. Devido à assiduidade em pouco tempo tornou-se conhecida de todos, chegava muito cedo. Devotava para o companheiro uma enorme dedicação, porém nunca levava seus filhos para ver o pai; em verdade nem sabíamos se os tinha. Não me recordo se em

⁴¹ Ao adentrarem à *Penitenciária do Serrotão*, os visitantes, primeiro apresentavam um documento oficial com foto aos agentes que controlavam a entrada e saída de pessoas pelo portão 1. Contudo, o referido documento, no caso das mulheres e crianças, eram guardados pelas agentes femininas, para ser devolvido somente ao final da visita. Havia um escaninho na sala de revista, seguindo uma sequência alfabética para o recolhimento da documentação e facilitação do trabalho das agentes na hora da entrega. No setor de revista de alimentos, também existia um escaninho, e nele eram guardados a documentação dos homens que ficava aos cuidados dos agentes masculinos.

algum momento ela chegou a mencionar sua família. Por vezes, ia ver seu esposo, mesmo após passar uma extenuante noite de trabalho na cozinha de um restaurante japonês da cidade, onde dizia ser cozinheira e também lavar louças.

O trabalho no referido estabelecimento possibilitou que ela protagonizasse uma cena inusitada durante a revista de alimentos: Em uma enorme vasilha havia depositado iguarias que tinham sobrado do restaurante e que segundo ela, iriam estragar, caso não fossem consumidas em tempo. Disse ter recebido a autorização do patrão para trazer consigo a exótica alimentação, que serviria de almoço para seu companheiro preso, parte da história que omitiu ao empregador. Tudo estaria perfeito, não fosse por um detalhe: aquela comida não era permitida em unidades prisionais. Por isso, foi repreendida com severidade pela equipe que procedia à revista dos alimentos⁴². Ou se livrava do almoço “indigesto” ou não veria seu companheiro. Revoltada argumentou que não tinha o que fazer com a comida, eram quilos de uma refeição cara, não queria jogá-la fora, como chegaram a sugerir-lhe. Afirmou ser um crime tal atitude, enquanto pessoas passavam fome. Entretanto, não desejou atrasar sua visita, o que ocorreria caso tivesse ido deixar em casa o prato atípico.

Acabou distribuído o alimento para pessoas que estavam à fila, quase todas deliciavam-se não somente com o alimento, mas acima de tudo com o tumulto causado por causa dele. Esse dia rendeu-lhe um apelido, passou a ser chamada pelo nome da iguaria⁴³ que em vão tentara fazer seu companheiro saborear. Na ocasião pensei: de fato, ela o ama; expunha-se para fazer-lhe agrados, passava noites sem dormir. De pé diante de um fogão, exibindo queimaduras pelos braços e lavando pilhas de louça. Não descansava, chegava para visita usando o uniforme do trabalho, que por ser branco e composto, não atentava contra a disciplina da casa penal. Enfrentava a fila quilométrica da prisão, onde novamente ficava de pé por horas. E na sala cor de rosa, o espelho a aguardava. Contudo, não demonstrava oprimir-se, nenhum queixume se quer revelava.

De vez em quando, éramos tomadas por esses eventos e personagens, histórias causadoras de surpresa e perplexidade contribuía para dissipar um pouco da tensão, cansaço e amargura inerentes ao trabalho na penitenciária. Situações que me incitam de certo modo, a sentir saudades dos risos, das celebrações de alegria, da descontração em face da disciplina enrijecida que vivenciei. Recordá-las é em grande medida, um reviver nostálgico, já que “[...]”

⁴² Na *Penitenciária do Serrotão* a direção afixava na parede, próximo ao balcão de revista dos alimentos, o que podia ou não adentrar. Tentava-se dessa maneira, evitar a confecção de cachaças artesanais, mediante a fermentação de alimentos como arroz, feijão e milho. Mas, na lista havia outros tantos alimentos proibidos, e sempre que algum visitante insistia em levar, era obrigado a se desfazer ou não realizava a visita.

⁴³ Como forma de preservar a identidade da visitante narrada, optei por não revelar-lhe o apelido. Isto é, o nome da iguaria.

a sensibilidade consegue pelo rememorar de uma sensação, reproduzir a experiência do vivido, reconfigurado pela presença do sentimento [...]” (PESAVENTO, 2007, p. 13). Mas, a história de amor e dedicação extremados daquela visitante por seu marido, ainda não tinha chegado ao seu clímax, o recurso da reviravolta tão clichê nos romances, ainda nos surpreenderia de uma maneira estarrecedora.

Foi então que, nas primeiras horas matutinas de uma quarta feira, enquanto procedíamos à *revista íntima*, seguindo sempre as mesmas prescrições. Fora da sala, gritos estridentes, uma grande arruaça cortou o burburinho costumeiro. Uma agitação incomum sacodiou a fila de visitantes e ampliou-se para o interior da unidade prisional, à medida que as mulheres entravam para visitar seus maridos chegavam, versões do que tinha ocorrido tomavam corpo. Fechadas na sala cor de rosa, realizando a inspeção corporal, inicialmente acreditávamos que alguém havia sido preso portando drogas, mas esse fato naquele ambiente, já não causava espanto e menos ainda, tamanho alvoroço.

As levas de visitantes que adentravam a sala de revista, por fim romperam nosso isolamento com o mundo exterior, fornecendo versões variadas acerca do flagrante. Os relatos obtinham início, meio e finais diferentes, cada visitante trazia um detalhe da história que ainda não havia sido contado, desfechos conflitantes, mas que convergiam no aspecto moralizante e masculinista do enredo, apontando a moça das iguarias como culpada, e sem vergonha. Com isso, mais uma vez, ela assumia o protagonismo de uma história que deu muito o que falar, sendo que o episódio mais recente tinha forças para ficar timbrado em sua alma de maneira irrevogável; cometera um crime ainda repudiável para mulheres, mormente em um espaço repleto por masculinidades: A visitante dedicada, teria sido flagrada em adultério.

Até o momento, o leitor talvez tivesse sido levado a pensar que o marido traído, estava cercado por grades, isolado do convívio social. Ledo engano, ela de fato era casada, mas seu amor devotado era reservado ao amante. Este sim, se encontrava preso, enquanto seu marido, em liberdade. Condição que permitiu a ele traçar com detalhes seu plano de vingança, recebendo a aprovação do público presente, talvez em decorrência de que “[...] as sociedades contemporâneas também autorizam o sujeito a fazer uso da força física como forma de provar virilidade” (NOLASCO, 2003, p. 31) o marido traído, ciente da infidelidade conjugal da esposa e com sua *honra masculina* em frangalhos, viu sua virilidade questionada, tendo como agravante o fato de que a traição consubstancia-se não com um homem trabalhador e honesto, mas com um presidiário, findou pensando não existir outro remédio para aquele mal, puni-la

publicamente seria o antídoto. Diante de uma plateia robusta e ruidosa, composta por centenas de mulheres que emprestavam forma e sentidos à fila de visitantes, ele teria lavada sua honra.

Naquela fatídica manhã, dia da visita íntima, a fila seguia seu curso lentamente, tal qual um rio caudaloso, repleto de cores vivas, comprimia-se na altura dos portões do Serrotão, mas voltava a ganhar força em seu interior, formando novas filas, seguindo outros cursos, semelhante a um encontro de águas a procura de remanso. Nesse dia, não havíamos percebido o atraso da notável visitante, quando abruptamente ouviu-se o som de vozes misturadas, falava-se ao mesmo tempo, gargalhadas, gritos, euforia, semblantes estupefatos, rostos indignados, cabeças que meneavam em gestos de reprovação, sorrisos maliciosos que se alargavam pelos cantos das bocas, o flagrante e a vingança haviam sido consumados.

As narrativas orais davam conta de que a mulher chegou conduzida por um motociclista, o volume de sacolas que trazia dificultava seus movimentos. Nelas os mesmos itens costumeiros, o almoço, refrigerante e cigarros. De repente, surge o autêntico marido. Ele a havia seguido, em ato contínuo a retira da motocicleta, tomando para si as sacolas e derramando todo o conteúdo que nelas se encontrava, pelo chão. Ao mesmo tempo em que vociferava toda sorte de xingamentos contra a mulher, e a agredia com socos, pontapés e puxões de cabelo. Uma parcela considerável da fila se decompõe, queriam testemunhar à queima roupa aquele espetáculo. Caída e humilhada, a mulher tem em volta de si, uma pequena multidão de curiosos, semelhante a uma nuvem negra cujos prenúncios são de forte tempestade.

O homem traído teria visto no espancamento da esposa, a lavagem de sua honra em virtude da infidelidade conjugal por ela praticada. Esta visão, de acordo com Sócrates Nolasco (2003) toma fôlego na crença da força física como meio para a resolução de conflitos que afetam negativamente a imagem de homem viril, seria uma medida tomada para salvaguardar essa imagem perante a sociedade. Em sua pesquisa dedicada às subjetividades masculinas das décadas de 1940 e 1950, Maria Izilda Santos de Matos (2001, p. 54), apresenta o seguinte entendimento,

A traição feminina é identificada como falta de caráter da mulher e desonra para o homem. Provoca nos homens uma dor, vinculada à uma ética da justiça, derrota, humilhação, inferioridade, debilidade e roubo de seus direitos, podendo ser considerados incapazes de exercer o controle e até de questionamento de seu desempenho sexual e gerando atitudes variadas desde o choro, violência, punição, até os ditos crimes da paixão (MATOS, 2001, p. 54).

Possivelmente o que ali se testemunhou foram resquícios ainda vivos, da cultura masculinista, que se fazia presente nos discursos que pairavam na prisão, a mulher havia atentado não apenas contra seu esposo, mas em mesma medida contra si mesma, maculando a instituição familiar e por fim toda a sociedade. A presença marcante desses construtos culturais, naquele ambiente, não me impactou tanto, já que a própria *revista íntima* comprovava a predominância de uma masculinidade hegemônica que no dizer de Eronides Câmara de Araújo (2011, p. 107) pode assim ser compreendida:

[...] quando o homem é traído, ele assim deve se sentir não só porque lhe roubaram a sua suposta propriedade e invadiram o seu domínio, mas também, porque a mulher quando o trai, sugere que há a fragmentação dos valores de sua honra, pelo os quais, asseguravam-lhe exercer um tipo de masculinidade que lhe garantia usufruir dos códigos de dominação.

A falta de solidariedade e até os implícitos aplausos das demais visitantes, pelo ato de lavagem da honra do marido traído, foi para o *feeling* da historiadora a maior causa de impacto. Na fala de quase todas as visitantes que descreviam a cena do flagrante, existia um endossamento do discurso de que somente ao homem, cabe trair. O que afirma uma suposta superioridade, um domínio perante as mulheres, que as visitantes do Serrotão, talvez nem conseguissem dimensionar.

Todo o alarido causado nesse dia, pelas próprias mulheres tanto na parte externa quanto interna da penitenciária, relatando com acentuada empolgação os detalhes do flagrante, enquanto eram revistadas na sala cor de rosa, e os comentários maliciosos, as críticas à conduta da suposta adúltera, me permitem refletir acerca da razão de tão poucos questionamentos à violência vivenciada por elas mesmas, no interior daquela sala, nas imagens advindas espelho. Inconscientes da própria *pedagogização do corpo* a que estavam submetidas. Por outro lado Eronides de Araújo Câmara (2011, p. 110) chama a atenção para a seguinte análise:

[...] o homem ao publicizar a sua desonra pode provocar nos seus pares, com maior ou menor intensidade, a solidariedade, mas também a reprovação e a vergonha, sentimentos desprezíveis na economia masculina.

“Trocando em miúdos”, as pedagogias do corpo também afetam aos homens e lhes causam, angústias e sofrimentos baseiam-se na prática de múltiplas masculinidades. O homem traído que se vinga, no caso faria parte de uma masculinidade hegemônica, que condena de forma veemente a infidelidade feminina, que utiliza-se de uma linguagem depreciativa do feminino, isto é, falocêntrica, como estratégia de autoafirmação, de preservação da imagem de

um masculino que perde cada vez mais terreno, mas que carece de reconquistá-lo mesmo por meandros sinuosos. Sabe-se que “[...] o valor da honra saiu do código penal, não sendo mais possível acioná-lo para lavá-la no tribunal e a Lei Maria da Penha, foi criada como estratégia para coibir a violência contra mulheres” (ARAÚJO, 2016, p. 242). Entretanto, no ambiente da *Penitenciária do Serrotão*, a humilhação pública contra a mulher, funcionou como forma de purgação de sua infidelidade, e ainda encontrou respaldo no público que assistiu, ou ouviu as narrativas acerca do espancamento da moça das iguarias.

Do dia da agressão e repúdio sofridos pela visitante em questão, continuei a chamando por seu nome de batismo, mas se tivesse de tratá-la adotando apelidos, não seria certamente o nome da iguaria que ganharia sentido, e sim o de Geni⁴⁴, personagem de uma das letras de Chico Buarque de Holanda, que é apedrejada, humilhada e hostilizada por toda uma cidade, em virtude daquilo que fazia com o próprio corpo, como causa de sua liberdade sexual. A moça das iguarias assim agiu, em nome de sua liberdade, mesmo encontrando a sua volta, a oposição de uma masculinidade hegemônica. Ela era ao mesmo tempo, uma mulher independente, tinha seu emprego e de seus rendimentos levava produtos para seu amante, cuidava dele e cuidava de si, daquilo que a realizava. No dia em que sofreu o espancamento longe de desistir de sua visita, adentrou à penitenciária dizendo-se caluniada, vítima de uma conspiração, mostrando indignação.

Resta ainda dizer que a visitante das iguarias, dia, após dia de visita, continuou com a mesma dedicação ao suposto amante, mesmo à revelia e olhar reprovador de muitos. Ela de maneira surpreendente ofereceu resistência ao julgo das masculinidades, mantendo-se em sua fidelidade ao seu amor antes “clandestino”. E foi assim até o dia em que a direção decidiu transferi-lo para outro estabelecimento penal na cidade de Catolé do Rocha, Sertão do estado, alegando seu envolvimento em um motim no interior da penitenciária. Daí em diante, não soubemos mais dos dois.

A rigor, na fila davam-se muitas outras histórias passionais, adultério de apenados que traíam suas esposas por meio da visita de outras mulheres que procuravam a penitenciária para cadastrarem-se enquanto companheiras de um determinado recluso solteiro, que na verdade era somente bode expiatório para facilitar o encontro delas com apenados que já eram casados. Ocorriam relatos de visitantes acusadas de roubar os maridos de outras, cenas de ciúmes eram uma constante e com elas as desavenças, brigas, denúncias e ameaças. Sensibilidades que como assevera Alan Barbiero (2006) podem funcionar como premissa para

⁴⁴ *Geni e o Zepelim*, canção composta por Chico Buarque de Holanda, pertencente ao álbum, *Ópera do Malandro*, de 1979.

o historiador, que dialoga com a antropologia, a sociologia e assim como com a psicanálise, levando-se em consideração que “[...] tratam igualmente das paixões, do inconsciente e dos sonhos -, apresentem relatos com o desvelo dos escritores a retratar novas personagens que revelam uma história nem sempre feliz, mas em todo o tempo bela” (BARBIERO, 2006, p. 16).

Neste contexto, em que os afetos fervilhavam, parte considerável dos casos de flagrante de mulheres portando drogas e celulares, eram possíveis em virtude das denúncias vindas da própria fila. As contendas envolvendo as visitantes nos favorecia. A cortina que separava as agentes penitenciárias de algumas visitantes desfazia-se nesses casos, e muitas das mulheres de apenados eram consideradas “informantes” tinha-se nelas, uma certa confiança, pois atentas ao que presenciavam durante a estada na fila, elas eram os olhos e ouvidos da sala cor de rosa, ou seja das agentes penitenciárias. Incentivadas por querelas pessoais desencadeadas na fila ou pelo desejo de conquistarem algumas regalias dos funcionários do sistema, as informantes iam ocupando seu espaço, garantindo para si uma revista mais branda, e pequenas concessões, já que prestavam importante contribuição para a apreensão de objetos ilícitos. No entanto, havia o cuidado para que as outras familiares dos apenados não descobrissem a identidade das colaboradoras das agentes, que caso ocorresse sofreriam retaliações na cadeia, a cabuetagem⁴⁵ mesmo sendo comum, tinha sua punição.

Amiúde, cumpriria também às agentes de segurança penitenciárias femininas, enxergar além das imagens refletidas pelo espelho. Na verdade, o trabalho por elas desempenhado consistia no esforço por ultrapassar tais imagens, indo onde sua luz não alcançava. Daí emanava a necessidade de se vistoriar os familiares dos reclusos, antes mesmo que fizessem a travessia pelos portões, estudá-los, ainda à fila de acesso a unidade, sendo a inspeção primeira concretizada mediante a prática do olhar somado aos outros sentidos. Recorro mais uma vez ao emblemático panóptico abordado por Michel Foucault (2008). E, se assim o faço, é por sentir-me constituinte daquele modelo de observação, mas também por ele observada.

Perscrutar, via de regra as visitantes perfiladas, espreitando-as, esmiuçando gestos e condutas, não me isentava de ser audiência das vigilâncias alheias. A sensação que se tinha, era a de observar e ser observada. Investigar ciente de que também se podia ser foco de investigações. O panoptismo não poupava, nem excluía quem estivesse vinculado ao sistema penitenciário. Na instituição prisional, confiança era matéria praticamente desconhecida.

⁴⁵ Consiste na ação de delatar, denunciar condutas alheias.

Durante o trabalho os/as agentes olhavam-se entre si, olhavam os movimentos da direção, além de fitarem os visitantes, e estes por sua vez esquadrihavam-se e nos esquadrihavam.

Sobrevinha a importância dos demais sentidos, além do ver, o ouvir, o sentir. Por outra via, em mim desfolhavam-se as observações de historiadora, concordando com Joedna Reis de Menezes e Raniery da Silva (2012, p. 6) a História não se faz sem percepções, sem significações e sentidos dados e recebidos do e para o mundo, atuar como historiador/a das sensibilidades seria assumir o próprio objeto de estudo por mais distante temporalmente que seja. Eu, no entanto, vivia uma situação diversa, porquanto minhas fontes e meu objeto a ser estudado, vinculavam-se ao meu cotidiano.

E assim, pelas manhãs ao chegar para meu dia de plantão na penitenciária, deparava-me com os visitantes, aglomerados em volta do portão desde a madrugada ao relento, aguardavam que os ponteiros dos relógios marcassem oito horas, para o início dos ritos que permitiriam ou não, a ocorrência da visita. Situação que se repete pelo Brasil, como descreve Fernanda Bassani (2011) retratando as mulheres que visitam a *Penitenciária Estadual do Jacuí*, maior penitenciária Rio Grande do Sul,

[...] a grande maioria era de namoradas, esposas, e companheiras, ou simplesmente, visitas íntimas. Muitas acompanhavam seus parceiros desde o início da pena; outras, o conheceram na própria prisão; e há ainda aquelas que, desfeito o primeiro relacionamento com um preso encontram-se vinculada a outro (BASSANI, 2011, p. 261).

As mulheres descritas pela a autora, equiparavam-se ao perfil das visitantes da *Penitenciária do Serrotão*. Novos e antigos rostos assomavam à fila, pessoas que se despediram da rotina da prisão havia pouco, mas não tardavam a regressar acompanhando seu familiar que reincidia na prática criminosa, submetendo seus parentes, sobretudo as mulheres, a retomarem seus lugares à fila, à sala cor de rosa, ao pátio e pavilhões da cadeia. Ao cruzar com os visitantes, e mormente com as mulheres dos apenados, para quem a *revista íntima* adequava maior ímpeto agressivo, muitas delas vinham ao meu encontro a pretexto de sanar dúvidas, se poderiam entrar com certo tamanho, estilo ou cor de roupa. Demonstravam estar cientes de que a infração as normas afixadas na casa penal, como um decote, uma roupa mais escura, um sandália com salto, mesmo que este fosse pequeno, um sutiã com enchimento, qualquer ínfimo detalhe seria motivo para penalidades como o impedimento de realização da visita.

A inspeção dedicada às visitantes teoricamente tinha início no limiar de entrada, porquanto elas nos abordavam e eram também abordadas. Na maioria das ocasiões, eram

repreendidas somente no interior da sala da revista para que nela fosse aplicada a penalidade, a proibição da visita. Em muitos casos o anseio por visitar o familiar era tão intenso que tomavam emprestadas roupas trazidas por outras visitantes que ainda se encontravam à fila. Faziam incontáveis peripécias para terem concretizada a visitação. E a fila solucionava problemas, promovendo as mais excêntricas sociabilidades. A fila tinha, pois, importância vital para o sucesso da *revista íntima*. Desdobravam-se investigações a partir do que se colhia na travessia por ela, por suas sociabilidades.

Entretanto, conforme Michel Foucault (2008) a fila fora pensada como mais uma estratégia do poder disciplinar de controle dos indivíduos, e na prisão ela funcionava da seguinte maneira: rente aos seus portões, em dias de visitas, dois agentes a controlava, autorizavam grupos de pessoas para entrarem sucessivamente, mantendo suas posições em fila, e de posse de uma lista nominal em mãos os funcionários prisionais, realizavam a conferência observando se constava o nome de cada visitante, e o nome dos apenados. Somente se permitia a entrada de quem constasse na lista.

Partindo dessa fila, e já identificados os visitantes seguiam para a fila de revista das sacolas que traziam, durante todo o tempo de revista mantinham-se enfileirados. Havia dessa maneira um maior controle sobre os indivíduos, enxergando-os com melhor nitidez com base em suas disposições à fila, pois “[...] a disciplina arte de dispor em fila, e da técnica para transformação dos arranjos”. Ela individualiza os corpos, por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. [...] (FOUCAULT, 2008, p. 125)

A fila então, não poderia de modo algum ser negligenciada, e para ela era necessário lançar todos os sentidos: olhar a fila, ouvir a fila, sentir os aromas da fila uma vez que “[...] cheiros, gestos, toques, olhares, cores, ruídos, dor, medo, raiva e prazer configuram um verdadeiro índice das possibilidades de definição de novas sensibilidades na história [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 8). Neste ínterim, percebia-me em conflito, na ilusão de que meu ofício de historiadora entrelaçava-se ao de agente penitenciária, na proporção em que investigava sensibilidades, meu objeto de pesquisa seria a condição das mulheres, mas como profissional da segurança, interessava-me tão somente as condutas criminosas, daí surgia um profundo hiato, e quase indissolúvel dilema.

Entretanto a fila seguia comunicando cheiros de mulheres embriagadas, de mulheres que fizeram uso de drogas ilícitas, sendo preciso também apalpar a fila, o que era feito por meio de revistas, já que rotineiramente acontecia de visitantes levarem drogas ou outros objetos ilícitos escondidos em seus pertences para a tentativa de arremessos sobre as muralhas

da penitenciária. Nesse sentido, a fila era tocada, mediante as abordagens com a participação da Polícia Militar da Paraíba, desde a parte externa da penitenciária, no próprio espaço da fila, e quando as denúncias eram confirmadas envolvendo mulheres, não se descartava a *revista íntima*, e a visitante era conduzida até a sala cor de rosa, onde passaria por todos os procedimentos da inspeção.

As denúncias em grande medida advinham da própria fila, das conversas nela travadas, dos comentários, de suas aflições, de seus desejos, enfim da escuta e percepção do comportamento dos parentes dos presos. Deste modo, devorava-se a fila, compreendendo os sinais por ela anunciados. Nela existia espaço pra tudo, comentários acerca do perfil de cada agente penitenciário eram traçados: Se atencioso ou autoritário, qual deles era corrupto ou incorruptível, bonzinho ou truculento, qual deles se podia negociar e qual deles era melhor evitar.

Em meu percurso rumo aos portões da unidade, ou nas saídas para o almoço, para a condução de alguma visitante presa em flagrante, sempre que passava pela fila reparava em seu semblante e ouvia sua voz. No horário de chegada, uma ou outra visitante a mostrar satisfação pela minha presença, enquanto a maioria calava e apenas me olhava fixamente ou de soslaio, algumas balbuciavam um bom dia ou boa tarde com ar de desinibição ou desconforto, mas as expressões em silêncio eram as que sobremaneira me intrigavam, haja vista que na Penitenciária, mais do que em qualquer outro lugar, o silêncio tinha a dizer muito mais do que certas palavras. Naquele ambiente, de censuras, onde liberdades eram ceifadas, controladas e os silenciamentos impostos, ficava difícil interpretar a mensagem contida na ausência de palavras.

[...] a censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio. Entretanto, como o silêncio significa em si, à “retórica da opressão” - que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos - responde a “retórica da resistência” fazendo esse silêncio significar de outros modos (ORLANDI, 1992, p. 87).

Dessa maneira, perceber o que comunicava o silêncio da fila e as maneiras como ele se prolongava na sala de *revista íntima*, no interior da unidade prisional era fundamental para o Serrotão. A fila silenciosa era sinal de alerta, nem sempre condicionado pela imposição da disciplina, o silêncio que antecedia as rebeliões, era sinônimo de resistência, de que algo medonho, à surdina fora tramado. Vaticínios do silêncio que se confirmavam, por esta razão, antes do silêncio ouvia-se os comentários da fila, estes tinham sempre um quê de verdadeiro, não uma verdade absoluta, mas meias verdades, meias mentiras que alarmavam e confundiam o dia a dia por entre os muros e forçavam a tomada de decisões por parte da direção.

A fila representava assim, um dos termômetros do Serrotão. Era ela quem fornecia uma prévia do clima no presídio, e, diga-se de passagem, que das mais certas. Era também nela que se tinha as confirmações de rebelião, de fugas mediante as escavações de túneis, da confecção de “teresas”⁴⁶ ou por outros meios. Quando a fila era diminuta e o silêncio imperativo, presumia-se que algo de sinistro ocorreria. As mulheres e os visitantes de um modo geral estavam cômicos de que o poder disciplinar do Estado, representado pela direção da penitenciária, seria desafiado e, por conseguinte, abalado. Nesses dias, as madrugadas eram ainda mais silenciosas, o *quórum* para o canto das corujas desertava, a rebelião não esperaria a chegada da alvorada.

Discutiremos adiante, como funcionavam as leis dentro do cárcere, tanto as leis oficiais quanto os acordos feitos entre a direção e os representantes dos apenados. Acordos responsáveis por manterem a direção de pé, e garantirem uma certa tranquilidade e estabilidade a paz prisional. Ademais são apresentados com mais detalhes a *revista íntima*, e a autonomia das agentes penitenciárias no interior da sala de revistas.

1.6 À luz de leis: as luzes de espelhos e lanternas em paredes cor de rosa

Em abril do ano 2000, a lei estadual 6.081/2000, proibiu a realização *da revista íntima* e vexatória em todas as unidades carcerárias da Paraíba. Pretendia-se coibir o desnudamento de visitantes e a exposição de suas cavidades corpóreas em espelhos, o que colidiria com o Princípio da dignidade da pessoa humana. Contudo, a falta de recursos para a implantação de scanners corporais, possibilitou que a luz dessa lei fosse apagada, esquecida, e que assim, não surtisse quaisquer efeitos. A *revista íntima* permaneceu como método empregado para o combate à entrada de ilícitos na Penitenciária do Serrotão por meio de suas visitantes.

Embora houvesse a Lei de nº 72010/84, a conhecida Lei de Execuções Penais, de abrangência em todo o território nacional, objetivando efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado, existiu também a necessidade de elaboração na *Penitenciária do Serrotão*, de um regimento que compreendesse a complexidade intrínseca aos trabalhos realizados em seu no interior, disciplinando além das condutas dos visitantes e apenados, as de seu corpo funcional. Tomou forma, então, o regimento denominado de *POP - Plano Operacional*

⁴⁶ Lençóis amarrados uns aos outros, para serem lançados sobre as muralhas da penitenciária, ajudando na escalação das mesmas e por essa via possibilitando a fuga de apenados. Em fevereiro de 2015, ao tentar escalar o muro valendo-se de uma *teresa*, em uma tentativa de fuga durante a madrugada, um apenado finda morrendo eletrocutado.

Padrão. Contudo, existiam as leis da cadeia, editadas pelos próprios apenados para a garantia de seus direitos no interior dos pavilhões. Consistiam em acordos entre os líderes dos apenados, vulgarmente chamados de “comandos”, e os dirigentes prisionais.

Para que existisse paz na prisão, era necessário que tanto o Estado, quanto os apenados, mantivessem acesos esses acordos. Vivia-se sempre um clima tenso, onde cada lado, às vezes necessitava mostrar seu poder de artilharia ou ceder, em nome da ordem, desse modo é “[...] a partir das disputas e das articulações que se realizam ordinariamente entre os presos e a direção, que findam por estabelecer ‘legislações (in)visíveis’ para a manutenção da ordem” (RAMOS, 2012, p. 79).

Lidar com o invisível era ladrilhar um caminho movediço, ambíguo, e assim durante minha estada na prática da *revista íntima*, ouvi da fala de agentes veteranos relatos da passagem pela *Penitenciária do Serroton* de diretores autoritários⁴⁷, que mandavam “arregaçar⁴⁸” as visitantes dos apenados, pouco vindo a se importar com as consequências trazidas por tais atos. Desconsiderando as legislações (in)visíveis, as mesmas que são discutidas e sancionadas no interior da cadeia, pelos chamados “comandos” dos apenados. Embora não sejam escritas, essas legislações são firmadas pela palavra, e são as mesmas que decretam a morte de certos internos e a deflagração de rebeliões.

Em gestões que ignoravam a existência daquelas leis invisíveis, dava-se total autonomia para as agentes executoras da *revista íntima*, a chamada “carta branca”, para que as profissionais conduzissem a revista como lhes aprouvessem, mas existia também a direção conhecida por “abrir as pernas” gíria corriqueira no cárcere que se referia aos diretores acovardados diante dos reclusos, que faziam-lhes concessões diversas. Tais diretores mantinham-se no cargo, pois se os apenados e seus familiares estavam satisfeitos, não havia motivos para rebeliões, para denúncias junto à imprensa e retaliações por parte do Estado, conseqüentemente não havia razão para a queda da direção vigente, ou exoneração na linguagem oficial. Concordando com Helmano de Andrade Ramos (2012, p. 106)

⁴⁷ Na *Penitenciária do Serroton*, as direções passavam em média dois a três anos frente ao comando da casa penal. A dificuldade em encontrar o equilíbrio certo entre impor a ordem e a disciplina em meio a interesses diversos, permitia que “as direções” caíssem num curto espaço de tempo. Ou seja, que elas fossem afastadas. O bom diretor era considerado aquele que não cedia sempre aos interesses dos apenados, que sabia impor a lei, ser respeitado, sem precisar recorrer sempre a força, a violência. Mas, nem sempre os comandos que se formavam entre os presos estavam dispostos a seguir as leis oficiais, sobretudo quando estas confrontavam-se com suas próprias leis. Ai chegavam ameaças de rebeliões, fugas, motins que interessavam sobremaneira a imprensa, mas jamais ao Estado, cuja resposta era dada sempre com as transferências dos cabeças das rebeliões para penitenciárias distantes.

⁴⁸ Revistar da maneira mais invasiva possível.

[...] há um acordo tácito entre ambas as partes, visto que o objetivo maior é fazer o sistema funcionar. Fazer com que isso ocorra é articular as relações no interior do cárcere, evitando-se confrontos de interesses e a manutenção de uma convivência ordeira entre detentos e destes com os agentes, e, conseqüentemente direção.

As reverberações desses acordos não declarados explicitamente entre direção e apenados, nem sempre agradavam o interior da sala de *revista íntima*, a porta de entrada para a penitenciária, já que trazia implicações para as relações das profissionais com as visitantes, embora tais acordos não significassem em absoluto, o impedimento para as inspeções ginecológicas, e o lema proposto pela direção continuasse sendo “apertar” as visitantes consideradas suspeitas, por outro ângulo as contínuas proibições impostas pelas agentes penitenciárias e a prática de uma revista invasiva em demasia, permitiram que protestos contra essas funcionárias fossem organizados pelos apenados, convocando os meios de comunicação e exigindo da direção uma tomada de atitude.

Tais protestos ou motins, geralmente eram organizados durante o banho de sol, consistindo na recusa de apenados para recolherem-se. Em matéria veiculada no portal de notícias G1⁴⁹, no dia 16 de julho de 2012, tem-se a cobertura dos presos amotinados sobre os telhados dos pavilhões da penitenciária, portando lençóis brancos, com inscrições que reivindicavam respeito às visitas. Os motins normalmente aconteciam em dias não destinados à visitação. Do mesmo modo, os acertos de contas, assassinatos e espancamentos, somente aconteciam após as 16h:00, quando as visitas deixavam a penitenciária. Fazia parte do código de conduta do cárcere, editado pelos próprios apenados, o respeito aos visitantes.

Era comum também escreverem os nomes das agentes que pretendiam afastar. Meios de demonstrar que o poder estatal não era absoluto. Avalia Michel Foucault (2008) em suas reflexões em torno do nascimento da Biopolítica, que o Estado não deve ser compreendido como um monstro frio, tampouco como um teatro de fantoches, ou “[...] uma espécie de policial que viria a reprimir diferentes personagens da história”. Nessa sintonia, Zygmunt Bauman (1989) assinala que “[...] o recluso de Bentham não é um boneco com pernas e braços, movido apenas por cordelinhos. Crê-se que são seres pensantes, capazes de raciocínio; e sua conduta é sempre consequência de uma. Também lutam pela felicidade” (BAUMAN, 1989, p. 27). Nota-se, nesse ponto, a convergência de pensamentos entre Foucault e Bauman, ambos mencionam um exemplo semelhante a fim de dizer que o Estado não é onipotente, não é dono de todo o poder.

⁴⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/07/detentos-fazem-manifestacao-no-presidio-do-serrotao-na-paraiba.html>

Por sua sorte, os apenados, não são meros ventríloquos a reproduzir o que pretende o poder estatal, não estão totalmente a mercê de uma vontade superior. Os reclusos têm suas vozes, desejos e resistências. Reivindicavam o que poderia fazer a existência naquele espaço mais suportável, para isso, pressionavam a direção, que algumas vezes cedia, atendendo em parte aos seus reclamos, retirando funcionários de seus postos de trabalho, sendo estes relocados para setores distintos da unidade, onde não tivessem contato com os visitantes. Uma complexidade de poderes bem maior do que eu podia imaginar antes de conhecer o sistema.

No caso da *revista íntima*, a direção alegava para a transferência da agente a preservação de sua integridade física e, mesmo de sua vida. Tempos depois a própria ausência de profissionais motivava o retorno da funcionária afastada e as ameaças sofridas eram esquecidas. Conquanto, a definição do perfil da pessoa dirigente era fundamental para a postura a ser adotada pelas agentes na sala de revista. Não diferente de qualquer direção institucional, a direção do Serrotão interferia em todo o corpo funcional. Com isso, atuar ao lado de diretores conciliadores demais e que atendiam até a caprichos dos apenados e suas visitantes, resultava em constrangimentos e atritos dentro da própria equipe e junto aos diretores.

Na sala de revista, as agentes tinham a sensação de perda de autoridade, a dita “moral” perante as visitantes. A postura da direção ocasionava conflitos com os demais agentes, causava tensionamentos tão frequentes quanto aos vividos com apenados e seus familiares. Contudo, não se esvaia de todo, o caráter de autoridade, a deferência por parte dos visitantes para com as agentes. Todavia não se tinha mais respaldo para a tomada de decisões e, mesmo para dirimir problemas de fácil resolução. Atos que poderiam ser discricionários das próprias agentes como a suspensão de visitas por curto período, passavam a ser discutidos e decididos pela direção. Tudo isso, era causa de revolta, de stress e desmotivação por parte das agentes femininas na sala de revista. De um modo geral como aponta Rubia Minuzzi Tschidel (2012, p. 15) em seu estudo:

[...] a análise do trabalho de agente penitenciário aponta aspectos que dificultam a sua plena atuação, como também contradições que, por vezes, resultam em interferências na saúde física e mental. O trabalho penitenciário é reconhecido como estressante e de alto risco para o adoecimento.

No entanto, era parte da lógica do sistema prisional, as tensões constituíam seu cotidiano, não se podia fugir delas. Havia direções que se faziam efêmeras em face das contradições em que se erigiam. Trabalhar no sistema era patinar em meio a ambivalências, interesses diversos, conspirações, cobranças, conflitos laborais e existenciais, e buscar manter

o equilíbrio diante de leis conflitantes. Talvez tenha sido por pensar nisso que em 2012 a equipe que dirigia a *Penitenciária do Serrotão* elaborou seu próprio regimento, o Projeto Operacional Padrão. O já referido POP, como ficou sendo chamado disciplinava as atuações dos servidores em suas especificidades, cada funcionário assumia a responsabilidade pelos atos praticados em seus setores. Ansiava-se por uma melhor maneira de condução dos trabalhos na casa penal, garantindo-se segurança e eficiência.

O documento trazia toda uma seção dedicada ao trabalho desempenhado pelas agentes de segurança penitenciária femininas, assim determinando:

Seção IX

Do agente de segurança penitenciário feminino:

Art. 10 A agente de segurança penitenciária feminino compete:

I – cumprir com exatidão as atribuições designadas pelos diretores;

II- caberá às agentes de segurança penitenciária feminina colaborar com a tranquilidade dentro da unidade prisional de custódia masculina mediante a realização da revista íntima e pessoal de mulheres visitantes, atentando para a preservação da integridade física, moral e psicológica de todas sem distinção de qualquer natureza;

Contudo, a maioria dos parágrafos vicejava uma realidade idealizada, tanto para as visitantes quanto para as funcionárias do Serrotão, tendo em vista a impossibilidade de preservação da integridade física, moral e psicológica de visitantes, mediante a prática de uma revista invasiva, constrangedora e ginecológica e, por conseguinte, misógina. As agentes mesmo inconscientes em sua maioria da violência que praticavam e que também as afetavam, necessitavam movimentar as engrenagens do sistema. Não havia, portanto, garantias de privacidade, intimidade ou algo que o valha, apenas as crianças eram revistadas em uma dependência separada. Tinham todos os objetos revistados, mamadeiras, comida, roupas, fraudas, brinquedos. Mas, para elas não se destinava o espelho. A inspeção íntima no Serrotão ocorria somente em mulheres em maioridade. Procurava-se respeitar a lei 8.069/90, o *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

Na sala da *revista íntima*, no entanto, não havia preservação ao corpo feminino, em fila indiana mulheres eram induzidas a abrir a boca, retirar próteses, curativos, deixando à mostra ferimentos infeccionados, levantavam os braços, sacudiam os cabelos (muitas apresentavam piolhos), mostravam a sola do pé, enquanto tinham suas roupas jogadas por sobre uma mesa, para que as agentes revistassem-nas. Vez por outra, acontecia reclamação de visitantes que tinham as roupas íntimas misturadas, mas eram ecos dissonantes sem qualquer resposta na pequena sala.

Para realizar a visita, as mulheres precisavam comprovar que não escondiam nenhum objeto ilícito. Práticas que iam educando-as para a rotina no cárcere. Reclusas na pequena sala, com janelas e portas cerradas, dado à nudez das visitantes e ao caráter da inspeção nelas realizada, não havia qualquer indício de lucidez naquele ambiente. A fumaça de cigarros vinda da parte externa invadia todos os compartimentos, encontrando passagem pelas frestas das janelas e das portas. Formavam espirais, e rodopiavam à nossa frente empalidecendo o tom rosa, já envelhecido das paredes, e nos condicionando a uma respiração arquejante, a uma sensação de asfixia.

Duas ou três agentes recostadas às paredes rosa, de cócoras ou sentadas em banquinhos seguravam o espelho e orquestravam os movimentos que as visitantes teriam de executar com as pernas em formato de compasso. Aquelas paredes com os tons rosa choque, comprimiam e oprimiam, e, por extensão eram testemunhas da inspeção macabra. A pintura rosa, tonalidade imposta ao feminino, era uma forma de delimitá-lo em um lugar de fragilidade e de inferioridade. Quiçá de delicadeza. Delicadeza num ambiente que se fazia deveras grotesco. O tom rosa soava como ironia, uma desmedida incoerência.

Mas, importava apenas que existiam as mulheres consideradas suspeitas, para elas pedia-se um maior número de agachamentos acima do espelho. A agente ordenava a quantidade de força que cada mulher deveria empenhar para expelir supostos materiais que escondessem em seus corpos. Era como se fossem pressionadas a parir. Pedia-se que tossissem, contraíssem a musculatura do ânus e da vagina. Um parto de algo ilícito que teria de vir à luz, em uma sala onde essa quase não existia. Todas as atenções estavam voltadas para os espelhos, e bem mais para as mãos que os manobravam.

Figura: I
Espelho utilizado na revista íntima



Fonte: Figura elaborada pela autora dessa dissertação (2018).

De mais a mais, o espelho adquiriu uma concorrente nefasta: a lanterna, cuja função primeira, não estava em iluminar a sala escura, mas tornar nítido tão somente, o interior das genitálias. Assim, com uma mão a agente portava o espelho em outra a lanterna. As luzes por ela emitidas ardiam, queimavam, intensificavam o calor, e ampliavam a visão de um espetáculo aterrador. Tais luzes evocavam o obscurantismo, as trevas de uma intimidade usurpada. Tessituras de um espaço onde as disciplinas, as pedagogias sobre os corpos, nesse caso femininos, mostravam-se medonhas. Ao fim das performances sob os espelhos e lanternas, havia o detector de metais; uma agente passava o aparelho entre as pernas de cada visitante, próximo a virilha. Existia o cuidado para que o detector não tocasse o corpo das mulheres, mas mesmo assim era comum as queixas de adoecimento por causa dele.

Figura II:
Lanterna utilizada na revista íntima



Fonte: Figura elaborada pela autora dessa dissertação (2018).

Para as agentes responsáveis pela revista ginecológica, ou seja, pelo manuseio do espelho e da lanterna, a fedentina era terrível, pois muitas mulheres findavam por urinar, defecar e até menstruar em cima do espelho que ao invés de luz, refletia tão somente, sombras. Para amenizar a situação, as responsáveis pela revista, borrifavam o próprio perfume pela sala, involuntariamente fixavam na memória os odores da *revista íntima*, que como tempo a sensibilidade olfativa traria de volta, bastando reconhecer o mesmo aroma do perfume, para que o passado se tornasse presente, por mais longínquo que ele estivesse. Conforme sugere Alan Corbin (1987) o odor quando reconhecido provoca uma confrontação brutal entre passado e presente, revelando ao eu a sua própria história.

Procedimento comum nas penitenciárias pelo Brasil, a *revista íntima*, consiste em uma das formas de tratamento dispensada as visitantes dos apenados, que vem colaborar para a fama que adquiriram as prisões de serem incapazes de ressocializar os condenados e oferecer um tratamento digno a seus visitantes, esses espaços tem decretado há décadas sua falência, seu fracasso, na tentativa de reinserção de criminosos à sociedade, mas ainda assim

rebeliões e escândalos não conseguem as destruir. Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2012, p. 9) apresenta um outro olhar a respeito dessa questão, compreendendo que:

[...] a prisão, embora prometa recuperar e ressocializar aqueles que vêm para seu interior, nunca foi capaz de fazê-lo e, no entanto, sua existência é pouco contestada, justamente porque sua funcionalidade se destina propriamente a quem está no seu exterior: ela serve para amedrontar, para fazer a ordem e o poder funcionar junto àqueles que ainda estão fora dela. A ameaça de ir para prisão paira sobre todos nós e nos faz adotar atitudes conforme a ordem social requer.

Visto por esse ângulo, a prisão seria um mal necessário, e neste contexto a prática da *revista íntima* igualmente seria. Esse também foi um argumento bastante utilizado por quem acreditava que o procedimento era responsável pela diminuição de drogas, celulares e demais objetos proibidos e ilícitos para o interior dos pavilhões, o medo de serem flagradas e presas desencorajava a entrada com drogas e celulares na penitenciária.

Assim, convido o leitor para adentrar comigo à sala cor de rosa, e nela encontrar suas anfitriãs, as agentes de segurança penitenciária que procederam à *revista íntima* no recorte dessa pesquisa, e nessa empreitada, ouvir diferentes vozes, olhares e experiências atentando para o mesmo objeto, que são as memórias da *revista íntima* na *Penitenciária do Serrotão*. Escritos do próximo capítulo.

Capítulo II

O íntimo da revista: o corpo feminino disciplinado

O nosso mundo nada tinha de análogo com esse outro: eram leis, costumes, hábitos característicos, uma casa morta-viva, uma vida à parte”
(Fiódor Dostoievski).

2.1 Os códigos disciplinares do olhar: os reflexos no espelho da amizade

Há muito tempo não a encontrava. Com o passar dos anos, tornou-se para mim uma lembrança quase adormecida, fugidia, mas ainda latente. No começo, quando recebemos a notícia de sua partida, ficamos atordoadas, a tristeza interpôs-se sobre nós como um açoite,

um flagelo imerecido, a perda do prumo em um mar revolto. Contudo, nada pudemos fazer para que aquela decisão não se cumprisse. Ela deixou a nossa equipe poucos meses depois que eu havia chegado. Convivemos num curto espaço de tempo, mas os dias na penitenciária eram de uma intensidade tão arrebatadora, que logo nos favoreceram em uma grande cumplicidade. Em minhas primeiras semanas de trabalho na *sala de revista*, julgava-a repulsiva, truculenta. Não gostava do seu jeito austero em demasia, quando punha-se a tratar com as visitantes. Não suportava a maneira como falava quase aos gritos, deixando à mostra os movimentos trêmulos de uma face nervosa, enrubescida. Por outro lado, era temida e respeitada. Diante dela, as visitantes prostravam-se cabisbaixas. Tinha a confiança de direções sucessivas, sobretudo das colegas. Daquelas que queriam copiar-lhe o exemplo, tornando-se como ela, uma aguerrida profissional. Mais do que ninguém, ela sabia impor a ordem e a disciplina. Em sua passagem pelo complexo do Serrotão foram muitas as mulheres que flagrou portando drogas e outros objetos ilícitos. Não tardou para que eu também a admirasse.

Era uma caçadora, a chamarei de Diana⁵⁰, nome fictício que muito tem de símile com seu caráter arguto, pois demonstrava um faro refinado e parecia que nada podia escapar ao seu olhar atento de ave de rapina. Era através dele que comunicava-se comigo, orientava-me como agir ao revistar as visitantes consideradas suspeitas. Com o espelho na mão, eu a fitava e seus olhos forneciam-me respostas que na minha inexperiência sozinha era incapaz de atinar. Eu era sua pupila, e guiava-me seu olhar. Na sala de *revista íntima*, era assim que as agentes trocavam mensagens, driblando o silêncio. O olhar transmitia códigos, indicava quem deveria sofrer uma inspeção mais invasiva; quem provavelmente estaria “cheia”. A profusão de olhares diante das fileiras de corpos, e do quase esvaziamento de sons e palavras acentuava nossa sintonia. Por meio do olhar desviávamos a atenção das portadoras de outros olhares, as visitantes.

Interfaces do poder disciplinar que tinham acima de tudo em Diana sua personificação, ela ordenava que as visitantes cumprissem à risca todas as regras estabelecidas, mesmo aquelas que em meu entendimento consistiam em meras tolices, porém, evocando Michel Foucault (2008) a disciplina envolvia pormenores, minúcias referentes ao corpo, detalhes a vida. Sendo por ele definida como a anatomia política do detalhe. Na *Penitenciária do Serrotão*, por exemplo, devido à proibição do uso de salto alto, obrigava-se visitantes, dentre elas mulheres idosas a seguirem para os pavilhões descalças,

⁵⁰ Segundo a Mitologia romana, Diana era a deusa da caça.

sendo esta uma forma de humilhação. Alegava-se para tanto, evitar possíveis riscos para a segurança da unidade prisional, pois os saltos poderiam camuflar objetos proibidos. Presilhas de cabelos eram descartadas, os pequenos arames que possuíam, possibilitavam a abertura de cadeados. Sutiãs não poderiam conter aro, se acaso contivessem, estes eram retirados, pois a exemplo das presilhas poderiam promover a abertura de celas e, por conseguinte, tentativas de fugas. *Lingeries* de cor preta eram apreendidas, a cor escura dificultava a revista, e como as mulheres em sua maioria só levavam uma única peça, seguiam desprovidas de suas roupas íntimas.

Diana nos mostrava que desvios contra a disciplina por mais frívolos que pudessem parecer, seriam intoleráveis. Ela levava às últimas consequências a máxima: *Dura Lex, sed lex*⁵¹, embora seu comportamento não resultasse unânime, pois existiam as agentes que pouco se importavam, exercendo dessa maneira, suas resistências contra o sistema. Diana parecia ser o próprio sistema.

Na *sala de revistas*, eu não era a única novata, outras agentes também ocupavam esse posto. A direção prisional confiou a Diana à tarefa de lapidar-nos, de ensinar-nos a prática do ofício, sobretudo o manuseio do espelho, a etapa mais importante da *revista íntima* para a apreensão de materiais ilícitos. Eu testemunhava o progresso das recém-chegadas, presenciava a empolgação, o orgulho, e o deleite de Diana com os avanços conquistados por suas alunas. Notava que estava longe de ser sua pupila diletta. Sentia-me débil, pusilânime, incapaz de manter junto às visitantes a mesma altivez e severidade demonstradas por minhas colegas. Outro ponto a ser adicionado é que seria inconcebível mostrar-me discordante frente aos métodos aplicados durante a *revista íntima*, tendo em vista que no ambiente prisional “[...] a única coisa que realmente interessa é que a conduta desejada possa ser provocada apenas pela vontade dos outros” (BAUMAN, 1989, p. 25). Os outros nesse contexto, eram os dirigentes da penitenciária.

Minha postura acanhada, menos invasiva na prática da revista em visitantes, de pronto despertou os olhares de viés, olhares hierárquicos. Ficava constrangida, contradizia-me estar nos domínios de Diana, segurando Clio pelas mãos, e sem que escolhesse ou percebesse, iniciei a fazer parte do séquito da caçadora. Desse momento em diante, tornamo-nos amigas. A inicial repulsa cedeu lugar à admiração, ao companheirismo e por fim, a uma terna amizade. Marcávamos de ir ao trabalho juntas. O único ônibus que levava ao Serrotão chegava lotado de familiares dos apenados. Preferíamos ir a pé margeando a rodovia, onde

⁵¹ A lei é dura, mas é a lei.

buscáramos carona. Estar no mesmo transporte das destinatárias da *revista íntima*, que forjávamos, não era nada confortável. E assim, íamos andando, no caminho nos juntávamos a Perséfone⁵², também agente penitenciária e parceira de Diana em muitos trabalhos no complexo penitenciário.

Na sala de revista, ela também era famosa pelos feitos na apreensão de drogas. Não só Diana, mas também Perséfone representavam para as agentes novatas, exemplos de bravura e honestidade. Olhava para aquelas mulheres, decerto as mais odiadas da *revista íntima* pelas visitantes, e por seus companheiros encarcerados, e questionava-me de onde extraíam tanta coragem. Corpos expostos, a mercê de ações inimigas, não temiam ameaças, represálias e atentados. A única preocupação demonstrada por elas era o receio de atrasarem-se para o início da revista. Com essa postura, aos meus olhos agigantavam-se, eram muito maiores que qualquer emboscada.

Uni-me as duas. Sofria riscos junto com elas. Me deixava transpassar por uma nova *experiência*, sendo dela também sujeito, compreendendo que “[...] o sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova” (LARROSA, 2016, p. 26). E as provas e provações ocorriam a cada dia de trabalho, nos momentos de confinamento na *sala de revista*, na caminhada pela estrada perigosa. Nossos laços, entretanto firmavam-se.

Enquanto os dias iluminavam-se com nosso gargalhar na boleia de um velho caminhão que nos deixava a poucos metros da penitenciária e seguia sua viagem morosa para uma pedreira próxima. O motorista tornou-se nosso conhecido, rezávamos para que ele aparecesse. Quando despontava no asfalto, ríamos o riso de adolescentes que embarcam enlevadas em suas primeiras aventuras, sem qualquer preocupação, apenas sorvendo da vida o melhor de suas emoções.

O sentimento fraternal da amizade permitia que encarássemos mais leves os dias de tormenta na *revista íntima*. Nossos olhos enxergavam naquela sala, cores que não se restringiam ao tom rosa de suas paredes. Recorrer a tão saudosas lembranças é também um revivê-las e eternizá-las, como bem sugere Lilian Maria de Lacerda (2010) a escritura que tem como norte o passado é realizada na maioria das vezes como uma catarse, instaurando um clima nostálgico, melancólico e saudosista sobre o que elege como lembrança.

⁵² A escolha pelo nome fictício de Perséfone se deve a comparação que esboço entre a *Penitenciária do Serrotão* e os domínios de Hades, nisso estando incluso também seus personagens. Na crença mitológica Perséfone era a esposa do deus dos mortos, mas não só isso, ela tinha a função de vigilância, de observar as almas que naquele mundo encontravam-se reclusas.

Assim, no primeiro dia em que não mais pudemos contar com a firme presença de Diana entre nós, nenhuma mudança no cotidiano da penitenciária foi notada. A visitação aos apenados transcorreu sem qualquer alteração aparente. A imensa fila ziguezagueava ostentando suas vozes, cores, odores e sabores. A barraca de Dona Macária aconchegava e satisfazia seus fregueses. Uma equipe de agentes masculinos vistoriavam a comida que os visitantes levavam para seus visitados. Não ficou registrada nenhuma súbita mudança climática, o céu manteve-se claro, iluminado por um sol radiante, os galos de campina chilreavam pousados sobre os arvoredos, o dia de visitas prosseguia efusivo e indiferente. E tudo aquilo, ao invés de alegrar-me, entristecia-me.

Eu queria a solidariedade de uma manhã invernal, onde a falta de Diana fosse sentida por todos. Por isso, ansiava por chuva, frio, geada, o som profético dos trovões, a escuridão. Não aquela, que no cárcere já encontrava morada, mas sombras que afastassem a afrontosa claridade, desdenhadora de minha tristeza. Por isso, atormentava-me até a doce e diáfana alegria das crianças. Ela dava-me a certeza de que somente nos corações das companheiras de Diana a nevasca aninhava-se.

Na sala cor de rosa, mulheres obedeciam às repetidas prescrições, uma ou outra dava pela falta de Diana, dizíamos mentiras que queríamos verdadeiras: estava de folga, de férias, foi ao médico, mas sabíamos que ela não mais retornaria. Nossos olhares carregavam outra expressão, que não sinalizava nada a respeito das visitantes, mesmo estando o pequeno espaço preenchido por elas. O vazio era pungente. A privação da presença de Diana, resultou também no que Durval Muniz Albuquerque Júnior (2006, p. 117) define por saudade: “[...] a constatação de ausência e morte, bem como esperança de presença e ressurreição”. Abria-se em meu âmago o dolorido sentimento, e nos olhos úmidos de Perséfone, eu também podia ler os primeiros sinais da saudade.

A ausência de Diana significava o fechamento de um ciclo, pois em julho de 2012 o então governo do Estado da Paraíba, anunciou a demissão de servidores não concursados que integravam o Sistema penitenciário estadual. No complexo do Serrotão, muitos funcionários constavam na lista de demissões, e embora apresentassem uma longa história de serviços prestados ao sistema, quase todos tiveram seus contratos cancelados, dentre eles para nossa tristeza, estava Diana. A drástica medida do governo justificava-se com a chamada de concursados para assumirem seus postos. Assim, paulatinamente novos agentes penitenciários foram apresentando-se aos quadros da *Penitenciária do Serrotão*, reivindicando o lugar antes ocupado por cargos comissionados e prestadores de serviços sem vínculo efetivo com o Estado.

Diante disso, sabíamos que outras viriam para ocupar a função tão bem desempenhada por Diana. De fato vieram. Dezenas de agentes femininas conduziram a *revista íntima* feminina sucedendo-a. Não obstante, ela nunca mais estaria conosco, naquele espaço que parecia tão seu. Para sanar nossa melancolia, organizamos visitas a sua casa, onde erámos recebidas com muita afetuosidade. Uma Diana que as paredes da *sala de revista* desconheciam. Além disso, telefonava-lhe quase todos os dias, dizia-lhe dos mexericos, das notícias da penitenciária, do anseio para que ela voltasse à nossa equipe. Depois já não havia mais o que fazer e tampouco dizer, faltava assunto para as conversas. Já não fazíamos parte do mesmo lugar. A *Penitenciária do Serroton* abrigava seu passado e certamente todos que dela faziam parte. Comigo não foi diferente. Mesmo a penitenciária estando no meu presente, nele Diana não encontrava-se. Inútil procurar trazê-la de volta. Inevitavelmente nossa amizade, assim como sua passagem pelo complexo penitenciário, tornou-se efêmera, transitória.

Meia dúzia de anos passados, ela agora voltaria a se fazer presente, seria a minha primeira entrevistada, buscaria dessa maneira, urdir fios de minha história que a dela entrelaçava-se. Portanto, abraço a *Ego-história*, crendo que é sua tarefa primordial “[...] tornar claro, como historiador, a ligação existente entre a história que cada um fez e a história de que cada um é produto [...]” (NORA, 1989). Com isso, imaginei que poucas pessoas saberiam falar da revista com a propriedade de que ela falaria, contudo, seus telefones não atendiam ao meu chamado, certamente mudara de número e como não falava-lhe durante todos esses anos, faltava-me a ciência de seu novo contato. Resolvi procurá-la em seu endereço, ele jazia esquecido em minha memória. Acolhi o que afirma Ecléa Bosi (2003) ao tratar do tema que afligia-me:

[...] a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam e se dispersaram [...]. Quando as vozes das testemunhas se dispersam se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem, nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? (BOSI, 2003, p. 70).

O reencontro com Diana seria também um reencontro com meu passado, com minhas experiências iniciais no cárcere. Por isso, lanço mão dessa escrita, almejando fazer dela um rio que transborda, um outono que com sua energia telúrica despe as árvores e empresta novos tons a paisagem, ou cunhando a bela metáfora do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) buscando “Escrever como fogo que consome” já que,

[...] pode-se escrever para tentar uma volta a si mesmo, para se encontrar consigo mesmo, uma escrita de reconhecimento do que seria seu rosto, do que seria seu Eu de sujeito. Mas, pode-se escrever para desencontrar-se consigo mesmo, produzir um distanciamento de si, escrever para se perder, para simular o germe de novas existências (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 02).

Todavia, estaria com Diana não mais como a amiga, a colega de trabalho, discípula que tantas vezes tive orgulho em proclamar que fui, mas sim como a historiadora que tem sede de chegar o quanto antes à sua fonte, para nela procurar inutilmente saciar-se, construindo sua narrativa. Nesta ordem, em busca do endereço de Diana, bati em portas erradas, adentrei por ruas estranhas, perguntei por ela a transeuntes que afirmavam desconhecê-la. Percebi que cartografias haviam mudado, não referia-me propriamente ao espaço físico, mas às cartografias que nomeavam minhas subjetividades, lembranças e esquecimentos. Experimentava, talvez, uma desterritorialização, de sorte que “[...] nunca pousamos em paisagem alguma de modo a constituir território e, reorganizados, prosseguirmos viagem” (GUATARRI; ROLNIK, 1996, p. 288). No exercício dessa viagem, dessa mudança de território, perdem-se também as pessoas, as sensações e sentimentos vividos em tempos pretéritos e tem-se o vivenciar de novas experiências, afetos que também não tardarão para serem escantilhados entre os arquivos da memória.

Refletindo sobre este fato, na última rua do quarteirão, finalmente encontrei a casa de Diana, sua frente surgia mudada, os portões eram outros. Na calçada um jovem detinha-se, aguardando que alguém aparecesse para atendê-lo. Vi que em vão tocava a campainha, decerto não havia ninguém na residência, quis voltar em outra data. Foi quando alguém na rua avisou da falta de energia. Era um caótico dia de apagão, e por esse motivo, o som da sineta fazia-se mudo. O rapaz esboçou breves batidas na estrutura metálica que compunha o portão, o suficiente para que vozes assomassem do outro lado, promovendo sua abertura, e fazendo aparecer em seu limiar o filho mais velho de Diana, seguido por sua mãe.

Foi com um misto de surpresa e entusiasmo que Diana recebeu-me, seu acolhimento foi para mim um imenso alívio, em meu peito rebentava um remorso mordaz. Sentia-me como se tivesse abandonando-lhe. Temia ser cobrada por isso. Tendo em vista que “[...] o outro, descartável, é a mera paisagem que, quando muito mimetizamos. E, as almas viajantes por entre essas paisagens se sucedem, assim como nós mesmos” (GUATARRI; ROLNIK, 1996, p. 288). Nessa sintonia, havia a contingência de que Diana pudesse manter-me esquecida. No entanto, passado o sentimento impactante de ter à sua porta uma visita totalmente inesperada, seu rosto iluminou-se. Ela sorriu e fez-me festa. O rapaz que comigo

esperava na calçada, era seu sobrinho. Logo adentrou à casa ao lado do primo. Diana pediu-me que os acompanhasse. Recusei o convite, e após os cumprimentos e palavras que a situação exigia, disse-lhe da minha pesquisa, da necessidade da entrevista. Um certo receio misturou-se a sua empolgação, mas tranquilizei-a afirmando que seriam perguntas simples. Em tom de brincadeira afirmei que havia reservando-lhe a posição honrosa de ser minha primeira entrevistada. Ela aquiesceu. E ficamos ali conversando por uns trinta minutos. Tentei nesse tempo deixar-lhe a par dos seis anos de acontecimentos que separavam-lhe da penitenciária. A atitude resultou fracassada. Procurei catalogar os fatos mais importantes. Seu desconhecimento mostrava-me que eu não fora a única a lhe abandonar, perdera o contato com todos, até mesmo com Perséfone. Um sentimento dolorido lancinava-me.

Marcamos a entrevista para o dia seguinte. Propus-lhe às 10 horas, um horário que não seria cedo tampouco tarde. Não queria ser inconveniente, por isso decidi avisar da visita à sua casa com antecedência, mensurava que já estava sendo bastante importuna “não é tanto o sentido da privacidade que se põe em questão, mas o fato de que a casa é uma extensão da pessoa, um valor através do qual se demonstra sua respeitabilidade” (SARTI, 1996, p. 05). Vestígios da noite insinuavam aos poucos a agonia do dia. Tentei fazer com que nosso diálogo também agonizasse, embora as palavras de despedida já tivessem sido pronunciadas repetidas vezes. Depois de tanto tempo afastadas, a tentativa malograda de vencer os assuntos acumulados prendiam-me ali. No entanto, a noite descia sobre nós revestindo-nos com um manto de espessa escuridão. A ausência de luz elétrica nos postes e nas casas ampliavam aquele efeito. Reafirmei a promessa de retorno no dia seguinte, a rua penumbrosa convenceu Diana a deixar-me ir embora.

Com o caminhar apressado, pelas ruas percebi que muitas pessoas foram pegas de surpresa com a falta da luz elétrica. Por isso, agitavam-se ansiosas aguardando sua chegada. Minha ansiedade, entretanto, era diversa. No outro dia pela manhã, faria minha primeira entrevista, estaria em contato com minha fonte, falaria com Diana, ela que tivera para mim inestimável importância, fora minha amiga, compartilhávamos de alegrias e angústias semelhantes. A despeito disso, ainda no presente, sentia-me envaidecida em afirmar que aprendera a disciplina da *revista íntima* por sua cartilha, que ela ensinara-me os primeiros passos no sistema. Afirmação que figurava como uma premissa de boa conduta, uma excelente carta de recomendação, pois jamais ouvira qualquer comentário que pusesse em dúvida sua honestidade, em um ambiente onde é comum atribuir-se como idiossincrasia a corrupção e a suspeição.

De posse desse pensamento cheguei a sua casa no dia seguinte, procurei ser pontual, e ela recebeu-me com a alegria costumeira. Pediu que sentasse em um sofá posto na sala de visitas. À minha frente outro sofá estava ocupado por linhas, agulhas de crochê e panos de copa. Ela recolheu-os, colocando-os ao colo enquanto sentava-se, e referindo-se aqueles materiais, de chofre declarou em uma expressão irônica e triste: “[...] eis no que a minha vida se transformou!” e depois deu um risinho jocoso e ao mesmo tempo amargo. Em mim, o sentimento lancinante do dia anterior retornou mais intenso. Mas, como aludem Joedna Reis de Meneses e Raniery Bezerra da Silva (2012),

[...] possivelmente, não há história sem sensibilidade, não há história que não seja cercada e demarcada por uma multiplicidade de afetos, que ao mesmo tempo estampa este sujeito com suas marcas e o ajuda a perceber o mundo e entendê-lo (MENESES e SILVA, 2012, p. 06).

Tentei disfarçar a comoção que transpassava-me, não quis começar de pronto a entrevista, detive-me em banalidades. Eu nem sabia como iniciar, queria dizer alguma coisa, tinha lapsos na memória, fiquei desconcertada, nervosa. Buscava orientar-me folheando um caderno que levei com o esboço das perguntas que faria, quando uma gata tricolor surgiu de súbito na sala, encontrei na bichana meu refúgio. Comparei-a com a minha gata, na semelhança que havia entre elas, a pelagem de mesmas cores. Ela indagou: “[...] você sempre gostou de gatos, não é?”. Ela ainda lembrava do meus gostos. E o sentimento lancinante mais uma vez incomodou-me. Foi ouvindo a narrativa das estripulias de seu animal de estimação que dei início à entrevista.

Nossa conversa transcorreu como se revirássemos um baú repleto de recordações que preferíamos deixar escondidas, escamoteadas, esquecidas. Tínhamos consciência de que muitas lembranças restaram do trabalho na *Penitenciária do Serrotão*, notadamente em sua sala de *revista íntima*. Vivenciamos a *experiência* enquanto sujeitos dela, tal qual definiu Jorge Larrosa (2016, p. 18), “[...] a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa não o que acontece, ou o que toca”. Neste sentido, nosso baú de recordações ainda não exalava de todo a mofo, apenas alguns poucos ácaros comuns ao esquecimento nele habitavam, entretanto, o esforço em corroer nossa memória, tão cedo não se encontraria concluso. A recente experiência como condutoras da *revista íntima*, tinha para nós um sentido contundente, distinto do que poderia ser para pessoas alheias ao procedimento, ou que jamais tivessem passado por ele enquanto visitantes.

Diante disso, no tópico seguinte compartilho as subjetividades e *memórias* adquiridas com base nas *experiências* junto à utilização dos métodos que compunham a *revista íntima*

em si. *Experiências* que não foram feitas apenas minhas, de Diana e Perséfone, personagens que apresentei até o momento, mas de outras agentes penitenciárias, de múltiplos corpos discursivos, que para o leitor doravante se farão conhecidas. Enfim, nas linhas adiante teremos finalmente a *revista íntima* pelo olhar daquelas que tornavam-na procedimento e prática

2.2 “Vai, faz força! Contrai! Tosse! Respira! Fica de pé! Desce! Vira de costas! O que é que tu tens aí?!”: a revista íntima!

As palavras imperativas acima expostas correspondem a comandos verbais que pronunciávamos a exaustão durante a realização da *revista íntima* em visitantes da *Penitenciária do Serrotão*. Configuravam-se na retórica da inspeção, responsável também por cortar o silêncio existente na sala de revistas. Eram ordens que ecoavam no pequeno recinto, repetindo-se de maneira extenuante, na medida em que forçosamente vencíamos a quantidade de mulheres enfileiradas, contando unicamente com o auxílio de espelhos, lanternas e detectores de metais, afim de visualizar materiais ilícitos nas entranhas de corpos femininos. Evidentemente que o som das imposições adquiria maior intensidade para as visitantes sob suspeição.

Havia mulheres cujo caráter de suspeita em torno delas, dependendo do crime cometido por quem elas visitassem, resultava maior. Esposas ou companheiras de traficantes de drogas, deveriam ser revistas com mais rigor que as demais, pois acreditava-se que elas estariam mais vulneráveis em transportar substâncias entorpecentes em seus corpos, objetivando atender ao clamor dos companheiros, elas formavam a maior parte dos flagrantes registrados na sala de revista, o que dava vazão para que continuassem sendo alvos de suspeitas.

A conversa com Diana trouxe-nos o lembrar dessas e de outras situações tangenciadas no dia a dia da *revista íntima*, que a partir do nosso contato, foram retiradas do baú de recordações. Todas elas, referentes ao trabalho que realizávamos naquele espaço, onde o olhar era nossa ferramenta para transportar mensagens umas para as outras. As frases impositivas eram nossa comunicação com cada mulher vistoriada. Recursos que desempenhavam seu papel educativo e disciplinador no contexto misógino da Penitenciária. Um ritual repetitivo, maquinal, angustiante, nuances da *revista íntima*, que tematizaram as primeiras falas de minha entrevistada,

[...] *depois que eu saí que eu analisei tudo bem direitinho*, tudo que aconteceu ali, inclusive a forma como eu tratava aquelas pessoas [...] Pronto, inclusive a forma como a gente tratava, né? Aquela coisa de tá o tempo todo cobrando, exigindo, que no caso faz parte do serviço, né? *Mais assim, quando a gente sai que analisa aquela forma que era feita, aí a gente vê que foi um erro*. Mas, assim o sistema manda que seja daquela forma [...] eu só me sinto bem naquilo que eu acho que tá bem feito, aí a gente acabava indo além [...] (Diana, 2018. Grifos meus).

No discurso proferido por Diana têm-se dois lugares de fala, o primeiro remete ao seu lugar atual, de quem não mais faz parte do trabalho na prisão, de quem deixou de ocupar seus quadros na função de agente penitenciária, responsável pela aplicação do procedimento de *revista íntima* em suas visitantes, e passou a vislumbrar o trabalho com um certo distanciamento, classificando-o como um erro, algo que não deveria ter sido levado a efeito. O segundo lugar de fala, porém, circunscreve seu passado como funcionária da casa de custódia penal, refém das ordens de um sistema prisional que não permitia outro tipo de atuação de suas agentes, no tocante a inspeção realizada em mulheres, exigindo o emprego de prescrições que estabeleceram a perda de garantias constitucionais como o direito a intimidade e privacidade, além claro, de uma demonização do feminino.

Diana foi, portanto, enfática ao afirmar: “o sistema manda que seja daquela forma”. O sistema aparece como titular do erro que foi segundo ela, a *revista íntima*. Em sua fala, é como se o sistema e suas funcionárias estivessem dissociados, apartados, sem nenhuma relação. Faz-se o que o sistema manda, mas está-se fora dele. Somado a isso, percebe-se o uso de dois sujeitos verbais, quais sejam: A primeira pessoa do singular que aparece inicialmente em: “a forma como *eu* tratava aquelas pessoas”, e logo é substituída pela primeira pessoa do plural em: “a forma como *a gente* tratava, né?”. Essa reformulação de pessoas verbais, logo percebida na fala de Diana, pode ser interpretada como uma divisão de culpa ou responsabilidade comigo que exerci junto com ela o mesmo trabalho, atestando que a ex-funcionária hoje, vê no erro da *revista íntima*, um fardo pesado demais para ser carregado por um único sujeito; por um sujeito em primeira pessoa. Entendo que seu discurso é marcado por interdições, ou quem sabe, o jogo de interdições proposto por Michel Foucault (1996, p. 09):

[...] sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições.

Por outro lado, a mudança discursiva de Diana é demarcada a partir do momento em que ela deixa de atuar naquele espaço, e com isso, os grilhões que atrelavam seu pensamento

ao sistema são aparentemente rompidos. Nessa circunstância, ela sente-se à vontade pra falar, o que talvez não fosse possível caso ainda atuasse como agente. Daí a constatação obtida em suas palavras iniciais: “ depois que eu saí, que eu analisei tudo bem direitinho”. Dá-me a entender que, ao estar cercada pelos muros prisionais e as paredes da sala de revista, só foi cabível a ela pensar em conformidade com o que determinava o sistema. Havia um cerceamento na capacidade de refletir livremente. Tinha-se então, um tabu do objeto, haja vista que em seu local de trabalho, não era-lhe facultado uma manifestação que apontasse seus erros. Diana, como simples funcionária, não era sujeito privilegiado, não podia empreender nada contra a corrente.

Por outro ângulo, em si mesma, revela-se disciplinada ao permitir-se a seguinte conclusão: “ eu só me sinto bem naquilo que eu acho que tá bem feito”. Ao pronunciar tal assertiva ela ultrapassa os portais da prisão. Isto é, nesse momento refere-se unicamente ao seu *eu*, a sensação de bem estar que considera provocada pela disciplina, permeia outros âmbitos de sua vida, não restringindo-se somente ao espaço disciplinar da prisão. Ela revelou ver na adoção da disciplina, algo que a beneficia, que organiza sua vida, e serve-se da disciplina para atingir seus objetivos, que é deixar o que realiza “bem feito”.

Mas, o que define aquilo que está ou é bem feito? Normalmente são modelos postos a seguir. No que tange a *revista íntima* era considerado bem feito, o modelo de inspeção mais agressivo e invasivo. Quanto mais perscrutado o corpo feminino, quanto mais revirado o seu íntimo, mais aplausos da equipe teria a agente penitenciária autora da inspeção. Dando continuidade ao discurso de Diana, ainda no que concerne à frase: “eu só me sinto bem naquilo que eu acho que tá bem feito”; percebo uma segunda oração, que traz o arremate, onde ela mais uma vez mistura pessoas verbais. Se ela inicia enunciando a primeira pessoa do singular, demonstrando uma leitura de si: “*eu* só me sinto bem naquilo que *eu* acho que tá bem feito”. Conclui seu raciocínio dizendo em primeira pessoa do plural: “ai *a gente* acabava indo além”.

A simbiose de pessoas discursivas ao falar de si e ao mesmo tempo atribuindo a mesma situação a terceiros, causava o efeito da generalização, como se todas as agentes pensassem e agissem de modo igual, fato que não acontecia. Existiam as funcionárias mais disciplinadas e as que de certa maneira minavam a disciplina, estavam ali sem qualquer vocação, estavam pelo salário, pela estabilidade financeira, por não conseguirem outro trabalho, e que não queriam arriscar-se em uma atividade que não as apetecia. Ao encontro disso Zygmunt Bauman (1989, p. 31) defendeu, ao avaliar um ambiente de privação de liberdade, que a tarefa de vigiar e mandar, imposta aos agentes prisionais, chamados por ele

de inspetores, não é necessariamente gratificante. Em alguns casos é apenas um meio de ter-se uma vida com decência. Esse sentimento encorajava as escapadelas à disciplina. Semelhante ao que evidenciava-se na sala de *revista íntima* do Serrotão.

Diante disso, Diana e Perséfone destacavam-se, como as mais atuantes e destemidas. Os anos de trabalho no complexo penitenciário possibilitaram que atuassem juntas nas três unidades penais que aquelas muralhas envolviam. Isto é, na *Penitenciária Feminina*, na *Penitenciária Máxima* também chamada de *Padrão*, e por fim na *Penitenciária do Serrotão*. Devido à escassez de profissionais, essa migração funcional era frequente. Na data em que passei a compor a equipe de agentes, Diana e Perséfone eram as funcionárias que coordenavam a revista, e ninguém mais que elas, sabia impor as regras e os limites ao comportamento das visitantes. Ao assumirem as trincheiras da *revista íntima*, comentava-se que os dispositivos de controle sobre os corpos das visitantes tiveram seu alcance ampliado. Notava-se nas duas agentes o esforço para a obtenção de flagrantes, o empenho maior para fazer funcionar as prescrições bem como revistar as visitantes minuciosamente. Sobre isso relembrou Diana,

[...] eu procurava fazer dentro do que ele (diretor) exigia que era pra ser feito. Reuniões eram feitas, reuniões assim: Ele me chamava e dizia: “Olhe faça dessa forma! [...] Muitas vezes ele me chamou na sala pra me mostrar fotos, e o nome da pessoa, e dizia: “Olha eu tenho informes de que essa pessoa aqui, vem com isso, com isso e com isso; então quando essa pessoa chegar eu quero que você faça a revista!! Então assim, eu tinha essa responsabilidade, ao mesmo tempo me constrangia porque eu ia ter que fazer a revista daquela forma, e um certo receio de dizer assim, digamos: “Foi pego com ela, temos a comprovação de que ela trouxe, passou na sua revista, você revistou e não pegou, entendeu? [...] inclusive, serviu de muitos comentários isso, de eu querer ser isso ou aquilo, mais a questão é que tinha isso aí [...] Já havia um histórico da... da.. do meu trabalho na Padrão, que peguei muitas pessoas na Padrão com drogas. Então, ele já vinha tipo assim: “Eu vou mandar ela fazer porque ela conhece, ela sabe como é que se faz, e ela percebe se tiver alguma coisa (Diana, 2018).

Uma velada angústia acompanhou a narrativa de minha ex-colega, de pronto identifiquei-me com aquele sentimento arrebatador, suas palavras reproduziam os dilemas que também pertenceram-me no ofício de agente penitenciária. Haja vista que, sendo o objetivo das agentes da revista a apreensão de drogas escamoteadas nos corpos das visitantes, nossa credibilidade seria maculada, caso não o atingíssemos. Os diretores esperavam de nós eficiência, havia uma cobrança tácita e muitas vezes clara, de alguns dirigentes, e mesmo de colegas para que nós frustrássemos o maior número possível de entrada de ilícitos no interior da casa penal. Responsabilizavam precipuamente as mulheres dos apenados pelas drogas e aparelhos de celular encontrados em meio aos pavilhões, quando, na verdade sabia-se que

existiam outras formas de entrada. Partíamos dessa maneira, para uma revista mais incisiva, rigorosa, onde as visitantes denunciadas eram submetidas ao vexame da vistoria ginecológica por mais tempo, mediante as luzes do espelho, da lanterna e dos nossos olhos. Repetíamos as palavras de ordem: contrair, agachar, ficar de pé, de costas entre outros imperativos que difundiam as sonoridades vigilantes entoadas acima de tudo nas manhãs⁵³ do ambiente da revista.

Nesta perspectiva, o perfil de Diana atendia ao que a direção esperava, e o fato de já ter flagrado muitas pessoas com drogas na *Penitenciária Padrão*, foi sua credencial de honestidade e operacionalidade. O trabalho dos informantes ajudava nesse contexto, uma vez que a visualização das cavidades vaginal e anal não era tão fácil como podia-se supor, e mesmo com o apoio de lanternas potentes, nem sempre obtínhamos o êxito almejado. Mas, gerava-se em torno de nós, e de maneira ainda mais contundente em redor de agentes mais experientes e hábeis como Diana e Perséfone, toda uma gama de expectativas. Eram assim que formavam-se nossas angústias, como relatou Diana: “[...] eu tinha essa responsabilidade, ao mesmo tempo me constrangia porque eu ia ter que fazer a revista daquela forma”. A expectativa do diretor recaía sobre os ombros e olhares de Diana, que confessava o constrangimento por fazer a revista daquela forma, ou seja, mediante expedientes vexatórios. Mas, existia a pressão por atender ao que a direção desejava dela, afinal a tarefa de vistoriar uma determinada visita que fora delatada por algum informante, era repassada com exclusividade para ela, e não para as demais.

Longe de mostrar-se envaidecida com a predileção por seu trabalho, anunciada pelo dirigente prisional, todas as vezes que lhe exibia fotos e nomes de visitantes que supostamente trariam drogas, Diana apenas via-se obrigada a não ser causa de desapontamentos. A confiança da direção na *revista íntima* que executava, aprisionava-a, tolhia-lhe a liberdade. Fez o que pôde para não cometer falhas em sua inspeção, como se tivesse a obrigação de acertar sempre. Por outra sorte, era mal vista por algumas colegas que enxergavam exageros em seus métodos de conduzir a *revista íntima*. Mas, o diretor assim queria que fosse. Situação semelhante é descrita por Zygmunt Bauman (1989), ao tratar da liberdade dos funcionários nos espaços de privação de liberdade,

[...] a sua liberdade não é completa. Não se pode permitir que seja completa porque a lógica da situação em que os inspetores estão inseridos [...] não

⁵³ Nos dias de visita, o fluxo de pessoas era muito mais intenso pela manhã, no período da tarde após as 14 horas, praticamente já não havia mais fila, embora a entrada de pessoas continuasse agitando os portões. Os visitantes de um modo geral, tinham preferência pelo período matutino, ocasionando uma grande aglomeração nos entornos da penitenciária.

garante que sua conduta estará normalmente em concordância com os fins a que se destina no estabelecimento em que trabalham. Um comportamento indesejável e prejudicial é uma possibilidade que não se pode excluir (BAUMAN, 1989, p. 32).

Havia por parte de Diana o receio das acusações de conivência com o transporte de ilícitos para a Penitenciária, ou facilitação. Enfim, temia que seu nome fosse associado á corrupção. Em face disso, temia que alguma visitante conseguisse driblar sua vigilância, que alguém chegasse afirmado: “[...] foi pego com ela, temos a comprovação de que ela trouxe, passou na sua revista, você revistou e não pegou”. Ou seja, trabalhava sob uma forte pressão. De um lado existia a necessidade de atender as expectativas da direção, de outro, sua sensibilidade com a situação vivenciada pelas visitantes, seu constrangimento em praticar *revista íntima*, como assim expõe:

[...] por mais que elas sejam, uma mulher como você, você se sente envergonhada [...] sei lá! Não é pelo... Pelo... Pela genitália não, sabe? É a vergonha de você tá fazendo aquilo com uma mulher, que ela tá olhando pra você e dizendo: você tá me violando!! Você tá me prejudicando!! Você tá me deixando constrangida!! Você tá acabando comigo!! *Quando a gente via mesmo, tinha umas que saíam; coitadas, com eu percebia muitas vezes, os olhos cheio de lágrimas* (Diana, 2018. Grifo meu).

Nesse momento a fala de Diana é emblemática, nela repercute o drama das visitantes com a violação sofrida a cada dia de visita, seus corpos despídos, esquadrinhados, a dor da impotência diante dos dispositivos que controlavam suas liberdades, e a submissão da intimidade exibida aos olhares inquiridores e acusadores. Por outro lado, os olhos das visitantes marejados por lágrimas, traziam um drama que além de ser delas, foi de Diana, das demais agentes penitenciárias e de todo o corpo feminino: a violência imposta durante a *revista íntima*. Violência que transparecia no encontro do olhar feminino que inspeciona com o olhar feminino inspecionado. Frente a frente, ilusoriamente o corpo feminino ativo que executava a revista punha em posição inferior, o corpo passivo que era revistado, e que era obrigado a abrir mão de sua intimidade e privacidade. Uma sutileza das disciplinas que ancorava-se na masculinidade hegemônica e por esta via, em sua insensibilidade. Sutileza que na maioria das vezes, impedia as agentes penitenciárias de verem-se na mesma posição, mas que em muitos momentos como descreve a entrevistada, o olhar da visitante expunha seu íntimo desnudado, fragilizado e ao mesmo tempo consciente da violação que praticava. Falhas de seu automatismo, lampejos de humanidade que ainda carregava, mas que a disciplina prisional insistia em manter escondidos.

Na contramão desses olhares, apresento doravante o discurso de nossa colega Perséfone⁵⁴. Em minhas *recordações da casa dos mortos*⁵⁵, isto é, da *Penitenciária do Serroton*, compreendia Perséfone como sua rainha, não que isso viesse a ofuscar a caçadora Diana, ambas apresentavam traços semelhantes no modo de proceder ao trabalho. Dentre tantos que presenciei um deles era fundamental: a habilidade em praticar a *revista íntima*. A severidade das duas durante o procedimento assustava as visitantes, no entanto, elas também tinham suas oposições. Costumava pensar que se Diana era a predileta da direção, Perséfone o era das visitantes. De fato, não foram poucas as pessoas que acorriam a ela, para queixar-se, desabafar, pedir-lhe conselho ou informações. Ela tinha um grande poder de comunicação, aglutinava pessoas em torno de si. Mulheres suplicavam-lhe o socorro, quando seus filhos ou maridos recebiam ameaças dentro do cárcere. Perséfone intercedia levando os reclamos ao conhecimento da direção para a tomada de providências, enquanto Diana detinha-se com exclusividade ao controle disciplinar na *sala de revista*, não mantendo com as visitas qualquer outra aproximação.

Perséfone por sua vez, além do trabalho na fatídica sala, representava mesmo que de maneira não oficial, as relações públicas das quais a penitenciária ressentia-se. Era quem mais compadecia-se e solidarizava-se com as visitantes espancadas e traídas por seus companheiros. Tinha uma preocupação em observar pormenores da segurança da unidade, que escapavam à *revista íntima*. Detalhes que fugiam da sua alçada, como o fechamento dos portões e o controle de quem por eles passava. E, muitos estavam convictos de que a *sala de revista* não poderia funcionar sem sua presença, outros, entretanto, queriam-na distante, pediam sua cabeça, devido ao rigor extremado durante a *revista íntima*.

Contudo, Perséfone nunca foi agente penitenciária de formação, entrou para o sistema penitenciário ainda jovem, exercendo uma função diversa. O número escasso de profissionais, e a inexistência de concursos públicos para área prisional, reservou-lhe na prática a atividade

⁵⁴ Filha da deusa Deméter, Perséfone ao despertar a paixão de Hades, deus dos mortos, foi raptada por ele, sendo arrastada para as profundezas da terra, onde além de sua rainha, seria responsável pela vigília das almas ali aprisionadas. Sua mãe entristecida por tão grande sofrimento pela perda da filha, resolveu castigar a terra com invernos e secas prolongadas. Toda a natureza transformou-se em desolação. No Monte Olimpo os deuses ficam compadecidos com a tristeza de Deméter, e resolvem intervir exigindo que Hades devolva sua filha. Matreiro, ele oferece a Perséfone uma romã, pois sabia que comendo qualquer alimento pertencente ao mundo subterrâneo, ela ficaria naquele lugar eternamente. Ao consumir as sementes de romã, Perséfone se autocondena a viver para sempre junto a Hades no submundo. Para que a mãe não ficasse de todo triste, acordou-se que ela voltaria periodicamente para a superfície. Nos momentos em que ficavam juntas tinha-se a primavera, mas quando retornava para o posto de rainha do mundo dos mortos, o inverno e as secas voltavam a assolar a terra, representando o lamento de Deméter.

⁵⁵ Romance de Fiódor Dostoievski, publicado em 1861, narrando sua experiência em uma prisão, mesmo revestido de um personagem ficcional, o autor aproveita-se para contar como foram seus momentos de prisioneiro na Sibéria, comparando a prisão em que viveu com o mundo dos mortos da mitologia grega.

de uma agente que nunca foi de direito, porém, desde a inauguração do *Serrotão* prestava-lhe seus serviços. Em seus cinquenta e seis anos vividos, quase metade dedicou ao sistema. Demonstrava gosto em lembrar dos primeiros tempos na penitenciária, do martírio que foi para ela, lavar com o auxílio de meia dúzia de colegas, o piso de todos os pavimentos edificados,

[...] “fomos nós que inauguramos isso aqui, era tudo mudado. Foi uma trabalhadeira pra lavar tudo isso, a gente lavou tudo! Essa cozinha, as celas, os banheiros, fazer comida pra todo mundo, café, e era portão pesado pra abrir e fechar [...] É minha filha, foi sofrimento! Eu lutei muito aqui.[...] (Perséfone, 2018) .

Na revista, assim como em todos os setores da unidade penal, nenhuma funcionária era mais conhecida do que ela. Orgulhava-me em afirmar que ela assumiu junto a Diana, o papel de minha preceptora. Tanto ela quanto a Perséfone da mitologia grega, exerciam a tarefa de vigiar as almas aprisionadas nos locais de trevas, e o fazia sempre com muito zelo e atenção. Ademais, era amada e odiada, como costumam ser as figuras carismáticas, mas ninguém dialogava melhor com a fila de visitantes do que ela. Da fila extraía informações acerca de quem viria para *abastecer*⁵⁶ a penitenciária.

Das informações coletadas, despontavam as visitantes que ela “apertava” e viriam a ser na sequência, suas inimigas. Na barraca de dona Macária, Perséfone era figura solene, a agente mais estimada, a quem a vendedora dedicava mais agrados. Foi assim, que o cotidiano de trabalho no *Serrotão*, fez-me constatar que minha colega, tinha em suas mãos, o domínio subjetivo do submundo que nos encontrávamos. Somente ela, dentre nós tinha a capacidade de transitar entre claridade e escuridão, tal qual a Perséfone do mundo de Hades.

Com a ausência de Diana, Perséfone aproximou-se ainda mais de mim, desenvolveu para comigo um carinho e cuidado quase maternos, defendia-me nas querelas que surgiam no dia a dia da sala na sala de revistas, confiava-me seus problemas, suas dores e angústias, tornamo-nos confidentes, parceiras. Pelas manhãs com nossa chegada à penitenciária, envolvia-me em um abraço forte, e em sua religiosidade dizia-me ser necessário trocar energias positivas naquele ambiente pesado, negativo. O gesto afetuoso segundo ela, era a vacina contra os maus agouros. Perséfone passou a ser minha melhor amiga. Esforçava-me para seguir a contento suas orientações, mas tinha sempre a sensação de que praticava um esforço vão. Ao indagá-la acerca de como sentia-se ao realizar o procedimento de *revista íntima*, ela sem titubear, cravou,

⁵⁶ O verbo *abastecer* era bastante empregado na sala de *revista íntima*, funcionava como uma gíria cujo significado era que alguém estaria trazendo droga para suprir as necessidades dos apenados.

[...] como se diz, né? Tem que ter jogo de cintura e eu continuo tendo o jogo de cintura ainda. Quando se pega, eu me aliviava. Era meu sonho pegar, eu me sentia o máximo, eu não sou do quadro, mais isso é o de menos, mais eu me sentia bem aliviada e, bem rigorosa realmente na revista que eu fazia, pra sentir o prazer de desmoralizá-las e levar pra delegacia [...] (Perséfone, 2018).

Ao ouvir o pronunciamento de Perséfone, tive a sensação de que ela teria se alimentado das sementes de uma romã. Não da romã mítica consumida pela esposa de Hades, atitude que manteve-a presa ao mundo dos mortos para sempre, porém de fruto igualmente poderoso, que agia sobre a funcionária prisional demarcando seu lugar, controlando sua fala e aprisionando-a, ao submundo do Sistema carcerário. Sementes de um discurso institucional há muito já lançadas que vinculavam Perséfone a único objetivo: a busca obstinada por flagrantes. Diante disso, não refletia acerca do constrangimento, da violação, da agressão que praticava em sua revista rigorosa contra aquelas mulheres e mesmo contra si. Agia tal qual uma máquina programada para apenas para realizar seu trabalho. Pegar as visitantes portando drogas ou celulares, transmitia-lhe alívio, era seu sonho, sentia-se o máximo quando conseguia a proeza.

As sementes que germinaram na postura de Perséfone, faziam brotar diferentes discursos. Primeiramente havia seu desejo e sua vaidade pessoal. Ela sentia-se o máximo ao expor as visitantes em situação de flagrância, e havia o discurso institucional com seus enunciados misóginos defendendo que: todas as visitantes são suspeitas e criminosas até que pela revista provassem o contrário. Lema que Perséfone adotava mesmo não sendo “do quadro”. Isto é, mesmo não sendo uma agente penitenciária concursada. Contudo, sentia-se obrigada a exercer o trabalho nos mesmos moldes das agentes efetivas. Existindo de igual modo o discurso moralizante, quando Perséfone revelou com prazer-se com a desmoralização das visitantes que conseguia flagrar. Nisso reside, um amálgama de enunciações que imprimem naquelas mulheres as marcas de tudo que a sociedade deve rejeitar e apedrejar, por não obedecerem ao comportamento anunciado como certo, ao receituário que a moral determina. Visitantes merecedoras da execração pública da qual Perséfone sonhava em remetê-las.

Não obstante há também, outro discurso, discreto, sutil, mas nem por isso, menos incisivo. Refiro-me as insensibilidades masculinistas, que destinam aquelas mulheres à culpabilidade por todos os males, impedindo que até mesmo dentre elas exista solidariedade.

A Perséfone que atuava na *revista íntima*, não compadecia-se das chamadas “mulas” expressando ainda que,

[...] meu coração eu deixo lá fora [...] Só tem uma coisa que eu num gosto nesse sistema, que é revistar criança, mais adulto? Pode vim que eu arraso! [...] eu costumo a dizer, e vai ficar registrado aí no seu celular: *Eu tando aqui, vindo a família, pra mim não é família não. É bandido também!!* E vai ser tratado do mesmo jeito, com a mesma disciplina. Meu jeito é esse. Eu nem me importo [...] e cada vez mais, eu vou ficando mais fria num lugar como esses (*Perséfone*, 2018. Grifos meus).

De fato, Perséfone cumpria sua função de rainha do mundo inferior. Os discursos institucionais, moralizantes e masculinistas davam significados a sua fala transbordante de sofismas: “[...] eu tando aqui, vindo a família, pra mim não é família não! É bandido também!!”. A partir da fala generalizante, tem-se a sentença de que toda pessoa que precisasse visitar a penitenciária ou nela cumprir pena por algum motivo, tivesse de receber a pecha de bandido, pois assim alardeavam os discursos produzidos e reproduzidos na sociedade e mais fortemente implicados no Sistema prisional. Discursos perigosos, gestores de discriminação e estigmatização, disseminados em um local cujo objetivo não é somente privar da liberdade, mas também ressocializar, reintegrar ao convívio social. Para Michel Foucault (1996, p. 46):

[...] o discurso, nada mais é do que uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito, e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

As sementes da romã deglutidas por Perséfone produziam “verdades”, eram enunciados do poder, do que acreditava-se ser o saber, manifestava-se através de sua linguagem. Penso que talvez, ela abraçasse seus postulados, como costumava fazer ao abraçar-me todas as manhãs, antes de darmos início à revista, sob pretexto de proteger-se do ambiente pesado. Acolhendo os discursos de autoridade intocada, que condena peremptoriamente até um familiar que pudesse ser preso, ela imunizava-se contra eventuais julgamentos, obtendo, portanto, uma aura ilibada, exemplar. Ao reproduzir as “verdades” incursionadas no interior prisional, ela mantinha assegurado seu posto de rainha, de honestidade, em um espaço onde até seus funcionários são observados, onde o panóptico direciona o olhar sobre todos. Era necessário preservar-se.

No depoimento de Perséfone a *revista íntima* justifica-se e a travessia pelos umbrais do Serrotão guardava suas significações. Dentro dos muros prisionais encontrava-se o

submundo, o mundo dos mortos, o local em que perpetuavam-se apenas tormentos e aqueles que para lá eram mandados, jamais conseguiriam retornar a claridade. Por isso, seu sentimento ao praticar a *revista íntima* era definido em poucos vocábulos: “[...] meu coração eu deixo lá fora”. Dentro daqueles muros não cabiam sentimentos, mas sim a desordem a ser a corrigida, disciplinada, controlada. Os flagrantes a serem dados, em suas visitantes de almas transgressoras. Estas deveriam ser amplamente vigiadas, esquadrihadas, combatidas. Nesse intuito tinha-se a *revista íntima* como recurso primeiro. A *Penitenciária do Serrotão* figurava como o lugar onde reinava Perséfone, era seu mundo inferior. Fora de suas fortificações, poderia vislumbrar quem sabe, a mudança das estações em um mundo primaveril.

Entrementes, nem tudo na prisão era obscurantismo e trevas. Prova disso é que crianças e adolescentes não passavam pela *revista íntima*. Ao chegarem com suas mães, avós ou tias, as crianças e adolescentes eram encaminhados para uma sala reservada, onde aguardavam para serem revistadas na presença de suas responsáveis. Normalmente a revista em crianças e adolescentes consistia na vistoria de suas roupas e demais pertences. Ocorria após a realização da inspeção íntima em suas acompanhantes adultas. Pairava o receio das agentes de falsas acusações, de ser-lhes imputada a prática de abusos contra menores. Ressabiadas, dedicavam muita atenção às leis preconizadas no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), evitando ficarem sozinhas na companhia de menores. Esse receio talvez justificasse a preferência de Perséfone por revistar adultos, ao invés de crianças, conforme declarou.

Foi, portanto, naquele lugar permeado por dispositivos de controle que Perséfone revelou ir ficando cada vez mais fria, via-se que o lugar determina seu comportamento, pois isso era fundamental para ser uma agente eficiente, comprometida. Adotar o discurso institucional também colocando-o em prática, funciona nesse sentido. É importante estar cada vez mais alheia aos sentimentos, tornando-se mecânica, maquinal, institucionalizada. O cotidiano na sala de revista, desvelava o submundo da prisão. Os sentimentos somente atrapalhavam a realização do trabalho, sendo preciso deles desprender-se para que a revista ocorresse sem falhas, sem comprometer sua execução. Assim, noto que as emoções sofriam seus interditos, perspectiva também adotada por Diana:

[...] eu nunca parei pra pensar, a gente nunca para pra pensar; porque, eu sempre pensei assim: se eu fosse parar pra analisar, poderia ser eu, poderia ser minha irmã, poderia ser um familiar meu, eu não ia fazer meu trabalho [...] entendeu? Eu ia querer fazer por cima, sabe? Sabe, eu ia ter pena, eu ia ficar [...] a gente fica constrangida sim, mais diante do trabalho pra ser feito; você tem que fazer! Se você for pra o lado emocional, ai você não faz. Então, eu não olhava muito pra esse lado não, entendeu? Tô aqui pra fazer meu

trabalho! Também, assim, quando eu saia de lá, pronto acabou-se, acabou-se! Agora eu vou pra minha casa, eu vim e fiz meu trabalho, entendeu? [...] mas na verdade, na verdade, é uma violação sim (*Diana*, 2018).

No sentido da abdicção dos sentimentos para a realização da *revista íntima* Diana e Perséfone comungavam do mesmo pensamento. Para Diana, o mais importante naquele lugar era que o trabalho fosse concretizado, e para isso, ver-se no lugar do *outro* e da *diferença* apenas a fragilizava, tornando impraticável a *revista íntima*. O sentimento de solidariedade destoava do que era preciso ser feito na sala de *revista íntima*, pois tinha-se a obrigação de flagrar visitantes portando drogas. E isso só poderia concretizar-se revirando os corpos femininos, como quem revira as vísceras de um animal que está sendo lentamente devorado. A *revista íntima* exigia “máquinas” para executar o trabalho a contento. Nesse caso, o fator humano somente traria empecilhos, e sendo assim, todas as visitantes e agentes deveriam adequar-se aos modelos prescritivos divulgados no local.

Com pensamento semelhante ao de Perséfone e Diana, atuou na *revista íntima*, a agente Proserpina⁵⁷, era sempre muito reservada, não costumava falar muito de si, nem interpelar nada a respeito das outras agentes. Desde que chegou sua beleza incomum, fez com que atraísse a atenção tanto dos visitantes quanto de funcionários, em um contexto prisional, eivado por (in)sensibilidades masculinas, seria mais uma forma de reduzir Proserpina a uma identidade construída pelo masculino para o lugar do feminino “[...] a mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências” (PERROT, 2007 p. 49). Mas, além da aparência física que deslumbrava, e que causou frenesi, Proserpina provou não ser somente isso, não limitar-se a sua imagem, dessa forma, passou a despertar a atenção por outro motivo: demonstrou ter uma tendência um tanto sádica para a prática da *revista íntima*. Fazia do *míster* de fustigar as visitantes seu momento apoteótico na sala de revista, em face disso, investiu-se de um prestígio particular, de chofre tornou-se o assunto mais comentado da fila, agora não somente por sua beleza.

Era das pupilas mais aplicadas de Diana. Tinha por isso muita consideração da veterana, única pessoa com quem ainda conversava. Ao adentrarem na sala de revista, os olhares das visitantes voltavam-se para ela. Creio que nenhuma desejasse passar pelo espelho da bela novata. Na Penitenciária, apostava-se nela como a sucessora de Diana no ofício que foi para muitos, ultrajante. Proserpina, no entanto, parecia não importar-se. Ao propor-lhe a

⁵⁷ Proserpina e Perséfone são as mesmas personagens e protagonizam a mesma história, representam a rainha do mundo dos mortos. A diferença de nomes está no fato de que Proserpina é assim nomeada pela mitologia romana e Perséfone como é sabido, pela mitologia grega.

entrevista surpreendeu-me a prolixidade que apresentou suas respostas. Realizar a entrevista com ela, foi como se propusesse a uma esfinge, o desvendar de enigmas que não eram seus,

[...] bem, olhando pela parte do meu trabalho em si, da minha função, eu achei que era necessário realmente, por quê? Porque o Estado não dá condições suficientes pra gente fazer uma revista tão íntima igual a essa. Nós não tínhamos scanner de pessoa, não tínhamos o banquinho pra se sentar, então pra garantir uma segurança tanto pra nós e pra dentro do presídio. É necessário! Vendo como uma pessoa que não trabalha é um pouco constrangedor, é constrangedor, até porque nós não somos habituados a tirar a roupa, a ficar de certa forma, só de peças íntimas na frente de outras pessoas, mas como o trabalho em si, é necessário. Até hoje ainda é necessário isso daí, porque nós não temos esse hábito [...] Nós temos um scanner que a pessoa passa, a visitante passa, mais que ali só vai detectar se ela tiver com algum metal, mais a parte de drogas não consegue, não tem como visualizar (Proserpina, 2018).

Diferente de Diana, para Proserpina, a *revista íntima* não foi um erro, pelo contrário ela foi, e ainda é necessária para a promoção da segurança das agentes bem como da unidade prisional em seu todo. O fundamento para sua opinião está na deficiência do Estado em aparelhar os estabelecimentos prisionais com equipamentos eletrônicos como scanner corporal e detectores de metais. Noutro ponto, ela defende que mesmo com o scanner corporal instalado, a *revista íntima* ainda apresenta-se como o melhor método de inspeção, pois o aparelho eletrônico não detecta drogas, apenas objetos metálicos, comprometendo a segurança da penitenciária. A preocupação de Proserpina, porém, é centrada unicamente na segurança. Em razão disso, ela defende a *revista íntima*, mencionando brevemente o constrangimento por parte das revistadas no que toca à nudez na presença de outras pessoas, não referindo-se aos desconfortos de sua parte ao proceder à revista vexatória.

Proserpina não aponta para discursos moralizantes tampouco para vaidade pessoal na busca por flagrantes como é feito por Perséfone. Entretanto, apresenta como justificativa para o procedimento íntimo, o fato de ver-se enquanto uma pessoa que trabalha no sistema, uma funcionária do sistema, portanto uma “máquina” do sistema, e desta feita, uma portadora de enunciados desse mesmo sistema. As mulheres violadas, o feminino açoitado, redundavam em enigmas que Proserpina não conseguia desvendar. Tratando-se da dignidade das visitantes, e a insalubridade do local, novo hiato ocorre em sua fala. Ao referir-se aos constrangimentos limita-se em dizer: “Nós não somos habituados a tirar a roupa, a ficar de certa forma, só de peças íntimas na frente de outras pessoas.” Ela não dimensiona a violação em seu sentido mais amplo, não repercute o uso do espelho e da lanterna enquanto objetos dedicados à inspeção das partes íntimas femininas.

Nesse contexto, tirar a roupa era um dos primeiros lances de uma humilhação que teria seu ápice refletido no espelho e iluminado pelas lanternas. Talvez a disciplina tenha fabricado em Proserpina, o soldado desejado pelo sistema, pois “[...] o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário; ele o fabrica. O indivíduo não é outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado, é um de seus mais importantes efeitos” (FOUCAULT, 1988, p. 20).

Exemplo disso é narrado no romance homônimo, *O leitor*, escrito pelo alemão Bernhard Schilink (2009) o livro conta a história da tórrida paixão vivida por Michael Berg, um adolescente de 15 anos, e Hanna Schmitz uma mulher bela, madura e um tanto rude, que guardava segredos aterradores. Um deles referia-se ao fato de ter sido uma guarda nazista em fins da segunda guerra mundial, na Alemanha de Hitler. Já o outro, e surpreendentemente para ela mais inconfessável, estava na sua condição de analfabeta. Por isso, nos encontros amorosos com Michael sem dizer o motivo, pedia que ele lê-se para ela, revelando uma sensibilidade que destoava da aparente rudeza. Mas, apesar da paixão, cada dia mais intensa, Hanna desaparece sem deixar vestígios. Seu jovem amante fica desolado. Somente oito anos depois, já como estudante de Direito, ele a reconhece no banco dos réus de um tribunal, sendo julgada junto com cinco ex-colegas de trabalho nos campos de concentração. Sobre todas elas, pesava a acusação de mandarem para a morte centenas de judias.

Na peça acusatória constou que durante um forte bombardeio, numa noite de nevasca, a equipe de Hanna, transferia trezentas prisioneiras para outro campo, quando a impossibilidade de seguir viagem, as obrigou a acomodar as presas numa Igreja para que lá pernoitassem. Ao trancarem as portas do templo, as guardas foram acolhidas na casa do pastor. Não contavam que durante a noite, a Igreja fosse atingida por uma bomba, que a fez arder em chamas. Trancafiadas, as prisioneiras ficaram sem possibilidade de saída, a menos que fossem libertadas, o que não aconteceu. Em decorrência disso, apenas duas das mulheres escaparam à tragédia.

No tribunal, o juiz indaga a Hanna Schmitz, o porquê dela e suas companheiras de trabalho, terem deixado que as mulheres morressem no incêndio, já que seria apenas necessário que as portas da igreja fossem abertas, para que as elas se salvassem. Contudo, mesmo cientes disso, as guardas preferiram que as prisioneiras morressem carbonizadas a ter de libertá-las. O juiz insiste na pergunta: porque não destrancaram as portas? Hanna responde com convicção, que havia sido por um motivo óbvio, elas eram guardas e tinham por tarefa vigiar as prisioneiras.

Não podiam deixá-las fugir, e caso abrissem as portas seria o caos. Argumentou que estava escuro, nevava, havia as bombas, e os gritos foram aumentando. Como iriam conseguir controlar? Como iriam restabelecer a ordem?

Insatisfeito o magistrado, resolve questioná-la se o fato de ter deixado as presas morrerem foi motivado pelo medo de ser presa, julgada e fuzilada. De modo, surpreendente, Hanna alega que aquele não foi o motivo, e sim o fato de serem guardas, e que simplesmente não podiam deixar as mulheres fugirem, pois eram responsáveis por elas.

Hanna era, portanto, um “soldado desejado” e cumprir o seu papel de manter as presas trancadas, era mais importante do que salvar suas vidas. Tudo em nome da ordem, do dever a ser cumprido, da responsabilidade de ser uma guarda. Manter o controle para ela era manter as mulheres sob vigilância, mesmo que restassem apenas cadáveres insepultos. Isso era a manutenção do controle, e contra isso não havia argumentos plausíveis. O que mais ela poderia fazer na Alemanha hitlerista? Como ir contra a onda ideológica que moldava naquele período as sensibilidades.

O romance, o Leitor expõe nossas fragilidades, afinal não é fácil lutar contra a ordem estabelecida, questionar o sistema, e ser-lhe uma voz dissonante. Michael jamais esqueceu seu primeiro e único amor, talvez visse em Hanna, sinais de humanidade e a compreendesse. A mulher embrutecida, que amava literatura, sem que soubesse ler, mas que se emocionava ao ouvir dele as narrativas, enquanto lia para ela. Michael tinha a certeza de que nem sempre Hanna foi “o soldado desejado” e recordava quando em uma aula no curso de Direito, seu professor explanou que para a Lei não importa se é justo ou moral, importa apenas se é legal. Portanto, Hanna Schimitz, agira em conformidade com a Lei de sua época.

Semelhante a personagem Hanna Schimitz, Proserpina entendia era um dos soldados desejados da *Penitenciária do Serrotão*, a revista íntima exclusivamente para mulheres como algo que não merecia questionamentos. De minha parte vendo que ela não se aprofundaria na temática, decidi provocá-la, indagando se ela nunca havia estranhado os homens não serem revistados, no que ela então me respondeu,

[..] Eu nunca vi ninguém suspeitar de homem, é uma coisa que desde que eu estou aqui, nunca vi, mas já teve casos de suspeitarem de um gay, acharam que ele tava trazendo, ai ficou aquele dilema: quem ia revistar o gay? a gente? Eles também não queriam, ai ficou por isso mesmo [...] (*Proserpina*, 2018).

Sem que soubesse, Proserpina toca em uma questão que oportuniza reflexão: a aversão aos homossexuais masculinos na *Penitenciária do Serrotão*, naquele espaço de

masculinidades, seus funcionários não ousavam revistar homossexuais, desnudando suas intimidades, praticando neles uma *revista íntima*. Era preferível comprometer a segurança a ter de lançar ao sacrifício a imagem de “macho”.

Segundo Guacira Lopes Louro (2003), a homofobia pode ser expressa numa espécie de terror em relação à perda do gênero, desse modo os agentes que fossem revistá-lo temiam perder a masculinidade, sendo por isso, preservados. No entanto, colocar o homossexual no rol de suspeitas de conduzir objeto escondido em seu corpo, ocorria provavelmente em razão da identidade feminina por ele adotada, fazendo supor que em suas relações sexuais assumisse a passividade. Portanto, uma atribuição pensada para o gênero feminino, o que tornava o homossexual masculino, preso no interior da lógica binária que relega lugares diferenciados para homens e mulheres.

Rememorando as suspeitas alusivas aos homossexuais masculinos, Proserpina acabou saindo pela tangente, no que tange aos homens serem poupados da *revista íntima*, sua preocupação era agir em conformidade com a Lei, a exemplo de Diana e Perséfone e provavelmente das demais agentes que procuravam atuar de acordo com as determinações que lhes eram encaminhadas, com isso o fundamental não era saber se as visitantes estavam tendo seus direitos violados, a Lei dizia que o interesse da coletividade vale mais, mesmo que isso não fosse justo com aquelas mulheres, interessava manter a penitenciária sob controle.

Neste sentido, os discursos das agentes que entrevistei inter cruzam-se, resvalando para um ponto comum: o da inconsciência de seus lugares de mulher, por conseguinte também de vítimas, alvos da *revista íntima*. Diana ainda admite a vergonha em olhar nos olhos das mulheres que revistava, em vê-las aos prantos ao término da inspeção, enquanto Perséfone e Proserpina, em momento algum de suas falas demonstram tal sensibilidade. Vejamos o depoimento de Perséfone,

[...] elas são pilantras, não tão nem ai não, são bandidas, são maloqueiras mesmo. Quando a gente pensa que é fulana, não é fulana, é a outra. Antigamente ficavam trêmulas, mas hoje em dia, não. Se não fosse pelos informantes eu nunca pegaria, e ninguém pega! [...] na fila mesmo do Serrotão me diziam [...] Eu acho que era as rixas delas mesmo e dos maridos ai dento. Pra se vingar, chegava pra mim e dizia: Pode fazer que hoje que a senhora pega! Ai quando eu sabia antecipadamente, eu nem avisava a direção; eu nunca cheguei pra diretor pra dizer assim: fulano hoje vai entrar uma mulher com droga. Pra quê? Jamais! Num era meu serviço? Quando pegava era que chamava o coordenador, e o chefe de disciplina pra fazer os procedimento. Agora nem revistar pode mais, com esses direito “desumano” (Perséfone, 2018)

Espraiando-se outra vez em generalizações, Perséfone vai professando seu discurso, não excluindo nenhuma das visitantes de adjetivos depreciativos. Ela atribui esse caráter

totalizante de sua exposição, às astúcias de algumas mulheres, pois se antes elas tremiam ao portarem ilícitos em seus corpos; hoje sabem melhor disfarçar, induzindo as agentes ao erro nas deduções acerca de suspeitas. Há de se pensar que a proibição do uso de espelhos para a obtenção de flagrantes, pode ser uma das causas dessa tranquilidade demonstrada por algumas portadoras de ilícitos. Tendo em vista que, desde 2014 com o fim da *revista vexatória* nos presídios da Paraíba, relegou-se aos espelhos da sala cor de rosa, um lugar escamoteado nos armários daquele recinto, sendo que os estigmas da violência por eles simbolizados, foram tão profundos, que nem para o fomento da vaidade eles hoje se prestam, apresentam apenas uma luz baça, gasta pela transitoriedade do tempo. Por sua inutilidade e inoperância, lembraram-me idosos despojados em asilos, por perderem a serventia, e resumirem-se a estorvos, dos quais era necessário para algumas famílias, livrar-se. Esse, contudo, não era, como já explicitado, o desejo de Proserpina, nem tampouco de Perséfone.

O pensamento das três agentes mais atuantes da revista convergia em muitos ângulos, mas também distanciava-se em alguns aspectos. Perséfone afirma uma independência em relação a direção, no que se refere a obtenção de flagrantes. Ela tinha seus informantes na fila. Valendo-se de sua popularidade colhia as informações de quem estaria levando ilícitos sozinha, sem o intermédio da direção, o que não acontecia com Diana. Perséfone somente comunicava aos diretores, se comprovada a denúncia por meio do flagrante. Após a saída de Diana, em fins de julho de 2012, a direção prisional passou a nos chamar para as pequenas reuniões onde dizia-nos nomes de suspeitas com base em informações colhidas com os próprios apenados ou seus visitantes. Para nossa frustração nem sempre as denúncias confirmavam-se. Meu sentimento, porém não era somente frustração, era também vergonha, achava que a direção entenderia nosso trabalho falho, fracassado, decepcionante. E sentia a mesma pressão sentida por Diana e também por Proserpina,

[...] eu vejo da seguinte forma: quando eu entrei, estava entrando drogas e eu deveria pegar essas drogas pela revista. Então, a pressão que eu sofria era no sentido de: “Oh tem que vê essa revista, porque tá entrando drogas”! Então, eu sabia que eu tinha que fazer a revista da melhor forma possível, para que eu pegasse essas drogas. A partir do momento que eu comecei a pegar, então eu me senti mais aliviada. A questão, como eu disse, tem os dois lados: o meu lado como funcionária, a minha função que eu tenho que exercer, e o lado que é o outro lado, pensando como ser humano, como uma pessoa normal. (*Proserpina*, 2018).

Na retórica de Proserpina, percebe-se que ela também sentia-se pressionada para que obtivesse flagrantes. Ela deveria pegar drogas e quando começou a pegar, houve a sensação de alívio, o mesmo alívio de que falou Perséfone, quanto ocorriam seus flagrantes. Leia-se

que “fazer a revista da melhor maneira possível,” para o sistema era uma maneira eufemística de dizer: Esquadrinhar as visitantes agredindo e invadindo suas intimidades. Esse é o ofício que tínhamos de seguir para que as drogas não adentrassem à unidade com as visitantes e para que tivéssemos nosso trabalho reconhecido e não houvesse nossa responsabilização pela entrada de objetos ilícitos.

Sendo assim, é interessante evidenciar como Proserpina autodenomina-se, como ela separa a condição de funcionária da condição humana, a maneira como ela define-se enquanto uma pessoa que não é normal. O ponto de vista da funcionária não é o ponto de vista de uma pessoa humana e normal. Existem dois lados: o da funcionária e o da pessoa humana, normal. Desse modo, ela não concebe uma junção desses lados, é como se para ela, houvesse mais que uma cortina separando-a das visitantes. Um muro seria uma metáfora mais adequada para essa divisão, que Proserpina é levada a elaborar, estimulada pelos discursos de ordem e disciplina apregoados na unidade prisional. Um muro impenetrável, de espessura impermeável e, de escalada impossível. Muralhas bem mais intransponíveis do que aquelas que circundam a prisão e são avizinhasdas pelas visitantes durante a permanência na fila, e mesmo quando essas as ultrapassam deixando-as para trás com a abertura dos portões. No sentir de Proserpina os muros que a separam das visitantes permanecem elevados, intactos, pois cercam, aprisionam sua subjetividade.

Importa ainda notar que em todas os pronunciamentos de Proserpina, o feminino não aparece, ela cita a condição humana, mas não filtra dentro dela o ser mulher, afinal não era o ser humano em sua totalidade que tinha sua dignidade violada, sua intimidade exposta, mas exclusivamente as mulheres. Falar do ser humano, nesse sentido, é um meio de demonstrar o desconhecimento do “Eu” feminino encarcerado pelas masculinidades e não visualizar a pouca atenção à seletividade da *revista íntima*. É não problematizar aquele contexto de violências, de misoginia. É ver a *revista íntima* para mulheres como aceitável, correta, natural e não chocar-se com ela, ou acostumar-se, como explica Diana,

[...] no início choca mais depois acho que é como médico, porque no meu entender é assim, médico começa vendo o lado humano depois se solidifica, se robotiza sei lá; e passa a ver o ser humano como uma peça, então assim, eu acho que do mesmo jeito acontecia lá, depois a gente vai acostumando e tal, mas é constrangedor pra quem faz, e pra quem chega lá pra ser feito essa revista (*Diana*, 2018).

No trecho acima exposto, Diana parece ainda estar em sintonia com a antiga pupila Proserpina, não abordando a violação ao corpo feminino propriamente dito, mas resvalando seu discurso para o tratamento destinado ao ser humano como um todo, na sala de revista.

Não obstante, o que chamou-me a atenção em sua fala, foi a comparação por ela esboçada entre a prática da *revista íntima* e a atuação médica. Ao fazer isso, ela toca em questão a meu ver essencial, da qual pode-se extrair a relação entre poder e saber. Ao comparar o trabalho levado a efeito na sala *revista íntima* ao trabalho desempenhado pelos médicos em seus altares de saber, Diana denota coerência, sobretudo, se pensarmos nesses médicos como analisou Michel Foucault (1988) enquanto portadores de uma autoridade que ao longo da história, selecionou, excluiu, baniu, esquadrinhou, trancafiou e fez de seres humanos, seus objetos de saber, peças no dizer de minha entrevistada. O saber e o poder frios, petrificados, arrogantes da medicina comparados ao poder disciplinar também frio e arrogante vivenciados no espaço da prisão, e endossado pela justiça, certamente equacionam semelhanças.

Assim, Diana repercute a robotização presentes em tais ofícios, os médicos ao seguir as prescrições, os postulados da ciência, tomando posse daquele saber e, por extensão, daquele poder, desumanizam o paciente, vendo-o como uma peça, mas também desumanizam a si próprios, na busca de seus objetivos. Em síntese, penso que para Diana, Perséfone, Proserpina e mesmo para mim, era fundamental fazer seguir a disciplina, fazer valer os dispositivos de controle, pois aquele não era um espaço de liberdade, e sim um local de aprisionamentos. A disciplina também nos aprisionava por razões diversas, é certo. Havia o medo, a necessidade, a concordância, a vaidade, e outras razões. Sabíamos que não podíamos oferecer trégua as visitantes, que tínhamos o dever de coibir a entrada de objetos ilícitos. Ou então, implodiríamos os muros que nos separavam das mulheres dos apenados e nos tornaríamos tão suspeitas quanto elas. Nessa perspectiva era necessário ver a *revista íntima* como nossa principal atribuição, sem esmorecer,

[...] Se você for analisar de todos os ângulos, tudo está errado, mas o sistema é assim. *Eu não podia [...] eu não podia amolecer*. A situação mesmo, não permite que você amoleça, ou você permanece numa linha reta, não de durona, não de rigidez, mas de fazer o seu trabalho. Por que aquilo ali é um setor que se você amolecer de uma vez, e alguém pegar, vai ter que amolecer pra todas, e eu não conseguiria trabalhar desse jeito (Diana, 2018).

Ao contrário de Perséfone e Proserpina, Diana enxerga erros, mostra arrependimentos, titubeia ao tentar justificar-se: “Eu não podia [...] eu não podia amolecer”. Mas, admite não poderia ter atuado de outra forma. A situação não permitiria porque além de cobradas, erámos observadas. No entanto, é preciso frisar que, a adequação e adoção da disciplina prisional, dos discursos institucionais, davam-se pouco a pouco, não tornava-se “máquina” da noite para o dia, tampouco erguiam-se muros sem um prazo suficiente. Assim como eu, outras agentes

tiveram de vivenciar lentamente seus ritos de passagem, algumas delas preferiram evadir-se deles, deixando impressos seus sentimentos, para o conhecimento de suas resistências. Que o leitor prossiga em sua leitura, sempre que necessário virando a página.

2.3 “A sensação que eu tinha, era de que eu tava no inferno”: o sentir e o resistir das agentes penitenciárias

Dentre as muitas agentes que formaram a equipe de trabalho para a realização da revista, na Penitenciária do *Serrotão*, uma delas era Cora⁵⁸, estava há pouco tempo na Penitenciária, apesar de já trabalhar no sistema penitenciário desde que foram chamadas as primeiras turmas de concursados em 2009. Não obstante, o trabalho na *revista íntima* do Serrotão, configurava-se novo para ela. Sua chegada teve o propósito de oferecer reforço para nosso grupo, que sofria constantes desfalques, uma vez que a *revista íntima* do Serrotão, era considerada umas das atividades mais indignas para as funcionárias prisionais, tanto é que a rotatividade na composição das equipes femininas era significativa. Na *sala de revista*, ora estava-se carente de profissionais, ora repleta delas. Nesse intermeio, muitas novatas permaneciam por um curto período naquela função, logo conseguiam seguir por outras veredas, deixando para trás o procedimento infame. Ao encontrar-me com Cora, percebi o quanto foi importante para ela desabafar, falando de sua experiência traumática na sala cor de rosa,

[...] quando eu saía da revista, eu passava o resto do dia impressionada. Perplexa, me sentindo mal, vendo aquelas cenas na minha cabeça, ficava literalmente com a mente perturbada, quando eu participava da revista. Eu mesma me sentindo suja, me sentindo mal, era o terror! Dormia e sonhava com aquelas cenas de filme de terror, porque a gente via todo tipo de problema, inclusive conseguia detectar problemas de saúde nas pessoas, e não podia fazer nada, e ainda corria o risco de se contaminar (Cora, 2018).

Com efeito, as imagens presenciadas na *sala de revista* do Serrotão, eram impactantes. Visualizei muitas vezes no semblante estarecido de Cora, o desconforto e a inadaptação. Ela sentia-se mal e sentia-se suja. O mal-estar e a sujeira, talvez não impregnassem apenas seu corpo, mas sua alma, invadindo suas emoções. A constatação dos problemas de saúde nas visitantes e, dos riscos à própria saúde, faziam-na sentir-se impotente. Sentimento parecido ao

⁵⁸ De acordo com a mitologia grega, Cora era o nome de Perséfone, quando ainda não havia sido raptada por Hades e, portanto, ainda não pertencia ao mundo dos mortos. Ressalto que a escolha pelo nome fictício de Cora para a agente penitenciária em tela, deve-se exatamente ao seu inicial desconhecimento e estranhamento em torno da sala da *revista íntima*, na *Penitenciária do Serrotão*, que é aqui, metaforicamente chamado de mundo dos mortos.

que Diana deixou transparecer quando narrou que o sistema cobrava dela resultados e não mais que isso. Cora não habituou-se ao mundo das sombras, do qual Diana e Perséfone há muito já faziam parte, atormentava-lhe as cenas de filmes de terror que reproduziam-se em sua mente, em seu subconsciente, restos diurnos no dizer freudiano⁵⁹ da *revista íntima*, *flashes* que castigaram sua sensibilidade, e habitaram seus sonhos durante a noite, e no decorrer do dia, fazendo florescer uma mente perturbada,

[...] eram feridas nas partes íntimas, gente com a parte íntima machucada. Então eram cenas muito tristes, muito tristes mesmo [...] a sensação que eu tinha era que eu estava no inferno!! Você sempre via, eu nunca me recusei a tá no espelho, pelo contrário, era uma que tava sempre lá, porque o espelho era o que menos eu gostava. Mais eu me habilitava, ia logo, era uma das primeiras que [...] além de não ter reclamações, né? de alguém dizer que eu tava sem querer fazer o serviço, também me livrar, fazia a minha parte e não ter mais que encostar naquele espelho (Cora, 2018).

Cora expôs seu próprio sofrimento, a mercê do contágio por doenças as mais variadas, diante da tristeza da violação, percebia-se no “inferno”, mas tinha de seguir as prescrições da *revista*, deveria saber manobrar o espelho para vistoriar as genitálias, embora fosse a parte da ação que menos gostava. Desejava evitar as críticas, as reprimendas, as reprovações. Executava aquela ação para alinhar-se a engrenagem do sistema. A sensação de estar no inferno, era justamente reforçada pelo pior de seus instrumentos: o espelho, objeto representativo da violação das visitantes. Como sugere Vanuza Sousa Silva (2014) ao falar dos corpos femininos aprisionados, o sistema mutila corpos, classifica, isola, separa, e os pune fisicamente. Além disso, lhes dá um lugar social, qual seja o lugar demarcado pelos estigmas.

Os corpos que na sala de revistas estavam sendo revirados eram significados como corpos em união com o crime, enlaçados com aqueles que cumpriam pena por terem praticado o crime e mesmo que dele não mais fizessem parte, o lugar social desses corpos era a exclusão, a repulsa, o degredo. Contudo, os espelhos neles se fixavam, os espelhos naquele instante eram o olhar opressor do poder. Por isso, Cora queria o quanto antes livrar-se deles. Avalio que a sensibilidade de minha colega, longe de parecer fraqueza, era na verdade seu modo de resistir ao que o sistema esperava de nossas condutas.

Cora pressentia nos discursos da instituição prisional, muitas incongruências, entretanto, não foi a única agente a discordar veementemente dos meios da *revista íntima*, outras tantas funcionárias instauraram seus protestos. Contidos, é bem verdade, visto que nenhuma ousou desafiar as leis do sistema publicamente, anunciando sua angústia e sua

⁵⁹ Aludo ao estudo presente no clássico livro, *A interpretação dos sonhos*, escrito por Sigmund Freud (1856-1939), precursor da psicanálise. Nesta obra, Freud afirma que os sonhos são também, compostos por restos do vivido no decorrer do dia.

indignação diante dos dirigentes prisionais. Nenhuma negou-se à prática da revista, muito embora a fizesse com brandura, sem copiar os métodos ensinados por Diana e Perséfone. Por meio desse expediente evitavam críticas diretas ao sistema, pelo tratamento dispensado a si e as visitantes, traçavam assim, naquele contexto obscuro, vexaminoso, suas linhas de fuga.

Em comunhão com o pensamento de Cora havia a agente Menta⁶⁰, mais uma de minhas colegas que atuou na *revista íntima*. Menta era natural de outro Estado de Pernambuco, e as dificuldades de transporte, a fizeram transferir-se para a penitenciária feminina, onde o número de plantões era menor. Passou cerca de um ano no Serrotão, entre 2012 e 2013 e a exemplo de Diana e Perséfone, chegou a trabalhar em todas as unidades do complexo, só que em virtude de sua dificuldade de adaptação. Era na revista uma pessoa bastante tranquila, diferente do que costuma esperar-se de uma agente penitenciária. E entre nós mostrava-se discordante com a *revista íntima*, como expôs em sua fala:

[...] a princípio eu achei bem chocante, né? e a gente faz porque, dão essa obrigação pra gente fazer, mais eu achava ela bem invasiva. E, assim, eu acho que a gente não tem que suprir todas as necessidades, todas as deficiências do Estado não. Eu não concordava né? Em fazer por esse motivo porque ela era muito invasiva. A gente vê a necessidade, que realmente entra muito ilícito, e o meio é, geralmente é o familiar que traz, ou a visita, né? A visita em si, mais que em nenhum momento eu achava legal fazer aquilo ali. Além de ser muito invasiva tinha a questão da insalubridade, era muito insalubre tanto pra pessoa que tava submetendo a visita como pra gente também. E eu acho que a melhor coisa que aconteceu tanto pra o visitante, quanto pra gente foi terem acabado aquela revista (Menta, 2018)

Se compararmos o discurso de Menta com o de Proserpina, vemos o quão divergentes são seus posicionamentos. Enquanto para Proserpina a *revista íntima* ainda hoje é necessária, já que o Estado não promove meios tão eficazes na apreensão de drogas, quanto a *revista íntima*. Para Menta as agentes não tinham que suprir as necessidades do Estado, ela toca na insalubridade existente para todas as envolvidas no procedimento, ou seja, para agente e visitante, questão não mencionada por Proserpina. Além disso, diz jamais ter concordado com aquela prática e finaliza falando de seu contentamento pelo fim da *revista íntima*.

Na verdade, Proserpina e Menta, formam o oposto uma da outra, no que se refere à prática da *revista íntima* em visitantes. Todavia, se assemelham na questão de não perceberem-se violadas pela revista que promoviam. No discurso de Menta a revista é invasiva, mas ela não aprofunda-se na temática, não conclui que a revista é invasiva, mas

⁶⁰ Conforme a mitologia grega Menta era uma ninfa, que tornou-se amante de Hades, despertando os ciúmes de Perséfone. Para vingar-se da rival, a rainha do mundo dos mortos, transforma Menta em uma planta, a menta que hoje conhecemos.

apenas para um gênero, para o seu próprio gênero. Nisso, talvez Menta fincasse seus pés no mundo dos mortos, ela de certo modo naturalizava, ou ignorava por completo, a submissão, a humilhação vivenciadas pelas mulheres, por serem mulheres. A respeito disso não manifestava indignação.

Vislumbrava no comportamento das agentes que entrevistei e também nas demais que não cheguei a entrevistar, uma passividade em relação à agressividade dos discursos masculinistas. Era como se por excelência, tivéssemos de ser submissas. Com este perfil, apresentou-se para nós, na sala de revistas, a também agente Eurídice,⁶¹ as picadas de serpentes enviaram-na para aquele submundo. Aguardava sem dúvidas, que seu Orfeu a viesse resgatar daquelas sombras. O convívio com ela dava-nos a certeza de que o ambiente da *revista íntima* não pertencia-lhe. Causava-nos estranheza, vê-la com a posse do espelho. Tinha a delicadeza de um cisne branco posto a nadar em um lodaçal. Decerto, estar ali representava para ela incorrer em uma drástica punição. Sentia-me condescendente com ela, sabia que ela não estava ali por querer, por vocação, assim como eu também não estava. Sabia de igual modo, que as serpentes que a remeteram ao mundo dos mortos do Serrotão, foram o desemprego e a carência material. Razão pela qual, fizera o concurso para aquele cargo que em nada combinava com sua maneira pachorrenta.

Todavia, a formação de Eurídice na área jurídica fomentava-lhe a esperança de que não tardaria a despedir-se de nós. Seu Orfeu não simbolizava necessariamente seu par romântico em sentido literal, mas significava diferentes contingências profissionais distantes daquele espaço lamentoso, como a aprovação em outro certame. Seu Orfeu era a conotação do sonho concretizado de deixar para trás a experiência infame na feitura da *revista íntima*. E, com alguns meses ela se foi. Para seu dissabor, não conseguiu deixar de todo a penitenciária. Talvez seu Orfeu tivesse olhado para trás, e com isso não lograsse êxito em salvá-la do mundo dos mortos. Todavia, apesar dos queixumes por ainda estar vinculada ao sistema, ela conseguiu deixar a sala de revistas, e passou a laborar em seu setor jurídico. O tempo em que atuou na *revista íntima* foi suficiente para testemunhar o que viveu,

[...] eu nunca achei normal, eu nunca me acostumei [...] a primeira vez me chocou muito porque eu sabia que não era legal, chegava à ilegalidade. Era

⁶¹ Referência ao mito de Eurídice e Orfeu, um casal que um amor transcendental, mas tem sua separação provocada pela morte de Eurídice, ao ser picada por serpentes. Após sua morte, ela é enviada ao submundo ou mundo dos mortos. Orfeu inconformado, utilizando-se de seu enorme talento musical, toca sua lira para Hades, deus dos mortos, convencendo-o a libertá-la. No entanto, o rei do submundo aceita o pedido sob uma condição: Orfeu sairia daquele lugar seguido por Eurídice, sem contanto olhar para trás. Perto da saída, temeroso por não ser seguido pela amada; Orfeu descumprir o trato e lança seu olhar para certificar-se de que Eurídice de fato o seguia. No mesmo instante ela cai para sempre no abismo de profunda escuridão.

muito invasivo, é isso. Nunca olhei com normalidade [...] a questão das partes íntimas me incomodava; a coletividade. [...] não tinham respeito à intimidade, era todo mundo lá sem roupa, né? a questão do espelho. Você era pressionada a pegar alguma coisa, pelas colegas e pelo superior, senão era como se fizesse vistas grossas (Eurídice, 2018).

Em meu diálogo com Eurídice pude evidenciar o quão ela discordava da *revista íntima*, do fato de sua prática ocorrer coletivamente, por conseguinte do desrespeito à intimidade das visitantes. Todas despidas a um só tempo. Não obstante, a questão do espelho para ela foi a mais incômoda, além da nudez das visitantes, via-se pressionada pela revista imposta por suas colegas e superiores no sentido da obtenção de flagrantes. Angústia bem conhecida entre as agentes novatas, que deviam seguir os padrões da revista, mas que relutavam orientando-se por seus próprios sentimentos, por sua indignação. O revés de tal atitude consubstanciava-se em julgamentos os mais variados: eram fracas, covardes, incompetentes, negligentes, sendo que pior dos julgamentos, era aquele que apontava para convivência criminosa. Outra angústia já narrada por Diana, que atemorizava as agentes, conduzindo algumas delas, a extremismos na condução do espelho.

Mas, o que deveras cativou-me a atenção na fala de Eurídice, foi o uso dos termos “normalidade” e “legalidade”. Penso que a graduação em Direito, incutiu-lhe um vocabulário próprio, embora não fossem as palavras em si que mobilizaram minha reflexão e sim, a história que por detrás delas, escondia-se. Afinal, contradizendo Eurídice na sala fumacenta e desoladora, era absolutamente normal e legal a *revista íntima* e todos os métodos que antecediam-na. Isto posto, para o sistema era normal e legal a violação ao corpo de mulheres, a perda da intimidade, da privacidade e da dignidade de todas que encontravam-se submetidas aquele recinto bem como aos apenados que tinham suas familiares vistoriadas.

Eurídice, em seu modo de resistir via a incoerência da *revista íntima*, e por esse meio, interpretava sua ilegalidade, porém as instituições vão criando suas verdades, e costumam unir-se, atrelar-se para isso. As instituições inventavam o legal e ilegal, o lícito e não lícito, e claro, o que apresentava normalidade e anormalidade. Nesse sentido, Michel Foucault (2010) dedicou análise acerca dos “anormais” e da forma como os discursos de verdades constituem-se em torno deles. É certo que os personagens⁶² sob a o crivo foucaultiano, diferem-se dos personagens que compõem estas memórias, entretanto convém-me aqui atentar para essa relação costurada entre a verdade da justiça e outras verdades.

⁶² Os anormais de que trata Michel Foucault são os monstros, os incorrigíveis e os onanistas, questão por ela tratada em sua aula em 1975 no Collège de France.

[...] eu gostaria de me deter um instante sobre essa relação verdade – justiça, porque claro, é um dos temas fundamentais, da filosofia ocidental [...] é um dos pressupostos mais imediatos e mais radicais de todo discurso judiciário, político, crítico, o de que existe uma pertinência essencial entre o enunciado de verdade e a prática da justiça (FOUCAULT, 2010, p. 11).

Os discursos de verdades pronunciados na *Penitenciária do Serrotão* preenchem o sentido de anormalidade inculcado em suas visitantes. Discursos de poder que atuam nesses sujeitos. Esclareço, contudo, que não se trata, no caso das visitantes em questão, de uma anormalidade encarnada na loucura, e sim na ilegalidade das tentativas de subverter a ordem estabelecida. A anormalidade segundo a ótica masculinista, delineava-se notadamente, no fato dos sujeitos que estavam atentando contra a ordem, serem mulheres, e de apesar disso, adotarem um comportamento desviante, sendo por essa via marginais, nos moldes empregados por Alfredo Veiga- Neto (2001), ao deslocar o conceito foucaultiano de *anormais* para designar de mesmo modo síndrômicos, deficientes, monstros, psicopatas, surdos, cegos, aleijados, rebeldes, poucos inteligentes, estranhos, GLS, enfim os ditos refugos sociais.

No que tange a *Penitenciária do Serrotão*, as visitantes encaixavam-se no conceito de *anormais*, e para a contenção de suas ações, adotou-se por exame o procedimento da *revista íntima*, cuja intenção não era atestar a sanidade ou a falta dela, mas em grande medida debruçar-se sobre a periculosidade dessas mulheres. Tendo em vista que, a familiar de apenado flagrada durante a revista revelava seu caráter perigoso, deslocado das demais e, mormente “anormal”. Ela passa a ser rechaçada na unidade penitenciária, não tendo por castigo somente a suspensão de sua visita, sendo encaminhada para um processo de exposição e degradação chancelado pelos respectivos discursos de verdades: da justiça, masculinista e institucional. Como aduz o próprio regimento da unidade:

- a) – em situações flagrantes será comunicado de imediato a direção da penitenciária, para que prontamente sejam adotados os procedimentos cabíveis tais como: expedição de ofício requerendo da autoridade policial o corpo de delito conforme preceitua o artigo 244 do CPP, a preparação de escolta formada por duas testemunhas, neste caso específico pelas agentes que realizaram o flagrante, um agente masculino e o motorista de plantão;
- b) - a autuada será levada a uma unidade hospitalar para a realização de exame ambulatorial de Raios-X, afim de que fique comprovada existência de infração penal;
- c) - após a realização do exame de Raios-X, a autuada será conduzida a delegacia competente, para que a autoridade policial proceda à lavratura do auto de prisão em flagrante.

Vê-se que os discursos, e seus enunciados de verdade postulados na *Penitenciária do Serrotão*, invertem o que aos olhos de Eurídice, refletem a anormalidade e ilegalidade. Na verdade, “a anormalidade” neste caso, é inserida no comportamento das visitantes e não no

ato de puni-las expondo-as publicamente. Além do flagrante durante *a revista íntima*, a visitante é conduzida para a direção prisional com a finalidade de esclarecimento do caso. Em seguida colocada na viatura, em meio a sanha curiosa da fila de visitantes. Não suficiente, promove-se uma peregrinação entre a instituição prisional, hospitalar e policial. A instituição prisional debruçava-se sobre o discurso jurídico e seu saber, tinha o respaldo da justiça e editava suas regras para regulação do comportamento dos visitantes, na sequência contam com o saber científico do hospital para realização do exame de *raios-X* em mulheres que foram pegas em flagrante, como meio para atestar o que já havia confirmado-se na sala de revista, e por fim, encaminha-se para a instância policial com a finalidade de dá início aos trâmites do processo contra a pessoa apreendida, que retornará ao complexo penitenciário, agora como prisioneira. No caso em tela, para a *Penitenciária feminina do Serroton*.

No tópico seguinte discuto com mais afinco todos esses meandros, ao lembrar das burlas e das resistências, dessa vez situando as visitantes. Nesse propósito, continuo trazendo o discurso das agentes e as práticas educativas relativas ao corpo feminino.

2.4 A caixa de Pandora⁶³: o avesso da disciplina, as burlas e as resistências das visitantes

Parafrazeando Lúcia Castello Branco (1990) a memória tem um quê de relação com a morte. O olhar da memória é assim mortífero como olhar que alcança a Medusa⁶⁴, pois aqueles que a fitaram tornaram-se pedra. O olhar da memória é também mortífero, como é o olhar de Orfeu que ao direcioná-lo para trás, condenou a morte sua amada Eurídice. Creio que a memória produz morte, já que é fadada ao esquecimento, mas na mesma medida fabrica a ressurreição. Nem tudo na memória se petrifica. Por essa via, queria eu ser uma Medusa ou um Orfeu às avessas, lançando meu olhar sobre o passado e fazendo dele vida, desfazendo seus mistérios, revivendo o que jamais seria revivido, ou vê-se apagado, o que nunca consubstanciar-se-ia em passado. Devaneios de uma historiadora que apega-se a suas memórias, visando edificar em torno delas, uma *ego história*, reivindicando esse método historiográfico e concordando com a definição de que “[...] as situações nas quais narrador e personagem são a mesma pessoa, caracterizam a expressão literária da autobiografia, e em

⁶³ Segundo a mitologia grega Pandora teria sido criada pelos deuses do Olimpo. Cada deus ofertou-lhe um dom. Ao casar-se trouxe consigo uma caixa que continha todas as desgraças do mundo, porém não sabia de seu conteúdo. Foi-lhe recomendado pelo marido Epimeteu que não a abrisse. Sem conseguir conter sua curiosidade, ela desobedece e de dentro da caixa escaparam todas as mazelas, ficando apenas a esperança.

⁶⁴ Personagem feminino da mitologia grega cuja cabeça continha ao invés de cabelos, muitas serpentes, e seu olhar tinha o poder de petrificar quem a mirasse.

relação a sua manifestação entre historiadores, é chamada de Ego-história” (SILVA, 2015, p. 71). O passado enquanto experiência e sensibilidade, o passado que é para mim não só passado, mas, é também vivido.

Ao lançar meu olhar para trás, recordo de um dia de visita íntima, quando a *Penitenciária do Serrotão* amanhecia e a fila de visitas estava formada somente por mulheres acompanhadas apenas de suas sacolas. Nelas não traziam as mesmas coisas dos dias de visita familiar. Nos encontros íntimos, a regra era de que cada esposa ou companheira de apenados portasse somente materiais para o seu próprio consumo, seu almoço, uma carteira de cigarros, refrigerante ou suco de frutas. Algumas visitantes chegavam na sala de revista com apetrechos eróticos, adquiridos às portas da casa penal, vendidos por outras visitantes que aproveitavam aquele momento para melhorarem a renda familiar. A entrada desses produtos naquele espaço não ensejava nenhuma proibição e as mulheres adentravam felizes pavoneando suas aquisições, entretanto, é preciso analisar que a visita íntima configurava-se de certo modo, invasão a intimidade sexual do apenado e sua companheira. E os reclusos que não recebiam visitas perambulavam pelo pátio, enquanto aqueles que recebiam, em sua maioria fechavam-se nas pequenas cabanas, estreitas, separadas por lençóis. Apresentavam-se nessa perspectiva como “corpos expostos ao prazer sexual em espaços públicos” (VICTOR, 2017, p. 27).

Todavia, o que mais me impressionava no encontro íntimo eram as peripécias inventadas para subverter a disciplina. De súbito muitas mulheres tornavam-se fumantes e gluttonas visto que, eram enormes as vasilhas onde armazenavam o almoço. Era impossível imaginar que somente elas se serviriam. Sem contar que as carteiras de cigarro ainda lacradas após horas de espera numa fila, denunciavam por quem o fumo seria tragado. Na sala de revista, Perséfone examinava a palma das mãos e as extremidades dos dedos das visitantes, dizia que fumantes apresentavam mão com cor diferenciada dos não fumantes, e, dando continuidade à sua investigação, aproximava-se das mulheres procurando sentir-lhes o hálito, seguia inquerindo se elas eram realmente fumantes ou os cigarros eram pra o apenado que iam visitar.

Perséfone ia cumprindo “o seu papel de vigiar a casa dos mortos”. Comumente, acontecia de mulheres visitarem seus maridos vestindo camisas masculinas novas ou em bom estado. Perséfone sabia a intenção da visitante e aguardava com avidez o final da visita para confirmar sua suspeita: a visitante havia deixado a camisa com o companheiro e saía usando uma que ele já não mais queria por estar velha demais, ou por desejar ter uma de seu time preferido. Perséfone de imediato exigia que a burladora voltasse ao pavilhão e desfizesse a troca, não o bastante sentenciava suspensões de visitas junto à direção do presídio. A mesma

espécie de burla acontecia com outros objetos, exemplo corriqueiro era o das sandálias, quando presenciávamos mulheres que calçavam números pequenos chegarem surfando desequilibradas em tamanhos maiores que quarenta. Para satisfazer o companheiro aprisionado, arriscavam-se, sofriam reprimendas, ficavam mal vistas e mal quistas dentro da sala de *revista íntima* pelas funcionárias, que redobravam a desconfiança diante de tais visitantes, olhando-as com maus olhos.

As horas que preenchiam o dia de visita íntima, e também familiar, eram urdidadas por pequenas atitudes que minavam a disciplina. Sabia-se da existência de um dia específico para a entrada de roupas, sandálias e demais objetos, não sendo aceitas antecipações por parte dos visitantes, porém ao descumprir-se as datas determinadas, as visitas incorriam na tentativa de quebra de disciplina: as burlas ações que podem ser interpretadas como resistências aos mecanismos de poder “[...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor por si mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 91) Neste contexto, a resistência é intrínseca ao poder, e ocorre precisamente dessa relação de poder. Daí sua origem imbricar-se com poder. Na *Penitenciária do Serrotão* as burlas formam posicionamentos de resistência, silenciosos, sorrateiros, implícitos, porém constantes, do contrário o automatismo seria a única tônica. Teria-se um exército sincronizado de pessoas afeitas a serem comandadas, a obedecer, sem questionar, sem por essa via resistir,

[...] tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações, na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte (REVEL, 2005, p. 74)

Nessa relação, as gestões prisionais que testemunhei assumir a administração da Penitenciária, empreenderam reações contra as mais diversas formas de burlas, tentou-se padronizar o tamanho das vasilhas de alimento, para que não houvesse o comércio de comida no cárcere, mas era muito comum no *Serrotão*, as figuras dos bodes expiatórios, as pessoas que nem tinham nada em mãos, talvez por viverem em mendicância, eram solicitadas por outros visitantes a dividirem os excessos que levavam como se fossem seus. Entretanto, ao chegarem ao interior dos pavilhões, local em que julgavam não mais estarem sendo observados, recuperavam seus produtos. Sendo informada dessas situações de burla ao sistema, Perséfone costumava agir punindo as mulheres que ousavam atentar contra as disciplinas e a ordem da unidade prisional. Não faltavam para ela informantes a lhe indicar as artimanhas de suas colegas de fila, inclusive a respeito da presença de drogas, de

comprimidos de artane⁶⁵ dentro dos alimentos e outros materiais ilícitos. Ao conversar com Perséfone ela reforçou,

[...] desconfiar ninguém desconfia, porque elas não demonstra! É informante mesmo, se não tiver informante não tem como [...] do mesmo jeito da Federal, da Civil, da Militar. Agora principalmente essas que já tão envolvidas com droga, a gente fica mais desconfiada, de orelha em pé, mas tudo tem que ser através da informação, aí não dava outra (*Perséfone*, 2018).

Foi margeando esse território de burlas ou quebras de disciplina, no amanhecer de um dia destinado ao encontro íntimo que recorro a memória. Tudo parecia dentro das normas, nenhuma burla aparente, malgrado o fervilhar de mulheres ávidas por realizarem suas visitas. A penitenciária resvalava em tranquilidade. Pandora tomou cedo seu lugar na fila, deixou aos cuidados de sua mãe, com quem morava, seus dois filhos pequenos, o mais novo ela ainda amamentava. Trazia consigo apenas duas sacolas plásticas contendo o almoço, o cigarro e o refrigerante habituais. Vestia-se como pedia o regulamento. Após horas de espera pela abertura do portão, teve suas sacolas revistadas, nada mostrou-se irregular. Foi liberada para a fila da *revista íntima*, onde aguardou o momento em que as agentes a convocariam. Enfim, adentrou a sala cor de rosa junto com outras mulheres. Em geral, era liberada a entrada de no máximo dez visitantes por vez, o suficiente para que o espaço ficasse lotado.

Não recordo o momento de sua chegada, nem lembro de tê-la revistado. Para cada etapa da revista, seguia-se uma sequência. Desse modo, uma agente ficava à porta recolhendo documentos das visitantes, organizando a fila e autorizando que entrassem. No interior da sala, fazíamos a cada hora um revezamento para que nenhuma agente pudesse reclamar de fazer somente a pior parte do trabalho, que por unísono era o espelho. Com a confirmação do fechamento da porta e janelas a *revista íntima* tinha seu início. Em um desses momentos sequenciados, Pandora teria despontado na sala. Não era, portanto, a minha vez de manipular os espelhos e as lanternas. A exemplo das demais agentes, eu prosseguia como autômata orientando-me pela disciplina. Cada uma em sua função, em seu ritmo maquinal, tal como define Michel Foucault (2008):

[...] cada indivíduo no lugar, e em cada lugar um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir (FOUCAULT, 2008, p. 123).

⁶⁵ Também conhecido por “boa noite Cinderela”, o artane é um medicamento utilizado no tratamento para portadores do *Mal de Parkinson*. É um medicamento alucinógeno, por isso é constantemente vendido e consumido como droga.

A distribuição dos corpos na sala de revista constituía tarefa essencial para que nosso olhar não se turvasse, para que os critérios de vigilância conservassem sua eficácia, sem que nenhuma daquelas mulheres pudesse dela escapar quebrando a disciplina, burlando o sistema. Estava cada corpo minuciosamente observado, cada gesto controlado, quando inesperadamente, ouvi a voz de Perséfone alterar-se desfazendo aquela cadência sonora e disciplinar que nos envolvia. Sua voz agora além de impositiva era acima de tudo, afirmativa: “Vai tira logo o que tu tem ai!”, bradava. Com as mãos em formato de prece, a mulher respondia com súplicas repetidas de perdão: “Me perdoe, me perdoe, por favor, me perdoe!”. O choro e o desespero abafavam seus rogos por clemência. Perséfone já de pé, tinha em volta de si quase todas as outras mulheres. Mulheres despidas. As únicas vestidas estavam de preto⁶⁶. Muitas ainda buscando compreender o que se passava. Perséfone diante de si, talvez enxergasse somente Pandora que continuava a implorar por perdão, no que ela limitava-se a responder em tom seco: “Isso já não é mais comigo”. Nunca esqueci aquela cena. Era setembro do ano de 2012. Eu engatinhava na profissão e apesar de outros flagrantes até mais causadores de perplexidade já terem ocorrido em minha estada por ali, foi o de Pandora o que mais marcou minha sensibilidade.

Houve, contudo, o episódio protagonizado por uma senhora sexagenária, que tentou camuflar um celular, carregador e fone de ouvido, envoltos em papel carbono e divididos entre a vagina e o ânus. Na época disseram que a função do carbono seria inibir a ação do detector de metais. E que a idade avançada serviria para inibir nossas suspeitas. O mais espantoso é que a mulher estaria atendendo uma solicitação do próprio filho. Todavia, não cheguei a acompanhar todos os trâmites a respeito dessa visitante. Outras agentes a conduziram à delegacia e na ocasião não foi necessário o hospital, ainda não tínhamos um regulamento que assim disciplinasse. Dessa maneira, ela assentiu em retirar com suas próprias mãos o conteúdo que trazia em seu corpo e o fez em um banheiro que tínhamos instalado na sala. Ela, todavia parecia não ter se abalado. Seguiu para a viatura com ar risonho, debochado, como se tivesse a certeza de sua impunidade. Nunca mais a vimos entre as visitantes do Serrotão.

Sem dúvidas, para outras pessoas, a situação acima narrada, tinha proporções bem mais impressionantes que o flagrante dado em Pandora, tendo em vista tratar-se de uma idosa que, sacrificou-se em nome do filho, demonstrou frieza ao ser apreendida e a quantidade de

⁶⁶ Cor do fardamento dos agentes penitenciários. Aos apenados e seus visitantes essa cor era proibida, exatamente por tratar-se da cor oficial das fardas no sistema. Assim, para que os reclusos não fossem confundidos em tentativas de fugas com funcionários justamente por vestirem preto.

objetos que conseguiu acomodar em suas partes íntimas, também foi causa de grande espanto. Mas, o fato é que Pandora mesmo não tendo sido autuada por mim, foi a primeira mulher que vi sendo flagrada portando drogas em seu corpo. Trazendo consigo uma caixa ilustrativa de sua desgraça. Somado a isso, ela foi também a primeira mulher que acompanhei a direção do presídio, e em seguida ao hospital. Suas mãos algemadas. Seu corpo preso na viatura. Sua vida colocada sob suspeição aos olhares da Penitenciária, aos olhares da instituição hospitalar e por fim, aos olhares e reprimendas da delegacia.

Com efeito, Pandora não representava a atipicidade de ser uma mãe idosa, escondendo drogas em suas partes íntimas, tampouco foi a primeira mulher a ser flagrada nessa situação. Mas, para mim aquele flagrante revestiu-se de uma novidade em razão de ter vivido quase todos os seus lances, já que a direção determinou que duas agentes escoltassem Pandora até o hospital para o exame que comprovaria a existência de um objeto estranho em seu canal vaginal, isto é, a prova do crime. Era praxe que a autora do flagrante fosse uma das condutoras e a outra poderia ser qualquer agente que estivesse presente no momento da ocorrência. Como Diana já não estava mais conosco, eu figurava como a agente mais próxima de Perséfone, o que decerto fez com que ela me escolhesse para a missão. Fui então ser testemunha oficial do caso. Fato que obviamente influenciou para que mantivesse essa recordação em relevo, em detrimento de tantas outras que os anos no *Serrotão* me fizeram testemunhar. Presenciei o desespero, as humilhações, os lamentos e a respeito deles refleti. Aquilo havia me chocado, e, sobretudo, me tocado. Percebia-me vinculada aquela experiência, nos termos acolhidos por Jorge Larrosa (2016) ao dizer-nos que a experiência requer,

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza (LARROSA, 2016, p. 25).

Após o flagrante, Pandora permaneceu sentada em uma cadeira, à vista de todas que entravam e saíam da sala. Perséfone de posse de um rádio transmissor comunicou o flagrante à direção para a tomada de providências. A penitenciária ficou ciente do fato, ao ser narrado pelos rádios transmissores. A notícia espalhou-se em seus quatro cantos. À nossa porta agentes masculinos aguardam que um grupo de visitantes deixassem a sala para que pudessem adentrar nos entregando as algemas. Depois disso, aguardaríamos a confecção dos ofícios encaminhados pela direção do presídio e conduziríamos a visitante presa até o hospital.

Lembro bem do semblante lívido de Pandora sendo observada e inquirida pelos funcionários. Eles eram pura condenação e sarcasmo. Ela já não chorava, mantinha o olhar perdido. Ainda lhe perguntaram para quem seria a droga e com quem a conseguiu, ela nada respondeu. A presença masculina naquela sala me pareceu tão invasiva e repulsiva quanto a *revista íntima*.

Conduzimos Pandora até a viatura, apesar de não ter sido eu, a autora do flagrante, um súbito orgulho acercava-se de mim. A visitante embora vestida, era como se estivesse nua, exposta aos muitos olhares atentos e atônitos da fila. Diante de alguns cochichos e indignações por sua atitude criminosa. Ouvia uma clássica frase dita pelas visitantes ao depararem-se com a rigidez das disciplinas: “Por causa de uma todas pagam”. Para elas, era comportamentos como o de Pandora que as obrigava a *revista íntima*. Não conseguiam visualizar as entrelinhas, não questionavam o motivo dos homens também não passarem por revista semelhante. A exposição da visitante punha em evidência a reação do poder punitivo que representávamos. Tanto para Perséfone quanto para mim, Pandora era um troféu. Era a demonstração de que erámos eficientes no combate àquelas práticas. Acerca disso, Diana foi além,

[...] o pior de tudo, é que elas nos prejudicam, assim se a gente não agir, não for mais esperta do que elas, elas vão tá ali prejudicando nosso trabalho. Então, por mais que eu veja que tá ali uma mulher como eu sendo hostilizada por aquilo tudinho, eu tenho que ver o meu lado (Diana, 2018).

No discurso de Diana, era nula a possibilidade de ver a visitante como mulher, violada com aquela exposição. Estava em discussão, em jogo o trabalho e na medida em que entram drogas, alguém é responsabilizado. Os discursos masculinistas apontavam para as mulheres que nós revistávamos e que podíamos ser acusadas de não revistar. Nesse sentido, não havia como negar nossa alegria, compartilhava com Perséfone a sensação de prazer em levar Pandora para a delegacia. Talvez fosse aquela a sensação dos carrascos ao exibirem os condenados no cadafalso, instantes antes de os remeterem à forca ou a guilhotina. A prisão de Pandora e de muitas outras “mulas” serviam como um exemplo de punição da qual estavam sujeitas todas aquelas que ousassem desafiar as ordens do sistema burlando suas leis. Nesta perspectiva Proserpina ressalta que,

[...] todas que foram pegas com droga, todas tentaram burlar o sistema. Não teve nenhuma que não tentou. Logicamente umas com mais maestria, tentando esconder a droga de uma forma mais difícil de uma agente encontrar e, outras de uma forma, vamos dizer assim, fácil ou porque o seu ente tá aqui devendo dentro da cadeia, ou devendo a algum traficante e tem de pagar de alguma forma. Então as pessoas chegam a esse ponto, de tentar burlar o sistema, ou escondendo chips, drogas em comidas e roupas, dentro das partes

íntimas. Isso daí é uma realidade triste da gente, mas elas tentam, né?
(*Proserpina*, 2018).

Na fala de Proserpina, percebo o discurso de uma autêntica representante do sistema. A entrevistada afirmou que muitas pessoas se passam pra burlar o sistema. Via o sistema como algo que jamais deveria ser desafiado. O crime dessas pessoas justifica seus meios de punição e, não diferente de Proserpina, ao conduzir Pandora perante a audiência das pessoas por onde passávamos, eu também julgava aquela ação necessária. Além de um alerta para as demais visitantes, era também pra mim mesma. O sistema estava moldando minha identidade, a leitura que fazia acerca da vida. No hospital outros olhares perscrutavam Pandora, pacientes e funcionários a miravam com certo espanto e reprovação. Enquanto aguardávamos a preparação da sala para o exame. Um agente masculino voltou a interrogá-la.

Em seu semblante não havia crítica nem condenação. Havia até complacência em suas palavras. Pandora revelou que trouxera a droga a pedido do marido. Que recebia ameaças no cárcere e, que sofria agora pelos filhos pequenos. Na ocasião, presenciei o julgamento prévio sobre a identidade feminina, aquela construída historicamente, como sendo tolas e manipuláveis. Dentre os julgamentos de valor, estava presente o argumento utilizado pelos homens, um típico discurso moralista sobre as mulheres. Uma espécie de poder de convencimento, responsável por fazer com que "elas caíssem, acreditassem" neles. As afirmativas eram sempre do tipo: "[...] faltava-lhes raciocínio, racionalidade, mulher era só sentimento". Era comum especialmente dentre os profissionais do sexo masculino esse tipo de juízo, falas que revelavam "suas verdades" como se o feminino pudesse ser demarcado mediante uma identidade única e o masculino da mesma forma, a partir de oposições ao feminino, de diferenças,

[...] podemos e devemos duvidar dessas certezas sobre os corpos e a sexualidade, que vale a pena por em questão as formas como eles costumam ser pensados e as formas como as identidades e práticas tem sido consagradas ou marginalizadas (LOURO, 2001, p. 33).

Assim, observo que as identidades não ocupam um lugar fixo, os sujeitos sejam femininos ou masculinos fogem à meras classificações, aos chamados binarismos de gênero, as dicotomias, tanto é que os discursos modificam-se e com eles as identidades mostram-se fluídas. No hospital, Pandora foi orientada a deitar-se na maca. Recostadas à porta da sala, eu e Perséfone lamentávamos tudo aquilo: “Agora vai sair na imprensa, o nome no jornal, as pessoas comentando. Tudo isso por não pensar”. Ao ouvir-nos falando Pandora soluçava. Não era nossa voz que ouvia, eram os ecos cruéis do sistema que penetrava nossa subjetividade,

normas disciplinares responsáveis por adestrar nossos corpos e mentes. Ao término do exame, a confirmação, havia realmente um retângulo próximo a cavidade uterina. Era sua caixa. Dela escapava até sua esperança. Em um dos banheiros do hospital em minha presença e na de Perséfone, ela fez a retirada.

Ao chegarmos a central de polícia, já era hora de almoço, não havia delegado no local. Pessoas chegavam e saíam, ficavam curiosas por saber o que aquela mulher fizera. Sua mãe apresentou-se em seguida, era uma mulher humilde, uma pequena comerciante no centro da cidade. Primeiro, demonstrou toda a sua revolta com o comportamento da filha, com a situação terrível, vexatória em que se metera. Dizia não tê-la educado para aquilo, que a vida toda trabalhou pesado, que a criou sozinha, mas nunca lhe tinha deixado faltar nada. Falava dos inúmeros conselhos dados. Conjecturava que se o pai de Pandora fosse vivo, morreria de tristeza. Nada tinha adiantado, Pandora voltou a envolver-se com um sujeito que a punha naquela desgraça. Aquilo não era amor. Alegou que agora seria presa e seus filhos sofreriam as consequências. Elas choravam em desespero, preocupavam-se com o bebê que também choraria sentindo a falta da mãe. Aquela cena doía-me, perturbava-me, era a humanidade falando mais alto que os ecos do sistema.

Diante das palavras da mãe intensificavam-se as lágrimas de Pandora. Falava do filho mais novo que não ia mais poder amamentar e maldizia o companheiro. Fora ele o responsável por tudo aquilo. Nunca mais queria saber dele, nunca mais queria sequer ouvir seu nome, tinha-lhe raiva e agora daria-lhe o desprezo. Nunca mais passaria perto do portão da penitenciária, sua vida depois de sair da cadeia seria outra, sua mãe a apoiava enquanto tentava ligar pra um advogado. Afirmava que lhe pagaria com umas poucas economias guardadas, enveredava pelo o que ouvia falar do Direito, enfatizando que Pandora era primária e que aquilo não daria em nada, ela não iria ficar presa. Olhava para nós com um despeito que, se acaso tivesse os poderes da Medusa, nos lançaria à morte. Pandora lamuriava-se e afirmava reiteradas vezes que nunca mais voltaria a ter com seu ex-companheiro.

Com o início do expediente da tarde, um policial nos informou que a delegacia que nos atenderia estava situada em outro bairro, conduzimos Pandora novamente a viatura, mais uma vez sob diversos olhares. Sua mãe nos seguiu de carona com um amigo da família. Já na delegacia a autoridade policial nos recepcionou, mostrou-se impiedosa com Pandora, teceu pesadas críticas a sua conduta, diante de sua mãe, aparentemente desolada. Pediu para ver a caixa de Pandora e pesar-lhe o conteúdo e, logo ordenou: “Tirem essa coisa mal cheirosa daqui!”. Os homens que eram maioria na sala riram, escarneceram da situação. A humanidade

novamente me tocou ou foi a dita sororidade. Não estava certa de qual sentimento assomava, mas sabia que tudo aquilo me causava angústia. A caixa de Pandora era mesmo um retângulo, encoberto com um plástico preto que continha maconha prensada.

Durante o interrogatório ela afirmou não conhecer o homem que lhe entregou a droga e reafirmou que estava atendendo a um pedido de seu companheiro. Para Neusa Victor (2017) nem sempre há espontaneidade por parte da mulher ao atender os pedidos de seu marido preso. Nesse caso, se ela levava objetos ilícitos ao presídio, o fez por sentir-se pressionada pelos poderes paralelos, invisíveis que campeiam no espaço prisional e que findam por aprisiona-la juntamente com seu marido. Contudo, a delegada continuava a expor sua indignação. Ao perguntar sobre a escolaridade de Pandora e ouvi-la dizer que tinha estudado até o segundo ano do ensino médio, mostrou-se surpresa: “Nossa! Ela estudou muito!”. Sua frase era mais uma reprimenda, uma ironia ao que considerava ser um comportamento desviante, amoral, digno de repúdio. Após o término das perguntas, assinamos vários papéis. Seríamos chamadas a testemunhar em audiência perante o juiz da vara de entorpecentes. A delegada nos cumprimentou e agradeceu. Voltamos ao *Serrotão* e Pandora seguiria com os policiais para o exame de corpo de delito e depois para o recolhimento na *Penitenciária Feminina*.

Alguns meses depois eu e Perséfone nos encontrávamos no Fórum perante o juiz, promotor de justiça e advogado de defesa de Pandora. Ela chegou acompanhada da mãe, seu semblante era outro, estava maquiada, usava saltos, parecia ter colocado sua melhor roupa, queria talvez com a roupa sentir-se maior, menos inferiorizada. Afinal de contas “numa sociedade da roupa, a roupa é tanto uma moeda como incorporação” (STALLIBRASS, 2008, p. 13). A promotora ouviu Perséfone, na sequência ouviu minha versão. Sem mais questionamentos, para nós a audiência foi encerrada.

Em mais um dia de visita no *Serrotão*, dessa vez familiar, tudo parecia normal, nenhuma irregularidade, a Penitenciária conservava sua rotina sufocante. Até que Perséfone adentrou a sala nos relatando o que colheu da fila de visitantes e confirmou com a direção, Pandora estava de volta, o juiz das execuções penais de Campina Grande, suspendera-lhe o direito de adentrar à penitenciária, atendendo ao pedido da direção da casa penal. Ela, no entanto, recorreu ao *Tribunal de Justiça do Estado* e ao alegar o direito de visita do preso, o direito do sentenciado de manter contato com a família, previsto na própria Lei 7.210/84, a lei de Execuções penais, Pandora teve seu pedido atendido. Minutos depois estava a nossa porta, trazendo consigo seus dois filhos.

[...] eu tô acostumada já, essas mulher não tem vergonha, são muitos anos aqui, já vi de tudo, por isso eu digo que não tenho pena. Elas choram lágrimas de crocodilo, é muita lágrima de crocodilo. Eu finjo que acredito, elas são falsas e a gente vai sendo falsa também, é assim que funciona o sistema! (*Perséfone*, 2018).

Com efeito, custava a me acostumar com o sistema. Todas as vezes que Pandora chegava, desejava que meu olhar fosse o de Orfeu, afinal tanto choro, tanto sofrimento, a mãe desesperada, o filho que ainda amamentava, a humilhação, o drama, nada serviu-lhe de lição. Conseguiu solapar nosso poder por via de um poder maior. Nesse ponto a volta a Michel Foucault (2006) é oportuna, mormente quando o filósofo se dedica à escrita do texto “A vida dos homens infames” que foram pessoas do povo, pobres, desvalidos, de condutas duvidosas, que desafiaram o poder do rei, se utilizando desse mesmo poder, para benefício próprio. Vidas cujo choque com o poder as fez existir,

[...] foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto (FOUCAULT, 2006, p. 207).

Pandora foi uma dessas vidas, não precisamente por ter infringido às leis do Estado, como tantas outras visitantes fizeram, e ainda fazem, mas por em momento oportuno, ter-se valido das leis preconizadas por esse mesmo Estado, para libertar-se de suas malhas e conseguir seu objetivo, qual fosse: visitar seu companheiro na prisão. Para tanto, recorreu aos dispositivos que a própria Lei expressava, e soube acioná-los, tornando sem efeito a decisão ulterior que a proibia de adentrar a unidade prisional. Não fosse por isso, Pandora certamente nem seria digna de nota. Ela seria apenas mais uma entre tantas, que tentaram quebrar a disciplina prisional, entre tantos outros casos de flagrantes por nós realizados. Pandora diferenciou-se. Erámos nós que agora sucumbíamos humilhadas diante daquela “mulher infame”, mas “assim era o sistema”, concluiu Perséfone.

Nessa sintonia, o próximo capítulo portará com maior visceralidade as micro relações de poder ventiladas no cárcere contemplando: homens, mulheres, apenados, visitantes, direção prisional, funcionários, em sua rotina. E notadamente as questões vinculadas ao conceito de gênero, “O ser mulher” em um universo predominantemente masculino, ou “o ser mulheres” múltiplas, diversas, multifacetadas em suas vastas experiências, fruindo da liberdade ou em busca dela. Que nossa memória, em momento algum se petrifique!

Capítulo III

No espaço de confinamento masculino: a busca feminina pela liberdade

A liberdade não deve ser um ideal a ser conquistado, mas sim uma prática que se deve exercer no dia a dia.
(Mary Del Priore)

3.1 “Ninguém nasce agente, torna-se agente penitenciária”: uma agente- aguerrida

O deus Hélios⁶⁷ conduzindo sua carruagem esplendorosa e fulgurante, em pouco tempo chegaria ao apogeu celeste, lançando sobre a terra a calidez de seus raios, que repercutiam sua diáfana e calorosa presença, quando apercebi-me que se aproximava do irromper do meio dia, e a entrevista que realizava com Diana em sua casa, ainda tardaria a ser concluída. Faltava muito para que a conversa atingisse o mesmo ápice, que o majestoso deus estava prestes a alcançar, assumindo seu trono na culminância azul dos céus. Mas, o tempo de Hélios é também dos mitos, um tempo sem tempo (PESAVENTO, 2003, p. 07). O nosso, contudo, estava inscrito na efemeridade de homens e mulheres, por essa razão, já se esvaía, qual se esvai a fina areia desértica trocando de lugar no interior de uma antiga ampulheta. Entendi que precisava adentrar ao cerne do tema que me levou até ali, que me fez procurar a velha companheira de trabalho, após tantos anos sem qualquer ínfimo contato.

⁶⁷ Na mitologia grega Hélios era o nome que se dava ao deus que personificava o sol.

Diana encontrava-se diante de mim, sentada em sua poltrona, nem de longe fazia lembrar a Diana que dividiu comigo e outras agentes penitenciárias, o trabalho da *revista íntima* em dias de visita na *Penitenciária do Serrotão*. Em nada deixava transparecer a rigidez da funcionária que chegava a confundir-se com a própria disciplina prisional. As mãos que tantas vezes presenciei manipulando com destreza os espelhos, na busca por objetos ilícitos camuflados em corpos femininos, dedicavam-se agora a outra atividade. Uma atividade que me obrigava a vê-la não mais como a caçadora de outrora, a agente cuja presença fazia estremecer grande parte das visitantes. Suas mãos traziam gestos delicados, e os dedos tantas vezes postos em riste, como sinal de autoridade, agora tocavam com extrema leveza as linhas, os velos, os tecidos e as agulhas, seus novos materiais de trabalho.

Parecia desejar com eles, partir para a tessitura de esperanças, tal qual Penélope ansiando pela volta de Ulisses⁶⁸. Nesse exercício, ela deixava escapar fios de sua história na *Penitenciária do Serrotão*, fazendo e desfazendo retalhos de lamentos, pontilhava arrependimentos, tristezas, amarguras, demonstrando estar ciente de que [...] todos nós podemos, um dia, nos tornar alguém que nunca se reconciliará consigo mesmo, que será essa forma de nós sem redenção nem resgate [...] (MALABOU, 2014, p. 12) e a nossa conversa ia sendo alinhavada, agrupando tecidos, linhas que nos enlaçavam, e permitiam subjetivar aquela entrevista, não mais como entrevista, onde haveria uma pesquisadora fria, e diante dela uma interlocutora que apenas responderia mimeticamente às indagações que lhes são provocadas.

Assim, no meu encontro com Diana, havia um tema bordado, uma urdidura que nos entrelaçava e nivelava. Tema que implicava no fato de sermos mulheres, mulheres que trabalharam em uma penitenciária masculina, para tanto “[...] reinventando seu cotidiano, criando as estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina [...]” (RAGO, 1995, p. 82). Dominação que aqui prefiro tratar por insensibilidades masculinas pautadas em práticas educativas que visavam nos fazer sucumbir aos silêncios e à resignação, pois além de tudo, o espaço era predominantemente ocupado pelo masculino, construído, habitado e gerido por homens. Não obstante, escreveu Michelle Perrot (2005) que as mulheres podem sempre esquivar-se, desviar-se de proibições, preencher vazios do poder, as lacunas da história, reagir e reinventar-se, narrar-se, pois “[...]”

⁶⁸ Penélope é uma personagem da mitologia que esperou durante 16 anos, pelo retorno do seu marido Ulisses, que havia ido para a guerra de Tróia e depois foi enviado pelos deuses para uma odisseia no mar. Dado como morto, vários outros pretendentes apareceram para Penélope, que os rechaçava afirmando que só casaria novamente, após concluir a tessitura do enxoval. Ela concluía o enxoval ao amanhecer, e sempre desmanchava à noite.

ao recordar e escrever, as mulheres ao longo da história vão passando a limpo fatos de suas vidas [...]” (TEDESCHI, 2015, p. 201).

As mulheres na *Penitenciária do Serrotão* transitaram em um *locus* de ode à cultura masculinista, entretanto, faz-se oportuno concordar com a historiadora Vanusa Souza Silva (2013) quando afirmou que desde segunda metade do século XX, percebeu-se uma resignificação e reestruturação no mundo do trabalho e da educação, fato que ela atribuiu às lutas encampadas pelo feminismo, pelos homossexuais e movimentos étnicos. No que toca especificamente às mulheres, elas passeiam com mais liberdade e autoestima nos espaços públicos e privados, desfazendo-se de antigos conceitos, abraçando uma nova compreensão do próprio corpo, do sexo e sexualidade, e dos modos de ser e existir. Esse movimento, de certo, não excluiu a presença das mulheres na segurança pública, ainda interpretada como domínio das masculinidades.

Era justamente esse o ponto nodal da conversa que desejava atingir, quando Diana relembrou suas primeiras experiências como agente feminina, vivenciadas na *Penitenciária do Serrotão*,

Eu cheguei no Serrotão numa época onde a escola funcionava também como uma cela. Ali tinha aula, e lá também à noite eram trancados os presos que trabalhavam na cozinha. E muitas vezes eu trancava os presos. Muitas, muitas vezes. Eu pegava uma pasta com os nomes de todos eles na hora do recolhimento, e fazia a chamada... fulano de tal? Presente! Não tinha agentes suficientes, e eu saía com um preso de confiança que ficava com as chaves, e eu fazia esse serviço lá. O diretor olhava pra mim e dizia: Você tem condições de fazer! Tinha os presos da parte de baixo que iam pra enfermaria, tinha os que eu levava pra assistir aula. (*Diana, 2018. Grifos meus*).

É parte dos procedimentos de trabalho nas unidades prisionais, a chamada nominal diária dos apenados, normalmente às 17:00 horas, o objetivo é averiguar se houve alguma fuga durante o dia, se estão todos presentes. Após a chamada realiza-se o trancamento destes em suas celas. Nos estabelecimentos prisionais masculinos, esse trabalho costuma ser feito por uma equipe de agentes armados, todos do sexo masculino. Situação semelhante acontece nas penitenciárias femininas, entretanto, a responsabilidade pelo trabalho direto com as apenadas é das agentes femininas. Essa divisão de atividades baseada no sexo de quem as realiza, a princípio não foi observada com Diana, pois a única companhia que tinha para o auxílio no serviço, não era a de nenhum de seus pares, mas de um apenado, considerado de confiança.

Não obstante, para os agentes era dada a noção de que um preso era sempre um adversário ardiloso. O preso era pária do sistema, e o bom agente deveria estar sempre

distante dele, sem esboçar cordialidades, mas estar atento, vigilante, observando seus movimentos, mas naquela época, como aliás, ainda hoje acontece, os apenados passam a realizar trabalhos domésticos na unidade, também por não haver efetivo que os faça. A ausência de efetivo permitia que Diana procedesse à contagem dos demais apenados, e em seguida, os trancava na cela improvisada no prédio da escola. Uma outra atividade por ela relatada, consistia na escolta dos presos dos “pavilhões de baixo”, assim chamados por serem os últimos dos nove pavilhões que compunham o pátio da unidade.

Ela sozinha conduzia os reclusos desses pavilhões para as aulas na escola e para as consultas no posto médico, que funcionam no interior da unidade. Diana não era escalada para participar de escoltas externas de apenados, o seu trabalho restringia-se às missões internas, questão que em nada amenizava os riscos a que se submetia. Mas, a consciência do que poderia ter-lhe acontecido, só a arrebatou, quando ela já não mais fazia parte do quadro de funcionários da unidade,

[...] hoje quando eu penso em tudo aquilo, no que podia ter acontecido comigo lá... passei por muita, muita, muita situação assim. Se aqueles presos quisessem me pegar ali... bom, mais já passou, já passou! (*Diana, 2018*).

À primeira vista, a atitude do diretor em delegar a uma mulher funções costumeiramente arroladas para o masculino, pode parecer crença na capacidade da funcionária, ou um gesto motivador, ao afirmar-lhe: “você tem condições de fazer!”. Porém, mais adiante é a própria Diana quem explica que isso ocorria por não ter agentes suficientes para concretizar as demandas da casa penal, provavelmente se houvessem, ela não seria designada para executar tais missões. É preciso, também considerar que a passagem relatada por minha ex-colega, remeteu ao ano de 2007, e nesse período vivenciava-se uma grande carência de profissionais no sistema penitenciário paraibano. Assim, os agentes em exercício sofriam uma sobrecarga de trabalho.

Porém, em abril de 2008 os veículos de comunicação trouxeram em destaque a seguinte matéria: “Governo da Paraíba abre duas mil vagas para agente penitenciário” (GLOBO, 2008). As provas do certame tiveram início em junho do mesmo ano, mas a ausência de profissionais nas unidades prisionais do Estado, somente seria remediada a partir de janeiro de 2009 com a nomeação dos seiscentos primeiros concursados. Enquanto a ausência de agentes penitenciários não era suprida. Diana recebia atribuições que hoje são delegadas exclusivamente à equipe masculina.

Evidentemente que o diretor, poderia sim, estar convicto da competência de Diana na feitura das missões para as quais ele a escalava, mas do trabalho no cárcere emanam muitas tensões, os agentes estão na maioria das vezes, vulneráveis a situações limite, como serem feitos reféns, mortos, torturados, perseguidos até fora dos muros. Rubia Minuzzi Tschiedel (2012) chama atenção para outras questões que agravam a falta de pessoal: a precariedade e o imprevisto nas condições de trabalho dos agentes de segurança penitenciária os expõem a riscos de variadas naturezas, ocasionando também a ansiedade, doenças psicológicas, problemas que degradam a saúde. Diana sujeitava-se a tais adversidades, na contramão da passividade atribuída ao feminino, desconstruindo os discursos da mulher como ser frágil e incapaz para determinadas ações.

Isso, porém não deixava de causar estranhamento, firmado na propagação discursiva da mulher enquanto ser desprovido de qualidades para o exercício da segurança pública, e que por serem frágeis, deveriam ser poupadas das situações que carecem de força física para seu enfrentamento. Tudo isso expõe de maneira mais cristalina que,

[...] a virilidade marca o modo de fazer segurança pública no Brasil e, dentro deste íterim elementos como a docilidade, a paciência, a meticulosidade, a delicadeza ou qualquer outro traço que corresponda ao que se entende por feminino perde importância, destaque e espaço (DIAS; ROSA, 2014, p. 164).

Tem-se assim, a relevância da abordagem do conceito de gênero, que para Joan Scott (1987) define-se em uma categoria de análise dividida em duas partes, cuja primeira, seria o gênero enquanto constitutivo de relações sociais norteadas pelas diferenças entre os sexos, ao passo que a segunda parte, diria respeito aos significados que são dados às relações de poder. Daí, aflora a importância de entender como a separação entre masculino e feminino foi, e é disseminada na própria instituição penitenciária, na distribuição dos trabalhos e na dinâmica de suas relações cotidianas.

Por seu turno, a filósofa Judith Butler (2010) dispõe que os discursos em torno do gênero produzem-se enquanto construtos identitários a ele ligados. O gênero, portanto, não poderia ser entendido como algo estável, que torna as identidades fixas e imutáveis, como algo que concorre para naturalizá-las, haja vista que,

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também constituídas, como parte estratégica que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2010, p.201).

A partir do que postula a filosofia butleriana, os indivíduos não nascem pertencendo ou sendo de um dado gênero, posto que por gênero entende-se aquilo que se pratica, e não o que se é. Nisso há uma interseção com o pensamento de Simone de Beauvoir (2014) expresso fundamentalmente em sua clássica frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Todavia, Judith Butler apresenta o conceito de *performatividade*, onde os indivíduos, em sua totalidade, não somente mulheres são guiados pelas repetições que existem nas normas de gênero, ou seja, as regulações e imposições aos seus comportamentos e às suas práticas. Não existindo de igual modo, uma essencialidade na noção de sexo.

Enfim, as instâncias sociais induziriam os indivíduos a seguirem dados padrões comportamentais que vão desde o modo de vestir-se, entonar a voz, caminhar, gesticular, declarar gostos, desejos, além de demonstrar atração pelo sexo oposto. Linguagens corporais que buscam fixar papéis para a feminilidade e a masculinidade. Para Guacira Lopes Louro (2000) nossas sociedades supõem e reiteram um alinhamento, adaptação ao que é “normal” e denota coerência entre sexo-gênero-sexualidade. Ou seja, aquilo que Judith Butler denominou por *heteronormatividade*, nela diz-se que as normas sociais determinam, regulam e identificam corpos entre machos e fêmeas, gênero entre masculino e feminino, traduzindo-se numa lógica binária, que fixa limites, direciona o lugar dos sujeitos e suas condutas.

Refletindo sobre isso, virilidade e poder são apontados como traços inerentes ao masculino, e a fragilidade seria típica do feminino. É disso que fala também a historiadora Alômia Abrantes (2008) ao beber da mesma fonte de Butler, nos remetendo a personagem da “mulher macho”, tanto a filósofa quanto a historiadora entendem que as identidades são construídas. E quando características atribuídas ao masculino são impressas no corpo feminino, esse ao invés de fragilidade, passa a nutrir-se de imagens de força, resistência e coragem, engendrando a figura da “mulher macho”. Os signos dessa mulher descritos na análise de Abrantes atrelam-se a noção de nordestina que resiste heroicamente às agruras da seca e do sol inclemente, adquirindo características apontadas como comuns aos homens, e convivendo com eles nas mesmas lutas, em condições semelhantes, já que as experiências dessa mulher não lhe possibilitaram outro tipo de performance.

Em mesmo sentido, ao frequentar os espaços perigosos, tidos como inapropriados para a presença feminina e sua suposta delicadeza, Diana vinculava-se ao heroísmo andrógino da “mulher macho”, mesmo não sendo, contudo, a caatinga, a fome e a seca o desafio por ela enfrentado bravamente. Por outro lado, uma de suas maiores pelejas relacionava-se também ao ambiente a ser desbravado: uma penitenciária masculina. Um ambiente de exaltação da

virilidade e do conseqüente embrutecimento de seus profissionais. Tudo isso, corrobora com a compreensão de Luciana de Oliveira Dias e Fabrício Silva Rosa (2014) acerca da presença de mulheres na segurança pública,

No interior das instituições policiais, cujo público é predominantemente masculino, a conservação desse intercâmbio de virilidade acontece, por exemplo, na exigência de que o discurso da mulher, especialmente quando ocupa uma função de comando seja legitimado por um homem, que seria o mentor da ação, o mandatário que, momentaneamente ficaria nos bastidores. Ou ainda é percebido no clamor de que a mulher assuma características consideradas masculinas para que suas prescrições tenham crédito (DIAS; ROSA, 2014, p. 165).

Na *Penitenciária do Serrotão*, era esse o quadro reproduzido, tanto que a direção prisional era composta por três diretores, um titular e dois adjuntos, todos do sexo masculino. Entendia-se que, para tratar com homens, para ter uma efetiva liderança sobre eles, era indispensável força física, característica que falta às mulheres, por essa razão “[...] as mulheres estariam autorizadas a figurar apenas como veículos de transmissão da mensagem masculina ou como objetos dela [...]” (DIAS; ROSA, 2014, p. 165). Essa subordinação persistente revela os imperativos da cultura masculinista, impondo à mulher uma situação de inferiorização e de figuração.

Por isso, ao demonstrar capacidade para a realização do trabalho, Diana é vista como a “mulher macho” o que a diferencia das demais agentes, pois ela teria ido além dos limites impostos por sua debilidade física, tornando-se forte, aguerrida, valente. Essa masculinização, talvez, sirva como estratégia das próprias masculinidades, no sentido de garantir sua hegemonia. Ou seja, sufocando e apagando emblemas de feminilidade, que lhe viessem disputar territórios. É como se nesses ambientes a ideia de superioridade masculina e virilidade, fosse algo visceral, onde as mulheres só provariam sua capacidade se deixassem de lado as características associadas ao feminino. Isso em absoluto, não enfraquece a lógica binária de demarcação das diferenças, antes pelo contrário, a reforça e a naturaliza.

Defende Maria Izilda Santos de Matos (2001) que ao historiador cabe à dupla tarefa de desconstruir e desnaturalizar no tempo as diferenças. Desvendar o estabelecimento de hegemonias, discutindo acuradamente questões alusivas à subordinação e dominação; percebendo o gênero numa perspectiva relacional, posicional e situacional. Não esquecendo que gênero não limita-se a homens e mulheres, e que não obstante, os vínculos entre homem/masculino e mulher/feminino, são construídos culturalmente.

Caberia, por conseguinte, aos discípulos de Clio “[...] não essencializar sentimentos, posturas e modos de viver dos indivíduos [...]” (MATOS, 2001, p. 48) Nesse âmbito, ao historiador não resultaria nenhuma tarefa hercúlea, perceber as dicotomias, as divisões de papéis ocupados por homens e mulheres, e tão frequentemente propaladas na *Penitenciária do Serrotão*, de sorte que todas essas questões estão firmemente arraigadas em seu cotidiano, em uma constante disputa por espaços e poderes.

3.2 “Aqui a gente também manda”: espaços de poder

A escassez de um número satisfatório⁶⁹ de agentes que atendessem às demandas do cotidiano prisional tornou possível a constância de mulheres na lida da *Penitenciária do Serrotão*, atuando junto à equipe masculina, o que não atenuava a visível necessidade da contratação de novos profissionais. Por essa via, a agente Diana não foi a única mulher a prestar apoio aos agentes masculinos em suas missões, embora sua exposição tivesse sido maior, já que ela tratava diretamente com apenados do sexo masculino, e em muitas ocasiões desprovida de apoio, porém antes de Diana outras agentes foram personagens que ajudaram a compor a história daquela unidade carcerária.

Todavia, é preciso demarcar que, já em 1990 a penitenciária foi inaugurada, sem que houvesse, para tanto, um concurso público com a finalidade de prover seu corpo funcional. Sendo assim, as agentes que ali atuaram nas primeiras duas décadas de seu funcionamento entre os anos 1990 e 2000, foram relocadas de outros órgãos e *Secretarias da Administração Pública Estadual*. No sistema prisional, elas trabalhavam conjuntamente com os homens, pelo menos nas situações de crise, como as rebeliões. Não tinham técnica, preparo suficiente para atuar na segurança pública, eram funcionárias que exerciam anteriormente a função de auxiliares de serviços gerais e merendeiras em escolas públicas do Estado. E o mesmo ocorria com os agentes que também foram trazidos de outras funções para prestar serviço na penitenciária recém-inaugurada,

[...] foi mais pelas escolas que eles saíram recrutando o pessoal que quisesse trabalhar no presídio, muita gente quis ir por conta do salário que era dobrado, quem fosse ia receber cem por cento a mais do que já recebia. Naquele tempo a gente ganhava coisa de salário mínimo, eu nem sei mais quanto era na época. Ai quem fosse participava de um treinamento em João Pessoa, o curso durava uma semana, até na Mata do buraquinho teve

⁶⁹ O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, recomenda o limite de um agente penitenciário para realizar a guarda de no máximo cinco apenados.

treinamento eles ensinavam como mexer com revólver, como usar as algemas e outras coisas (Perséfone, 2018).

As vantagens pecuniárias oferecidas com base na periculosidade e insalubridade de se trabalhar em um presídio, representou para muitos funcionários o chamariz, conforme depoimento de Perséfone. Não obstante o treinamento de uma semana, estava longe de ser suficiente para a lida diária no cárcere. No entanto, para as mulheres em particular, o trabalho consistia apenas na revista de visitantes, expectativa que acabou não se confirmando, já que as missões estenderam-se no reforço para as tarefas desempenhadas pelos agentes masculinos. A entrevista que realizei com a agente Perséfone vem corroborar com tais afirmações,

[...] eu e outra colega trabalhava varrendo o chão numa secretaria lá pras bandas do Zé Pinheiro. Só tem que a gente era muito humilhada lá. Tinha uma mulher que num gostava da gente. Gente que sente prazer em se desfazer dos outros. Quando num era pra reclamar do serviço, pra botar defeito onde não tinha, ela fingia que a gente nem tava ali. Gente que acha que num vai pagar um dia pelo o que fez. Só que Deus num dorme! Aí outra funcionária de tanto vê o sofrimento da gente, me chamou no canto e me perguntou: você e sua colega querem sair daqui? Eu fiquei espantada, e disse: sair pra onde? Ela respondeu: o Presídio do Serrotão tá precisando de gente pra trabalhar lá. Aí eu disse: o que é que tem pra gente fazer lá? Ela disse: revistar as visitas dos presos. Tem gratificação e ninguém vai ficar desdenhando de vocês como aqui. Eu nem bati os olhos. A outra ficou cabreira, por ali, mas aceitou. Me lembro, como se fosse hoje, nunca me arrependi de ter vindo pra cá, e olhe que a gente já seguiu isso aqui só, a gente já viu tumulto de todo tamanho por aqui. Já tive muito livramento (Perséfone, 2018).

Nas palavras de Perséfone, ressoavam a alegria de ter tido o salário dobrado, mas principalmente de ter escapado de uma situação degradante, não pela simplicidade da função que antes ocupava junto com sua colega⁷⁰, e sim, pela maneira cruel como foram tratadas por uma funcionária que valia-se da posição hierarquicamente superior, para oprimi-las, lhes lançando mão de humilhações mediante críticas descabidas, e até fingindo ignorar a presença delas durante o expediente laboral. Noutros termos, a funcionária as submetia à prática de assédio moral⁷¹ no ambiente de trabalho. Uma relação de poder que me fez divagar sobre a constituição dessas relações no próprio sistema penitenciário, na forma pela qual as agentes,

⁷⁰ A amiga de Perséfone solicitou transferência da *Penitenciária do Serrotão* para outra unidade prisional, a qual a depoente não soube informar o nome. Os casos de mudanças de locais de trabalho, são bastante comuns no sistema. Pedidos por transferência tanto voluntárias quanto involuntárias, ocorrem frequentemente, uma vez que muitos agentes penitenciários preferem o trabalho nas cadeias públicas por se tratarem de lugares que agrupam menor população carcerária, e, por conseguinte maior tranquilidade. Outros por problemas com a direção prisional ou inadaptação ao trabalho na unidade que se encontram, findam sendo devolvidos pelo diretor prisional para a *Secretaria da Administração Penitenciária*, que é responsável pelas lotações dos agentes nos estabelecimentos prisionais do Estado.

⁷¹ O *Conselho Nacional de Justiça*, classifica por *Assédio Moral* no ambiente de trabalho, toda conduta abusiva, a exemplo de gestos, palavras e atitudes que se repetem de forma sistemática atingindo a dignidade ou integridade psíquica.

que outrora ocuparam funções subalternas, assumiram um cargo que, de certa maneira, as revestia de autoridade. Dito de outro modo, como elas e as demais funcionárias prisionais lidavam com o poder.

Visitando as análises foucaultianas relativas à genealogia do poder, Judith Revel (2005) demonstra como o filósofo francês explorou o sistema de diferenciações nessas relações, naquilo que se refere a ação sobre a ação dos outros, esmiuçando as relações de poder e seus objetivos,

[...] agir sobre a ação dos outros, e que é, ao mesmo tempo, condição de emergência e efeito das relações de poder (diferença jurídica de estatuto e de privilégios, diferença econômica na apropriação da riqueza, diferença de lugar no processo produtivo, diferença linguística ou cultural, diferença de saber fazer ou competência (REVEL, 2005, p. 67).

A funcionária que assediava moralmente Perséfone e sua companheira de trabalho tinha seu comportamento fundado possivelmente nessas diferenças, que abarcavam primeiramente a posição funcional ocupada, ou seja, a hierarquia, e de certo, as diferenças econômicas e produtivas. A demonstração de poder sobre os outros, não se abstém de objetivos. Estes estariam centrados na “manutenção de privilégios, acumulação de proveitos, e o exercício de uma função” (REVEL, 2005, p. 68). Interpõe-se, assim, a urgência do diálogo interdisciplinar entre a História e a Psicanálise. Diálogo já defendido e difundido pelo o historiador Peter Gay (1989) ao deter-se no papel da Psicanálise “[...] para registrar as superfícies fragmentadas e os sons das profundezas inexploradas da natureza humana” (GAY, 1989, p. 74) o que serve à História que se volta para a produção de sensibilidades e subjetividades.

Portanto, buscando a Psicanálise, tem-se que o indivíduo que exerce uma função, na tentativa de autoafirmação pode abusar do poder, chegando a tentar anular o outro. Semelhante um torturador que “[...] tem que negar radicalmente, a pessoa do torturado. Ele cresce, e passa a existir, na exata proporção em que a vítima se anula” (PELLEGRINO, 1988, p. 21). Isto é, os referidos expedientes são colocados em prática para se afirmar, para não receber questionamentos, para manter-se no lugar confortável que se ocupa, sem jamais sofrer ameaças de perdê-lo.

Seguindo a trilha deixada por Michel Foucault (2008) é importante observar que o poder seria resultante do cruzamento de várias práticas, entretanto, a ninguém ele pertenceria, sendo variável e complexo. E, ao lado de Judith Revel (2005) o historiador Kléber Rodrigues dos Santos (2016) faz passagem pelas veredas abertas por Michel Foucault, asseverando que o

poder não se estabelece apenas a partir de uma relação de força, de uma macroestrutura para uma estrutura micro, ele não vem de cima para baixo, mas por meio de micro relações que seriam percebidas em todos os tipos de relacionamentos. O historiador argumenta que, as relações de poder acontecem no colégio, na Igreja, em casa, ou em um estabelecimento prisional, enfim, onde houver relações, o poder se faria presente.

Por fim, ao submeter duas auxiliares de serviços gerais em situações aviltantes, a funcionária de hierarquia superior, revelara-se diante de apenas um ponto do poder, de uma de suas dinâmicas, definida em uma forma de dominação sobre o outro, o que a leva a perder qualquer sentimento de alteridade no tocante as suas vítimas. Esse fato acenou para que a *Penitenciária do Serrotão* emergisse para Perséfone e sua colega como um oásis diante do contexto danoso que viveram. Malgrado a inospitalidade e a propalada brutalidade da prisão, ali as duas mulheres sentiram-se inicialmente acolhidas e valorizadas profissionalmente.

No decorrer da entrevista com Perséfone, notei como ela sentia-se importante. O novo trabalho de agente conferia-lhe credenciais de autoridade, gabava-se de sua honestidade, e o fato de não possuir mais um algoz, valendo-se de variados artifícios para aviltá-la. Aliás, para muitos familiares de apenados, ela era a algoz. Sendo assim, o relato sobre o seu passado como auxiliar de serviços gerais e sua posterior função de agente penitenciária, descortinaram-se como um adensamento de questões que envolveram o poder em suas diversas manifestações. Senão, vejamos o que depõe Perséfone,

[...] aqui ninguém me pisa, seja mulher de preso, ou funcionário mesmo. Aqui a gente também manda é diferente. Tá certo que tem diretor, mas eu vejo da seguinte maneira: o diretor tá pra apoiar quem trabalha certo, quem num se mete com coisa errada, com safadeza, tanto que muitos nem se mete no trabalho que a gente faz. *Aqui é a gente quem dá as coordenadas, e se faltar com respeito, vai responder, é desacato* (Perséfone, 2018. Grifos meus).

Perséfone anuncia com altivez sua autonomia, presentificada pelo poder normalizador do Estado. Poder que lhe chancela a implantação da ordem e da disciplina entre as visitantes: “[...] Aqui é a gente quem dá as coordenadas, e se faltar com respeito, vai responder, é desacato [...]” Sem jamais ter portado armas, ela respaldava-se na lei para proteger-se, para impor o medo e o respeito por parte das familiares dos apenados. A palavra “desacato” assim pronunciada emergia como uma palavra mágica, capaz de intimidar, de fazer com que muitas visitantes recuassem em suas contestações, findando por se curvarem aos dispositivos disciplinares da revista. Com isso, Perséfone prosseguia em seu intento de dizer-lhes como portar-se. Façamos a leitura de suas memórias,

[...] muitas delas chegavam aqui, e já da fila eu via o escândalo que era, com a calça colada, mostrando tudo! Ai as outras com ciúme dos maridos vinham comentar. Eu batia em cima, mandava voltar: vestida assim não entra! Deixe pra andar nua do portão pra lá. Ai elas se zangavam, ficavam falando mal de mim por todo canto, até dentro do ônibus as pilantras falavam de mim, só tem que as outras vinham ligeiro me contar, e quando eu ficava sabendo, ai era que eu caprichava na revista, quanto mais falasse mal de mim, mais eu me vingava na revista [...] as que mais reclamava da revista, eram as que queriam abastecer aqui de todo jeito, as que mais devia. Tinha umas que vinha com ameaças, dizendo que ia me processar. Tudo nesse lugar, era processar, e eu só fazia dizer: processe! *E pode falar mal de mim à vontade por ai, porque mulher de preso falando mal de mim, eu tenho como elogio* (Perséfone, 2018).

Na tentativa de validar o código de condutas da penitenciária, educando os comportamentos na prisão, Perséfone deixa transparecer sua maneira de administrar o poder: não admitindo críticas ou contestações emitidas por visitantes. Essas, muitas vezes, além do descontentamento com as imposições levadas a cabo por Perséfone, levavam seus queixumes, contavam suas mágoas aos seus parentes sentenciados bem como às companheiras de fila. Outra maneira de criticarem não apenas o trabalho de Perséfone, mas da equipe de agentes femininas como um todo, era dizendo suas versões à direção prisional. Amiúde eram os apenados que insuflados pelas mulheres, levavam o caso para conhecimento do diretor, relatando que suas visitas estavam passando por situações de desrespeito na sala de revistas.

No intuito de demonstrar poder, Perséfone retaliava suas detratadoras praticando contra elas uma revista ainda mais rígida, como forma de punição, ao mesmo tempo em que se contradizia ao afirmar que: “[...] mulher de preso falando mal de mim, eu tenho como elogio”. Conjectura Jorge Larrosa (2013, p. 41) que o homem, no sentido de ser humano “se diz ao se desdizer: no gesto de apagar o que acaba de ser dito, para que a página continue em branco. Penso que se Perséfone de fato, não se incomodasse com as maledicências das visitantes ao seu respeito, não seria preciso a retaliação, o empenho maior na hora de revistá-las, convertendo a revista em ato de vingança. Porém, em certo sentido, agentes como Perséfone, não eram as únicas algozes das visitantes indóceis, importante notar como as próprias companheiras delas, que partilhavam da mesma condição de familiares de apenados, ajudavam às funcionárias prisionais a implementar as práticas educativas da prisão, lhes sendo verdadeiras parceiras.

Chamo aqui mais vez atenção para aquelas sociabilidades construídas na fila, e que sobremaneira também educavam e controlavam os familiares dos apenados, tendo em vista que, Perséfone não recebia apenas informações sobre quem tentaria adentrar portando objetos

ilícitos, aos seus olhos e ouvidos não chegavam somente o que as visitantes traziam e vestiam, mas também de quem e o que falavam.

Destarte, essas práticas educativas resultavam num trabalho tão intenso, que tornava-se fácil identificar uma visitante do presídio nas ruas da cidade. Mulheres com suas sacolas plásticas, contendo vasilhas transparentes onde armazenavam comida, vestindo blusas sem decotes, calças claras, saias ou vestidos abaixo dos joelhos, desprovidas de brincos, pulseiras, relógios ou qualquer outro adereço, e as sandálias estilo havaianas de cor branca, representavam os rigores do trabalho educativo que no cárcere se realizava diariamente por mulheres.

No curso da entrevista que realizei com Perséfone, ela falava como quem se dedica a narrar trechos de uma odisseia, tendo sido dela personagem, Perséfone foi esgarçando sua história no interior dos muros prisionais, como se naquele local de confinamento tivesse por fim, alcançado a liberdade. Em seu rosto, já mergulhado pelos sulcos indeléveis do tempo, reluzia a satisfação de estar ocupando um lugar de poder, colaborando, inclusive, nas operações *pente fino*⁷²,

[...] quando tinha rebelião já era de praxe a gente participar dos pente fino, primeiro tiravam os presos de dentro de cada pavilhão, e eles saiam, tudo bem mansinho, era aquele monte de homem, tudo nu! Ficavam só de cueca, só que tinha que baixar a cueca, pra ter a comprovação que num tavam escondendo nada ali dentro. Saíam com as mãos na cabeça, e depois ficava tudo encolhidinho no canto. Ai a gente entrava, e fazia a revista nas celas todinha. Só que, tinha que ser rápido, e mesmo assim só terminava à noite. Era muita coisa pra revistar [...] (Perséfone, 2018. Grifos meus).

Essas operações eram mesmo de praxe após situações de conflito na unidade, como os motins e as rebeliões, ou a simples suspeita desses eventos, mas elas também eram planejadas de surpresa, a fim de que houvesse a apreensão de armas e drogas em poder dos apenados, tendo por objetivo mantê-los controlados. A função do controle nessas situações seria “[...] não tanto punir o desvio, mas corrigi-lo, e, sobretudo, preveni-lo [...]” (REVEL, 2005, p.29). No relato de Perséfone, tem-se que as mulheres tiveram importante contribuição para a segurança da unidade prisional desde os seus primórdios, ajudando, inclusive, nas revistas aos pavilhões,

⁷² A operação pente fino, é assim chamada por se tratar de uma inspeção, em tese minuciosa, alcançando a parte interna dos pavilhões, vistoriando todas as celas para a apreensão de armas, drogas, celulares e descoberta de escavações de túneis para eventuais fugas. Por isso, nessa operação revista-se mais que os pertences dos apenados. Pretende-se inspecionar toda a estrutura física dos pavilhões, desde o piso ao telhado, até os banheiros, esgotos e pátio. É um procedimento rotineiro que costuma ser deflagrado ao término dos motins e rebeliões, mas também acontece ocasionalmente em dias aparentemente tranquilos. Seu objetivo é desarmar os apenados, e retirar-lhes os objetos ilícitos, que comprometem a segurança da unidade prisional.

[...] a gente trabalhava em conjunto, tomava conta dos portão, e teve muita rebelião que a gente segurou aqui. Teve companheira nossa que, no dia de uma rebelião grande, tava no portão três, e viu quando um preso tava sendo carregado com o coração arrancado pra fora. Era muita cena horrível, era carnificina. *E a gente ficava pra dá apoio, num era liberada pra ir pra casa não. Tinha que ajudar os colegas.* Os que tava em casa vinha dá apoio também. E quando as coisas se acalmava, ai era que começava o serviço, o bicho pegava, a gente ia pra os pente fino, que sempre tem, né? Quando tem um moído sempre tem pente fino depois! (*Perséfone*, 2018. Grifos meus)

De fato, um mês após ser convocada para trabalhar na *Penitenciária do Serrotão*, tive a primeira e memorável experiência com tais eventos: em um dia de visita familiar, quando eu, Perséfone e Diana, chegamos a nosso setor de trabalho, rapidamente fomos informadas pela direção, de que não haveria visita naquele dia, pois os presos encontravam-se amotinados. Pairava uma tensão aflitiva, pesada no ar. Eram 7:h40, horário que costumávamos chegar para que houvesse tempo de organizar a sala de revista, antes que os portões fossem abertos às 8h. Fora dos muros, mães e companheiras de apenados já expunham desespero. Por medida de segurança, os arredores do complexo penitenciário logo receberam isolamento policial, e somente autoridades e funcionários tiveram permissão para entrar no local. Naquela manhã de 23 de março de 2012, o portal de notícias G1, assim informava,

Presos fazem rebelião em presídio de Campina Grande, diz Polícia Militar.

O 2º Batalhão da Polícia Militar de Campina Grande e do Corpo de Bombeiros mobilizaram equipes e entraram no Complexo Penitenciário do Serrotão na manhã desta sexta-feira (23) para uma operação de segurança. De acordo com o comandante do batalhão, tenente coronel Souza Neto, houve um princípio de rebelião. O confronto entre os presos teria sido causado porque integrantes de uma facção rival teriam tentado invadir um dos pavilhões (GLOBO, 23 mar. 2012).

Ao sermos notificadas de que as visitas estavam suspensas, imaginei que seríamos liberadas, entretanto, em situações de crise, toda a equipe é convidada a prestar apoio, inclusive a equipe feminina, conforme depôs Perséfone “[...] e a gente ficava pra dá apoio, num era liberada pra ir pra casa não. Tinha que ajudar os colegas”. Ficamos. Eu estava temerosa, lembrava dos meus, pela TV minha mãe receberia a notícia da rebelião, pensei em sua preocupação comigo, nas recomendações que me fazia, e torci para que o aparelho estivesse desligado. Afinal eu me encontrava no olho do furacão, e nunca se sabia o que podia resultar da insatisfação dos apenados.

Contudo, o nervosismo sucumbia diante da cooperação e do sentimento de pertença a uma causa e a uma categoria, aquele sentir, de alguma maneira nos encorajava, e mais do que isso irmanava. Vi-me protegida mesmo estando ali, em meio ao caos e a selvageria. Eu e as outras agentes veteranas e novatas, subimos ao guaritão, coisa que nunca fazíamos por ser um espaço próprio dos homens. O guaritão era um tipo de panóptico, de onde se avistava os nove pavilhões e o pátio. Era de lá que os agentes monitoravam diuturnamente a população carcerária. O local recebia esse nome por não ser uma guarita comum, mas um tipo de alojamento. Nele ao adentrarmos, notamos que pelo chão acumulavam-se pedaços de concreto, que os presos extraíam das paredes dos pavilhões para lançar contra os agentes. A direção estava informada de que em posse dos apenados, havia também armas de fogo⁷³, questão que ainda seria confirmada.

Recostadas aos parapeitos das enormes janelas de vidro, instaladas naquela estrutura, víamos os apenados ameaçadores a nos encarar, dentre eles, um em especial atraía a nossa atenção, era talvez o único que não nos encarava, vez por outra nos fitava serenamente, e de súbito voltava seu olhar para seus companheiros, sem tornar visível qualquer preocupação. Sentado sobre a calçada do primeiro pavilhão, parecia estar dentro de uma redoma, onde nada poderia lhe atingir, aqui e acolá um preso lhe comunicava alguma coisa, e em resposta ele balbuciava uma ou duas palavras que, de onde estávamos não conseguíamos decifrar. E permanecia praticamente alheio às animosidades. Procuramos saber com os agentes, se o preso em questão, era o líder da cadeia, e ficamos cientes de que se tratava de “Lúcifer” um dos reclusos mais antigos da história da *Penitenciária do Serrotão*, e mais afamado também. Sua fama, contudo, não se devia aos crimes ou crueldades que tivesse cometido, e sim, por seu esdrúxulo hábito alimentar: comia baratas. Nas ruas davam-lhe um real para degluti-las. Na cadeia, o fazia em troca de qualquer migalha, que lhe servisse por pagamento.

Um dos entretenimentos da prisão consistia em pedi-lo pra degustar o pavoroso inseto diante dos olhos de quem o pagava, e de toda a plateia que inevitavelmente se formava a sua volta. Nem sempre ele exigia alguma coisa em troca, ao encontrar baratas, voluntariamente fazia delas sua refeição. Alguns apenados enojados repudiavam a sua inusitada e repugnante dieta, chegando a ameaça-lo de pancadas, caso não parasse de saborear tais insetos diante deles. Mas, Lúcifer era para muitos funcionários da penitenciária, um “pobre diabo” que quando obtinha liberdade prostrava-se às portas de uma agência bancária no centro da cidade a pedir esmolas, já sendo conhecido pelos transeuntes. Não demorava muito na rua,

⁷³ Fazia parte das sociabilidades da cadeia, os presos informantes, aqueles que levavam as denúncias para a direção. E muitas vezes os flagrantes somente eram possíveis em razão daquilo que eles informavam.

rapidamente regressava acusado do cometimento de algum furto. A advogada do setor jurídico da unidade prisional, se compadecia, dizia ser ele em muitas ocasiões, um injustiçado. Apesar disso, o espaço da prisão constituía-se em sua morada, seu endereço fixo, onde se sentia verdadeiramente em casa.

Na rua não conseguia socializar-se, adaptar-se à vida extramuros, os muitos anos na cadeia, ajudando a urdir as suas tramas cotidianas, explicavam sua tranquilidade diante dos episódios violentos que ali se processavam. E apesar da alcunha recebida, Lúifer era inofensivo, talvez fosse tão somente, na expressão de Michel Foucault (2006) uma vida singular, tornada em estranho poema. Estranho ou insano poema. Manifestação da loucura que a muitos devorava por se acharem enclausurados, testemunhas do abandono, da angústia e da amargura. Cada um ao seu modo, buscando formas de enfrentar e abrandar seu cotidiano. Sensibilidades diversas, revelando-se nas complexidades de atos ali esboçados. Então, cada grupo, cada personagem ou atores como sugere Alain Corbin (2005) explicitavam uma sensibilidade própria. Muitos para suportar aquela existência recorriam ao uso de psicotrópicos, e à dependência química do álcool e das drogas ilícitas, ou ainda, aos jogos, apostas por quinquilharias e por cigarro. Também procuravam apoio no artesanato realizado com papel e sabonetes, assim como nas religiões. Homens que garimpavam a lucidez na vastidão dos dias vividos naquela espacialidade causadora de desatinos.

Aquele foi o dia em que eu, e mais três agentes novatas, fomos apresentadas aos principais personagens que compunham a história da *Penitenciária do Serroton*. Muitos deles estavam munidos de paus e pedras, e de tudo que pudessem utilizar como armas, por vezes nos afastávamos das janelas, já que o arremesso de objetos era constante. Para a contenção daquele movimento foi preciso a presença de representantes de diversos setores sociais tais como: *Direitos humanos, Pastoral carcerária, juízo das execuções penais de Campina Grande, Ministério Público Estadual, além da Polícia Militar*. Tudo isso, para que a intervenção acontecesse de maneira pacífica, tendo sido contabilizados prejuízos apenas na estrutura física da penitenciária, como divulgou o site de notícias *Paraíba Agora*,

Todos os presos foram retirados das alas e foi realizada uma vistoria focada, pavilhão a pavilhão. Em face dos danos provocados, a SEAP afirmou que o presídio não deve permanecer com a atual quantidade de presos. A transferência está sendo realizada sob supervisão da Gerência Executiva do Sistema Penitenciário do Estado (GESIPE) até o início da noite desta sexta-feira (23) (PARAÍBA AGORA, 2012).

O princípio de rebelião foi deveras sufocado, ainda naquele dia, como noticiado pela matéria jornalística acima exposta, no entanto, a operação *pente fino* durou toda a tarde, e

contou não somente com a participação das equipes da Polícia Militar, mas também com o apoio dos agentes penitenciários masculinos e femininos, bem como de apenados tidos como de confiança. Com a rendição e revista dos reclusos às 11h30, seguiríamos para os pavilhões. Estes apresentavam dois lados: lado A e lado B, e como dito por Perséfone, nosso trabalho consistia em revistar as celas, quando elas estavam vazias. Portanto, primeiro aguardávamos a rendição de todos eles, revistados e agrupados a um canto externo do pavilhão que habitavam, sob vigilância atenta e armada.

Em seguida adentramos aos pavilhões, o calor extenuante daquele fim de manhã e limiar de tarde de março, contrastava com a umidade das paredes, causando abafamento. Havia pouca luminosidade no interior dos pavilhões somada a um odor nauseante que misturava mofo, fumo, fumaça e suor. Impressionava a imundície, os entulhos, e contundia a desolação. Não suficiente notamos que a revolta dos apenados, embora tivesse durado somente pela manhã, havia deixado sinais de destruição bem visíveis nas paredes, grades arrancadas ou contorcidas e colchões queimados. Simulacro de um contexto que fora já reconhecido por Sandra Jatahy Pesavento (2009) ao considerar que “[...] as precárias condições materiais, sanitárias e morais dos espaços de confinamento que abrigavam os excluídos já se constituía em um problema urbano desde as primeiras décadas do século XIX” (PESAVENTO, 2009, p. 26). *Na Penitenciária do Serroton*, imperava além da desventura de estarem ali amontoados, a promiscuidade, parecíamos estar em uma cidadela de proscritos, “os filhos malditos de Eva” descritos por Sandra Pesavento em sua pesquisa aludindo às impressões em torno do cárcere e seus personagens.

Concluíamos um pavilhão, percebi que assim como eu, minhas colegas novatas, estavam imbuídas de um sentimento que misturava repulsa e incredulidade. Seguimos de maneira sequenciada para todos os outros pavilhões, já dentro deles vasculhávamos cada cela, revirávamos objetos pessoais, inspecionávamos as paredes, as camas de alvenaria, os colchões velhos, molhados, mofados, enegrecidos. E foi aí que constatamos que única privacidade que havia, separando as estreitas alcovas, era constituída por lençóis gastos cujas estampas já haviam desbotado. Porém, formavam o único recurso para garantir, alguma intimidade aos amantes, nos dias de encontro íntimo.

Pensei na degradação que tudo aquilo representava, sobretudo para mulheres que antes de estar ali, já haviam renunciado ao seu pudor na porta de entrada da unidade prisional, submetendo-se à violação de seus corpos, perpetrada pelo procedimento de *revista íntima* na sala de revistas. A respeito disso, refletiu Diana,

[...] o mais triste que eu achava naquela revista, era que todo mundo sabia o que tava acontecendo, os homens que trabalhavam com a gente, que ficavam ali no lado de fora, sabiam como era a revista do espelho que a gente fazia, mesmo as portas tando trancadas, né? E quando as mulheres chegavam no pavilhão pra visita íntima, os presos também sabiam do constrangimento que elas tinham passado pra poder ficar com eles. Então, aquilo era uma violência que atingia todos os lados. Era ruim pra gente que tava revistando. E era constrangedor mais ainda pra mulher que passava por aquilo tudo, mas era também pra os maridos delas porque *o sujeito ficar sabendo que sua mulher, que a mãe de seus filhos, passava por tudo aquilo, pra tá ali, pra poder visitar ele, era muito pesado* (Diana, 2018. Grifos meus).

Diana concorda que a *revista íntima* era uma violação de vasto alcance, que afetava mais profundamente às visitantes, em virtude da exposição a que eram submetidas, mesmo à portas fechadas. O agravante da situação para ela, estava no fato de que na comunidade carcerária se tinha o conhecimento dos métodos empregados pelas agentes na revista do espelho. Isso por si só, já seria constrangedor. Estávamos em um ambiente masculino, onde uma sala era reservada para práticas educativas que sequestravam e promoviam o assujeitamento dos corpos de mulheres.

Diana apontou uma outra vítima, os próprios apenados “[...] o sujeito ficar sabendo que sua mulher, que a mãe de seus filhos, passava por tudo aquilo, pra tá ali, pra poder visitar ele, era muito pesado”. Existia o sofrimento também por parte deles, de sorte que eram suas companheiras que para serem autorizadas a lhes prestarem apoio, solidariedade e prazer sexual, eram antes obrigadas a passar pela provação da *revista íntima*, pela exposição a todo aquele horror. Essa é sem dúvida uma situação que nos interpela a pensar no homem também como vítima, por sozinho pouco poder fazer contra os constrangimentos vivenciados por suas companheiras, e nessas circunstâncias também por eles.

Com efeito, o Estado invadia aqueles que deveriam configurar os espaços de intimidade conjugal dos apenados e suas visitantes. Eram corpos precariamente encobertos, em suas cabanas. Não havia liberdade até naqueles momentos, o que contribuía para a repressão dos desejos, sufocando os gemidos de prazer, visto que a privacidade restringia-se à espessura dos lençóis. Além disso, Neusa de Almeida Victor (2017) discorre que o ato sexual no ambiente da prisão, passava pelo controle do tempo, havendo tempo para iniciar e ser concluído, o que possivelmente também inibia a libido.

É preciso considerar que nem todas demonstrassem acanhamento, posto que pela sala de revista via-se a alegria esfuziante de muitas mulheres em dias de visita íntima, portando orgulhosamente seus apetrechos eróticos e suas maquiagens extravagantes, mas a questão é que até as relações sexuais, eram pouco reservadas, e além disso, controladas no universo prisional. No que se refere ao controle do tempo, é importante lembrar que em prisões, ele configura-se num viés do poder disciplinar, do controle sobre os corpos confinados e sobre

quem, de algum modo, vincula-se àquela rotina. As atividades são controladas pela demarcação do tempo, isso implica sua organização harmônica. No tocante às refeições, o café da manhã é servido às 6:h30, o almoço às 11:h30, e o jantar às 19:h30. A ocorrência do motim, naquele dia promoveu um desequilíbrio nessa rotina organizada, e o almoço não foi servido.

Deste modo, quando concluíamos a revista de um pavilhão, os apenados que nele habitavam eram novamente recolhidos e trancados, mas das janelas alguns se punham a espreitar nossos movimentos e a gritar em protesto por comida, mas como responsáveis pela desordem, teriam de pagar o preço, aguardando o término do *pente fino*, para terem liberados o jantar e saciada a fome. As quebras de disciplina não ficavam impunes, depois dos motins e rebeliões vinham os procedimentos disciplinares, as chamadas sindicâncias que apuravam os culpados e as transferências. Era a resposta do poder disciplinar que como postulou Michel Foucault (2008) tinha como um de seus intentos alojar-se e organizar-se em todos os espaços, enfrentando as resistências.

Daí mostra-se relevante atentar para as práticas que fomentam outros poderes no íntimo dos pavilhões. Muitas dessas práticas são esmiuçadas e combatidas quando ocorrem as denúncias contra apenados e familiares deles, ou durante as deflagrações das operações *pentes fino*. Por isso, ao prosseguirmos em nossa abordagem pelo o interior dos pavilhões, percebemos que em seus dois extremos, havia banheiros coletivos, amplos, escuros e fétidos, com paredes e tetos permeados de buracos ou “covas” na linguagem pronunciada na prisão. As covas eram na verdade, escavações feitas para esconderijo de objetos proibidos.

Atos que subvertiam a ordem, e agiam contra o poder do Estado, movendo-se com criatividade, a fim de se obter meios de ganho. Ações típicas ao que Michel de Certeau denomina por táticas “procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável” (CERTEAU, 1994, p. 12). As táticas na prisão são métodos de agir sabiamente, de maneira sutil, criando formas de sobrevivência paralelas às leis oficiais. As táticas engendradas pelos apenados eram tão sofisticadas, que os agentes e policiais precisavam contar com a experiência de também apenados, para desvendar as ações de seus pares, suas artes de fazer. Isto é, para encontrar os celulares, drogas e armas e outros objetos que os reclusos tinham escondidos.

Já estávamos no nono e último pavilhão, quando ao final do corredor, ao me aproximar de um de seus leitos, notei que alguma coisa se movia freneticamente, me aproximei e vi que alheios à nossa presença, saltitando e rolando sob lençóis, uma ninhada

composta por quatro gatinhos brincava entre si, sem se importar com nossa aproximação, emitiam rosnados como se fossem pequenos leões reinando em suas savanas, e pareciam muito bem cuidados. Aquela foi sem dúvida a única imagem terna extraída daquele lugar sombrio. Aos meus olhos e demais sentidos: um alumbramento. Meus colegas talvez lessem a cena como repulsiva, afinal significava que homens dividiam o mesmo espaço com animais. De minha parte, só conseguia enxergar naquela imagem, humanidade.

Contudo, durante o ano de 2013, o suposto gesto de um agente quase culminou em um motim: quando durante a contagem dos apenados, o agente teria atirado contra um gato, que lhes pertencia. A atitude causadora de revolta por parte de apenados chegou ao conhecimento da direção. Na época, indignada, procurei me informar se a história procedia, mas alguns funcionários preferiam desconversar, outros confirmavam acrescentando que foi preciso muita negociação para que a penitenciária não “virasse” e outros ainda, negavam, alegando que o corpo do felino se quer foi encontrado. Importante sublinhar que independente de ter ocorrido ou não, a narrativa da morte do felino, situando o lamento de apenados em razão dela, dizia também acerca dos sentimentos ali emanados, o amor aos animais, a capacidade de revoltar-se diante de um ato covarde a eles reservado.

Diferente do que pensa grande parcela da sociedade, dentro de uma penitenciária não habita somente criminosos cruéis e insensíveis, incapazes de afeto. Entre os reclusos, conviviam uma população de cães e gatos abandonados, ali eles encontravam o acolhimento que fora dos muros, não conseguiram encontrar. Nos finais das visitas, vez por outra, visitantes levavam consigo filhotes para casa, tanto de gatos quanto de cachorros, “ocorrências aparentemente singulares, personagens que se julgam à margem da história, mas que tornam visíveis para a posteridade toda uma organização de uma sociedade” (BARBIERO, 2006, p. 14). Noutras palavras, existia na penitenciária um código próprio de defesa aos animais, e comprazia-me perceber que das leis da cadeia, uma das mais observadas, era justamente a que preconizava o respeito a eles. Assim, os relatos de zoofilia praticadas por apenados, e maus tratos aos bichos eram remotos.

Ao deixarmos o último pavilhão, grupos de apenados, das janelas continuavam a vigiar nossos passos. Mas, após reunirmos o material recolhido durante a operação, litros de cachaça artesanal, celulares, espetos e um revólver que fora entregue por um dos líderes da cadeia, os trabalhos foram encerrados, e às 18h pudemos então, voltar para casa.

Porém, mais que avançar pelos pavilhões, e revistar suas condições deploráveis, é preciso avançar no lugar ocupado pelas mulheres na *Penitenciária do Serrotão*, analisando

com mais acuidade a participação feminina em tais eventos que lhe são tão familiares como as operações *pente fino*. Sigamos adiante!

3.3 “Eita! num vai dá certo pra tu aqui não!”: Acentuam-se os binarismos de gênero

Qual o papel que tiveram de fato, as mulheres na *Penitenciária do Serrotão*? Perséfone de maneira grandiloquente, narra que as agentes estavam presentes ativamente naqueles momentos de máxima tensão para todo o sistema prisional. Mas, será que elas foram investidas de poder de ação e decisão? Ponderou Mary Del Priore “[...] a história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas [...]” (DEL PRIORE, 2004, p. 08). De fato, a história das mulheres é relacional, mas como se davam tais relações no espaço de encarceramento masculino? Perséfone admite que as mulheres eram excluídas de algumas ações, como a busca pessoal nos presos, trabalho que ficava à cargo da tropa de choque da *Polícia Militar* e dos agente masculinos. Atentemos para sua fala,

[...] nos dias dos pentes finos, na hora que eles tiravam os presos pra revistar, teve um dia que um colega olhou pra mim e disse: *eita! num vai dá certo pra tu aqui não!* Ai eu olhei pra cara dele e respondi: pronto! Agora deu mesmo! Que besteira é essa? O que é que tem aí que eu num posso vê? [...] *Eu num gostava porque, a gente tá aqui fazendo o mesmo trabalho, ninguém é criança, e aí eu ficava lá o tempo todinho, e nem tava aí.* Só que eu também num gosto quando eles vem sem meter no meu trabalho. Eu já vi muita coisa errada aqui e consertei, mas evito me meter demais, justamente pra evitar problema nesse lugar (Perséfone, 2018. Grifos meus)

Ou seja, isso nos dá a perceber que havia uma divisão entre o que seria de competência feminina e masculina, e que o auxílio durante as ações praticadas por agentes masculinos, não fez desaparecer os binarismos de gênero, as microfísicas de poderes masculinistas, onde ter mulheres atuando ao lado de homens, não significava que elas fossem vistas com equidade. A rigor, o trabalho de apoio feminino acontecia, em dias de tensão, após a ocorrência de rebeliões ou motins, e limitava-se à inspeção no interior dos pavilhões, com a evacuação das celas. Isto é, somente com a retirada de todos os apenados do recinto, é que se tinha a entrada das mulheres, geralmente acompanhadas por homens. Fazia-se, dessa forma, uma rápida busca por objetos ilícitos no primeiro pavilhão, depois no segundo, e assim

sucesivamente. Nesse contexto de anormalidade, havia sim, um trabalho conjunto, mas com reservas.

Perséfone descreveu com mais detalhes essa lógica binária dentro da penitenciária, quando narra a reação que um de seus colegas esboçou ao vê-la no local onde seria feita a busca pessoal nos apenados, quando ele então lhe diz: “[...] eita! Num vai dá certo pra tu aqui não!”. Ela demonstra indignação com a atitude do agente, que lhe trata com desigualdade, mas ainda assim, resiste mantendo-se no espaço da revista, apesar da discordância dele “[...] os grupos dominados são muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e exercício e de poder” (LOURO, 2003, p. 33). Na ótica masculinista, de seu colega, havia uma preocupação exacerbada em preservá-la, diante da nudez masculina, que a ofenderia por sua condição de mulher, prestes a passar por constrangimentos, tendo seu pudor afetado, e possivelmente a imagem maculada. Além de estar exposta a uma situação de iminente assédio sexual.

É interessante refletir acerca da possibilidade de que o constrangimento fosse manifestado pelos próprios apenados, uma vez que a revista pessoal estava sendo destinada a eles. Portanto, era a intimidade deles que estava sendo invadida, e não propriamente a da agente feminina que via o ato da revista com profissionalismo, demonstrando não ter qualquer embaraço em relação ao procedimento que seria praticado. No que se refere ao assédio sexual, mesmo essa hipótese não sendo de todo descartada, parece inimaginável que diante de um pelotão armado, algum dos apenados se atrevesse a assediar uma agente em serviço. Essa, por sua vez, provavelmente também não cometeria nenhuma atitude libidínica durante a prática da revista.

Cabe ainda registrar que o próprio *Código de Processo Penal* em vigor desde 1941, já previa situações excepcionais, em que homens podiam proceder a busca pessoal em mulheres, caso não haja no momento da revista uma profissional do sexo feminino para fazê-la. Assim determina o artigo CPP: “**Art. 249** - A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”.

Analogicamente o artigo supramencionado é adaptado para profissionais da segurança pública de sexo feminino que são autorizadas a revistar homens. Chama atenção, todavia, a excepcionalidade requerida para esses casos. Ou seja, a revista é permitida, mas somente se não houver profissional do mesmo sexo pra realizá-la, situação que causaria retardo e prejuízos à diligência. É mais interessante ainda é constatar que a despeito do arcaísmo da lei editada nos anos 1940 do século XX, ainda prevaleça no século XXI com tantas ressalvas em relação à revista em pessoas do sexo oposto.

Não se deve desconsiderar, a disposição da própria agente em realizar a revista masculina. Para Perséfone, revistar homens não representava nenhum problema, pois ela acreditava que as missões deveriam ser compartilhadas, que todos no sistema lutavam em favor da segurança, portanto, por uma causa comum. Em seu semblante, notei que a angustiava ser tratada como diferente, ou com os mesmos pudores e cuidados reservados a uma criança. Por isso, ela proferiu seu desabafo: “[...] eu num gostava porque, a gente tá aqui fazendo o mesmo trabalho, ninguém é criança, e aí eu ficava lá o tempo todinho, e nem tava aí”. O sentimento de Perséfone me é compreensível, sentia-se discriminada por ser mulher, e, em razão disso, tratada com desigualdade.

Convém perceber como a atitude do agente para com Perséfone, é produzida por diferenças e desigualdades sexuais e de gênero, inscritas dentro de uma perspectiva dicotômica, a qual faz-se mister desconstruir. Daí viceja uma outra questão: nem todas as mulheres pensam como Perséfone, ou sentem como ela, muitas iriam ficar constrangidas, caso tivessem como atribuição revistar apenados, pois “[...] não existe *a mulher*, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras” (LOURO, 2003, p. 32).

É bem isso que também é dito sob a rubrica de Judith Butler (2010) para ela é equivocado pensar especificamente em um único feminino, num universo em que se sabe da existência de múltiplos sujeitos e discursos identitários. Portanto, defender a existência de uma essência feminina, não seria coerente, uma vez que, o ser mulher se transforma, não é definitivo, natural e acabado e tampouco o ser homem. Concordando com Judith Butler, é crível que nem todos os agentes seriam contrários em dividir com suas colegas, exatamente o mesmo trabalho, e que nem todos vissem a mulher como inferior ou incapaz.

[...] de tudo eu fazia lá, tinha o trabalho da farmácia, que era pra separar e entregar a medicação controlada de cada preso que fizesse uso de medicação controlada. Lá tinha a assistente social, mas ela acabou saindo, e eu fiquei fazendo o serviço que antes era dela. Eu ia de cela em cela, entregar medicamentos. Eu entregava os medicamentos na grade, tinha contato direto com os presos, nunca me aconteceu nada. Nesse tempo eu nunca ouvi uma piadinha (*Diana*, 2018).

O depoimento de Diana vai ao encontro de Guacira Lopes Louro (2003) quando a historiadora problematiza e desconstrói a ideia de polarização, onde existiria o polo masculino dominante e o feminino e sua consequente subalternidade. Segundo Louro, essa seria uma forma simplista e reduzida de interpretação dos gêneros, pois no interior do polo masculino há o feminino e vice versa. Mas, dessas polarizações derivam as muitas formas de resistência. O

exemplo mencionado por Diana ilustra essa questão, ao afirmar ter feito de tudo, durante o trabalho na prisão, a agente quebra a noção de um masculino dominante, já que se movimentava entre as atribuições que costumam ser dadas ao masculino. Somando-se ao exemplo fornecido por Diana, aparece o relato de Perséfone que teria contrariado as imposições masculinistas, permanecendo na revista masculina, ao invés de se esquivar, por ter ouvido de seu colega, que aquele era um lugar inapropriado para uma mulher. Nisso,

O processo desconstrutivo permite perturbar essa ideia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções. O exercício do poder pode na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição. Os sujeitos que constituem a dicotomia, não são, de fato, apenas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de “homem dominante” versus “mulher dominada” (LOURO, 2003, p. 33).

Heleieth Saffioti (1987) compreende que a sociedade não encontra-se diante de uma divisão entre homens que dominam mulheres unicamente, para ela a dominação não se concentra apenas nessa oposição, havendo também homens que são dominados por mulheres, mulheres que dominam mulheres, homens que dominam homens. Todavia, o pensamento de Saffioti, a meu ver, não deixa de ser polarizado, dicotômico, pois entendo que há uma porosidade maior na constituição dessas relações e dessas identidades. É o que argumenta Guacira Louro, apostando nas reflexões de Michel Foucault em seus estudos em torno do poder. Do poder que não se fixa em lugar algum, do poder que não se apresenta coerente, e nem é único, mas relacional, e assim também seria o gênero e a sexualidade.

3.4 Eis que chegam os concursados: Agentes borrachas versus agentes do quadro

Expurgar o obscurantismo do sistema, o velho e a corrupção, trazendo consigo a promessa do novo, da limpeza, da probidade, da honestidade e da combatividade ao crime. Em janeiro do ano de 2009, os novos funcionários tomaram posse e foram distribuídos pelos quatro cantos da Paraíba. Assim, as cadeias, presídios e penitenciárias receberam reforços para seu efetivo, já há muito defasado. Paulatinamente, parte deles foram apresentando-se aos quadros da *Penitenciária do Serrotão*, treinados para operacionalizar as demandas do sistema, se autoproclamavam de “operacionais”, expressão em uso pelos profissionais da segurança pública para enaltecer as pessoas mais vigorosas, corajosas e competentes para o trabalho.

Além disso, em sua maioria eram letrados, muitos formados em Direito, tinham no sistema penitenciário o trampolim para alçar voos mais altos como a carreira na magistratura. Já os antigos funcionários, os quais desempenhavam o trabalho na penitenciária desde a sua fundação, eram vistos como obsoletos, iletrados, e não suficiente tinham contra si os estereótipos que os associavam à corrupção por meio de relações travadas com apenados, eram, portanto, tidos como incapazes para as missões naquele ambiente.

Inevitavelmente produziram-se conflitos entre os dois grupos de funcionários. De um lado os concursados treinados, com suas técnicas de trabalho nas prisões, com seus sonhos de inovação para o sistema, e uma cultura formal letrada. De outro, os funcionários que enfrentaram as demandas violentas da penitenciária, dentre elas muitas rebeliões, com reduzido efetivo, pouca técnica, mas muito conhecimento prático. Ademais, dentro dessas diferenças, novas e velhas divisões foram demarcadas, e o que deveria constar como um clima de colaboração tornava-se de hostilidade, ranço e desconfiança.

A partir disso, cabe adensar que o período que circunscreveu a nomeação dos concursados, delimitou e definiu situações, produziu novas sociabilidades, entre agentes, presos, visitantes, e, por conseguinte, instaurou diferentes sensibilidades na casa penal, importando em mesma medida as relações de gênero ali consubstanciadas. A *Penitenciária do Serrotão*, já não seria mais a mesma, tampouco seus personagens, conforme relato de Diana,

[...] os concursados quando chegaram foi aquele clima pesado porque era como se eles acusassem, aliás, eles nos acusavam de tá ocupando o lugar deles. Eles foram aprovados no concurso, e muitos achavam que o Estado tinha que demitir todos os prestadores, pra poder chamar todo mundo do concurso. Muitos diziam que a presença da gente ali, era o que empatava o Estado de chamar os outros que faltavam, e num era isso que acontecia, porque o número de vagas do concurso não foi suficiente, mas eles foram chegando, e nós fomos sendo jogados de um lugar pra o outro, não tinha canto certo pra trabalhar, onde precisasse a gente ia. Eu podia tá no feminino hoje, aí quando eu chegava pra trabalhar, recebia nas minhas mãos, da direção, o ofício de transferência pro Serrotão, digamos assim. Era mais ou menos assim que acontecia. De surpresa. Foi por isso que os concursados ficaram chamando a gente de “borrachas”, passamos a ser os agentes “borracha” (*Diana*, 2018).

Nota-se que na visão dos antigos funcionários, a chegada dos novos agentes, veio a significar uma ameaça, que causava desconforto e quiçá mais temor, do que os temores que estavam acostumados a vivenciar no trabalho com os apenados, pois aqueles vinham para ocupar o lugar por eles, com muito custo desbravado. Com a posse dos novos agentes, os antigos, passaram a ser designados para qualquer unidade prisional, em locais muitas vezes distantes dos endereços em que habitavam. Nesses termos, na concepção de Diana, os

concurados não vinham para somar, mas para dividir, tomar. Tomar seus empregos. Vejamos o posicionamento da agente Cora,

[...] eu estudei muito pra tá aqui, não foi de mão beijada, não houve panela, jeitinho, nada disso. Eu tive o mérito pra passar. Foi um concurso muito concorrido, mas eu passei na raça. Então eu não acho justo, e nem admito que pessoas que não são concursadas, que não passaram pelo mesmo processo que nós passamos, como treinamentos, curso de formação, sejam vistas como agentes. Agentes penitenciários somos nós, não eles. Sem contar que eles nos receberam com muita má vontade, não foi fácil não (Cora, 2018).

Com efeito o discurso de Cora somente reafirma o de Diana, a chegada dos concursados modificou os ares da penitenciária, sua rotina, suas relações sociais. Cada grupo trazia consigo suas verdades, e a rigor não se costumava abrir mão delas,

[...] depois do concurso, os concursados mesmo, começaram a assumir as direções. Antes as direções dos presídios eram assumidas pela PM, depois isso foi mudando. Então era natural que se mexesse nas equipes. Se eu sou diretora, eu vou colocar pra trabalhar comigo quem eu conheço, quem eu confio. Gente que fez o curso de formação comigo (Eurídice, 2018).

De todo modo, os concursados tomavam os postos de poder, apesar de serem inexperientes, a maioria jamais havia pisado em uma penitenciária, a não ser no curso de formação, mas agora eram eles os condutores do trabalho prisional, redigiram os regimentos, imprimiram sua marca, ao passo que os chamados “borrachas” foram ficando à margem, perdendo seu lugar, sendo sufocados pela operacionalidade.

A interlocução com Diana, Eurídice e Cora, deixa entrever a velada troca de acusações entre os agentes concursados e os não concursados, numa disputa por espaços e poder, que redefinia as sensibilidades no interior da unidade. Cora via injustiça no fato de ter sido aprovada num concurso público, estando as vagas ocupadas por pessoas que não passaram pelas mesmas avaliações que ela, e segundo ela, ainda a recebiam de má vontade. Eurídice de forma mais moderada, poupa-se de emitir críticas aos agentes não concursados, ela diz não entender por perseguição as mudanças ocorridas nas equipes, para que os concursados assumissem as direções. Para ela, era uma questão de se trabalhar com quem se tinha aproximação e confiança.

A veterana Diana sentia-se discriminada, e considerava injusto ter de orientar agentes novatas que ao final demonstravam-lhe ingratidão. A respeito disso, ela declarou que,

[...] todas as concursadas que chegavam, mandavam pra mim. Eu tinha que treinar que ensinar o serviço, e eu não gostava daquilo, eu nunca gostei!

Aquele povo chegava tudo formado em Direito, e eu tinha que ensinar tudo? Não aprenderam no curso? E chegavam como se fossem os donos. Olhavam pra gente atravessado. *Algumas que eu ensinei, até me passaram a perna.* Parece que diziam no treinamento que tiveram lá em João Pessoa, que lá só tinha agente corrupto, e aí chegaram com essa impressão (*Diana, 2018. Grifos meus*).

Mesmo tendo acumulado uma trajetória de bravura, ariscando-se sozinha na lida junto aos apenados, sendo apontada pela própria direção como pessoa ideal para a transmissão do ofício de agente penitenciária às novatas, Diana tinha contra si o fato de ser uma prestadora de serviços, e em razão disso, não recebia o reconhecimento de todas as novatas, como aparece em sua fala: “[...] algumas que eu ensinei, até me passaram a perna”. Para Erving Goffman (1988) os estigmas passam a afetar, inclusive, as sociabilidades das pessoas que lhes são vítimas,

[...] um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto (GOFFMAN, 1988, p. 07-08).

Na percepção dos novatos, os “borrachas” eram os responsáveis pelos desmandos no sistema, já para os “borrachas” os agentes do “quadro”, não tinham experiência, apenas a arrogância, a petulância e ousadia de pessoas que não vivenciaram como eles, os mais medonhos momentos do cárcere, as rebeliões mais sangrentas, e ainda assim julgavam-se superiores, em razão da aprovação no concurso público. Era muito comum ouvir os agentes veteranos afirmarem: “fomos nós que seguramos isso aqui sozinhos”. Porém, independente da situação empregatícia do sujeito que a ela se vincula, os funcionários do sistema prisional, costumam ser acusados de facilitação da entrada de drogas, armas e aparelhos de telefonia celular para o interior do cárcere, tudo em troca de valores pecuniários e outros favores. Kléber Rodrigues dos Santos (2016), em sua pesquisa historiográfica, a respeito das relações de poder na *Penitenciária do Serrotão*, sustenta que,

É uma consequência quase natural a troca de favores no interior dos presídios, pois assim como os agentes encarregados do serviço no interior do presídio possuem suas demandas, os presos também possuem seus desejos, muitos deles solidificados na ausência de serviços básicos que eram para ser fornecidos pelo Estado, e que este, seja por falta ou negligência não fornece. Os detentos também possuem demandas ilícitas, como drogas, sexo, dinheiro, para fomentar o tráfico, e o Estado não fornece tais interesses, portanto, os detentos encontram nas brechas do sistema meios de comprar tais benefícios (SANTOS, 2016, p. 16).

Embora essa não fosse uma conduta unânime, nem todos os funcionários assim procediam, a questão é que os relatos acerca de aproximações entre alguns agentes e apenados cimentavam esse discurso. As posturas ilícitas quando ocorrem, tem tido seu mote nos baixos salários e nas precárias condições de trabalho, de sorte que “[...] a sociedade nunca valorizou ou remunerou muito bem os responsáveis pelo cuidado e vigilância de seus indivíduos indesejáveis (LOURENÇO, 2010, p. 14). Essa desvalorização evidencia que os agentes penitenciários estiveram sempre vulneráveis à práticas ilegais, e a cumplicidade com os apenados, quanto a isso, opina a agente Perséfone,

[...] num é todo mundo que trabalha no sistema que devia trabalhar. *Aqui eu mesmo já vi de tudo, e já vi de quem é do quadro também! Quantos num já pegaram com a boca na butija?* Quando tem de ser errado, é! Esse negócio de tratar com diferença, só porque é do quadro, num tem nada a ver, até porque quem seguiu isso aqui só, foi a gente. Ninguém nunca teve o que dizer de mim. Quando eu chego no Fórum pras audiências, o juiz olha pra mim e diz: a senhora aqui de novo? Ele já me conhece, o promotor também, eles já sabe do meu trabalho. Eu quero ver se eu saísse daqui, quantas dessas novatas iam fazer o que eu faço? (Perséfone, 2018).

Ao dizer que: “[...]” *Aqui eu mesmo já vi de tudo, e já vi de quem é do quadro também! Quantos num já pegaram com a boca na butija?*, a veterana demonstra que a corrupção é uma prática que não acolhe apenas os prestadores de serviços e os desviados de função, não sendo a situação funcional, o meio definidor dessas condutas. Os agentes “do quadro” apelido dado aos concursados por pertencerem efetivamente aos quadros do sistema prisional, também já haviam sido flagrados em situações ilegais, não estando todos isentos da prática da corrupção, e ao vocalizar: “Quando tem de ser errado, é!” Perséfone faz um arremate a fim de dizer que, a corrupção tem a ver com o caráter daquele que a pratica.

Além disso, Perséfone demonstrou orgulho ao destacar o reconhecimento de seu trabalho pelos profissionais da justiça. Foram tantos os flagrantes por ela presenciados, que o juiz da *Vara de Execuções Penais* e o promotor de justiça já a tinham como uma figura familiar. Contudo, os feitos de Perséfone, conduzindo mulheres à delegacia e depois às audiências judiciais, também não impediram que ela fosse vista, como apenas mais uma “borracha” desprovida de qualificação para o trabalho prisional, e daí sobrevinham os estigmas, as associações à corrupção. Fato interessante é que essa questão também encontra vulto nos estudos da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2009) que ao pesquisar a história da cadeia pública de Porto Alegre, Pesavento visualizou em seus arquivos, datados da virada do século XIX para o século XX, indícios de relações privadas entre carcereiros e presos. Para ela, essas relações são construídas na mesma vivência de pobreza, tendo em vista que,

[...] era fácil um preso “cuidar algo” para um guarda, prestando-lhe um favor, ou este por sua vez, praticar um crime, passando a engrossar o contingente da cadeia. Os jornais, por sua vez, são pródigos em relatar incidentes de desordem, ora praticados por marginais e vagabundos, ora por soldados (PESAVENTO, 2009, p. 32).

A imagem da corrupção atrelada aos funcionários prisionais, tem pois, um longo histórico, a má fama tornou-se latente ao sistema, e quando o agente prisional não é visto associado à corrupção, a sociedade o aponta como causador de tortura aos apenados, “[...]o agente ainda carrega a desonrosa fama de torturar e castigar os internos, segundo sua vontade. A imagem que acaba por permanecer é a de um profissional sem muita instrução e despojado de qualquer sensibilidade[...].” (LOURENÇO, 2010, p. 14). Por isso, deve-se assinalar que o trabalho no sistema penitenciário permanece evocando toda sorte de estigmas negativos. Ao indagar a agente concursada Proserpina, no que toca à corrupção, ela assim compreende,

Eu vejo assim: se observarmos bem, a nossa sociedade é marcada pela corrupção, em todos os lugares, num é só no sistema, num é só em Brasília, até em algumas igrejas aparece notícias de corrupção. Aqui desde que eu assumi, foram bem poucos os casos de flagrante com agentes que eu presenciei aqui, bem poucos mesmo. Acho que muito desses preconceitos, e até a forma como algumas visitantes nos abordam, tem explicação lá de trás, dos maus costumes que se tinha por aqui e que não eram poucos. Muita gente acha que ainda é do mesmo jeito (*Proserpina*, 2018).

Para Proserpina a corrupção é um problema que assola diversos setores da sociedade brasileira, até mesmo aqueles cuja incumbência também é educar para os preceitos éticos e morais como as Igrejas, e nisso não apenas o sistema penitenciário seria afetado. Segundo a entrevistada, os preconceitos envolvendo os agentes penitenciários mostram-se até na maneira como os visitantes abordam aqueles profissionais, ou seja, com licenciosidade. Proserpina atribuiu aos “borrachas” toda a responsabilidade pelos estigmas que ainda assombram e deturpam a imagem de todos os agentes. Para ela, seriam resquícios de um passado contaminado por maus costumes.

Esse trecho da entrevista de Proserpina me possibilitou trazer de volta uma situação ocorrida na sala de *revista íntima*, envolvendo a visitante Panaceia⁷⁴, uma profissional liberal, bem sucedida financeiramente e famosa na cidade. Enquanto estive trabalhando na sala de revista durante os anos de 2012 a 2014, ocasionalmente ela ia visitar o filho, preso por envolvimento com drogas. Panaceia era portadora de câncer. Nesses casos a direção prisional da época, nos orientava a conceder um tratamento mais brando, evitando excessos que viessem a comprometer ainda mais a saúde da revistada. Não sei se por acreditar que a

⁷⁴ Deusa que na mitologia grega representa a cura.

privilegiávamos em razão de sua condição social, abastada em relação às outras visitantes, ou se por achar natural oferecer presentes a agentes públicos no exercício de sua função, mas o fato é que, em uma tarde de dezembro do ano de 2012, ao final da visita, Panaceia nos surpreendeu, nos chamando a um canto da sala, e nos perguntando sobre o quê gostaríamos de ganhar como presente, já que se aproximava das festas de final de ano, e sempre a travávamos com educação.

A atitude da visitante me deixou envergonhada, ofendida, em que pese, como se não bastante, ela ainda salientou que por sua vontade nos traria dinheiro, só que havia sido informada por uma pessoa de nossa equipe, que não poderíamos receber de nenhum visitante qualquer quantia. Redargui que não carecíamos de nenhuma recompensa, pois aquele era o nosso trabalho. As demais agentes também a dissuadiram advertindo que seu gesto poderia inclusive causar prejuízos para nossa imagem, ou no mais, configurar tentativa de suborno. Enquanto falávamos Panaceia nos olhava com olhos arregalados, sua expressão era de total espanto. Ou seja, a nossa recusa foi para ela, uma reação inesperada. Na sala, encontravam-se três agentes não concursadas e três concursadas, mas a presença das novatas não inibiu a visitante, numa demonstração de que a chegada das concursadas, em pouco dissipava velhos costumes como enfatizou Proserpina em sua entrevista.

Sendo assim, notávamos que os novos funcionários prisionais, não estavam isentos dos julgamentos de corrupção, e mesmo de tortura, conforme relata Proserpina em um outro ponto de sua entrevista,

[...] eu nunca soube de nenhum caso de tortura aqui, e também acho que essa coisa de tortura, se aconteceu, ficou no passado. Agora a sociedade continua nos vendo assim, isso é fato. Hoje, *depois desses Direitos humanos, se o agente olhar pra um preso ou mulher de preso com a cara feia, aquilo é visto como tortura*, e isso dificultam muito, porque o agente trabalha amedrontado. Não é que eu esteja aqui defendendo a tortura, eu não concordo com a tortura, eu acho uma covardia, um crime sem tamanho, mas acontece que até pra se defender de uma agressão hoje, os agentes tem que pensar duas vezes (Proserpina, 2018. Grifos meus).

Além de mais uma vez, atribuir ao passado e, portanto, a seus atores a culpabilidade por todos os estigmas carregados, desta vez, referindo-se a prática da tortura, Proserpina aproveitou para enunciar um protesto que é quase unânime nas unidades prisionais: o receio nutrido pelos agentes de serem acusados injustamente pela prática de tortura, tendo em vista que “[...] é um crime contra a humanidade, e como tal inaniável, e sem prescrição” (PELEGRINO, 1988, p. 185). O discurso de Proserpina defendeu que a intensificação do apoio dos grupos de Direitos Humanos aos apenados, apenas intensifica o preconceito contra

os agentes. A superproteção aos apenados, em seu entendimento finda por comprometer a segurança dos agentes, no sentido de que eles mal podem reagir em uma situação de confronto, pois caso o façam, podem ser acusados pela prática de tortura.

No afã de demonstrar o descontentamento, que não nasce somente dela, e sim de uma categoria, Proserpina profere frases hiperbólicas: “[...] depois desses Direitos humanos, se olhar pra um preso ou mulher de preso com a cara feia, aquilo é visto como tortura[...]”. Obviamente é preciso muito mais, para responder por uma denúncia de tortura, há de se reunir provas para tanto, mas Proserpina se ancora no recurso da hipérbole para anunciar enfaticamente seu lugar de fala, de agente penitenciária que sente-se desamparada em relação a uma suposta banalização do conceito de tortura e do desvelo empenhado pelos grupos de Direitos Humanos para com os apenados e seus familiares.

Nisso, há uma concordância entre agentes concursados e não concursados, consoante fala de Perséfone,

[...] a gente só escuta falar de Direitos Humanos pra preso, pra defender preso. Se um bandido desses pega um da gente na rua, quem vai aparecer pra defender a gente? Só a misericórdia divina [...] Eu acho que preso tá aqui pra pagar pelo o que fez, num é pra ter mordomia, ter luxo, não. Num é como eles dizem ai: pra pagar de gato. Se faltar carne aqui já é motivo pra virar o presídio, eles num querem comer ovo, e muitos nem tem isso em casa. Tem que vê isso ai também, né? (*Perséfone*, 2018)

O discurso de Perséfone é bastante alardeado não somente no sistema prisional, chega a ser um entendimento quase unânime a ideia de que os Direitos Humanos protegem apenas presos ou bandidos. Nas unidades prisionais, esse discurso é bem acentuado, em virtude de que as comissões de Direitos Humanos, estão sempre presentes realizando seu trabalho, verificando as condições físicas e humanas dos estabelecimentos prisionais, e enviando relatórios do que visualizam ao Estado e à justiça.

No entanto, houve outra questão, que aqui interessa ainda mais, qual seja, o lugar relegado ao feminino no cotidiano da *Penitenciária do Serrotão* pós nomeação dos novos funcionários. Visto que além das muralhas concretas que já circundavam o cárcere, viu-se erguidas muralhas subjetivas, implicando não somente na desvalorização do trabalho dos antigos agentes, mas resultando em uma redefinição dos postos a serem assumidos por homens e mulheres no trabalho prisional.

De maneira irônica, elas eram agentes, controlavam o trânsito das visitantes, seu ir e vir no ambiente da prisão, mas também eram tolhidas de sua liberdade. Talvez, o que se pretendesse fosse proteger, preservar, resguardar a integridade física daqueles “anjos” que um

dia pertenceram ao lar, ou quem sabe, ainda deveriam pertencer. Pelo menos, era isso que se presumia procedendo à análise da masculinidade hegemônica e sua proeminência no ambiente da prisão.

Ademais, em outubro de 2012, com a publicação do regimento da unidade prisional, o chamado de *Projeto Operacional Padrão* (POP) documento editado por agentes masculinos, concursados que compunham a direção da penitenciária, demarcou-se oficialmente os locais de atuação tanto para homens quanto para mulheres. A mulher continuava sendo segregada, não tomando parte de decisões ou de missões que envolvessem os apenados, porém houve a participação feminina na redação de como se dava o procedimento de revista íntima, o que se fez foi transcrever aquilo que já era prática. O POP colocava cada funcionário em seu lugar, objetivando a garantia da segurança na unidade penal, e era taxativo ao dispor que,

XV – contagem dos apenados:

- a) deverá contar com todos os agentes de plantão, exceto um dos agentes do portão 1 e um dos agentes do portão 3 e por outras excepcionalidades que deverão estar registrado no livro de ata;
- b) a contagem dos apenados da parte superior deverá ser iniciada às 17h, preferencialmente, e está concluída até às 18h, exceto em situações excepcionais;
- c) a contagem dos apenados da parte superior deverá ser executada pelos agentes do apoio escola, mas em dia de visita, essa contagem será efetuada pelos agentes que estão na revista de sacolas e materiais (REGIMENTO INTERNO DA PENITENCIÁRIA DO SERROTÃO, out/2012).

Percebe-se que o documento não elegeu nenhum parágrafo que aludisse à colaboração feminina nas missões de contagem dos apenados, pois “o conta”, gíria pronunciada pelos agentes, era também uma missão coletiva, nenhum profissional ia sozinho concretizá-la tampouco desarmado, este era um critério de segurança. Diana ou qualquer outra agente feminina não foi mais chamada a participar da contagem de apenados, como ocorreu em tempos pretéritos, mesmo essa contagem se resumindo aos apenados que trabalhavam nos serviços domésticos. O trabalho feminino nesses casos, era considerado uma excepcionalidade, um desvio que o regimento da unidade oficialmente veio a corrigir, pois somente homens podiam lidar com homens.

Consoante pesquisa realizada nas prisões paraibanas, por Daniel Ferreira Gonçalves de Oliveira (2015) o trabalho em locais destinados ao encarceramento de apenados do sexo masculino, somente seria possível para agentes masculinos, pois a fragilidade e limitação física das agentes dificultariam as ações empreendidas.

Importante frisar a superioridade numérica de homens que trabalham em unidades prisionais de custódia masculina, segundo Omar Barbosa Pereira (2014) até o final de 2014, de cem agentes masculinos lotados na *Penitenciária do Serrotão*, somente seis eram femininas, e que o contato dessas funcionárias com apenados tornou-se proibido.

O quadro a seguir esboça a diferenciação de atribuições para os agentes masculinos e femininos que atuaram e atuam naquele espaço,

**Quadro IV:
Atribuições de trabalho na Penitenciária do Serrotão
(Unidade Prisional Masculina)**

AGENTES MASCULINOS	AGENTES FEMININOS
Garantir a segurança nos portões	Realizar a revista íntima em visitantes
Realizar a contagem dos apenados	Realizar revista de crianças
Proceder a escolta dos apenados. Ajudar as agentes na escolta de visitantes flagradas.	Acompanhar as visitantes ao hospital e à delegacia em casos de flagrante delito.
Fazer a custódia dos apenados	Atuar em serviços burocráticos quando necessário
Revistar os visitantes	-----
Revistar os alimentos e objetos	-----

Fonte: Quadro elaborado pela autora dessa dissertação a partir do Regimento Interno da Unidade Prisional do Serrotão (2012)

O quadro acima apresenta pontualmente a divisão de atividades entre homens e mulheres na unidade prisional de custódia masculina, dentro do complexo do Serrotão. Nele é possível perceber que a maior parte dos trabalhos são delegados aos profissionais de sexo masculino. Missões que antes da chegada dos concursados também eram compartilhadas com mulheres, como a segurança dos portões, a revista de alimentos, a contagem e a escolta de apenados no interior da unidade, com a chegada dos concursados ficaram centradas em poder dos agentes masculinos exclusivamente.

Nas unidades de custódia masculinas, os agentes penitenciários masculinos, assumem plantões de 24 horas com folga de 72 horas, promovem a revista de homens que visitam os apenados, bem como a inspeção dos alimentos levados por todos os familiares. Eles mantem contato direto com os apenados, lidam diariamente com a população carcerária. Mais que abrir e fechar celas, participam de vigílias noturnas e diurnas. Realizam as chamadas escoltas, atividades que consistem em conduzir os apenados em suas saídas externas, para audiências em Fóruns, agências bancárias, ida a consultórios médicos, laboratórios para realização de

exames e velórios de familiares, conforme preceitua a *Lei 7.210/84, a Lei de Execuções Penais*,

Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos:

I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão;

II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14).

Há também os casos de custódia dos apenados, termo empregado para indicar o acompanhamento deles em hospitais, em situações que demandem a internação, sendo necessário a permanência dos agentes no setor hospitalar. Estas atividades fora dos muros, muitas vezes exigem horas para o trajeto em meio aos riscos de iminentes tentativas de resgate e fugas por parte dos reclusos postos aos cuidados da escolta, ou seja, riscos à vida dos que estão realizando tal trabalho. Interessa notar que essas missões não contam com a colaboração feminina.

Neste interim, a presença das profissionais femininas na *Penitenciária do Serrotão*, restringia-se à realização da *revista íntima* em mulheres, e nos casos de flagrante, na escolta das visitantes flagradas ao hospital e à delegacia, trabalho que realizavam acompanhadas por agentes dois agentes masculinos. Para as concursadas que aguardavam pela nomeação, havia a informação de que os melhores estabelecimentos prisionais para desempenharem suas funções, seriam as penitenciárias masculinas, já que nelas, o trabalho feminino ocorria tão somente nos dias de visita, no máximo três dias por semana, e o contato com apenados praticamente não ocorreria.

No mais, conforme mostra o quadro, restava somente os setores burocráticos: o administrativo e o jurídico, neles as agentes de nível superior também podiam atuar. Al *Penitenciária do Serrotão* não contava com funcionários administrativos⁷⁵ e a demanda de trabalho era intensa em demasia. Acerca disso, Eurídice relembra entre risos,

[...] quando houve aquele concurso pra agente administrativo no Estado, dizem que um rapaz chegou a se apresentar por aqui, passou o dia inteiro sendo treinado, mas depois nunca mais deu às caras, acho que ficou com medo do ambiente carregado, coitado! Ou foi da quantidade de trabalho (Eurídice, 2018).

⁷⁵ A *Penitenciária do Serrotão*, conta também com outras profissionais, de áreas diferentes, como assistente social, enfermeira, psicóloga, dentista, técnica de enfermagem, professoras e advogada. Ainda assim, o número de mulheres é bem inferior a quantidade de homens que lá laboram.

Apesar do excessivo trabalho, caso desejassem ocupar o setor burocrático, as mulheres eram dispensadas das atividades que lhes competiriam enquanto agentes penitenciárias na revista, não obstante, a quantidade de visitantes nem sempre permitia que a sala de revista sofresse baixas em sua equipe, às sextas e domingos, precisava-se de pelo menos seis profissionais recepcionando as visitantes.

No quadro que se segue, apresento como se dava a distribuição de trabalho entre homens e mulheres agora na *Penitenciária Feminina de Campina Grande*, situada no mesmo *Complexo do Serrotão*, interessa perceber como, mesmo o estabelecimento prisional sendo para custódia feminina, vislumbra-se uma atuação mais incisiva de profissionais masculinos, inversamente ao que acontece na penitenciária masculina, onde vimos que as mulheres tem espaço bastante limitado. Analisemos o referido quadro,

Quadro V:
Atribuições de trabalho na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande

AGENTES MASCULINOS	AGENTES FEMININOS
Garantir a segurança dos portões	Garantir a segurança das apenadas
Atuar em casos de motins ou rebeliões	Realizar a contagem das apenadas
Ajudar na escolta das apenadas	Fazer a escolta e custódia das apenadas
Dirigir as viaturas (VTR'S)	Revistar as visitantes e crianças
-----	Revistar os alimentos e objetos

Fonte: Quadro elaborado pela autora dessa dissertação (2018).

Observando o quadro 2, como dito anteriormente, constata-se a forte inserção masculina também num ambiente prisional reservado ao encarceramento feminino. Espaço onde às mulheres caberia um protagonismo mais expressivo, e, no entanto, vê-se que os agentes masculinos ficam responsáveis por tarefas que culturalmente são associadas ao masculino, em que se exige o uso da força, pois além de serem escalados para a segurança dos portões, atuam dirimindo conflitos entre apenadas, nos motins e rebeliões, na condução das viaturas, e por fim ajudando nas escoltas de apenadas. Ficando, pois, subentendido que as mulheres estão sempre a necessitar do apoio, da coragem e proteção masculina.

Há de se notar com clareza que, existe sim, uma divisão binária de papéis, posturas que resultam de práticas educativas que produzem sensibilidades instituindo um masculino que se sobrepõe a delicadeza feminina, já que sozinhas as mulheres não obteriam êxito em trabalhos que implicam na segurança pública e requerem operacionalidade. Comungando dessa perspectiva, Luciana de Oliveira Dias e Fabiano Silva Rosa (2014) assim refletem,

[...] o que está em jogo, na verdade, não é a força física, mas a força sociocultural do gênero, cuja mensurabilidade é predefinida pela crença no fato de que alguns dispõem de uma aptidão natural para gerar um canal comunicativo mais seguro, um talento nato para transmitir certas mensagens, qualidade essa que somente o macho seria “autorizado” a encarar de forma eficaz (DIAS; ROSA, 2014, p. 164).

E de fato, havia algumas agentes que se quer sabiam recorrer às algemas em casos de flagrante delito, nem manusear armas, manipular sprays de pimenta, ou usar a *tonfa*⁷⁶ e, a despeito disso, evitavam os cursos de aperfeiçoamento, sobretudo as aulas de tiro. Ao manifestarem posicionamentos assim, elas admitiam um *status quo* de submissão e opacidade no tocante ao masculino, aceitando a subordinação. Por outro lado, essas mulheres explicitam as práticas educativas masculinistas a que foram submetidas durante toda a vida, incutindo a ideia de inferioridade. Discute a historiadora Ana Maria Colling (2014) que a história da desqualificação do feminino, pode ser entendida por meio do exercício de sua desconstrução e genealogia, para tanto ela defende que,

O discurso da diferença biológica entre homens e mulheres assume um caráter universal e imutável, construído e reconstruído no intercruzamento dos mais variados discursos, como o da Religião, da Filosofia, da Medicina, da Biologia, da Psicanálise, da Educação e do Direito e etc., atravessando todas as relações sociais e, dessa maneira legitimando-se (COLLING, 2014, p. 100).

Em que pese, existissem outras agentes que mostravam profunda identificação com trabalho carcerário, há de se notar que a confluência de discursos que apregoam uma inferioridade feminina tem largas proporções, tanto é que as próprias mulheres o acatam. Ressalto que, embora o emprego de homens na unidade carcerária feminina tenha restrições, sendo uma delas, a proibição do contato com as apenadas, exceto nas situações já mencionadas, eles trabalham lado a lado com as agentes, podendo assumir a função de diretores adjuntos, descreve Daniel Ferreira Gonçalves de Oliveira (2015)

[...] cabe às mulheres o contato com as apenadas, inclusive o estabelecimento da ordem, da disciplina, além das funções de vigilância, custódia e escolta. Os homens por sua vez não podem ter contato direto com as apenadas, só em casos onde é necessário que sua atuação seja possível, como no uso progressivo da força para conter alguma briga ou desavença entre as apenadas que estão em situação de conflito físico, além também atuarem na vigilância e controle dos portões que dão para área externa do presídio e no apoio durante a escolta para o fórum e hospital (OLIVEIRA, 2015, p. 41).

⁷⁶ A *tonfa* é um tipo de cassetete bastante utilizado pelos agentes, que apresenta uma ponta lateral.

Tem-se, segundo o autor, um paradoxo no cotidiano das relações de trabalho entre homens e mulheres em unidades prisionais. Mulheres têm atividades restritas em penitenciárias masculinas, não sendo aproveitadas em plantões de 24 horas, trabalham no máximo 8 horas em dias de visitação, já os homens cumprem a mesma carga horária tanto em estabelecimentos penais masculinos, quanto em femininos.

Porém, a diferença na divisão de trabalhos entre homens e mulheres, na *Penitenciária do Serrotão*, encontrou seus protestos e resistências. Em seu estudo Daniel Ferreira Gonçalves de Oliveira (2015) registrou a insatisfação, também em parte dos agentes masculinos, por acreditarem que suas colegas do sexo oposto eram privilegiadas, fato que motivava uma divisão desigual de funções entre o masculino e o feminino. De acordo com o referido autor, alguns agentes entendem que as mulheres podem realizar as mesmas atividades, exceto assumir os cargos que envolvessem chefia.

Essas opiniões desnudam uma complicada escala de relações de poder, que insistem em destinar às mulheres um lugar de subordinação, intensificando conflitos,

Sem dúvidas que não se pode descartar que há conflitos de gênero entre os agentes penitenciários, homens e mulheres não entram em consenso e as discussões nesses espaços ainda é muito resumida a posturas que ficam apenas entre os grupos de agentes de cada gênero (OLIVEIRA, 2015, p. 46).

De fato, embora necessitasse de mulheres como parte indispensável de sua equipe funcional, via-se na *Penitenciária do Serrotão*, um tratamento assimétrico onde as mulheres eram vistas ora como privilegiadas, e ora equacionando noções de que seriam incapazes, ineficientes e incompetentes para desempenhar as mesmas atribuições dadas aos homens. Pensando na masculinidade hegemônica, o lar ainda é sinônimo de lugar propício para o feminino, administrando as atividades domésticas. No lar as mulheres são desprovidas de visibilidade, enquanto o espaço público, caberia apenas ao heroísmo e a virilidade masculina.

Por isso, há de se concordar com Michelle de Perrot (2005) quando ela analisa que a diferença entre a esfera pública e privada determina a separação de poder. Por terem suas histórias construídas no âmbito privado, as mulheres foram esquecidas e vistas como incapazes de arregaçar as mangas e irem à luta. Disso, adviria a ideia que elas enfraquecem as equipes na segurança pública. A agente Mentha, assim assevera,

Não existe espaço pra mulher no Serrotão, ali elas não têm se quer um alojamento, um lugar onde possam pernoitar, se por acaso fossem tirar um plantão de 24 horas. Tem agente que diz por ai, que nós somos privilegiadas, porque no masculino a gente trabalha menos horas do que eles. Acham que a gente devia trabalhar todos dos dias no masculino. Só que ali *é um lugar totalmente pensado pra homens*. E o pouco espaço que as agentes tinham na

sala de revista, eles foram tomando, tomando e num sobrou nada (*Mentha*, 2018. Grifos meus)

No depoimento acima, a agente Mentha, declara a insatisfação pela falta de espaço das agentes femininas, na *Penitenciária do Serrotão*, relatando a invasão dos homens até mesmo da sala de revista íntima, a qual deveria pertencer somente às mulheres. Diante disso, vemos que Mentha faz uma afirmação emblemática: “ali é um lugar totalmente pensado pra homens.” Ela relembra que lá inexistem alojamentos femininos que propiciassem o trabalho de mulheres 24 horas, havendo somente comodidade para os homens. Eles foram tomando posse do lugar, não havendo mais lugares físicos direcionados exclusivamente para mulheres.

O que Mentha narra, atua com meu testemunho, haja vista que fiz parte de uma comissão de agentes femininas formada na sala de revistas em abril de 2012. As agentes não concursadas como Diana e Perséfone nos delegaram a função de falar ao diretor de nossos dissabores. Elas acreditavam que por não serem “agentes do quadro” não teriam autonomia para reivindicar qualquer coisa. Por fim, fomos à presença do diretor, e o deixamos a par da inconveniência da presença de homens, na sala reservada ao trabalho feminino. Na época a ocupação deles acontecia nos horários em que as agentes não estavam em serviço. No entanto, dividir o mesmo banheiro com homens, era para nós intolerável.

Enleamos uma série de argumentos, mas o fastio com o qual o diretor recebeu nosso assunto escancarou que nossa opinião pouco importava, e embora tivessem sido advertidos a deixarem à sala de revista apenas aos cuidados femininos, muito rapidamente os agentes retomaram seu posto, voltando a fazer daquele local, seu dormitório. Ou seja, a vontade masculina teve predominância. Percebi que nossas prerrogativas no ambiente masculino, não reuniam qualquer eficácia. A sala de revista, era nosso espaço somente enquanto durava a revista das visitantes, e assim permanecemos nesse posto, exercendo nosso poder apenas em relação a elas.

Poder que também invertia-se, mudando de lugar à depender das visitantes que desfilavam suas artes na sala de revista, tornando-se protagonistas do dia a dia prisional, e não raras vezes nos tornando coadjuvantes. Preparemo-nos, a cena adiante será delas.

3.5 Artimanhas do fazer e do poder no cotidiano prisional

Ela chegava sempre no limiar do meio dia, apenas alguns instantes antes que os ponteiros dos nossos relógios se encontrassem no numeral doze. Víamos quando o agente a recepcionava abrindo o portão, e não diferente das outras mulheres, ela portava uma sacola

plástica contendo, em tese sua refeição. Logo que entrava os portões da penitenciária eram finalmente fechados, uma hora depois voltavam a ser abertos, já tendo a sua frente dezenas de visitantes. Estávamos no horário do almoço, e aquele era para nós, o melhor momento do dia, pois aproveitávamos para jogar conversa fora, brincar, contar piadas, gargalhar e dava até para fazer uma sesta nos beliches do pequeno aposento que complementava a sala de revista. Eram as nossas “artes de fazer”, cunhando a expressão certauniana, repercutindo as nossas “artes de viver” naquele espaço que poderia ser somente nosso, mas à noite e nos dias que não estávamos lá, servia de dormitório aos agentes masculinos.

Lembro-me com nitidez daquela visitante quase retardatária. Ela não era uma figura que pudesse passar despercebida, pois distribuía amabilidades e sorrisos. Em nossa presença tagarelava o tempo todo, narrava a história de sua vida dentro de poucos minutos para qualquer pessoa que se dispusesse a ouvi-la. Sua entrada naquele horário constituía para nós um inconveniente, pois sobrevivíamos sofregamente ao cansaço de quatro horas seguidas, revistando mulheres e crianças. Estávamos ávidas por um pouco de descanso, e a fome já nos combalia. Por isso, muitas vezes torcíamos para que ela não viesse, mas raramente ela faltava, e apesar de falante, não revelava o motivo da preferência por aquele horário, que tanto nos incomodava.

A cada dia ela trazia novas histórias, problemas com a sogra, com o marido e com sua saúde que dizia bastante débil. Falava lamentosamente das cirurgias que teria de passar, e dessa maneira, da vida dura que levava. Procurava envolver a todas nós em seus assuntos, como se pleiteasse provocar a nossa comiseração. Enquanto isso, eu a observava. Não gostava de falar demais com visitantes, tentava comunicar apenas o necessário, o que dizia respeito à revista e suas prescrições. A conversa tantas vezes criava aproximações, e mesmo laços, que em seguida podem tornam-se difíceis de desatar. Assim, eu preferia acreditar que estava num campo de batalha, julgava mais prudente manter-me em minha trincheira, à distância, estudando o inimigo, como sabia que ele me estudava, já que ali estávamos em lados opostos.

Nos dias em que ela visitava a penitenciária, eu e outras agentes a revistávamos. Nunca vimos em seu corpo nada que nos fizesse desconfiar de sua conduta, nada que nos provocasse a mais pífia suspeita. Até que um dia o diretor pediu que comparecêssemos a sua sala com urgência, ele tinha uma informação importante para nos confidenciar: Apáte⁷⁷, ou simplesmente, a visitante do meio dia, como a chamávamos, havia sido denunciada por um grupo de apenados que dividiam o mesmo pavilhão com seu marido. Eles a acusaram de nos

⁷⁷ Apáte é segundo a mitologia grega, a deusa que personifica a fraude e o engano, é também um dos espíritos que teria saído da caixa de Pandora.

dias de visita, estar conduzindo drogas e celulares no interior da cavidade anal, parte do corpo mais difícil de ser vistoriada a olho nu. Não suficiente, os presos contaram que Apáte costumava introduzir os objetos em suas entranhas com tanta profundidade, que chegava a passar horas no banheiro do pavilhão para poder expeli-los.

Penso que para analisar o comportamento de Apáte bem como de outras visitantes, faz-se oportuno abraçar os conceitos de táticas e estratégias elaborados por Michel de Certeau (1994) uma vez que ele problematiza formas de fazer daqueles que socialmente são definidos como “fracos”. Mas, que elaboram seus métodos de sobrevivência, driblando poderes instituídos, e criando formas de resistência. Sendo assim, as táticas postas em ação por Apáte, são também consideradas “artes de fazer” dentro de um não-lugar, que Michel de Certeau compreende por “lugar praticado”. No íntimo desse lugar, a visitante desloca-se, ludibriando a vigilância prisional, utilizando-se de suas criatividade, e dessa maneira fomentado seu próprio “espaço de poder”, incorporando um personagem que persuade, que envolve e gera compaixão. A mulher insuspeitável.

Diante disso, a raiva e a estupefação fizeram de nós abrigo. Foi aí que começamos a montar aquele quebra cabeças, não tínhamos mais dúvidas: Apáte era mesmo uma “mula”. Com sagacidade ela nos enganava. Utilizava-se de artifícios inteligentes para distrair nossa atenção, com isso, além da maneira cirúrgica com que camuflava os objetos ilícitos em seu corpo, ela apresentava outros ardis: a simpatia excessiva como nos tratava, a tagarelice na hora da revista, buscando nos comover com suas malfadadas histórias de vida, e a chegada sempre ao meio dia, também tinha seu propósito, ela deduzia que teria a nossa fome e nosso cansaço como aliados. Concluímos que ela se aproveitava disso, por imaginar que apressadas, não faríamos com ela uma revista minuciosa. Como disse Michel de Certeau (1994, p. 101) a tática tem que utilizar vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário.

Foi então que o diretor nos orientou para que caprichássemos na feitura da revista, pois as informações de que dispunha contra Apáte e seu marido, ambos cúmplices um do outro, eram muito seguras. Ao deixarmos a sala da direção, nos reunimos na sala de revista, precisávamos traçar planos para fazê-la cair⁷⁸, desmascarar a visitante do meio dia, passou a ser questão de honra para nós. E quando ela chegou, não foi cansaço que encontrou em nosso semblante, fizemos um rodízio para revista-la, porém, nada encontramos. Esperta não tardou para que ela percebesse nossa mudança de postura, e passou a mudar também, havia dias que

⁷⁸ Cair é o verbo utilizado na gíria dos agentes penitenciários para designar as pessoas que eram pegas em flagrante, dizia-se: a visitante finalmente “caiu”.

tínhamos certeza de que ela não portava nada, tamanha era a tranquilidade que transparecia, em outros dias a esperávamos, mas ela não vinha. Táticas que de que se utilizava para se safar, não perdendo seu espaço de poder.

Entretanto, após muitas idas e vindas, em um dia de visita íntima, ela chegou de surpresa, pela primeira vez, não veio no horário costumeiro, era mais tarde, às 13:h30, a fila vespertina já serpenteava, quando notamos sua presença. Não era possível que um dia ela não caísse. E finalmente, ao revista-la percebi que ela tinha algo esquisito, exatamente na cavidade anal, confirmando a denúncia feita pelos apenados. Chamei as demais agentes para que elas testemunhassem, éramos em cinco nesse dia, e todas confirmaram que Apáte trazia dentro de si um objeto estranho, que não conseguíamos identificar.

A adverti para que ela me acompanhasse até o hospital a fim de passar pelo exame de raios-x, para a posterior retirada do objeto que portava, ela me olhou desafiadora, e foi dizendo em tom agressivo, que até poderia ir ao hospital, mas com o único objetivo de nos processar em seguida, por submetê-la a tamanho constrangimento. Depois pronunciou todo tipo de imprecações contra nossa equipe, afirmando-se inocente. Pedi para que parasse com a atitude desrespeitosa, a qual poderia configurar desacato, e acrescentei: “Ao inocente não deve custar provar a inocência, e sim ao culpado”. Ela então decidiu jogar sua última carta, dizendo que iria provar sim, sua inocência e depois o acerto de contas seria nosso, com a justiça. Já havíamos chamado o coordenador do plantão, e fornecido as informações acerca daquilo que se passava na sala de revista. Ele trouxe as algemas e a viatura nos aguardava em frente ao portão da penitenciária.

Eu e a agente Thêmis⁷⁹ que há poucos meses estava conosco, seguíamos com Apáte em direção ao portão, ao ver as algemas, ela nos disse que não usaria aquelas pulseiras, pois aquilo era destinado à pessoas que reagem à prisão, o que não era seu caso, pois fazia questão de passar pelo exame de raio x, para provar que estava sendo vítima de uma enorme injustiça. Percebi que ela tinha um certo conhecimento da Lei, pois o Artigo 284 do Código de Processo Penal, preceitua que o uso de algemas somente deve acontecer, em casos de risco de fuga ou resistência impostas pela pessoa presa. Assentimos para que ela não usasse as algemas, embora a sua inicial má compostura perante nossa equipe, viesse a ensejar tal expediente⁸⁰.

Enfim, seguimos com ela e mais dois agentes e ao passar pelo portão, antes mesmo que pudesse se aproximar da viatura, ela argumentou que precisava pegar sua bolsa, que

⁷⁹ Nome que é dado na mitologia grega à deusa da justiça.

⁸⁰ No ano de 2008, o Supremo Tribunal Federal, estabeleceu através da súmula vinculante que o uso de algemas, além dos casos previstos no Artigo 284 do CPP, também seria permitido em situações de risco à própria integridade física ou de terceiros. Disponível em <https://canalcienciascriminais.com.br/quem-devemos-almegar/>

ficara guardada na barraquinha de Dona Macária. Nós, entretanto, a acompanhamos, já distante da viatura, ela então nos encarou e revelou sua nova tática, dizendo que não seria levada à força ao hospital, que ninguém no mundo lhe levaria contra sua própria vontade. Enquanto ela assim falava, eu respondi que com aquela atitude, ela acabava de assumir antecipadamente a culpa. No que ela acrescentou que era a última vez que pisava naquele inferno. E foi afastando-se rapidamente, proferindo toda sorte de impropérios. Pensamos em detê-la, e lamentamos não tê-lo feito, porém o regimento da unidade era claro e nos obrigava a somente conduzir ao hospital, havendo o consentimento da pessoa sob suspeita. Por outro lado, como disse, ela já havia se condenado. E sabendo-se culpada usou de suas táticas para escapar do flagrante, pediu para não ser algemada e assegurou estar disposta a colaborar.

Mas, a colaboração ocorreu apenas até o momento de ultrapassar o portão com destino à rua, onde viu-se livre dos muros prisionais. Livre da estratégia organizada pelos postulados do poder, onde libertou-se do domínio organizado pelos fortes. Para isso, premeditou toda a situação. Aquela era somente mais uma de suas táticas “[...] a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha” (CERTAEU, 1994, p. 100).

A função de Apáte na cadeia, além de visitar seu companheiro era também a de levar-lhes as encomendas do mundo extramuros, o que se deduz que ao diminuir suas visitas, ela colocava seu cônjuge numa situação de risco, em dívida com os comandos, que não perdoavam inadimplências. Consoante Helmano Andrade Ramos (2012) dentro dos significados que possui o dia de visitas para os apenados, um deles é a oportunidade de sanar suas dívidas na cadeia, o que é feito por meio do que conseguem lhes trazer os visitantes, assim, ao final da visitação, os apenados credores cobram dos devedores: drogas, dinheiro, celulares, armas, e quando há o descumprimento dos acordos, o castigo vinha em forma de espancamentos ou sentença de morte. Talvez isso justificasse a presença de Apáte naquele dia, certamente ela precisava salvar seu marido, ou talvez precisasse salvar a si mesma, já que aquele era o seu negócio.

A visitante do meio dia era mais uma de tantas mulheres e homens que desafiavam o terreno do sistema prisional, porém teve seu revés, a direção proibiu sua visita, além de encaminhar pedido à *Vara de Execuções Penais de Campina Grande*, no sentido de não mais haver autorização para que Apáte voltasse a visitar seu marido naquela unidade prisional, e de fato, ela não mais voltou. A visitante do meio dia, foi embora e nunca mais a vimos em hora alguma.

Portanto, visitantes como Apáte não são casos raros, elas são parte do cotidiano prisional, fingindo obediência à disciplina, vão a corroendo por dentro. Exercem dessa maneira suas artes de fazer, seu trabalho de formigas, diria Michel de Certeau (1994) “[...] Procedimentos populares (“minúsculos” e cotidianos, jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela, a não ser para alterá-los[...])” (CERTEAU, 1994, p.41) Exímias jogadoras que num terreno pertencente ao poder estratégico, conseguem subvertê-lo, e assim influenciam na rotina prisional, já que se reapropriam do espaço organizado por meio de suas engenhosidades.

Nesse percurso, no pouco tempo em que me dediquei a *revista íntima na Penitenciária do Serrotão*, ordinariamente por lá desfilaram muitos desses personagens: a mãe que escondia dinheiro na barra das saias para entregar ao filho recluso, a que levava cinco crianças, a pretexto de ver o pai, mas na verdade as usava pra transportar cocaína introduzida em saquinhos de pipoca, a mulher que colocou dinheiro dentro da embalagem de um creme dental para liquidar as dívidas do marido ao comando, outra que pôs um microchip de celular em uma pomada, a falsa informante que ganhou a confiança da direção, enquanto ela mesma transportava para o interior da penitenciária objetos ilícitos, a estudante de Serviço Social, de educação extremamente polida, que ao final da visita, quando aglomerações se formavam rumo à parada de ônibus, aproveita-se do tumulto para confundir a vigilância e arremessar sacolas de drogas sobre as muralhas prisionais. Enfim, são histórias singulares que tecem uma rede que sufoca o poder disciplinar.

Por meio de suas táticas essas mulheres embaçam o olhar vigilante da instituição e solapam a estratégia organizada do sistema, por essa via, não são em hipótese alguma meras figurantes da história da *Penitenciária do Serrotão*, pelo contrário, elas protagonizam cada página escrita, porque é a partir delas que os apenados mantem seu contato com o mundo externo, e é também por suas intervenções que o cotidiano prisional é produzido. Vidas esquecidas, raptadas por Hades para enfeitarem seu submundo: cabeleireiras, cozinheiras, domésticas, enfermeiras, umas trabalhavam, outras furtavam em estabelecimentos comerciais da cidade, ajudavam em assaltos, assumiam a liderança deles e do tráfico de drogas com a prisão dos maridos, eram vidas infames como definiria Michel Foucault (2006) não figuravam nas colunas sociais dos jornais, mas quando pegas em flagrante, eram dignas de notinhas nas páginas policiais, e depois novamente esquecidas.

Via de regra, as mulheres apresentam uma crucial importância nas prisões, pois chegavam munidas de afeto, emoção e apaziguamento para os corações atormentados do cárcere, em face disso “[...] são desejadas não apenas pelos presos como pela instituição, que

as vê como reativadoras de sociabilidades na comunidade carcerária, renovando traços de lucidez, e civilidade no homem” (BASSANI, 2011, p. 262). E apesar dos visitantes de sexo masculino também ajudarem a tecer o cotidiano prisional, eles estavam em número bastante inferior em relação as mulheres, pois de 500 visitantes em um dia de visita familiar, somente 50 eram compostos por homens, conforme informação prestada pelo Setor de Inteligência daquela casa penal, em consulta a seus arquivos do período temporal desta pesquisa.

Em suma, eram as mulheres que com suas histórias traziam *animus* de vida para aquele ambiente lúgubre. Pírilampos reluzindo naquele breu, eram delas que vinham a melodia que embalava os dias de visita. Ressalto que à proporção em que levavam vida à prisão, as mulheres também tinham suas vidas, elas não eram corpos inertes, ou em sua totalidade, submissos aos apenados. Existiam as visitantes que choravam, praguejavam, pronunciavam vituperações, mas também as que se alegravam, e sorriam um riso libertário. Muitas tinham na prisão dos companheiros sua liberdade, muitas nem tinham companheiros, mas procuravam ali encontrá-los, e nisso viam-se livres. É preciso, portanto, ressaltar que na *Penitenciária do Serrotão*, acorriam muitos desses femininos, desiguais e diversos, entre visitantes e agentes, pairava a liberdade ou o desejo dela.

No próximo tópico as agentes penitenciárias continuarão narrando para Clio suas experiências no espaço prisional, padecendo da ausência de testemunhos assim, a deusa talvez jamais emitisse de sua trombeta o sons que ecoam do cárcere, seu canto traria tão somente, descontinuidades.

3.6 O Tom vermelho, os olhares, os gestos: os corpos assediados

O dia amanhecia na *Penitenciária do Serrotão*, estávamos em mais um dia de visitas, lá fora a fila rente ao portão, entre sono, bocejos e ansiedade, agitava-se como de costume. Faltava somente meia hora para que os portões fossem abertos. A equipe masculina preparava-se para deixar à unidade, às 8h trocaria de plantão com aqueles que estavam chegando para as vinte e quatro horas que se seguiriam. Enquanto isso, da fila ecoava as vozes, sobretudo de mulheres e crianças, choros, resmungos, risadas, roupas e sacolas coloridas, saias e vestidos estampados ao vento. Uma aquarela se formava emprestando tons alegres à atmosfera tristonha.

E de repente, ela se precipitou em frente ao portão, seus cabelos vermelhos destacavam-se entre todas as cores, atraíam as atenções. Por um instante, as mulheres

pausaram suas conversas para observá-la. Desvencilhando-se daquela plateia, ela passou por mim e ensaiou um leve sorriso. Eu a olhei fixamente nos olhos. Ela tinha olhos grandes, expressivos, bem ao estilo Christina Ricci⁸¹ e um sorriso acentuadamente tímido. Porém nada me comunicava mais do que os seus cabelos, precisamente a cor dos seus cabelos. O tom vermelho como o fogo, semelhante à larva vulcânica. Fiquei pensando bobagens, seria ela também um vulcão?

Esqueci um pouco os seus cabelos e me concentrei na lembrança do seu sorriso, aquele sorriso acanhado seria uma senha? Pus-me a acreditar que teria sucesso em minha empreitada. Decidi que ia lhe ofertar primeiro uma flor, chocolates e lhe dedicar músicas românticas. Dei-lhe a flor, ela aceitou ao que parece de bom grado e olhei outra vez fixamente no fundo de seus olhos. Ela se esquivou, jogando charme. Logo lhe darei outras prendas, sei que não recusará, nem a oferta tampouco à procura. Outro dia, tive a oportunidade de ter com ela uma breve conversa. Elogiei seu perfume e ela voltou a me sorrir. Fiquei radiante, conclui que não tardaria para que todos ficassem sabendo de minha mais nova conquista, era só questão de tempo. Em assunto com suas colegas descobri que algumas vezes ela vinha à penitenciária a pé. Seria a minha chance, lhe daria carona.

E os acontecimentos tornavam-se céleres, no caminho para o refeitório, eu a abracei firmemente, ela inclinou-se para o lado oposto, mais um charmezinho que fazia. E hoje dei-lhe o primeiro beijo, não um desses que aparecem na grande tela, não foi nada cinematográfico, foi somente um beijinho no pescoço. Ela não percebeu quando me aproximei, notei que enrubesceu tanto, que as bochechas ficaram dá cor de seus cabelos. Mas, sei que deve ter gostado. Soube que ela é solteira, deve ter perto de seus 30 anos, e incrivelmente ainda é solteira e sem filhos. Uma mulher com quase 30 anos solteira? e sem filhos? Já está no caritó⁸², o que me favorecia ainda mais. Nessa idade elas entram em desespero.

Quanto à outra, bem, a outra é uma deusa, mas nunca me olhou, nunca permitiu que eu a encarasse, nem se quer me cumprimentou, aparenta ser arrogante e presunçosa. Dizem ser a sensação nas aulas de tiro, nos cursos de aperfeiçoamento. Para ela não poderei oferecer carona, ela sempre chega dirigindo seu próprio automóvel, e falam que é uma excelente motorista. Coisa rara, mulher dirigir bem! E fato ainda mais raro, é que assim como a menina dos cabelos de fogo, ela também é solteira e sem filhos. Tão bonita e solteira? E ainda sem

⁸¹ Atriz norte-americana, que no famoso filme A família Addans, interpretou a personagem Vandinha.

⁸² Prateleira posta no alto da parede. O sentido de caritó, que acima se emprega, alude às mulheres que ficaram solteiras e daí se dizia popularmente que ficaram encalhadas na prateleira que seria o caritó.

filhos? Penso que deve existir algo de errado com ela. Por enquanto, somente por enquanto, ficarei feliz em conquistar a menina dos cabelos de fogo, ela é baixinha, gordinha, mas eu prefiro assim, pois nunca aturei mulheres magras, e a última com quem sai era tão magra que mais parecia um saco de ossos.

A narrativa acima aparentemente tem por primeira pessoa, um homem buscando exercer seu poder de sedução em face de uma mulher, no entanto, é na verdade, um relato de uma vítima de assédio sexual, que visa colocar-se no lugar do agressor, para entender aquilo que lhe movia, ou seja, para problematizar a masculinidade hegemônica, tão presente ainda no *Sistema Prisional*. Para o historiador Alain Corbin (2005) é um método histórico extremamente frutífero colocar-se na pele do outro e tentar reconstituir sua lógica, embora ela pareça aberrante. Portanto, a referida narrativa é de igual modo, a tradução dos dizeres e fazeres de muitos homens diante de vítimas variadas que preenchem o cotidiano prisional. É por último, uma história comum, há tempos conhecida de tantas mulheres, mas que apesar disso, muitos homens insistem em repeti-la exaustivamente.

Em 2012 quando fui designada para trabalhar na *Penitenciária do Serrotão*, eu costumava tingir meus cabelos de vermelho, a cor do cabelo me dava a sensação de independência e fazia com que eu me sentisse como quando era adolescente. As cores nos provocam essas sensações, assim como as roupas e os perfumes elas são dotadas dessa característica, seriam as memórias de nossos sentidos. E os sentidos nos devolvem o passado, “tocando os vivos com os mortos” (STALLYBRASS, 2008, p.10) Com isso, malgrado os protestos de minha mãe, passei muito tempo deixando que as madeixas ficassem da cor de carmim.

No entanto, chegado o momento de me apresentar à penitenciária, descobri que alguns funcionários passaram a me chamar de “menina dos cabelos de fogo”, ou apenas “cabelo de fogo”. Eu gostava tanto da cor dos meus cabelos, entretanto, me senti ofendida e reprimida por receber aquele tratamento. Não era só pelo apelido, era pela aspereza e ironia em que ele era insistentemente pronunciado. Falei com as colegas a respeito do incômodo sentido, mas notei que para elas não havia nada demais, era somente brincadeira. Talvez eu estivesse me excedendo em sentimentalismos tolos, pensei. Mas, para Guacira Lopes Louro (2003),

São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamentos e, em especial, de desconfianças. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa, desconfiar do que é tomado como “natural” (LOURO, 2003, p. 67).

Buscando me convencer de que o tratamento que me reservavam era uma banalidade, uma simples grosseria sem importância, fui deixando o assunto de lado, e na medida em que fui ficando cada vez mais atraída pelo trabalho, já não pensava mais no apelido. Eu chegava, e as pessoas no portão me olhavam, eu era “a expectativa”, eu tinha nas mãos o poder de deixá-las entrar para ver seus maridos, seus filhos, seus irmãos, juntamente com as demais agentes, eu ditava as regras. Poderosa, era assim que me sentia.

O poder, no entanto, foi fugaz, os olhares demorados, fixos, os abraços inesperados e indesejados, os beijos não consentidos, as ofertas por carona, as segundas intenções, as flores sem cheiro, o carinho desprovido de afeto. Enfim, os joguinhos de sedução permitiram que eu me sentisse fraca, isolada, anulada. A respeito desse tema a historiadora Simone Alves Santos (2015) expressa que,

Beijos roubados, assobios, olhares e comentários são comportamentos que, mesmo sem denotar ato sexual, configuram uma forma de exercer o poder e a virilidade moral dos homens sobre os corpos femininos. E, ao silêncio da mulher, a manutenção do status quo é perpetuada (SANTOS, 2015, p. 29).

Eu queria me afirmar como mulher, mas aqueles gestos diziam que eu era “somente uma mulher”, e como tal meu propósito era acima de tudo servir, era ser objeto da lascívia alheia, naquele altar de exaltação à cultura masculinista que era o ambiente da prisão. A minha autoridade, então, esfacelava-se. Resumindo-se a um caco de luz embaçado que eu manuseava, oprimindo outras mulheres, e oprimindo a mim mesma.

Deste modo, voltei a questionar agora não mais como vítima, mas como historiadora: qual o motivo da obsessão pelos meus cabelos? Se o cabelo era somente um detalhe porque atribuir toda a minha identidade a coloração que eles apresentavam? Em pesquisa realizada acerca da presença de mulheres nas instituições policiais, Luciana de Oliveira Dias e Fabrício da Silva Rosa (2014) ponderam que não são apenas os movimentos corporais das mulheres que passam por um controle, alegorias como a tintura e o desenho dos cabelos, a cor dos esmaltes e a utilização de ornamentos, são combatidas nessas corporações, que visam dissipar a feminilidade em excesso mesmo nas mulheres.

Se é assim nas corporações policiais, não creio que chegasse a tanto no sistema prisional, onde tínhamos a liberdade de usar maquiagem e outros adereços. Portanto, a cor vermelha do meu cabelo incomodava não por representar uma alegoria feminina em si, mas, pelo sentido histórico que lhe é atribuída. Segundo Claudielhi dos Santos Araújo (2015) historicamente, a própria Igreja Católica emprestou significados às cores, e nos anos 1960, nas festividades católicas da cidade paraibana de Puxinanã, ainda se relacionava a cor

vermelha ao mal, ao profano, à sensualidade, e a prostituição. É possível que os meus “cabelos de fogo” fossem associados ao sexo e ao pecado, e se é bíblico⁸³ que as mulheres devem usar um véu sobre as cabeças para encobrirem-se do pecado, eu me recobria da cor representativa que lhe era representativa: o vermelho.

De certo, a cor vermelha que ostentei nos cabelos, revelasse a minha liberdade, e isso constituía para as lentes da masculinidade hegemônica, uma provocação, dando-me a ver que aquelas reações se tratavam de “uma sensibilidade de outro tempo e de outro no tempo, fazendo o passado existir no presente” (PESAVENTO, 2005, p. 01). Daí as tentativas sutis de pedagogizar meu corpo, de mostrar-me que aquela cor podia me definir, dizer quem eu era, o que pensava, de onde eu vinha, já que ao invés de ser chamada pelo nome, muitos preferiam referir-se a mim, mediante uma característica que eu adotava, os “cabelos de fogo”, porquanto “[...] até mesmo os cabelos, símbolos supremos da feminilidade, devem ser disciplinados” (SANTOS, 2015, p. 35).

Dessa maneira, nunca me foi fácil lidar com o assédio sexual, aquele provavelmente foi, na penitenciária um dos meus maiores desafios, principalmente porque as tentativas de sedução são intensificadas quando a vítima é uma novata e o assediador não sabe ainda se ela vai ceder ou se vai resistir. Outros, porém nem esperam estudar qual seria sua reação, eles assediam sexualmente desde os primeiros momentos, de modo inclusive, despudorado. Com isso, demoram a acreditar que a mulher pode sim, estar constrangida, incomodada, e insistem nos galanteios, por ver na conquista seu prêmio, a chance de mostrar para seus pares, que foi capaz de seduzir, e com isso ser o macho viril,

[...] pior de tudo é que a gente vai ser educada, porque eu tenho esse meu jeito, eu trato bem todo mundo, aí o pilantra vai e entende diferente, acha que a gente tá dando corda, mas se eu der corda, é pra eles mesmo se enforcar. Já aconteceu comigo com funcionário e com preso também. O caso mais recente foi com o preso. Ele trabalhava nos serviço da casa, eu tratava ele bem, com educação, aí ele veio me dizer que tava apaixonado por mim, sonhava toda noite comigo, escreveu uma carta enorme e me deu. Eu num contei conversa, dei-lhe uma chamada tão grande, mas tão grande, que acho que até hoje ele ainda num se esqueceu (*Perséfone*, 2018).

O que conta Perséfone, não foi um caso isolado, era recorrente apenas que trabalhavam nos serviços domésticos da penitenciária, declararem-se para funcionárias, não obstante quando isso acontecia, e vinha a público, o apenado sofria punição, perdendo seu posto de trabalho e voltando a ocupar os pavilhões juntos aos outros condenados. Nem

⁸³ Livro de Coríntios, no capítulo 11, versículo 4.

sempre as declarações de amor desses homens implicavam em assédio sexual propriamente dito. Eram, todavia, sintomas da solidão, do confinamento, do desespero daqueles que não tinham quem lhes visitasse, e nos dias reservados aos encontros íntimos, vagavam pelo pátio qual assombrações.

Homens perturbados pelo abandono, e que apenas cediam suas cabanas no interior dos pavilhões para a intimidade e amor daqueles que ao contrário deles, tinham por quem esperar. Muitos, entretanto, eram apresentados às namoradas e esposas no cárcere, confirmando o que é dito por Fernanda Bassani (2011) em sua pesquisa no sistema prisional do Rio Grande do Sul, segundo ela, o conhecimento acontecia na própria prisão, por meio de cartas, telefonemas, indicação de alguém ou de familiares.

Nessas circunstâncias, é presumível que o apenado que declarou-se para Perséfone não tenha tido a intenção de ofendê-la, ou desrespeitá-la, e somente tenha dado vazão aos seus sentimentos, em que pese não seja possível desconsiderar que havia os mal intencionados, os que mesmo casados, recebendo visitas de suas companheiras, poderiam sim, praticar assédio sexual caso tivessem oportunidade de manter contato com as agentes femininas, e demais funcionárias.

Ainda sobre o relato de Perséfone, cumpre notar que ela tocou num ponto importante, a educação, o tratar bem, que nem sempre é compreendido. Por essa razão, quando eu chegava, e cumprimentava educadamente os colegas, entre eles, um ou outro, me olhava de forma inconveniente, ao passar por eles, percebia os olhares maliciosos, um recurso muito empregado pelos sedutores, o olhar nos olhos fixamente. E em outros momentos, quando eu abria a porta da sala de revistas, para a entrada visitantes, encontrava-me com os olhos novamente fixos, em minha direção.

Eu enrubescia e sorria sem graça, não porque gostasse, mas porque aquilo me constrangia. Eu era novata e não queria me indispor logo de chegada com colegas de profissão, fazíamos parte da mesma equipe. Pontua Terezita Barbieri (1993) que,

[...] é uma questão de poder, mas este não se localiza exclusivamente no Estado ou nos aparatos burocráticos. Seria um poder múltiplo, localizado em diferentes espaços sociais, que pode inclusive não se vestir com as roupagens da autoridade, mas sim com os mais nobres sentimentos de afeto, ternura e amor (BARBIERI, 1993, p. 02).

Nisso, as investidas eram encorajadas, primeiro o olhar, depois os elogios despropositais, as músicas dedicadas, o toque nas mãos, ou no cabelo, e depois os abraços, e por fim o repulsivo beijo. Tudo isso, produzindo a passagem ao processo de objetificação do

corpo feminino, quando entendem que ele lhes pertence. Como defesa contra essa objetificação, Proserpina chegava cabisbaixa, ignorava a todos, por mais próximos que estivessem não os cumprimentava. Era vista como arrogante, presunçosa, provavelmente por não demonstrar um perfil submisso, por evidenciar independência e liberdade. Proserpina era um corpo feminino rebelde, que não se enquadrava nos padrões que a masculinidade hegemônica ambicionava.

Ela desconstruía os estereótipos binários, da mulher que dirige mal por ser essa uma atividade específica para homens. Ela chegava em seu automóvel, trincando os construtos culturais que aprisionavam identidades femininas, a fragilidade, tendo excelente desempenho nos treinamentos de tiro. Proserpina era uma agente operacional, e a operacionalidade em uma mulher no sistema, como vimos, era causa de estranheza. Além disso, o desdém com que tratava os funcionários do sexo masculino possibilitou que contra ela fossem difundidas especulações acerca de sua vida pessoal, de sua sexualidade. “A deusa Proserpina, tão bonita e solteira, havia algo de errado com ela”. Essa observação dita em reiterados momentos, nas conversas em horas vagas, demonstravam o controle da sexualidade, promovendo práticas educativas que combatiam a homossexualidade, vista como desviante. Essa questão observa Guacira Lopes Louro (2008)

Se enquadra em uma lógica binária que apenas acata: masculino/feminino, heterossexual/homossexual, uma vez que,

Hoje, tal como antes, a sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas (LOURO, 2008, p. 21).

Convivíamos pesarosamente com o discurso de que, mulheres por serem consideradas bonitas ou por já estarem próximo aos trinta anos, deveriam estar casadas, terem filhos ou manifestarem o desejo de tê-los, sendo impensável que elas pudessem realizar outras escolhas. Nessa seara, eu e Proserpina representávamos a diferença, estaríamos excluídas dos modelos de normalidade. Aduz Guacira Lopes Louro (2008) que,

A norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se naturalizar (LOURO, 2008, p. 22).

Assim, considerando que fugíamos às recomendações comportamentais apregoadas pela norma, pelo o que seria o “certo” e natural, as únicas explicações consideradas plausíveis

para justificar nosso estado civil eram: estar no caritó ou ser lésbica. Dentro dessas reflexões, Silêde Leila Cavalcanti (2013) discute que no início do século XX, as mulheres solteiras desconstruíam os sentidos universais de felicidade conjugal, quebravam a normalidade nas atribuições de papéis para os gêneros, fugindo da sexualidade reprodutiva, de mãe, esposa feliz e exemplar, e somente a partir da década de 60 do século em tela, é que a escolarização e profissionalização dessas mulheres as desviaram do ideal de casamento e maternidade como sinônimos de felicidade.

Essa questão, também é problematizada pela historiadora Elizabeth Badinter (1985, p. 266) no que tange especialmente, ao sentimento maternal, ela pondera que,

[...] esse sentimento pode ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional.

Era-me, pois, complicado entender como ainda no século XXI estranhassem que mulheres aos 30 anos fossem solteiras e não desejassem a maternidade. Sentia-me, aprisionada no interior de uma sensibilidade que há muito se transformava. Ainda conforme o estudo Silêde Leila Cavalcanti (2013) os discursos de que todas as mulheres deveriam casar e ter filhos, embora apresentassem fissuras em fins do século XX e início deste, não deixaram de existir, demonstrando mais força entre as mulheres pobres, analfabetas e de áreas rurais.

Na *Penitenciária do Serrotão*, os discursos que visavam controlar os corpos femininos germinavam, e frequentemente ouvíamos as seguintes indagações das próprias agentes ou visitantes femininas: Mas, você ainda não quis casar? Não acredito que você não quer ser mãe! Isso é porque você ainda não encontrou o amor da sua vida, quando você encontrar vai mudar de ideia. E em meio a essa compilação de julgamentos e formas de controle de nossos corpos, preponderavam os assédios sexuais. Desse modo, ao entrevistar Proserpina, percebi a razão de sua rudeza em relação aos funcionários de sexo masculino,

Eu já fui vítima inúmeras vezes de assédio sexual, inclusive de homens casados. Eu sei como funciona, tanto que já me considero vacinada contra isso. Já aconteceu do cara querer dá passada de mão, convidar pra sair, essas coisas. Aqui não. Eu procuro manter a distância. Agora o que me irrita mesmo é ver que enquanto eu e você percebemos isso, e tentamos dá um basta, tem mulher que aceita e que até incentiva. Tem mulher que sai com esses caras, pra depois eles chegarem aqui e ficarem falando do corpo delas, que era um saco de ossos, e claro falando o que fizeram. Em fim, e tudo isso assim na sua presença, pra ridicularizar mesmo. Eu fico indignada (*Proserpina*, 2018).

Eu já fui muito assediada ali, muitas, inúmeras vezes, e o assédio acontecia de várias maneiras, por exemplo, *eu tava lá fazendo a revista nas mulheres e chegava um e dizia, vem cá: como é que fica na hora, heim? E como é que vocês fazem?* Eu respondia rapaz isso é coisa do nosso trabalho. E também acontecia de oferecer carona e no meio do caminho querer pegar, de preso também ficar passado recado, dizendo que eu era bonita, e de todas as formas acontecia o assédio sexual (*Diana*, 2018. Grifos meus).

Antes de entrar no sistema eu imaginava que dificilmente aconteceria casos de assédio sexual envolvendo colegas de profissão, que ao invés de homens e mulheres seríamos soldados em prol de uma luta comum, a garantia da segurança, e haveria desse modo, um ambiente rígido e respeitável. Todavia, ao manter contato novamente com a entrevista de Proserpina e Diana, teço algumas problematizações: qual o motivo do silêncio de Diana? Qual a razão de não ter se defendido do assédio sexual no carro, do assédio configurado nas perguntas inconvenientes formuladas a respeito do procedimento de revista íntima? E dos recadinhos enviados pelos presos? Será que ela considerou tudo aquilo natural? Ou foi o medo de perder o emprego, visto que não era concursada? O medo que apenas colabora com situações de opressão. Ou seria uma passividade feminina, que acata e aceita o comportamento abominável de um masculino que compreende as mulheres como meros objetos, como conclui Simone Alves Santos (2015) discute que,

[...] os desejos e os impulsos sexuais masculinos, ainda são vistos como naturais e instintivos, justificando todo tipo de controle, assédio e agressões dos homens com as mulheres, vistos como seres passivos, como objetos de domínio do masculino e responsável pela sedução dos homens (ALVES, 2015, p. 36).

Para a referida historiadora, a violência encontra apoio justamente nessa naturalização, na construção histórica de desigualdades entre o feminino e o masculino. Tais desigualdades resultam nos estímulos para que, no cotidiano das relações sociais haja a tentativa de posse corpo feminino. Possivelmente, apesar de tão aguerrida, Diana subjetivou a masculinidade hegemônica, e de todos os enfrentamentos no cárcere sucumbiu aquele que feria sua dignidade, o assédio sexual, o deboche do assediador, não contra o procedimento de revista em suas particularidades misóginas, mas contra o órgão sexual feminino, contra o corpo feminino como é narrado por Diana: “[...] eu tava lá fazendo a revista nas mulheres e chegava um e dizia, vem cá: como é que fica na hora, heim? E como é que vocês fazem?”.

Ela, porém, limitou-se a dizer que aquele era um trabalho que lhe pertencia. Mas, o assediador sabia disso, o que ele queria de fato era retirar autonomia e autoridade feminina, mostrando que é o senhor de tudo. Conforme assinala Flávio da Costa Higa (2016) em muitas

ocasiões o intento daquele que assedia é apenas discriminar, sendo uma violência de gênero cuja intenção está em subjugar a mulher, tornando pública a sua misoginia. O autor em questão, assinala que a agressão também dá vazão, a misantropia, com a criação de um ambiente insuportável, ficando nas entrelinhas que a mulher não deveria estar ocupando aquele espaço público.

Dessa maneira, o silêncio de Diana, foi também meu silêncio em certos momentos, quando fui importunada com afagos que não desejava. Na presença dos demais colegas, de visitantes e até de apenados. Todavia, como argumenta Losandro Antônio Tedeschi (2015) se o silêncio apareceu na história enquanto atributo pertencente às mulheres faz-se necessário “[...] rever o seu lugar e pensar espaços de silêncio no qual as mulheres foram trancadas” situação que gestou a internalização do discurso de inferioridade feminina, a baixa autoestima, a anulação de sua liberdade.

Desse modo, quando Proserpina em tom de revolta revela que já ouviu o menosprezo de alguns indivíduos descrevendo e criticando o formato do corpo das mulheres com quem se relacionaram, fica a constatação de Mary Del Priore (2016)⁸⁴ ao dizer que, o que preocupa não somente a violência de homens contra mulheres é a violência das mulheres contra as mulheres. Nisso eu acrescentaria que o preocupa é a violência das mulheres contra si mesmas, pois quando eu via como extravagantes a atenção demasiada ao meu cabelo, algumas delas, sobretudo as veteranas, propiciaram que dúvidas me chegassem. Será que eu não estava sendo paranoica demais? E a intimidade delas com os assediadores só aumentavam essas dúvidas. Será que o que eles faziam eram apenas brincadeiras para desanuviar a tensão do cárcere? Think Olga (2014) coloca que muitas vezes as brincadeiras e informalidades encobrem a verdadeira mensagem, qual seja, de que as mulheres são corpos sedutores e à disposição para que seja comprovada a virilidade masculina.

E assim, durante um expediente, enquanto eu trabalhava no setor administrativo, sendo auxiliada por um apenado que ficava conosco, um dos assediadores resolveu aparecer, e sem qualquer pudor, talvez até sentindo-se mais à vontade com a outra figura masculina por perto, resolveu dar continuidade às suas investidas, começou a me tecer elogios, a me apontar sensualidade. Já não falava mais da cor do meu cabelo, mas referia-se ao meu corpo, dizia de sua suposta preferência pelas “cheinhas”, quando afirmei que preferia que ele se retirasse e nunca mais voltasse a agir daquela maneira, disse-lhe que até o momento tinha suportado por educação, mas ele havia passado de todos os limites do razoável. Dito isso, nunca mais voltou

⁸⁴ Entrevista concedida em 13/10/2016, disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/10/na-flica-historiadora-mary-del-priore-aborda-violencia-contra-mulher.html>

a me falar. Como alerta Mary Del Priore (2016) referindo-se a condição feminina, “a liberdade é uma prática que se deve exercer no dia a dia.”

Relembrando essas questões, a conversa com Diana chegou ao fim, ela me pediu que voltasse, desculpou-se por não ter ajudado ainda mais, alegou que não sabia muito falar de misoginia, como se não tivesse jamais vivenciado a misoginia, sendo dela uma vítima. Nesse quesito sua fala trazia a resposta que eu precisava, Diana deixou de reagir por não ter consciência do quanto o seu corpo feminino fora oprimido e docilizado. Com isso, ela acreditava que aquilo que narrou não tivesse sido suficiente para minha pesquisa. Eu a agradei penhoradamente, prometendo-lhe uma cópia da dissertação, e disse-lhe da minha alegria, caso ela comparecesse em minha defesa. Com essas palavras deixei a sala. Ela me acompanhou até o portão.

Já na rua, segui pensando o quanto é difícil a vida de uma mulher na nossa sociedade, quase entrando no carro, uma tristeza me tomou, o sentimento lancinante me faz tremular, olhei na direção em que Diana se encontrava, da calçada ela me acenava um adeus, os meus olhos transbordantes em lágrimas, me fizeram retornar ao seu encontro, nos abraçamos.

Da sua carruagem, no mais alto dos céus, o deus Hélios com seu calor, compartilhou daquele abraço.

Considerações Finais

“A história das mulheres também não mudou muito o lugar ou a condição dessas mulheres, no entanto permite compreendê-las melhor. Ela contribui para a consciência de si mesmas”.
(MICHELLE PERROT)

Estivéssemos no mundo mitológico grego, o oráculo de Delfos enviaram-me sinais indicando-me que é chegado o termo da pesquisa, eu deveria seguir para o Monte Olimpo, e na morada dos deuses erguer a taça de vinho servida por Hebe⁸⁵, brindando com Clio e Mnemosine, o momento final dessa escrita, no entanto, reluto em aceitar tal Fortuna⁸⁶. Muitos dirão, eu bem sei, que Hades me raptou e seduziu para o seu mundo, ou que fui picada pelas mesmas serpentes que separaram Eurídice de Orfeu, e a levaram ao submundo, fato é que a pesquisa na *Penitenciária do Serrotão*, a qual trato como “O mundo de Hades ou mundo dos mortos”, com efeito, me encantou tanto que não a considero finda, ela apenas termina para começar novamente, sob novos olhares e perspectivas, assim como renascia Prometeu⁸⁷ todas as manhãs, após ser morto violentamente com a chegada do crepúsculo.

O mito de Prometeu é uma metáfora também a dizer que a história não cessa, morrem as certezas, as verdades, para que outras tantas histórias sejam produzidas. Por isso, me afasto do que teria dito apaixonadamente Pierre Chaunu (1989) aludindo ao ofício de historiador: “Sou historiador porque sou filho da morta e o mistério do tempo me persegue desde a infância”. Estaria a história mesmo morta? Em mim ela vive, quando nutri-me a experiência de desenvolver sua grafia, de incessantemente questionar seus eventos, qual criança insaciável na inquietude da fase dos porquês. É assim que em mim, a história respira, se faz viva, cada vez

⁸⁵ Segundo a mitologia grega, Hebe era a deusa da juventude, que nos festins do Olimpo, ficava na incumbência de servir aos deuses e seus convidados.

⁸⁶ A deusa do destino.

⁸⁷ Deus que detinha o segredo da existência do fogo, e ao compartilhá-lo com os humanos, foi castigado por Zeus, a ter seu fígado devorado por uma ave durante as noites, e com a alvorada o órgão vital renascia.

que me deparo com ela nos arquivos, nas lembranças, no cotidiano, nos sentidos que me alegram e causam arrebatamento a minha existência.

De volta ao começo, quando em 2016, ensaiei meus primeiros passos rumo ao projeto que à época fora intitulado por *Representações da Revista íntima no Presídio do Serrotão: memórias do corpo feminino encarcerado* (2009 a 2014) o título causou confusão de sentidos, algumas pessoas julgavam que a *revista íntima*, a qual me referia, tratava-se de um informativo, de um periódico, e nesta perspectiva notei que poucos, haviam ouvido falar do procedimento que fora reservado às visitantes de apenados em estabelecimentos prisionais. O tema parecia tão estranho para aqueles que vivem fora das muralhas segregadoras, que chegou-se a vislumbrá-lo como sinônimo ao ato da *visita íntima*, situação em que os presos recebem suas companheiras para os encontros amorosos, ao passo que a *revista íntima*, a inspeção, a busca corporal e vexatória, mesmo com todas essas nomenclaturas, parecia jamais ter existido.

Presumo que tal desconhecimento, não somente no que tange ao procedimento de *revista íntima* em particular, mas de igual modo, a outras questões situadas no cárcere, advém do afastamento social que historicamente lhe é legado. Os espaços prisionais são coletivamente subjetivados como locais onde os apenados deveriam permanecer peremptoriamente purgando seus crimes, e dos discursos sensacionalistas repassados pelas mídias e introjetados por grande parte da população, habitam precipuamente esses locais, as hordas de criminosos. Por isso, a associação que permito fazer ao mundo dos mortos, em realidade mundo dos vivos, excluídos, amontoados em celas superlotadas, em condições de total miséria e promiscuidade. As prisões abrigam entes degradados, inadequados à ordem social, e aos códigos de civilidade, submetidos à desumanização, trancafiados em uma caldeira prestes a ferver e cujos gritos são inaudíveis.

No entanto, cabe ao historiador ir além, obliterando as ausências, interpretando subjetividades, captando o dito e o não dito. Nesta perspectiva, desejei falar de minhas experiências na sala de revista na *Penitenciária do Serrotão*, pois como enfatizado no decorrer da pesquisa, era lá que o trabalho feminino estava reservado. Se a princípio almejava apenas mirar na ilegalidade do mencionado procedimento, haja vista ele se constituir em uma inspeção vexatória, violenta e misógina praticada em mulheres por mulheres sob a égide masculina, examinar as relações cotidianas, passaram a ter uma importância ímpar nas problematizações acerca da proliferação e reafirmação de ideias negativas em torno do lugar do feminino, e, por conseguinte do tratamento que lhe era reservado na sala cor de rosa.

A rigor foi a partir de experiências que materializei essa investigação, mediante a análise das narrativas observadas e subjetivadas no interior do espaço prisional, a respeito da *revista íntima* e, por conseguinte dos discursos referentes ao corpo feminino. Questão curiosa, é que a desqualificação do feminino ironicamente encontrava reverberações nas agentes de segurança penitenciárias, que além da posse de um espelho, com o qual operavam a revista, incutiam discursos representativos de modelos opressores de masculinidade, apesar de serem mulheres.

Neste contexto, inclinei-me sobre a minha relação com o espelho, nas mudanças que percebia na construção de minha identidade, no próprio “eu”. Logo, me vieram os primeiros dilemas: eu poderia ser fonte, objeto da investigação, e em mesmo instante tecer considerações a respeito do trabalho na prisão, abordando suas práticas educativas alusivas ao corpo feminino? Nisso temia que minhas impressões e emoções por estar envolvida no trabalho, pudessem contaminar a isenção da pesquisa, uma vez que “[...] falar de si é um exercício de rememoração crítica a partir do presente. Filtros se colocam a partir de escolhas já feitas e resultados” (REZENDE, 2016, p. 145). Temores me assombravam como se minhas memórias não tivessem qualquer valor científico.

Narrar-me foi uma das dificuldades com as quais me deparei, não apenas em virtude de que nem todas as narrativas foram risonhas, endossando as palavras de Graciliano Ramos em suas *Memórias do Cárcere* (2011) na referida obra, de caráter memorialista, o escritor confessou seu desgosto em fazer uso do “eu”, certamente por referendar sua experiência na prisão, admitindo ter feito malabarismos para evitar o uso do pronome em primeira pessoa e da dificuldade de narrar e descrever personagens que não foram ficcionais. Solidarizo-me com seu drama, em muitos momentos da pesquisa foi dificultoso inserir-me. Mormente em razão de que, o trabalho do historiador/a não deve resultar unanimemente de um apanhado de memórias, já que a História e a Memória embora se pareçam, e em grande medida se confundam, expõem discursos diversos.

Eis o que pondera Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) ao tratar das memórias e de sua relação com a história. Esta resignificaria o que fica, o que resguarda a memória. Nisso implica a violência do historiador, e assim a minha função de agente narradora de suas próprias memórias, não poderia nivelar-se com a de historiadora que busca interpretá-las. Enquanto historiadora, portanto, busquei as memórias da sala de revista, no sentido de analisar seus discursos, tentando revesti-los de diferentes conceitos e significações, afinal é esse um *metiê* da história. Daí a necessidade enquanto discípula de Clio de dizer o outro, arbitrando o discurso alheio, procedendo em relação a ele, com criticidade, para tanto,

sobreveio o apoio da História Oral como ferramenta que auxiliou a elaboração e concretização da presente investigação, por meio das entrevistas com as agentes penitenciárias.

Devotei-me no esforço de realizar a pesquisa, seu ineditismo me entusiasmava, pois nada mais afrodisíaco para o historiador/a do que manter contato com suas fontes, e algumas delas estavam diante de mim, eram minhas colegas. No entanto, ao ouvi-las, angustiava-me notar que elas não se davam conta de que a *revista íntima*, também as violava, e muito frequentemente era como se fossem dotadas de poderes divinos, não admitindo suas falhas, seus medos e frustrações durante o exercício da função. Eram sempre figuras “irrepreensíveis”.

Por outro lado, os relatos da maioria das funcionárias prisionais que entrevistei, no que concerne ao ato de *revista íntima*, o manuseio dos espelhos em si, intercambiavam-se com minhas próprias narrativas, o que vinha a respaldar o que eu divisava, mas em contrapartida fazia o texto repetitivo, vivíamos as mesmas experiências, e nem poderia ser diferente, inevitavelmente nossas sensibilidades se cruzariam. Todavia, evidenciei que nenhuma das entrevistadas refletiu que os homens que visitavam a prisão, eram isentados de quaisquer suspeitas, como se o fato de ser homem por si só, representasse argumento suficiente para que a revista nos mesmos moldes que os empregados ao corpo feminino, neles, jamais fosse cogitada.

A aproximação com as fontes e os eventos que investiguei, incentivou-me a manter um contato mais aprofundado com a Ego- História, senti-me confiante para seguir nessa jornada, mais à vontade em manifestar meus dilemas, pois o citado método historiográfico não retira do historiador sua relação com o mundo, ele não está isolado das malhas sociais, o historiador também é reflexo do que se passa, e de sua cultura, desconstruindo a noção de essência, mas como analisa, a historiadora Eliana Almeida de Souza Rezende (2016),

O caminho é árduo e construído a partir de hiatos, de não ditos, de silêncios e omissões. Urde-se a construção de uma trama que circunda um objeto fazendo disso história, nem certa, nem errada, apenas um ângulo ou um prisma diverso (REZENDE, 2016, p.146).

Na aridez desse caminho, intencionei problematizar as pedagogias impostas ao feminino, primeiramente às visitantes, seus corpos expostos, a intimidade violada, em seguida as próprias agentes em sua perda de autonomia, mas observei também que as dinâmicas dos poderes ali travadas são múltiplas, aglutinando binarismos, o que acentuou-se com a chegada dos novos agentes penitenciários em janeiro de 2009, quando mudanças se processaram nas sociabilidades da prisão, fazendo ventar novas polarizações: de um lado os prestadores de serviço e de outro os concursados. No tocante às mulheres, o trabalho feminino restringiu-se à sala de revista, abrangendo somente a inspeção das visitantes.

Difundiu-se o discurso de que as atividades mais ariscadas, as condutas operacionais, o manejo de armas, somente caberia aos agentes masculinos. Tendo em vista que “Uma virilidade potente deve demonstrar capacidade de vencer o cansaço e de executar tarefas perigosas sem demonstrar medo” (MARTINS, ZICA, 2017, p.11) Mulheres como Diana, que no passado mostraram-se operacionais passavam por um processo de masculinização sendo associadas à figura da mulher macho, ou de outro modo, especulava-se sobre a sexualidade dessas profissionais, desconsiderando que mulheres também são portadoras de força e tenacidade.

Saliento, entretanto, que havia naquele espaço a confluência de muitas masculinidades, porém a que mais se fazia notar, era a hegemônica, que considera o corpo feminino como objeto, existindo também a masculinidade que a enxergava as mulheres no campo da doçura e da fragilidade. O ser incapaz para o trabalho da segurança pública. Há de se ter em mente que a penitenciária é masculina, existia uma predominância da presença de homens. Fato definidor da linguagem ali pronunciada, mas nem todos os homens eram carrascos das mulheres, e o espaço prisional não é somente praticado por insensibilidades masculinas. Essas existem e germinam, é certo, inclusive em galanteios, e em falsas carícias, desaguando nos assédios sexuais. A misoginia tinha sua atuação mormente em palavras decantadas, mas as mulheres também exerciam mesmo que subjetivamente seus poderes.

Portanto, urge destacar que no interior do cárcere as relações de poder processavam-se de diversas maneiras, as mulheres alcançavam suas rotas de fuga, à guisa de liberdade. Mulheres que confeccionavam suas artes de fazer naquele ambiente, fazendo dele seu lugar praticado, inventando e reinventando o cotidiano como diria Certeau (1994), uma vez que criavam e se apropriavam de seus cenários, pondo em prática suas artes de viver. Embora à revelia de uma masculinidade hegemônica que a deseja longe do espaço público, a atuação feminina preenchia a penitenciária, da sala de revista às celas, pois os apenados dependiam sobremaneira desse apoio que além de sexual, era também moral. Nessa perspectiva as

visitantes, eram as vigas de sustentação para o sistema, como imaginar uma penitenciária sem visitas? Sem o apoio das mães, esposas, irmãs, portadoras de afeto e solidariedade? Como imaginar uma prisão desprovida da atenção e desprendimento do trabalho feminino, ainda que este se resumisse a seus portões de entrada?

Para além da importância que possuíam dentro da *Penitenciária do Serrotão*, é preciso destacar que as mulheres e os demais visitantes apresentam suas resistências aos dispositivos de controle, exercendo também seus poderes, suas astúcias e engenhosidades. As quebras de disciplina na maioria das vezes tem o condão de ajudar o apenado de algum modo, seja escamoteando a droga, o celular, o dinheiro que lhe é cobrado pelos comandos da cadeia, seja levando uma roupa, um medicamento, a consolação e o carinho, ou como sintetiza Fernanda Bassani (2011) peregrinando pelos *Fórums*, à procura de advogados, tentando suavizar a pena do seus entes queridos. Mulheres que sem dúvida, foram condenadas, tanto quanto os reflexos dos espelhos, elas sentiam os reflexos das sentenças a eles prolatadas.

Por fim, enquanto historiadora, cumpre-me esclarecer algumas ausências: é compreensível que o leitor julgue que teria sido importante problematizar a história de Campina Grande, nos anos que antecederam à inauguração da *Penitenciária do Serrotão*, isto é, nos anos 80 do século XX, com ênfase à emergência da criação daquela unidade carcerária e sua projeção como colônia agrícola. A narrativa talvez tivesse se tornado mais estimulante, se acaso eu tivesse me detido nos índices de violência e criminalidade do período, observando com minha lupa as carências do *Presídio do Monte Santo*, antes única e bastante unidade prisional da cidade, ação que realizei brevemente na parte preambular dessa atividade escriturística.

Ressalto, todavia, que minha intenção foi analisar precisamente a *revista íntima* em seu viés misógino e as (in)sensibilidades produzidas no cotidiano prisional. Nisso, me detive na pedagogização do corpo feminino, nas questões de gênero, desaguando nas masculinidades, nas relações de poder que perfazem o dia a dia na prisão, nos dispositivos de controle, nas práticas educativas, nos corpos assediados, tudo isso dentro de suas muralhas e no seu entorno. As temáticas foram engendradas não exatamente nessa ordem, mas à medida que a escrita avançava, eu também sentia o desejo de avançar no interior daquela espacialidade, alcançando a fila que acompanhava suas muralhas, e depois do primeiro portão, passaria pelo segundo e sucessivamente pelo terceiro, para finalmente chegar ao interior dos nove pavilhões, e deter-me aos personagens e ao cotidiano, principalmente a partir das visitantes que passavam pela *revista íntima*.

Nesta sorte, minha sede de pesquisa aumentava, e os códigos de linguagens do cárcere, suas sociabilidades me retiveram em elucubrações que guiavam-me tão somente para a riqueza de possibilidades, de rotas para investigação histórica que ali se encontravam e me fascinavam sempre mais, tanto que pareceu-me impraticável deter-me em outros assuntos, ainda que fossem temas que mantivessem conexões com a *Penitenciária do Serroton*, a exemplo dos problemas urbanos existentes à época anterior a sua construção. Acrescente-se a isso que outras dificuldades se desfraldaram durante a investigação; a direção da penitenciária por razões de sigilo institucional e segurança, não disponibilizou o livro de ocorrências, porém tive acesso ao regimento da unidade prisional, e seu setor de inteligência mostrou-se bastante solícito para o fornecimento de informações relevantes para à pesquisa. Pude contar igualmente com as matérias jornalísticas que cobriam as ocorrências do período.

Não obstante, não procuro uma verdade, mas possibilidades distintas de abordagem, contribuições que ainda estavam ausentes, outras tantas que doravante poderiam vir a lume. Penso que dessa forma, colaborei para suprir carências, faltas e silêncios que permeiam a instituição prisional, destrinchando práticas há muito tornadas legítimas em sua rotina. Pretendi com o desenvolvimento dessa investigação, incentivar a abertura de novas discussões em torno dos discursos e subjetividades concernentes ao corpo feminino, que são (con)formadoras de sujeitos múltiplos. E partindo do meu anseio de futura educadora, almejo que essa dissertação sirva para ampliar o debate nos espaços de construção de saberes, como escolas e universidades, e funcione enquanto auxílio na busca por uma educação mais pluralizante. Já que semelhante ao que ocorre nos espaços prisionais, os espaços educacionais também são promotores de disciplinamentos, de usos e abusos do poder.

Enfim, que a presente dissertação tenha concorrido para o não apagamento das imagens da *revista íntima*, e toda opressão que se praticava contra as visitantes e mesmo contra as mulheres que a realizavam, as agentes penitenciárias. Oportuno não esquecer que a Pandora mitológica ao abrir a caixa que lhe fora confiada, deixou dela escapar todas as mazelas, mas teve tempo de fechá-la deixando guardada e incólume a esperança. Que a nossa esperança também mantenha-se assim, guardada. Para que jamais possamos perdê-la e prossigamos acompanhados por Clio, narrando e escrevendo as páginas da História.

Referências

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **Nordestino uma invenção do Falo** – Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 – 1940). Maceió: Edições Cata-vento, 2003.

_____. As sombras do Tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE. Temis Gomes *et alii* . **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo15, 2006.

_____. As dobras do dizer: Da (im) possibilidade Da História Oral. IN: **História a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____. O espaço em cinco sentidos: sobre a cultura, poder e representações espaciais. In: **Nos destinos de fronteiras: História, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

_____. Michel Foucault e Mona lisa ou como escrever história com um sorriso nos lábios. In: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Pedagogia: a arte de erigir fronteira**. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/indez2.htm>, Acesso em: 15 maio de 2017.

_____. **Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade**. Disponível em: <http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. **Escrever como fogo que consome: reflexões em torno do papel da escrita nos estudos de gênero**. Disponível em :http://simposiufac.blogspot.com.br/2013/07/durval-muniz-de-albuquerque-junior_22.html, Acesso em 11 de maio de 2018.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARAÚJO, Claudielhi dos Santos. **“Seus olhares nunca me negaram”**: honra e prostituição na cidade de Puxinanã PB. (1960 a 1970).Dissertação de (Mestrado) Programa de Pós - graduação em História. Campina Grande PB, 2015.

_____. **Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor**. Curitiba: APPRIS, 2016.

ARAÚJO, Eronides Câmara de. **Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Rio Grande do Norte: 2011. Disponível em: Acesso em: 17 de jan. 2018.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1985.

BARBIERI, Teresita. **Sobre a categoria de gênero: “uma introdução teórico-metodológica”**. Recife: S.O.S Corpo, 1993

BARBIERO, Alan. Prefácio in: ERTZOGUE, Marina Haizenreder & Parente, Temis Gomes – **História e Sensibilidade**; Brasília: Paralelo 15, 2006.

BASSANI, Fernanda. **Amor bandido**: cartografia da mulher no universo prisional masculino. Dilemas: Revista de Estudos de conflitos e controle social. vol. 4, nº 2 - abr/mai./jun. – 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **A Liberdade**. Lisboa: Editorial Estampa Ltda, 1989.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BECKER, Annette. “Extermínios - o corpo e os campos de concentração. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo 3: as mutações do olhar: O século XX**. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.

BORGES, Jorge Luís. **O Fazedor**. Obras Completas. São Paulo: Globo, 1999.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da Mitologia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Gênero e Historiografia: os Fios da Memória Feminina nos Labirintos da História. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, vol. 28, n. 2, Jul./Dez. 2015. *

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **A traição de Penélope**. Tese defendida em 1990 para o curso de pós- graduação em Letras da faculdade de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9D9GBU>

CASTILO G., A. **Un archipiélago desconocido**. Archivos y escrituras de la gente común. Boletín ACAL (Asociación de Archiveros de Castilla y León). Nº 38/2000.

CAVALCANTI. Silêde Leila Oliveira. **Do velho instituído pelo discurso da caridade e da higiene ao idoso saudável inventado pelos saberes gerontogeriatricos**. Tese (doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, 2013.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano** - Artes de fazer. 10 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino . Dourados, MS: Editora: UFGD, 2014.

CORBIN. Alain. **Sabores e Odores**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

CUNHA, Maria Tereza Santos. **Do baú ao arquivo**: Escritas de si, Escritas do outro. **Revista Patrimônio e Memória** ,UNESP. V,3. N.1. 2007.

DEL PRIORE, **História das Mulheres no Brasil**, São Paulo: Editora Contexto, 2004

DIAS, Luciana de Oliveira; ROSA, Fabrício Silva. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminismo na segurança pública brasileira. **Revista Ártemis**, vol. XVIII n° 1, jul./dez. 2014.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor Mikhailovich. **Recordações da casa dos mortos**. Tradução José Geraldo Vieira - São Paulo: Martin Clairet, 2006.

FOULCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Editora Gral,1984.

_____. **A ordem do discurso**. Loyola, 15. ed. 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____.Estratégia, poder-saber. In: **Ditos e escritos** v.4, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. A vida dos homens infames. In: **Ditos e escritos** v.4, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Os anormais**. 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

GAY, Peter. **Freud**: uma vida para nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Everning. (1987). **Manicômios, prisões e conventos**. (D. M. Leite, Trad.) São Paulo: Perspectiva. 1987

_____.**Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. LCT, 1988

GOMES, Angela Maria de Castro. (org.). **Escrita de si, escrita da história**. RJ: Editora FGV, 2004.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica Cartografias do Desejo**. 4ª ed. Petrópolis: 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. T. T. da Silva, G. Louro. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV [online]**, v.12, n 2 p.484-515 Mai-Ago. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication> Acesso em : 17 de Dez. de 2018.
<https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>

LACAN, Jorge. **Escritos, Campo Freudiano no Brasil**. Jorge Zahar Editor, RJ: 1998.

LACERDA, Lilian Maria de. **Lendo vidas: a memória como escrita autobiográfica**. In: **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Rio de Janeiro: Mulheres, 2010.

LAROSSA, Jorge. Dar a Palavra. Notas para uma dialógica da transmissão. In: LAROSSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascarados**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013

_____. Jorge. **Tremores. Escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**, 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense. 1999.

LOURENÇO, Luiz Cláudio. Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte. **Dilemas: Revista de Estudos e Conflitos e controle social-** v. 3, n.10 , Out/Nov/Dez, 2010.

LOURO, Lopes Guacira. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade/** Guacira Lopes Louro (organizadora). Tradução dos artigos Thomas Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós- estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Um corpo estranho- ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

LOWER, Wendy. **As mulheres do Nazismo**. Tradução. Ângela Lobo. Rocco, 2014.

MACHADO, Aníbal. Viagem aos seios de Duília. In: **Os melhores contos de Aníbal Machado**. São Paulo: Global, 1986.

MALABOU, Catherine. **Ontologia do acidente: ensaio sobre a plasticidade destrutiva**. tradução de Fernando Scheibe. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2014.

MARTINS, Carlos André; Zica, Matheus da Cruz. Pedagogias de virilidade: Modelos e avessos do homem trabalhador em A Bagaceira (1928). **Revista Mnemosine**, V.13, n.1,

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. **Revista História: Questões & debates**. Curitiba: n. 34, Editora da UFPR, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da História: o caso brasileiro .In: **Revista de História**, n. 155 2 semestre 2006.

MEIRELES, Cecília. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

MENESES, Joedna reis de; SILVA, Raniery da. O Tema das Sensibilidades na produção historiográfica contemporânea. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012**. Disponível em: Bezerra-da-Silva-Joedna-Reis-de-Meneses-pdf. Acesso em: 10 de mar. de 2018

MIRABETE, Júlio Fabbrine. **Execução Penal: Comentários à lei nº 7.210 de 11-07-1984**. São Paulo: Atlas, 2007.

NOLASCO, Sócrates. Marc Lépine: violência e masculinidade no contemporâneo. **Revista da ABECAN: Belo Horizonte**, v. 1, n. 3, 2003.

NORA, Pierre. **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições 70 Ltda. 1989.

OLIVEIRA, Daniel Ferreira Gonçalves de. **As construções sociais de agentes penitenciários que atuam na Paraíba. –Campina Grande, 2015**. – Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). **Sentidos e Sensibilidades: sua educação na história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**. - no movimento dos sentidos. Campinas, S. R: Editora da Unicamp, 1992.

PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

PEREIRA, Omar Barbosa. **Satisfação Profissional: Um estudo de caso na Penitenciária Regional Raymundo Asfora**. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Administração Pública (EAD) Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

PELLEGRINO, Hélio. **A Burrice Do Diabo**. Rio de janeiro: Editora Rocco, 1988.

PEREIRA, Maria Aparecida Figueirêdo. **Revista íntima nos presídios: Reflexões acerca da ilegalidade**. Trabalho de conclusão de Especialização em Direito Penal e Processo Penal. Campina Grande-PB, 2014. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual da Paraíba.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro, Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres.** Tradução de Angela M.S. Côrrea, São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: 4 ed ,Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy « Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades », Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidade na história:** memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

_____. **Visões do Cárcere.** Porto Alegre RS ed. 1ª Editora Zouk 2009

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura histórica em debate.** São Paulo: UNESP, 1995.

RAMOS, Helmano de Andrade. **Modernidade Industrial e Cidades Prisionais:** Estudo sobre a favelização urbana e as artes de fazer no Presídio Regional do Serrotão. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza, Um ensaio de Ego – História. **Revista SUSTINERE,** Rio de Janeiro, v. 04, n. 01, Jan./ Jun. 2016

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** Conceitos essenciais. Tradução Carlos Piovezani Filho e Nelson Milanez – São Carlos: Clara luz, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna. 1987.

SANTOS, Kléber Rodrigues dos. **A construção do Detento no Complexo Penitenciário do Serrotão:** As relações de poder na formação do apenado enquanto sujeito (1990-2008) Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

SANTOS. Simone Alves. Assédio Sexual nos espaços públicos: Reflexões históricas e feministas. Revista do Programa de Pós-Graduação em História – UNB. **Revista História, histórias.** Brasília. vol. 3, nº 6, 2015 – ISSN 2318 - 1729

SARTI, Cyntia Andersen. **A família como espelho:** Um estudo da moral dos pobres. 2. Editora Autores Associados. Campinas- SP: 1996.

SCHLINK, Bernhard. **O leitor.** 8 ed. Rio de Janeiro: Record,2009.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade.** 1989. Tradução de Raquel Ramallete. 9 ed. Petrópolis: Vozes,1987.

SILVA, Tomás Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis. 4ª edição Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher macho: tessitura de gênero, (des)afios da História (Paraíba, século XX)**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife 2008.

SILVA, Cassiano Ricardo Pereira da. **Superlotação Carcerária e princípio da dignidade humana**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências jurídicas, 2014. *Memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958 a 1964)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba João Pessoa: 2010.

SILVA, Vanuza Souza. **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem? : uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)**. Recife: O autor, 2014.

SILVA, Wilton Carlos Lima. Para além da Ego-história: memórias acadêmicas como fontes de pesquisa autobiográfica. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNESP v.11. n.1, 2015.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Campina Grande: Cartografias de Uma Reforma Urbana (1930-1945) **Revista Brasileira de História**, v. 23, nº 46, São Paulo: 2003.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memórias e dor: tradução de Tomás Tadeu**, 3. ed. - Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Gênero e Historiografia: Os fios da memória feminina nos labirintos da História. **Caderno espaço feminino** – Uberlândia-MG v.28, n.2 Jul./Dez. 2015 –ISSN on line 1981- 3082.

THINK, Olga. **Meu corpo não é seu: Desvendando a violência contra a mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi. **O trabalho prisional e suas implicações na saúde mental dos agentes de segurança penitenciária**. Dissertação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - 2012.

VEIGA-NETO. Alfredo (2001), “Incluir para excluir”. **Revista Proposições**, UNICAMP , São Paulo: 2001.

VIANA, Tatiana de Mélo. **A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE RESSOCIALIZAÇÃO: a experiência do Campus Universitário Avançado “Dom José Maria Pires” na Penitenciária Regional de Campina Grande Raymundo Asfora- PB**. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016

VICTOR, Neusa de Almeida. **A liberdade vigiada: História de mulheres de apenados na cadeia pública de Araruna –PB (1998- 2016).** Dissertação (Mestrado em História) do Programa de Pós Graduação em História e Geografia, Universidade Federal de Campina Grande – PB- 2017.

XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: Memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958 a 1964).** Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PORTAIS DE NOTÍCIAS CONSULTADOS:

Portal Globo, G1/g1.globo.com Paraíba: 23/03/2012

Porta Globo, G1/g1.globo.com Paraíba: 27/06/2013

Porta Globo, G1/g1.globo.com Paraíba: 14/02/2014

Portal de Notícias pbagora.com.br Paraíba Agora: 23/03/2012

FONTES CONSULTADAS

Diana, 54 anos, natural de Serra Branca- PB, nível superior completo.

Perséfone, 56 anos, natural de Campina Grande – PB, ensino médio completo.

Proserpina, 38 anos, natural de Campina Grande – PB, nível superior completo.

Eurídice, 41 anos, natural de Aracajú- SE, nível superior completo.

Cora, 31 anos, natural de João Pessoa – PB, nível superior completo.

Mentha, 37 anos, natural de Caruaru –PE, ensino médio completo

Anexos

ANEXO I- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.080.426

Outros	TCLE_FINAL.docx	09/11/2018 14:15:11	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1022517.pdf	23/08/2018 20:18:14		Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_VIII.jpg	23/08/2018 20:17:08	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_PROJETO.docx	23/08/2018 20:15:44	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	23/08/2018 20:12:31	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_COMITE.docx	08/08/2018 22:13:27	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETO_MESTRADO_UFCG.docx	10/04/2018 20:10:05	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Outros	ANEXO_V.jpg	07/04/2018 19:05:07	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANEXO_IV.jpg	07/04/2018 19:01:03	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_III.jpg	07/04/2018 18:57:08	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_II.jpg	07/04/2018 18:53:51	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Outros	ANEXO_I.jpg	07/04/2018 18:50:22	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	07/04/2018 18:45:52	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n
Bairro: São José CEP: 58.107-670
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

ANEXO II – AUTORIZAÇÃO JUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
VARA CRIMINAL/EXECUÇÃO PENAL
Fórum Affonso Campos - Rua Vice Prefeito Antonio Carvalho Sousa, s/nº, Liberdade
Fones: 0 xx - 83 - 3310-2431 - 3310-2483 - 3310-2505 (fax)

OFICIO Nº 240/2018


Campina Grande/PB, 23 de Março de 2018.

Ilmº Sr(a):
Diretor(a) do Penitenciária Regional de Campina Grande Raymundo Asfora
Penitenciária do Serrotão
Campina Grande.

Senhor Diretor:

Pelo presente, informo a Vossa Senhoria que foi autorizado por este Juízo a pesquisa acadêmica nas dependências dessa unidade prisional, a ser realizada pela mestrand Maria Aparecida Figueiredo Pereira, portadora do CPF 009.926.504-45, tendo como base para pesquisa do trabalho acadêmico: "*Representações da revista íntima do Presídio do Serrotão de 2009 a 2015: Memórias do corpo feminino encarcerado*".

Atenciosamente,


Philippe Guimarães Padilha Vilar
Juiz de Direito

ANEXO III AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL (PENITENCIÁRIA RAYMUNDO ASFORA)



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP
GERÊNCIA EXECUTIVA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO- GESIPE
PENITENCIÁRIA REGIONAL DE CAMPINA GRANDE RAYMUNDO ASFORA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado REPRESENTAÇÕES DA REVISTA ÍNTIMA NO PRESÍDIO DO SERROTÃO DE 2009 A 2015: Memórias do corpo feminino encarcerado, cujo objetivo é: discutir como ocorriam os discursos acerca da revista íntima enfatizando o corpo feminino, no presídio do Serrotão durante os anos de 2009 a 2015, refletindo a questão do gênero, a prática pedagógica e disciplinar da inspeção corporal e a revista ginecológica.

O estudo será conduzido pelo Professor Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior, do Programa de Pós- Graduação em História do campus Campina Grande, da Universidade Federal de Campina Grande. Manifestamos através do presente instrumento a anuência desta Instituição.

Campina Grande, 04 de ABRIL 2018.

*Delmiro Antônio Nobrega
Junior
Diretor Titular da P.R.C.G.R.A.
Mat. 173.243-9*

DIREÇÃO DA PENITENCIÁRIA

ANEXO IV TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL (UF CG)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização da pesquisa REPRESENTAÇÕES DA REVISTA ÍNTIMA NO PRESÍDIO DO SERROTÃO DE 2009 A 2015: Memórias do corpo feminino encarcerado, cujo objetivo é: discutir como ocorriam os discursos acerca da revista íntima enfatizando o corpo feminino, no presídio do Serrotão durante os anos de 2009 a 2015, refletindo a questão do gênero, a prática pedagógica e disciplinar da inspeção corporal e a revista ginecológica. O estudo será conduzido pelo professor Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior, campus Campina Grande, da Universidade Federal de Campina Grande. Em atempo, manifestamos através do presente instrumento a anuência desta instituição e atestamos a existência de infraestrutura necessária, e apta ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela.

Campina Grande, 22 de MARCO 2018.

Iranilson Burity

Professor Dr. Iranilson Burity de Oliveira - Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia e História (UFCG)

Iranilson Burity de Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia e História (UFCG)
Mat. SIAPE 1398989

**ANEXO V- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS
AGENTES PENINTENCIÁRIAS**

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa intitulada “Representações da revista íntima no Presídio do Serrotão (2009-2015): memórias do corpo feminino encarcerado”.

Declaro ter sido esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O desenvolvimento deste trabalho trará como contribuição o fortalecimento e ampliação de novas discussões, em torno das representações e subjetividades concernentes ao corpo feminino. Desejamos que essa pesquisa sirva para ampliar o debate nos espaços de construção de saberes, como escolas e universidades, e funcionem como auxílio na busca por uma educação mais pluralizante.

- O estudo tem como finalidade a análise do procedimento da revista íntima na Penitenciária do Serrotão em Campina Grande, PB. Seus resultados serão divulgados no meio acadêmico e científico.

- O presente trabalho terá como objetivo geral: - Discutir como ocorriam os discursos acerca da revista íntima enfatizando o corpo feminino, no presídio do Serrotão durante os anos de 2009 a 2015, refletindo a questão do gênero, a prática pedagógica e disciplinar da inspeção corporal e os métodos ginecológicos que nela foram aplicados.

- Os procedimentos de pesquisa incluem a participação em entrevistas com as Agentes Penitenciárias profissionais responsáveis pelo trabalho de revista íntima naquele estabelecimento prisional.

- As entrevistas serão registradas com o auxílio de um gravador de voz. Os participantes serão informados sobre os objetivos, procedimentos de pesquisa e recursos utilizados pelo pesquisador, bem como formas de participação das entrevistadas.

- O estudo cumprirá os princípios éticos, para tanto, será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa.

- A previsão de riscos aos participantes durante o estudo decorre do fato da maior parte das entrevistas serem realizadas no interior do ambiente prisional, que por si só já apresenta a iminência de riscos e tensões em seu cotidiano. Ademais, considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois existem perguntas que podem remeter a algum

desconforto, ao evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis e constrangedoras para o entrevistado. Caso alguma dessas possibilidades ocorra, cabe ao pesquisador assegurar às seguintes medidas no sentido de minimizar tais riscos.

- Minimizar desconfortos, reservando local adequado para a realização da entrevista, que poderá ser coletada no próprio domicílio da entrevistada ou em outro local de sua preferência.

- Garantir ao participante o direito de se recusar a responder às perguntas que lhe cause constrangimento de qualquer natureza.

- Garantir o sigilo das informações obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais informações em caráter confidencial.

Assegurar a preservação da identidade dos participantes das entrevistas, mediante o uso de pseudônimos.

- Sendo assim, reafirmamos que os princípios éticos inerentes à investigação serão observados e cumpridos, dentre os quais serão evidenciadas durante nossa atuação: a privacidade e o anonimato dos sujeitos como também dos dados coletados.

- No tocante aos benefícios proporcionados por esta pesquisa enfatizamos a melhoria das relações entre as profissionais e as visitantes do presídio, ao contemplarem um caráter mais humano em suas vivências cotidianas.

À pesquisadora caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados às profissionais Agentes de Segurança e a comunidade, cumprindo as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

- O participante poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

- Não haverá também qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico bem como qualquer procedimento que possa incorrer em danos morais, físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável. Ao final da pesquisa, se for do seu interesse, o participante terá livre acesso ao conteúdo da mesma.

- Para esclarecimentos, antes, durante ou após o curso da pesquisa, a/o participante poderá contatar a pesquisadora pelo número (83) 98803-1137 ou pelo endereço profissional: Universidade Federal de Campina Grande, Rua Aprígio Veloso, 882 - Universitário Campina Grande - PB, 58429-900 Centro de Humanidades - Unidade Acadêmica de História - Programa de Pós-Graduação em História- Contato: (83) 2101-1742.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos da pesquisa, o participante da referida pesquisa poderá consultar: O Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC, situado à Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, CEP: 58401 – 490 - Campina Grande-PB, Tel.: 2101 – 5545, bem como o E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br;

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido em duas vias e uma delas ficará sob minha posse.

Campina Grande, _____ de _____ 2018.

Assinatura do participante

Assinatura do responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ANEXO VI - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFISSIONAIS (AGENTES
PENINTENCIÁRIAS FEMININAS)**

Prezada Agente Penitenciária,

Gostaria de solicitar a sua valiosa colaboração para a realização desta entrevista como fonte para a coleta de dados da pesquisa de Mestrado intitulada: ***REPRESENTAÇÕES DA REVISTA ÍNTIMA NO PRESIDIO DO SERROTÃO DE 2009 A 2015: Memórias do corpo feminino encarcerado***, cujo objetivo geral é discutir como ocorriam os discursos acerca da revista íntima enfatizando o corpo feminino, no presídio do Serrotão, durante o período acima referido, refletindo a questão do gênero, a prática pedagógica e disciplinar da inspeção corporal e a revista ginecológica. Desde já agradecemos pela sua colaboração

IDENTIFICAÇÃO

Função_____

Tempo de função_____

Local de trabalho_____

Idade_____ Sexo () Masculino () Feminino

ENTREVISTA

1. Há quanto tempo trabalha no sistema penitenciário?
2. Conte-me por qual motivo você passou a trabalhar no sistema penitenciário? Foi escolha sua? Ou você estava desempregada e precisava do emprego? Ou você sempre quis ser agente, me fale de suas motivações.
3. Você já se sentiu amedrontada por trabalhar no presídio do Serrotão? Já sentiu medo de sofrer atentados? Represálias?
4. Você já se sentiu desanimada, desmotivada, já teve vontade de abandonar o trabalho? Se sim, por que não o fez?
5. Como você vê a criminalidade? Você acha que as penas no Brasil são suficientes? Ou o Estado tem feito pouco pra combater o crime?
6. Como você entende a presença de mulheres no crime? Você pensa que a maioria é induzida por seus companheiros? Ou elas entram no mundo do crime por ambição própria?
7. O que você achava da prática da revista íntima? Ela era eficaz no combate a entrada de ilícitos no presídio?
8. Alguma vez você já sentiu constrangida em praticar a revista íntima?
9. Você revistava as mulheres sempre com a mesma rigidez? Ou havia aquelas que se devia pegar mais pesado? Como você identificava as suspeitas?
10. Qual parte da revista, mais te incomodava?
11. Você nunca se questionou por qual razão a revista íntima era praticada somente em mulheres?
12. Mulheres e homens tinham tratamento diferenciado, você concordava com a diferença de abordagem para ambos?
13. No ato de flagrante, como você se sentia ao conduzir á delegacia uma mulher e ter que algemá-la diante de todos e chamar os agentes masculinos e a direção pra comunicar o fato. Qual era o seu sentimento?
14. Como você se sentia ao dar os flagrantes? Sentia orgulho do seu trabalho? Sentia raiva ou pena da visitante flagrada?
15. Como você acha que era vista pelas mulheres? Elas te temiam? Sentiam raiva? Compreendiam seu trabalho? Como elas te olhavam o que você sentia no olhar delas na sala fechada durante a revista?
16. Já se pensou sendo revistada ou tendo sua mãe, irmãs, filhas passando pela revista íntima
17. Estar menstruada era motivo de impedimento para as visitas. Você concordava com isso? Já que muitas vezes mães eram impedidas de visitar seus filhos em razão do ciclo menstrual?

18. Como você se sentia diante das burlas?
19. Já se sentiu pressionada a ter de dar flagrantes? A se mostrar eficiente?
20. Você gostaria que a revista íntima voltasse a ser obrigatória?
22. Você sempre concordou com os critérios utilizados na revista íntima, acha que eles eram suficientes ou poderiam ser ainda mais rigorosos?
23. Enquanto mulher, como você se sentia praticando a revista íntima? A condição de agente te impedia de se sentir mal diante da prática da revista? A condição de agente te causava o sentimento de superioridade?
24. Como você se sente sendo mulher no sistema penitenciário? Já se sentiu desrespeitada?